

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**

**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO**

**O SANEADOR DO BRASIL: SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E  
INTEGRALISMO NA TRAJETÓRIA DE BELISÁRIO PENNA  
(1868-1939)**

**Rio de Janeiro  
2019**

**LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO**

**O SANEADOR DO BRASIL: SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E  
INTEGRALISMO NA TRAJETÓRIA DE BELISÁRIO PENNA (1868-  
1939)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.  
Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wegner

Rio de Janeiro  
2019

**LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO****O SANEADOR DO BRASIL: SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E INTEGRALISMO NA TRAJETÓRIA DE BELISÁRIO PENNA (1868-1939)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.  
Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Robert Wegner (Orientador)  
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

---

Profa. Dra. Ângela Maria de Castro Gomes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

---

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza  
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

---

Prof. Dr. Marcos Chor Maio  
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

---

Prof. Dr. Gilberto Hochman  
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

---

Profa. Dra. Nísia Trindade Lima (suplente)  
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

---

Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (suplente)  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Rio de Janeiro  
2019

## Ficha Catalográfica

---

C331s Carvalho, Leonardo Dallacqua de.

O saneador do Brasil : saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939) / Leonardo Dallacqua de Carvalho. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.  
261 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.  
Bibliografia: 251-261f.

1. Mudança Social. 2. Saneamento. 3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 352.367

---

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

A Ricardo Benzaquen de Araújo (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos passam por uma reflexão da minha trajetória no doutorado. Razão pela qual a FIOCRUZ ocupa um lugar decisivo nesse espaço. A FIOCRUZ não significa apenas uma realização profissional, mas uma possibilidade de amadurecimento e pertencimento a uma instituição histórica e mundialmente reconhecida. Durante a fase de créditos do doutorado, eu viajava do interior de São Paulo ao Rio de Janeiro semanalmente. Eram dois mil quilômetros e 32 horas intermináveis, mas justificados quando a torre do famoso Castelo de Oswaldo Cruz apontava no horizonte da Avenida Brasil. Sinto um orgulho enorme em pertencer à FIOCRUZ. Esta instituição também fomentou a minha pesquisa ininterruptamente durante os quatro anos de doutorado, bem como ofereceu toda a assistência que necessitei para a realização da tese.

De igual importância foi a presença do Prof. Robert Wegner. Eu sinceramente gostaria que todos experimentassem a sua orientação. Ao seu modo, o Prof. Wegner se comprometeu tanto com a confecção da tese quanto com a minha formação intelectual. Sua orientação é um dom raríssimo que tive o privilégio de usufruir. Este espaço é pequeno demais para sintetizar a minha gratidão e o que esta orientação representou na minha vida. Espero que o resultado da presente tese seja uma resposta adequada para retribuir o esforço do Prof. Wegner.

Ao Prof. Marcos Chor Maio pelas considerações e provocações na qualificação que me permitiram repensar e expandir os objetivos da tese. Sou bastante grato pela leitura cuidadosa e pelos conselhos a respeito da escrita e das reflexões sociológicas.

Ao Prof. Vanderlei Sebastião de Souza, que me acompanha desde o início do mestrado, agradeço pelas sugestões na qualificação que possibilitaram pensar um novo rumo para a tese. Obrigado pela presença constante e os sinais de preocupação com minha formação.

Ao Prof. Gilberto Hochman pelo aceite em participar da banca de defesa. Além de uma referência sobre Penna e o saneamento, o Prof. Hochman sempre foi uma inspiração pessoal pela maneira como se compromete com a vida acadêmica.

À Prof.<sup>a</sup> Ângela de Castro Gomes igualmente agradeço pelo aceite. Desde que iniciei a graduação pela UNESP, há doze anos, a produção intelectual da Prof.<sup>a</sup> Ângela de Castro Gomes esteve presente e contribuiu para a minha formação como historiador.

À Prof.<sup>a</sup> Nísia Trindade Lima, meu agradecimento e admiração. Em primeiro lugar por aceitar fazer parte desta tese. Depois, por sua obra *Um sertão chamado Brasil* ter

desempenhado um papel decisivo pelo meu interesse em Penna. E, finalmente, pela sua luta incansável enquanto Presidenta da FIOCRUZ, da qual sou infinitamente grato.

À Prof.<sup>a</sup> Cláudia Viscardi pelo aceite em compor a banca. Também sublinho a importância de sua produção para a presente tese.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. É imensurável a importância de cada um no meu processo de formação, seja em disciplinas, orientações ou por meio de produções acadêmicas. O PPGHCS-COC é, sem dúvidas, um diferencial no Brasil.

Aos funcionários da Casa de Oswaldo Cruz: Sandro Hilário, Paulo Chagas, Maria Claudia Cruz, Amanda Gutierrez e Deivison. Além da ajuda prestada, as boas conversas e as risadas foram fundamentais para a execução da tese.

Ao Departamento de Arquivo e Documentação da FIOCRUZ. Em particular à Nathacha Regazzini, que pacientemente me ajudou com toda a documentação sobre Penna.

Ao Acervo Público de Rio Claro e à Talita Gouvêa Basto pela disposição e atenção com as minhas fontes. Agradeço também ao Rodolfo Fiorucci por indicações no acervo.

Aos profissionais da Biblioteca de Manguinhos. Em especial ao Sr. José Ricardo.

À Prof.<sup>a</sup> Tânia Regina De Luca pelo apoio, inspiração e confiança durante a minha vida acadêmica.

Ao Prof. Antônio Celso Ferreira pela amizade e consideração.

Ao Prof. Paulo Cesar Gonçalves que sempre me atendeu com respeito, sinceridade e profissionalismo.

Outros professores devem ser mencionados, pois de alguma forma - seja por conversas ou e-mails - contribuíram para esta tese: Claude-Olivier Doron, Ricardo Santos, Ana Carolina Vimieiro, Renato Dotta, Leandro Pereira Gonçalves, Rodrigo Christofolletti, Mark Adams, Alexandra Stern e Jerry Dávila.

A todos os meus colegas de mestrado e doutorado da FIOCRUZ. Em especial à turma de 2015: Anderson, Daiane, Denis, Ede, Eliza, Elizabete, Lidiane, Maria Gabriela, Rachel e Katherine. Saliento ainda a importância do meu amigo Benedito Barbosa que aceitou dividir quarto comigo durante os dias em que eu permanecia no Rio de Janeiro e contribuiu com sua compreensão e amizade para que tais dias fossem mais felizes.

Ao meu amigo Breno Sabino Leite de Souza. No que diz respeito à tese, procurou pacientemente ler tudo que eu lhe enviava. Também prestou ajuda inestimável na organização das minhas fontes.

À minha amiga Letícia Fernanda da Silva Oliveira por todo cuidado e amor que tem pela nossa amizade. Alguém que espero que sempre permaneça ao meu lado.

Ao meu amigo Luiz Alves Araújo Neto pelas parecerias acadêmicas e boas conversas, sempre procurando me ajudar e motivar.

Durante quatro anos muitos amigos estiveram comigo. Sei que o esquecimento trará injustiças, mas é preciso arriscar: Guilherme Caetano, Mauricio Martins, Rafael Gandolfo, Danilo Ferrari, Vanessa Kiara, Moises Stahl, Felipe Barchi, Priscila Bermudes, Gerson Pietta, Andrey Martins, Fernando Frei, Ângelo Biazi, Lukas Melo, Felipe Soares, Gabriel Melfa, Raphael Daud, Maria Cristina Bigeli, Fabiula Sevilha, Carlos Paulo, Eduardo Pimentel, Pedro Victorasso, Bruno Crulhas, Rodrigo Ramos, Fábio Luís, Fabiane Fernanda, Ramon Felipe Souza, Hermesson Cassiano, Lucas Lima e Everton Barbosa.

Agradeço à UNESP e à Universidade do Sagrado Coração por terem aberto as portas à docência. Em especial à Lourdes Feitosa e ao Roger Gomes.

À minha mãe e fã número 1, Suzel Dallacqua, que me acompanha sempre com muita alegria e amor. Minha mãe dedicou sua vida inteira para me assegurar uma perspectiva de futuro. Hoje entrego uma parte dele.

Ao meu pai Rogério Costa que fez todos os tipos de sacrifícios para que eu pudesse realizar a minha tese com paz e tranquilidade.

À Meiry Shinya e Paulo Shinya, agradeço o respeito, amor e consideração. Bem como a toda a família Shinya que sempre me recebeu de braços abertos.

Ao velho Bomber, que eu amo como poucas vezes amei alguém.

À Thaís Yumi Shinya, a razão pela qual eu acordo todos os dias.



## RESUMO

Esta tese trata da trajetória do médico Belisário Penna, especialmente no que diz respeito à sua atuação como homem público e à sua interpretação de país. Integrante da equipe de Oswaldo Cruz, no Instituto Oswaldo Cruz, Penna consolidou-se como um intérprete da nação que buscava por meio de uma “consciência sanitária” resolver questões de ordem social, médica, política e moral do Brasil. Sua proposta de saneamento era, por excelência, a construção de uma análise sociológica de nação. Tal construção estava acompanhada da influência da obra de Alberto Torres e da discussão política que percebia no republicanismo, no liberalismo e na descentralização federalista, algumas das causas de desassistência da população. Em meio a esse debate, a tese apresenta de que modo Penna se alinhou à geração de intelectuais decepcionados com a República. Além de Torres, Penna dialogou com Licínio Cardoso, Antônio Carneiro Leão, Oliveira Vianna, Renato Maurity Jardim e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. No seu projeto de nação saneada, moralização política, autoritarismo e centralismo político e administrativo tornavam-se parte de sua ação como homem público. Razões que o levaram a participar do golpe de 1930. Demonstro como ocorreu a sua passagem do projeto autoritário de Vargas para o integralismo de Plínio Salgado. Após se decepcionar com o Governo Vargas, Penna militou na Ação Integralista Brasileira. A tese visita toda a trajetória de Penna como homem público, bem como destaca-o na condição de um ator histórico que realizou uma leitura política de Brasil a partir de uma ideia de “consciência sanitária”.

## ABSTRACT

This thesis is focused on the trajectory of Belisário Penna and it is especially related to his public-life performance and his understanding of a nation. He was a member of the Oswaldo Cruz's team on the Oswaldo Cruz Institute. Penna was established as an interpreter of the nation which sought through a "sanitary conscience" to solve issues of social, medical, political and moral order of Brazil, in this way his proposal for sanitation was, for excellence, the construction of a sociological analysis of the nation. Such construction was under the influence of Alberto Torres's work and in the political discussion relied in the republicanism, liberalism and federalist decentralization as major sources for population's lack of assistance. Amid this debate, this thesis demonstrated how Penna was aligned to generation of intellectuals disappointed with the republic. In addition to Torres, Penna spoke with Licínio Cardoso, Antônio Carneiro Leão, Oliveira Vianna, Renato Maurity Jardim and Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. In his project of sanitized nation, the political moralization, authoritarianism and centralism political and administrative became part of his action as a public man, which led him to participate in the coup of 1930. I demonstrate how occurred the passage of Varga's authoritarianism to Plínio Salgado's integralism. Thus, the thesis permeates Penna's trajectory as a public man, as well as highlights him as an historical character which carried out a political approach of Brazil from an "sanitary awareness" point of view.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>11</b>
<b>DO INTERIOR DE MINAS PARA O INTERIOR DO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
1.1. FAMÍLIA, FORMAÇÃO E MEMÓRIA .....	11
1.2. ENTRE LEMBRANÇAS E SILENCIAMENTOS DO HOMEM PÚBLICO .....	22
1.3. O RIO DE JANEIRO, MANGUINHOS E AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS: A FORMAÇÃO DO SANITARISTA.....	31
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>56</b>
<b>CONSCIÊNCIA SANITÁRIA E UNIDADE NACIONAL.....</b>	<b>56</b>
2.1. DIVULGAÇÃO E (N)AÇÃO: <i>SANEAMENTO DO BRASIL</i> E A LIGA PRÓ-SANEAMENTO DO BRASIL .....	56
2.2. A PROPAGANDA DO SANEAMENTO E BELISÁRIO PENNA NA OBRA DE MONTEIRO LOBATO .....	71
2.3. O SANITARISMO COMO CHAVE INTERPRETATIVA PARA A ABSOLVIÇÃO DA RAÇA .....	74
2.4. A EUGENIA “PREVENTIVA” DE BELISÁRIO PENNA: SANEAR É EUGENIZAR .....	82
2.5. A OSCILANTE DÉCADA DE 1920.....	90
2.6. A CONSCIÊNCIA SANITÁRIA NA ERA VARGAS.....	113
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>136</b>
<b>A LEITURA POLÍTICA DE BELISÁRIO PENNA .....</b>	<b>136</b>
3.1. FILIAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO: A GERAÇÃO QUE NASCEU COM A REPÚBLICA .....	136
3.2. “BONS INTUITOS NÃO BASTAM”: UMA DISCUSSÃO SOBRE A REPÚBLICA .....	145
3.3. ABOLIÇÃO E DESORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	155
3.4. A CONCEPÇÃO AGRARISTA.....	159
3.5. A CONSTITUIÇÃO DE 1891: O FEDERALISMO E A DESCENTRALIZAÇÃO INDESEJÁVEL .....	162
3.6. ANTILIBERALISMO E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO.....	174
3.7. A DESILUSÃO COM O PROJETO POLÍTICO DE VARGAS .....	187
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>196</b>
<b>O INTEGRALISMO DE BELISÁRIO PENNA .....</b>	<b>196</b>
4.1. FRONTEIRAS HISTORIOGRÁFICAS: FASCISMO ITALIANO E INTEGRALISMO .....	196
4.2. PENNA VESTE A CAMISA VERDE .....	210
4.3. O VOTO DO CHEFE: PENNA PRESIDENTE! .....	219
4.4. AMEAÇA DE MORTE, SAÍDA DA VIDA PÚBLICA E FALECIMENTO.....	227
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>233</b>
<b>FONTES DE PESQUISA .....</b>	<b>239</b>
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS .....	239
FONTES.....	239
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>251</b>



PROF. BELISARIO PENNA  
Homenagem de "Medicina Técnica e Social"

## INTRODUÇÃO

Belisário Penna (1868-1939) pode ser colocado na estante dos intérpretes nacionais críticos da República e do federalismo mobilizados por um forte discurso nacionalista. Nesse grupo estão, entre outros, Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Vianna (1883-1951), Monteiro Lobato (1882-1948), Vicente Licínio Cardoso (1889-1931), Olavo Bilac (1865-1918) e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892-1979).

Assim como esses intelectuais, Penna também buscava a sua leitura de Brasil. Médico de formação, a sua carreira profissional começou a ascender apenas em 1904, aos 36 anos, quando passou a figurar na equipe de inspetoria de Oswaldo Cruz (1872-1917) e no Instituto de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Foi nesse estabelecimento científico que Penna especializou-se na medicina experimental, sob a orientação de Oswaldo Cruz, do qual foi discípulo. Desse modo, a higiene e a profilaxia passaram a nortear o seu interesse profissional.

No Instituto de Manguinhos foi convidado a integrar diversas viagens científicas ao interior do Brasil para acompanhar a construção de obras de infraestrutura, em cooperação com a Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Ministério da Viação. Em conjunto com outros médicos procurava debelar epidemias e propor medidas sanitárias. Penna foi apresentado a um Brasil cuja população interiorana estava esquecida, doente, faminta e viciada no tabaco e alcoolismo. Doravante, pensando na recuperação dessa população, reivindicou uma maior atenção por parte do poder público em relação à saúde pública. A partir desse momento inicia um projeto cuja intenção era despertar os homens públicos para a necessidade de uma consciência sanitária.

Penna constatou que os problemas de abandono da população sertaneja passavam pela negligência dos homens públicos que, desde a criação da República, preocupavam-se unicamente na manutenção do poder e no enriquecimento pessoal. Mencionava que essa indiferença com a população interiorana gerava um distanciamento do sentimento de nacionalidade e inviabilizava uma integração nacional. Segundo ele, os políticos somente lembravam da existência dessa população em períodos eleitorais ou para somar impostos. A classe dirigente percebia esses cidadãos como doentes, indolentes, condenados racialmente, viciados e sem força para o trabalho. Na perspectiva de Penna, a consciência sanitária solucionaria tais problemas e reintegraria o Brasil. O aspecto moral da classe dirigente passou a nortear sua visão de Brasil. Portanto, era responsabilidade dos homens públicos investirem



em condições de higiene, profilaxia e educação sanitária. As ciências e o saneamento assumiam um papel decisivo para a construção de um sentimento de unidade nacional.

Por meio da sua formação técnico-científica, Penna realizava uma leitura de país que exigia uma tomada de consciência das classes dirigentes voltada à saúde pública. Esse modelo era uma crítica não somente ao comportamento dos homens públicos, mas ao sistema federalista criado na fundação da República, o qual prejudicava a ajuda mútua entre os estados e a União.

Ao regressar das viagens científicas passou a denunciar a situação de abandono do interior do Brasil e propor um projeto de reforma nacional de saneamento. Uma parte da classe dirigente e da intelectualidade brasileira ficou incomodada com o cenário descrito por Penna. Afinal, a narrativa não era a de um político profissional ou a da oposição, mas a de uma autoridade médico-científica legitimada pelo Instituto de Manguinhos.

Quando menciono o capital de crédito médico-científico de Penna, não me refiro de modo *stricto sensu*. Como se sabe, Penna não era reconhecido por atividades de pesquisa laboratorial ou medicina clínica. No entanto, no aspecto profissional, sua formação no IOC o conectou à tradição de médicos e cientistas que legitimava a sua perspectiva de nação. De modo geral, em relação ao seu papel nos cargos administrativos, Penna também deve ser compreendido como um burocrata. Contudo, considero que sua participação na burocracia estava vinculada ao modo como as suas redes de sociabilidade o enxergavam. Isto é, o componente da tradição no IOC torna-se uma questão importante na trajetória de Penna. Assim, a ideia de capital de crédito médico-científico está relacionada à sua trajetória e à legitimação do “mito de Oswaldo Cruz”, que, segundo a socióloga Nara Britto, permitia “[...] uma espécie de credenciamento que os médicos precisavam obter para participar do debate sobre a construção da nação, que marcou aquele contexto após a Primeira Guerra Mundial”<sup>1</sup>. Em relação ao projeto de saneamento de Penna, concordo com a autora que a vinculação à tradição do IOC trazia um caráter de reconhecimento social, pois Penna aparecia como um cientista autorizado “[...] para liderar o projeto de modernização do país, objeto da luta simbólica e política que se travava entre diferentes setores sociais e facções políticas”<sup>2</sup>. A rigor, o que estava em jogo nos cargos que ocupou nas administrações públicas era a execução do seu projeto nacionalista de consciência sanitária – compartilhado por uma parcela da intelectualidade.

---

<sup>1</sup> BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, p. 126.

<sup>2</sup> *Ibidem.*, p. 127.

No contexto global, a eclosão da Primeira Guerra Mundial aumentou o sentimento nacionalista e colocou projetos como o de Penna na ordem do dia. Durante a guerra, constatou-se a necessidade de dispor de uma população forte capaz de ir ao campo de batalha e assegurar a soberania nacional. Como poderia o Brasil vencer uma guerra ou defender o seu território com uma população abandonada, fraca e insensível ao sentimento de pertencimento à nação? A consciência sanitária almejava corrigir todos esses desvios.

Como discutem Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, “A campanha pelo saneamento do Brasil sensibilizou progressivamente nomes expressivos das elites intelectuais e políticas do país e teve como um dos marcos mais significativos a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil”<sup>3</sup>. Penna, o articulador da Liga, além de representar a principal liderança do saneamento, fomentava os discursos de que era preciso maior centralismo político e administrativo federal. Essa busca pela centralização culminou, entre outras medidas, na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Não tardou para que a sua militância pelo saneamento o levasse para os quadros administrativos, figurando como homem público ainda na gestão Wenceslau Brás – que também era membro da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Na esfera pública, Penna procurou divulgar a sua concepção de consciência sanitária e exigir maior centralização e autoridade da União no gerenciamento da federação. Embora Penna fosse um homem público pouco habilidoso nas negociações políticas, o capital de crédito ligado ao Instituto Oswaldo Cruz e o discurso extremamente nacionalista que era palatável à parte da elite e da classe dirigente, o transformavam em uma figura pública requisitada.

Dentre os objetivos desta tese, demonstrarei como o discurso autoritário e centralista (administrativo e político) acompanhou Penna durante a sua trajetória e foi vital para a sua proposta de consciência sanitária. A partir de trabalhos historiográficos como o de Luiz Antonio Castro Santos, Nísia Trindade Lima, Gilberto Hochman e Cristina Maria Oliveira Fonseca, investigo como Penna esteve envolvido na ideia de centralização da saúde pública e da política de forma geral.<sup>4</sup> O diálogo com essa historiografia é importante para compreender

---

<sup>3</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 5 v. 2, 2000, p. 317.

<sup>4</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999; CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, 1985, pp. 193-210; \_\_\_\_\_. *O pensamento social no Brasil:*

a sua passagem, em meados de 1930, do autoritarismo varguista para o integralismo, em que os valores da centralização foram novamente buscados, mas sob uma nova perspectiva de mobilização.

Sua maior obra intelectual, *Saneamento do Brasil*, foi publicada apenas em 1918, quando completava cinquenta anos de idade. Dispondo do seu principal acervo, o Fundo Pessoal Belisário Penna, optei por investigar o período antecedente à publicação de *Saneamento do Brasil*. Desse modo, discuto suas escolhas profissionais, filiações intelectuais, debates realizados com diferentes grupos políticos e intelectuais, a importância do IOC e Oswaldo Cruz na sua concepção reformista, bem como sua formação política por meio da obra de Alberto Torres – que considero o seu principal formador político. Sustento que Torres é um intelectual fundamental para entender grande parte do pensamento político de Penna.

Um importante fio condutor que aparece periodicamente na tese é o tema do alcoolismo. Primeiramente, por ser uma questão pouco explorada nos estudos sobre Penna, mas que ocupa lugar central na sua leitura de Brasil juntamente com as doenças e o analfabetismo. Depois, o combate ao alcoolismo é um bom exemplo para compreender qual o papel que o Estado centralizador e autoritário deveria exercer na sociedade, especialmente na vigilância social. Este Estado atuaria sobre a esfera pública X privada e individual X coletiva.

Outra preocupação que orientou a pesquisa foi a ação de Penna como homem público. Com base na documentação apresento um Penna bastante envolvido com a política nacional e ambicionando cargos públicos. Além das suas funções administrativas, analisei os conflitos, apoios, projetos, redes, interlocuções, consequências e resultados de suas ações. Em geral, dialoguei mais diretamente com Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Werneck Vianna, Lucia Lippi Oliveira, Cláudia Viscardi, Angela Alonso, Bolívar Lamounier e José Murilo de Carvalho.<sup>5</sup> São autores que me possibilitaram entender qual era o papel de um homem público nas primeiras décadas do século XX e por quais razões temas como a centralização política, o

---

pequenos estudos. 1ª Ed. Campinas: Edicamp, 2003; FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

<sup>5</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. 1ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978; VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 1ª Ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011; \_\_\_\_\_. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2017; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990; ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002; LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo. 1ª Ed. Companhia das Letras, 1990; \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.



nacionalismo e o autoritarismo tornaram-se conceitos decisivos para parte dos dirigentes nacionais e grupos intelectuais.

Ainda no início da pesquisa, durante o levantamento das fontes, notei outra questão pouco desenvolvida na historiografia: a participação de Penna na Ação Integralista Brasileira. Constatei erros de datação e equívocos interpretativos a respeito da sua vinculação à A.I.B. Seus contemporâneos, preocupados com a sua memória, buscaram omitir ou relativizar a sua presença no movimento, de modo que esse silenciamento acabou afetando os estudos sobre a sua trajetória.

Nessa discussão, além de explicar o meu entendimento sobre o conceito de fascismo e assumir uma posição frente à historiografia, investigo o processo de filiação de Penna à A.I.B., sua militância, a recepção do seu nome, sua orientação política, o diálogo com a direção e, especialmente, sua relação com Plínio Salgado (1895-1975). Em outros termos, desenvolvo como ocorreu o processo de desilusão com o projeto político autoritário de Vargas e a imersão na proposta integralista de Salgado. Faço essa discussão a partir de autores como Robert Paxton, Héliog Trindade, Ricardo Benzaquen de Araújo, José Chasin, Marcos Chor Maio e Gilberto Calil.<sup>6</sup>

A documentação que conduz a tese encontra-se no Fundo Pessoal Belisário Penna, disponível no Departamento de Arquivos e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC), da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. O acervo foi recebido por volta de 1989 e foi doado por João Carlos Penna, neto de Belisário Penna e filho de João Fernandes de Oliveira Penna – o guardião do acervo.<sup>7</sup> Levou de cinco a seis anos para se ter “[...] um primeiro arranjo e descrição formalizado a partir de uma metodologia de tratamento de arquivos pessoais”<sup>8</sup>. No entanto, como pontua Taiguara Moreira, ainda no início da década de

---

<sup>6</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007; TRINDADE, Héliog. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 1ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1979; \_\_\_\_\_. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *In médio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988; \_\_\_\_\_. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988; CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978; MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992; CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. 1ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; \_\_\_\_\_. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus*, Juiz de Fora, v. 30, n. 1 p. 65-86, 2010.

<sup>7</sup> MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz: um estudo etnográfico sobre a construção do Fundo Belisário Penna*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p. 117.

<sup>8</sup> *Ibidem.*, p. 118.

1990, Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman começavam a exploração do arquivo para utilizá-lo como fonte histórica em seus trabalhos.<sup>9</sup>

*Um sertão chamado Brasil* (1997) e *A Era do Saneamento* (1996) iniciaram uma nova perspectiva historiográfica para compreender o projeto de saneamento de Penna, circundado no esforço de construção da nacionalidade e na edificação institucional de políticas de saúde pública em nível nacional. Portanto, são obras que inauguram as minhas discussões e impactam nas perspectivas de trabalho com Penna e seu Fundo Pessoal.

Outra obra que influenciou esta tese foi *A ciência a caminho da roça* (1991). A riqueza de imagens aliada à narrativa de um projeto nacional sob a tutela de cientistas expõe a relevância da discussão historiográfica do período, a expansão documental do acervo – sob a guarda da FIOCRUZ – e as possibilidades metodológicas para a análise do material. Por exemplo, o que Penna, sob a sombra de uma jurema, oferecendo consultas a dezenas de moradores do estado do Piauí, representa na discussão dessas expedições no início do século XX?<sup>10</sup> Na interpretação de Nísia Trindade Lima, “O processo de elaboração de novas interpretações sobre o Brasil foi, ao mesmo tempo, o de constituição da identidade desses novos atores sociais”<sup>11</sup>. Foi este o caminho que procurei percorrer.

No que diz respeito à orientação e mapeamento do Fundo Pessoal Belisário Penna, dois trabalhos foram essenciais: a dissertação de mestrado de Moreira e o artigo *Belisário Penna: notas fotobiográficas*, de Eduardo Vilela Thielen e Ricardo Augusto dos Santos.<sup>12</sup>

Em vista do caráter metodológico das fontes, embora o Fundo Pessoal Belisário Penna seja oriundo de doação familiar<sup>13</sup>, a sua organização temática e serial foi realizada pelo Departamento de Arquivos e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. O caráter metodológico dessa observação é colocado por Maria Teresa Villela Bandeira de Mello ao mencionar a influência de arquivistas e documentalistas no processo de organização do material, principalmente aqueles advindos de doações. Isto é, a investigação do pesquisador está condicionada às decisões de arrumação das fontes por temas, situações, subjetividades,

<sup>9</sup> Ibidem., p. 120.

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE, Marli Brito; BENCHIMOL, Jaime Larry; PIRES-ALVES, Fernando Antonio; et.al. (Orgs.). *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

<sup>11</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 208.

<sup>12</sup> MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 120; THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009. pp. 387-404.

<sup>13</sup> Taiguara de Souza Moreira, ao realizar um estudo etnográfico sobre a construção do Fundo Belisário Penna, anotou que a preservação dos registros de Belisário Penna esteve sob os cuidados do seu filho, João Fernandes de Oliveira Penna, “[...] que atuou também na produção de árvore genealógica e biografia de Belisário Penna e pode ser caracterizado pelo que a literatura especializada chama de guardião da memória” (MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 30).

ou outras características na transformação de patrimônio documental.<sup>14</sup> De modo geral, tal arrumação do arquivo facilitou o meu arranjo das fontes, uma vez que as divisões temáticas, muitas vezes organizadas cronologicamente, me economizaram tempo.

O tratamento com arquivos pessoais não é mais uma novidade na historiografia, pois há mais de vinte anos, em um texto clássico, Angela de Castro Gomes orientava sobre a importância do tratamento teórico-metodológico na investigação de arquivos privados. Embora atualmente o alerta sobre a “ilusão da verdade” esteja suficientemente enfatizado quando tratamos dessa modalidade documental em particular, ela não é menos importante quando convivemos diariamente, por quatro anos, nos escritos, cartas e discursos de um personagem.<sup>15</sup>

O acervo é composto por mais de seis mil documentos<sup>16</sup> e dividido da seguinte forma: Documentos Pessoais, Correspondências, Trajetória Profissional, Produção Intelectual, Recortes de Jornais e Fotografias. A quantidade de documentos exigiu um esforço de seleção e síntese, no qual me dediquei nos primeiros oito meses de pesquisa. Procurei separar tematicamente o material conforme exigiam as seções da tese. Primeiramente, selecionei a documentação para trabalhar com a sua vida privada e o início da sua trajetória profissional. Depois, suas ações como homem público e a questão da consciência sanitária. Em seguida me dediquei ao seu pensamento e discurso político. Finalmente, como ocorreu a sua adesão ao integralismo. Na verdade, o método de separação se mostrou pertinente, mas pouco rígido, uma vez que frequentemente eu era obrigado a migrar de uma seção à outra na escrita dos capítulos, muitas vezes colocando o mesmo documento em duas ou três seções diferentes.

A despeito do tamanho do arquivo, quantitativamente me centrei nos documentos textuais. Entre essa documentação, há alguns escritos similares, haja vista que Penna, por vezes, tinha como hábito reescrever seus trabalhos. No entanto, foi oportuno sempre confrontá-los antes de descartá-los, para observar se havia supressão de frases ou parágrafos em comparação ao texto originalmente publicado.

No andamento da pesquisa percebi a necessidade em ampliar as fontes. Para tanto, além do Fundo Pessoal Belisário Penna, foram utilizados impressos do portal de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Penna escrevia regularmente para

---

<sup>14</sup> MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Arquivos de cientistas como fontes para a história das ciências. In: MOLLO, Helena Miranda (Org.). *Biografia e história das ciências: debates com a história da historiografia*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 120.

<sup>15</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp. 121-127.

<sup>16</sup> 2.800 documentos textuais, 2.721 documentos iconográficos e 5 documentos cartográficos (Cf.: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/belisario-penna-4>).

vários periódicos e, na condição de homem público, aparecia com frequência envolvido ou citado nas mais diversas ações políticas. Portanto, e como mostrei nos capítulos, visitar essa documentação foi uma decisão acertada. É preciso ainda reconhecer o brilhante trabalho feito pela Biblioteca Nacional, facilitando infinitamente o trabalho dos pesquisadores a partir de sua base virtual.

Embora eu tenha adquirido a primeira edição de *Saneamento do Brasil*, outras obras publicadas por Penna, como *Minas e Rio Grande do Sul* e *Exército e Saneamento*, somente foram encontradas graças à visitação de bibliotecas. Destaco, em particular, a Biblioteca FM - Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo.

Também devo mencionar o Fundo Plínio Salgado, presente no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, e decisivo para a confecção do último capítulo. A sugestão do professor Marcos Chor Maio, durante a qualificação, me levou à documentação referente ao integralismo. No Fundo Plínio Salgado me deparei com diversas cartas, impressos e revistas integralistas que me permitiram um contato próximo não somente com o discurso doutrinário do movimento, mas principalmente com artigos escritos por Penna a partir da ótica integralista. Ainda a respeito dessa temática, estive na Biblioteca e Acervo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca, na qual obtive contato com os doze volumes da *Enciclopédia Integralista*, uma fonte que condensa a publicação de textos integralistas.

Sendo assim, a tese foi distribuída em quatro capítulos. O primeiro versa sobre a vida pessoal e formação profissional de Penna. Discuto a memória construída em torno do personagem, na qual procurou-se relativizar a sua participação no integralismo e tratá-lo como uma figura patriótica e mítica. A construção dessa memória buscou sustentar que todas as suas decisões pessoais, sejam elas fracassadas ou de sucessos, estavam vinculadas ao seu nacionalismo e a uma predestinada missão científica. Em seguida, desenvolvo o momento da chegada ao Rio de Janeiro, em 1904, para trabalhar como Inspetor Sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública. Analiso a influência do IOC na sua trajetória profissional e o envolvimento com as viagens científicas de Manguinhos. O tratamento é dado às expedições, às suas impressões nas viagens e às recepções dos seus escritos.

No segundo capítulo discuto sobre o seu projeto de consciência sanitária. Após as viagens científicas, Penna estabeleceu um compromisso de reformar a realidade do país por meio de um plano nacional de saneamento. O médico mineiro passou a denunciar o estado de abandono do interior brasileiro e a responsabilizar o Estado, representado por uma oligarquia

descomprometida e um sistema federalista falido, por distanciar a população do sentimento de nacionalidade. A retórica de cunho nacionalista e a idealização da consciência sanitária como solução para um Brasil desassistido facilitaram a sua escalada como homem público. Faço um recorte desde a entrada de Penna na administração do governo Wenceslau Brás (1868-1966) até a sua exoneração do governo Vargas, em 1932. Ainda neste capítulo discuto a interpretação de Penna sobre a questão racial. Em sua leitura de Brasil, Penna substituiu os determinismos raciais por uma ideia reformista de sociedade na qual a população brasileira poderia ser recuperada do seu estado de apatia. Para tanto, o discurso nacionalista da integração nacional e da consciência sanitária eram os sustentáculos de um futuro promissor para o país. Tal discussão me levou a aprofundar na concepção de eugenia desenvolvida por Penna e de que modo ela estava alinhada ao seu projeto reformista de saneamento.

Dediquei o terceiro capítulo à análise do seu pensamento político e atuação na política brasileira. A partir da sua produção intelectual busquei compreender mais detalhadamente a suas críticas à República, ao federalismo e ao liberalismo, o argumento autoritário e a necessidade da centralização política. Outro ponto que considerei importante foi traçar suas influências e filiações intelectuais. Nesse sentido, ressalto o papel de Alberto Torres para o discurso político de Penna. No que diz respeito às suas gestões na máquina pública, embora Penna estivesse presente em quase todos os governos presidenciais desde Wenceslau Brás, o que sustentava a sua presença era muito mais a autoridade médico-científica e o discurso nacionalista e moralista do que alguma habilidade política. Razão pela qual exploro como Penna possuía pouco poder de negociação no jogo político, restringindo a pedidos de demissão e exoneração uma estratégia de retaliação. O pouco amparo financeiro para as suas gestões e a restrição da sua autonomia acabaram sendo alguns dos motivos para que se afastasse da política no final de 1932. Sublinho como Penna confiou em um projeto autoritário e de centralização política prometido por Getúlio Vargas (1882-1954), mas que rapidamente o frustrou pela pouca autonomia recebida enquanto diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Apesar do governo Vargas ser marcado pela centralização, o poder administrativo atribuído a Penna foi muito menor do que ele almejava.

No último capítulo trabalho com o conceito de fascismo e a entrada de Penna na Ação Integralista Brasileira. Depois de três anos fora da vida pública, Penna retorna convertido na doutrina integralista. Não tardou para ganhar notoriedade no movimento e ser convidado a pertencer à Câmara dos Quarenta. Uma das preocupações do capítulo foi abordar a maneira com que Penna relacionava a doutrina integralista com os ideais conservados durante a sua

trajetória. Desenvolvo a relação entre Plínio Salgado e Penna, destacando como o Chefe do integralismo estimava o sanitarista brasileiro. O argumento principal do capítulo, em continuidade ao desenvolvimento geral da tese, esteve em observar como ocorreu a sua transição do projeto autoritário de Vargas, presente até 1932, para o movimento integralista, no final de 1935. Finalizo esta etapa demonstrando a perseguição aos integralistas pelo Estado Novo, na qual Penna foi incluído e acusado de representar uma ameaça à vida de Getúlio Vargas.

Por meio da trajetória de Penna, a tese apresenta uma perspectiva da relação entre Estado e sociedade que ainda permanece. Penna foi um ator histórico que experimentou a monarquia, o republicanismo, o autoritarismo varguista e o integralismo. Em diferentes fases manteve a crença na viabilidade de cada um desses regimes. Dessa forma, nota-se os diferentes dilemas em torno da conquista e do exercício do poder no Estado. O sanitarista brasileiro é um exemplo da pluralidade de leituras e projetos de país que marcou a República. São dilemas presentes até os dias atuais, uma vez que continuamos a lidar com desafios para a saúde pública e para a nossa democracia, dilemas nas relações entre Estado e sociedade, bem como assistimos o ressurgimento de projetos autoritários de exercício do poder.

## CAPÍTULO 1

### DO INTERIOR DE MINAS PARA O INTERIOR DO BRASIL

Foi BELISÁRIO PENNA esse gigante  
Que a Terra conheceu, qual Bandeirante!  
Das coisas da Saúde do Brasil,  
Para lutar indômito e viril.

Criança foi e jovem e estudou.  
Foi Mestre inconfundível. Pesquisou  
E os mundos ignotos conheceu  
Foi da Estatística à Biologia,  
Perquirindo de noite e todo o dia  
E tudo o que ele fez o engrandeceu.

As pestes e endemias - a desgraça  
Que torna mais tristonha nossa raça  
Viviam dizimando o brasileiro -  
E Barbacena disse: BELISÁRIO,  
Tu és agora um novo Missionário  
És da Saúde um novo Mensageiro.

E ele assim foi, conquista após conquista,  
Cientista, Mestre bom, Sanitarista,  
Deixando o bem à nossa geração.  
A Pátria, pois, de joelhos, que saúde,  
a BELISÁRIO PENNA, na virtude  
De consagrar seus dias à Nação.

(ABIGAIL BRAGA, *O Momento*, 1959)

#### 1.1. Família, Formação e Memória

A poesia de Abigail Braga, vinte anos após a morte de Belisário Penna, oferece uma perspectiva da construção da sua figura na memória coletiva. Sanitarista, mestre, missionário, mensageiro, bandeirante, gigante, são adjetivos que remontam às escolhas das peças do quebra-cabeça de suas lembranças. Todas elas em diálogo com pátria, nação e Brasil. A imagem arquitetada foi a de um médico nascido para curar o país das endemias e solucionar os problemas da saúde pública dos brasileiros. Não à toa, em grande parte dos tributos póstumos, Penna era imaginado como um grande patriota e modelo para a mocidade.

De maneira heroica, o poema retrata alguns vestígios da trajetória de Penna para a sua localização no baú de memórias da posteridade e as suas ações realizadas em vida. Mitificações à parte, Abigail Braga aponta fases da vida do médico brasileiro, e demonstra as diversas formas de apropriação da sua imagem. Portanto, em um estudo cuja proposta consiste

em investigar o pensamento político e a trajetória em governos deste médico, é preciso examinar os caminhos que o levaram para esse rumo. Isto porque o aparecimento de Penna como homem público no cenário nacional ocorreu de forma tardia. Seus textos em periódicos, palestras e conferências aparecem na segunda metade de 1910, momento em que sua vida pública floresce. Para situá-lo em uma cronologia, *Saneamento do Brasil*, obra que consagrou Penna como sanitarista e homem público, foi publicada em 1918, ano de seu quinquagésimo aniversário. Não é por acaso que a maior parte das suas produções se encontra a partir desse período. O Fundo Pessoal Belisário Penna permite mapear algumas das pegadas pouco iluminadas pela historiografia sobre este autor, mesmo antes da sua popularidade como sanitarista. Proponho em primeiro lugar analisar seus anos de vida e formação com o intuito de apresentar o personagem e segui-lo desde sua infância.

Entre o seu nascimento em 1868 e 1904, data de aprovação em segundo lugar no concurso público da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), com sede no Rio de Janeiro, a biografia de Penna nesse intervalo de trinta e seis anos é menos densa quando comparada à sua trajetória na saúde pública após 1904. Este período pode ser entendido como formativo e de investidas profissionais na clínica, comércio e política municipal. Um dos desafios em trabalhar com Penna está em analisar suas primeiras décadas de vida, pois as referências bibliográficas oferecem pouco ou nada antes da sua chegada ao Rio de Janeiro para exercer a função de inspetor sanitário. Mesmo não objetivando o caráter biográfico, acredito que percorrer por suas quatro décadas iniciais permita uma contextualização do início de sua trajetória, sem a idealização de que qualquer atitude ou decisão tenha relação com ações ou pensamentos futuros.

Entre as pesquisas acionadas na tentativa de subsidiar este aspecto, Eduardo Vilela Thielen e Ricardo Augusto dos Santos, ambos pesquisadores do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, publicaram na *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, em 2009, uma pequena biografia sobre Penna a partir de notas e fotografias presentes no Fundo Pessoal Belisário Penna. Além disso, pesquisas como a de Nísia Trindade Lima em *Um sertão chamado Brasil*, ajudaram a identificar alguns vestígios da vida privada do médico brasileiro. Desse modo, há o desafio em explorar o seu Fundo Pessoal e trazer novos elementos que contribuam na identificação de episódios pouco conhecidos de sua vida pública e privada.

No Fundo Pessoal Belisário Penna existem documentos que descrevem de forma resumida traços do seu perfil biográfico e atuação profissional em período anterior à atividade



na inspetoria de saúde pública no Rio de Janeiro. Estão sistematizados mais especificamente em documentos de terceiros e publicados em impressos periódicos no formato de homenagem, escrito póstumo ou apresentação biográfica.

Belisário Augusto de Oliveira Penna foi batizado com o mesmo nome do pai. Nascido em Barbacena, no estado de Minas Gerais, era filho de um nobre que acumulava os títulos de Barão e Visconde de Carandaí. Além do prestígio em tempos de Império, o pai de Belisário Penna exerceu a função de prefeito de Barbacena por mais de uma oportunidade.<sup>17</sup> Lina Leopoldina Lage Duque, a mãe de Penna e de seus sete irmãos, era filha de fazendeiro.

Na condição de filho de um Visconde, a infância de Penna transcorreu sem dificuldades financeiras na sua cidade natal. Obteve educação privilegiada em escola privada e completou seus estudos secundários no Colégio Abílio, fundado e dirigido pelo reconhecido educador brasileiro Abílio César Borges (1824-1891), o Barão de Macaúbas.

Além do Fundo Pessoal, podemos partilhar das memórias de pessoas que conviveram com Penna e compartilharam suas experiências. A mais conhecida foi intitulada de *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*<sup>18</sup>, publicada em 1949, de autoria de Alberto Augusto Diniz (1868-1956). A rigor, para pensar o uso de fontes biográficas é preciso ficar atento tanto ao personagem trabalhado, quanto à relação do biógrafo com o biografado.

Diniz, também nascido em Barbacena, era primo de Penna. Construiu sua carreira como advogado e foi diretor da Recebedoria de Minas Gerais e fiscal do governo mineiro junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Juiz de Fora. Teve destaque em funções administrativas no território do Acre. Inicialmente, em 1908, foi nomeado desembargador do Tribunal de apelação daquela localidade. Posteriormente, em 1926, foi governador do Acre por menos de um ano. Em 1933 elegeu-se deputado pelo Acre e liderou a bancada acreana na Constituinte. Continuou na vida política em 1934, quando foi eleito para a Câmara pela legenda do Partido Popular do Acre. Permaneceu no cargo até o Estado Novo, momento em que são suprimidos os órgãos legislativos do país.<sup>19</sup> Além da vida política, escreveu diversas obras e biografias, como: *No coração do inferno verde*, *A justiça no território do Acre*, *Vida que passa*, *Cartas* (1947) e *Henrique Diniz, mineiro de qualidade*.

---

<sup>17</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 122.

<sup>18</sup> DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/ Rodrigues & Cia, 1949.

<sup>19</sup> FGV - Fundação Getúlio Vargas. Verbete bibliográfico: Alberto Augusto Diniz. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em jan. 2017, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/diniz-alberto-augusto>.

O esboço biográfico sobre Penna foi desenvolvido a partir das memórias de Diniz. Embora ofereça detalhes sobre a vida de Penna, a narrativa está condicionada a uma criação artificial de sentido, procurando uma lógica na trajetória do biografado para explicar suas ações/decisões. Para Pierre Bourdieu, o erro dessa estratégia biográfica consiste na tentativa de compreender uma trajetória de forma serial, por sucessão de acontecimentos, sem notar as redes existentes nas relações do sujeito.<sup>20</sup>

No que diz respeito a Penna, as redes e sociabilidades intelectuais assumem um papel fundamental na análise de sua trajetória intelectual e no aparelho político-burocrático ao qual pertenceu. Sua proposta de reformismo social, por meio de um projeto de “consciência sanitária”, contribuiu para tecer uma ampla rede de sociabilidade que o acompanhou durante toda a sua estadia na burocracia governamental. Pensando as múltiplas dimensões de sociabilidade, empresto as palavras da historiadora Angela de Castro Gomes:

A noção de lugar de sociabilidade é, assim, central para o trabalho e está tomada em uma dupla dimensão. De um lado, aquela contida na ideia de “rede”, que remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de ideias. De outro, aquela contida no que a literatura especializada chama de “microclimas”, que estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual, envolvendo as relações pessoais e profissionais de seus participantes. Ou seja, se os espaços de sociabilidade são “geográficos”, são também “afetivos”, neles se podendo e devendo captar não só vínculos de amizade/cumplicidade, como igualmente a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por eventos, personalidades ou grupos especiais.<sup>21</sup>

Foram as redes que permitiram, como demonstro no decorrer desta tese, a sua continuidade e sobrevivência em distintos projetos políticos de país. Não por acaso, “[...] os intelectuais estão sempre imersos nas sociabilidades que os situam, inspiram, demarcam e deslocam através do tempo/espaço”<sup>22</sup>, sejam elas do seu nicho profissional ou da sociedade em geral.

Do seu ponto de vista, Diniz tenta explicar a partir das ações de Penna um caminho predestinado para que ele se tornasse a figura pública que ficou conhecida. Outro aspecto a ser observado é o esforço de Diniz em tratar positivamente a memória de Penna. Sua narrativa

---

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 189-190.

<sup>21</sup> GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 20.

<sup>22</sup> GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política organização*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 24.

evita entrar em decisões ou ações polêmicas, como no envolvimento com o movimento integralista brasileiro. Nesse episódio, reduzido a um parágrafo, Diniz procura apenas relativizar a questão sem atribuir juízo de valor. Por esta perspectiva, o esboço permite identificar algumas passagens de Penna, mas não pode ser comprado para além da memória individual e afetiva de Diniz.

É preciso chamar atenção para o momento de confecção do esboço biográfico, pois ocorre dez anos após a morte de Penna e posterior à Segunda Guerra Mundial. Em tal contexto, seja no esboço ou nas cartas anexas ao livro, existe uma tentativa de recuperação da sua memória afetiva e destacar uma trajetória heroica de pai de família, sanitarista e homem público. Em última análise sobre o discurso biográfico, sabe-se que o biógrafo não oferece uma “verdade” sobre a vida do biografado, uma vez que por meio da sua subjetividade ele seleciona, suprime ou enfatiza ações do indivíduo e, portanto, a “deforma”<sup>23</sup>. Mesmo pertencendo à memória individual, a obra contribui na iniciativa da construção de uma memória coletiva sobre a vida de Penna, especialmente no seu caráter de homem público e da representação de sua imagem como brasileiro modelo. A preocupação de Diniz em ordenar os acontecimentos para lhe atribuir coerência constitui uma ilusão retórica.<sup>24</sup>

A biografia está dividida em duas partes. A primeira centrada na narrativa cronológica da vida de Penna e em diálogo com as memórias de Diniz. Aliás, ao nomear a obra de “O dinamismo *patrioticamente* construtivo de Belisário Pena”, sublinha a recorrente ideia enraizada do “patriota exemplar”, uma adjetivação constante na construção da sua imagem. A segunda parte aparece como apêndice, pois são as cartas com as impressões dos leitores após a primeira publicação. Muitas das cartas foram de pessoas que conviveram com Penna e optaram por compartilhar as suas próprias experiências e memórias. Por esta vertente, nota-se tanto a construção da memória de Penna na ótica de outros interlocutores, como revela as impressões dos leitores sobre a biografia produzida.

Na primeira parte, ao dissertar sobre a juventude de Penna, Diniz destaca a infância privilegiada em um ambiente aristocrático e religioso. A família de Penna era tradicional na região. Seu tataravô foi um imigrante português chamado Capitão Fernandes Antônio do Vale (1741 – s/d). Seu bisavô era o Capitão Mor João Fernandes de Oliveira Penna (1767-1833). O avô chamava-se Comendador João Fernandes de Oliveira Penna Filho (1794-1862). O

---

<sup>23</sup> FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de história e estudos culturais*. v. 4, n.3 jul-set. 2007, p. 2.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. op.cit., p. 185.

Visconde de Carandaí, Belisário Augusto de Oliveira Penna (1836-1908) era seu pai.<sup>25</sup> Em relação ao aspecto religioso, Penna foi educado no seio de uma família católica. Em 1881, o jornal *O Apostolo*, de Ouro Preto, trazia uma matéria sobre a chegada do Bispo Diocesano Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1836-1896), que foi recebido pela população, autoridades e alunos do Colégio Abílio de Barbacena. Foi Penna, aos 12 anos de idade, o responsável por recitar uma saudação ao bispo em nome dos colegas.<sup>26</sup>

A narrativa de Diniz segue o modelo de exaltação da vida de Penna, o que exige uma leitura cautelosa. Um exemplo dessa construção da imagem é referido no trecho em que Diniz descreve um episódio à época em que ambos eram acadêmicos: “[...] íamos passar as férias em Barbacena, vez por outra saíamos a cavalo pelos arredores da cidade e se em caminhos pobres encontrávamos, Belisário lhes ia dando, com palavras de simpatia, o dinheiro que consigo trazia”<sup>27</sup>. É indiferente avaliar para esta tese se Penna auxiliava ou não os necessitados, mas o excerto ajuda a entender como a aproximação e admiração entre autor e biografado induz na escrita da biografia.

No período escolar, Diniz classificou Penna como um jovem de inteligência lúcida e fácil apreensão, mas pouco aplicado. Ao concluir o secundário optou pela profissão de médico, matriculando-se inicialmente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Posteriormente transferiu-se para a Faculdade de Medicina da Bahia<sup>28</sup>, na qual obteve o diploma em 1890, aos 22 anos, ao defender a Tese Doutoral intitulada de “Principaes theorias da Febre”<sup>29</sup>.

Com o término do curso na Faculdade de Medicina da Bahia, o acompanhou em seu retorno a Barbacena, Ernestina Chaves, sua primeira esposa. Ernestina era filha do

<sup>25</sup> Informações baseadas na árvore genealógica compartilhada pela bisneta de Belisário Penna, Luciana Penna Franca, ao pesquisador Taiguara de Souza Moreira. Cf.: MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 82.

<sup>26</sup> “Em seguida o Sr. Dr. Abílio pediu à Sua Majestade que permitisse ao aluno Belisário Penna, filho do barão de Carandaí, recitar uma poesia de saudação à sua Majestade. Foi geral a estupefação pela maneira clara e expressiva com que o menino, de 12 anos somente, recitou. O desembaraço do menino, a segurança da frase, reunidas à coragem com que recitava diante de Sua Majestade muito agradaram e o tornaram alvo de simpatia de todas as pessoas presentes. Sua Majestade mesmo afagou-o ao terminar a saudação. Ainda os alunos cantaram, acompanhados a piano, a poesia de Gonçalves Dias, ‘Minha terra tem palmeiras’, que muito agradou, tomando parte importante na execução, o mesmo menino Belisário Penna” (*O Apostolo*. Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 35, 30 de março de 1881, p. 1).

<sup>27</sup> DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Penna*. op.cit., p. 16.

<sup>28</sup> Segundo Nísia Trindade Lima, a transferência ocorreu devido à ausência de bom desempenho acadêmico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 122-123).

<sup>29</sup> Tese localizada na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia. Código 090-C.

desembargador João Rodrigues Chaves (1830-1902), pai de outros sete filhos<sup>30</sup>. Entre eles, Leocádio Rodrigues Chaves (1877-1947), que viria a ser colaborador de Oswaldo Cruz e vinculado à função de secretário do Instituto Oswaldo Cruz, sob a direção de Carlos Chagas. Em *Saneamento do Brasil*, por exemplo, o nome de Leocádio aparece entre o grupo de especialistas que percorreu o interior do país e avistou os problemas referentes às moléstias, especialmente em vista dos efeitos da Tripanossomíase americana.<sup>31</sup>

Do casamento com Ernestina nasceram quatro filhos, mas apenas Maria e Celina sobreviveram.<sup>32</sup>

Este é o período que marca o início da sua atividade profissional como médico. Em uma análise comparativa das fontes, Diniz relata a dificuldade de Penna em se consolidar na profissão. O periódico *O Momento*<sup>33</sup>, ao publicar homenagem póstuma, referiu-se brevemente a esta etapa destacando o seu fracasso na clínica médica. As frequentes mudanças de cidades na região mineira, sob os mais variados motivos, foram os sinais da sua instabilidade profissional.

Penna inicia sua profissão em 1890, na Colônia Rodrigo Silva, um distrito a menos de 10 quilômetros de Barbacena. Em seguida migrou para Ibertioga, pouco mais de 40 quilômetros da sua cidade natal. Seus próximos destinos foram as cidades de Lima Duarte e Coronel Pacheco, ambas nas redondezas da cidade de Juiz de Fora. Mesmo com maiores vencimentos em Coronel Pacheco, Penna optou por mudar-se novamente, dessa vez para Juiz de Fora, uma cidade em plena expansão.

A escolha não foi ao acaso, apelidada de Manchester Mineira, Juiz de Fora vivenciava um processo de desenvolvimento e urbanização atrelado em grande medida à sua produção agroexportadora e ao café. O crescimento urbano da cidade promovia o aumento dos seus habitantes. No final do século XIX, com o recente fluxo de imigração e a construção de rodovias de acesso, a cidade chegava aos 15 mil habitantes.<sup>34</sup> Sendo assim, era um centro de

---

<sup>30</sup> Certidão passada a pedido do Doutor Francisco de Britto Cunha. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>31</sup> Além de Leocádio constam os nomes de Oswaldo Cruz, Gaspar Vianna (1885-1914), Carlos Chagas, Adolpho Lutz (1855-1940), Artur Neiva, Astrogildo Machado (1885-1995), Eurico Villela (1883-1962) e do próprio Belisário Penna (PENNA, Belisário *Saneamento do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918, p. 146). Ademais, é possível encontrar material iconográfico da atuação de Leocádio no IOC no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

<sup>32</sup> Cf.: THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Belisário Penna*. op.cit., p. 389.

<sup>33</sup> *O Momento*. Belisário Augusto de Oliveira Penna: Grande artífice da educação sanitária do nosso povo - dados biográficos. julho-dezembro, 1959, p. 7.

<sup>34</sup> LANA, Vanessa. *Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), 1889-1908*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 73.

oportunidades para a população ao seu redor, tanto da Zona da Mata mineira, como das cidades próximas, a exemplo de Barbacena.

Há poucos registros de Penna nessa década, competindo aos seus memorialistas a tarefa de descrição e interpretação. A explicação por ter passado por cinco cidades diferentes em um curto período é resumida à motivação por maiores rendimentos como médico. Embora a dificuldade financeira esteja correta, há a concorrência por clientela como fator determinante para o insucesso de Penna. Para um médico recém-formado era pouco provável que a combinação dos dois fatores ocorresse.

Sem conseguir se fixar nas cidades pequenas, Penna optou por Juiz de Fora ao visualizar um cenário profissional mais promissor. Inicialmente, trabalhou como médico na Hospedaria dos Imigrantes. Mais tarde, pediria demissão “[...] por motivo do não atendimento de suas reivindicações de melhorias nos serviços que prestava”<sup>35</sup>. Diferentemente da cidade de Ibertioga, em que dispunha de uma clientela fixa e maiores rendimentos, principalmente pela ausência de médicos locais, em Juiz de Fora a situação foi adversa. Em constante desenvolvimento, Juiz de Fora estava bem organizada no ramo médico, com profissionais tradicionais e detentores de uma clientela fiel. A cidade contava com uma Sociedade de Medicina e Cirurgia e os médicos mais prestigiados estavam envolvidos em assuntos políticos, inclusive com relação à higiene da cidade. Mesmo com uma medicina oficial praticamente institucionalizada, a população juiz-forana mantinha estreita aproximação com curandeiros e suas práticas de cura.<sup>36</sup> A crença nos curandeiros também constituía grande apelo por parte da população e dificultava a inserção da medicina acadêmica, racionando a atuação médica.

Aliás, a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) é um exemplo dos esforços para consolidar e legitimar uma classe médica organizada na cidade. Fundada em 1889, a Sociedade era predominantemente composta por médicos, embora fosse formada por outros profissionais da área da saúde. Em vista do contexto estrutural de Juiz de Fora, marcado pelo aumento populacional e a necessidade de reformas sociais, a SMCJF buscou disseminar o seu programa de compreensão científica e atuou no saneamento e na salubridade local. Ela também possuía suas próprias regras de aceitação de membros e de condutas. A Sociedade era composta por um grupo prestigiado da classe médica juiz-forana, sendo muitos dos seus membros envolvidos com a política. A SMCJF tornou-se um espaço de

---

<sup>35</sup> THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Belisário Penna*. op.cit., p. 389.

<sup>36</sup> LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*. op.cit., p. 22.

sociabilidade de uma elite local.<sup>37</sup> Em geral, a classe médica da cidade era derivada de tradicionais famílias ligadas à atividade industrial ou à cafeicultura.<sup>38</sup>

No que diz respeito ao *status* da legitimidade da medicina, a população pouco distinguia a prática médica entre um ou outro profissional como critério de confiabilidade. A opção pelo médico envolvia critérios extraprofissionais como relações pessoais ou hábitos culturais.<sup>39</sup> Se partirmos da análise da SMCJF, o prestígio dos seus membros era fruto da posição social que representava, e não exclusivamente pela habilidade médica. Portanto, para um médico recém-chegado à cidade, era natural que houvesse dificuldade em fixar clientela em vista da concorrência e do prestígio, ao menos em um curto espaço de tempo.

Mesmo com a dificuldade de consolidar-se profissionalmente, Penna permaneceu na cidade por mais tempo.<sup>40</sup> Entre outras qualidades, havia naquele município boas escolas privadas, um corpo médico e de advogados bem estabelecido, bancos, comércio ativo, lavoura, ferrovias e telégrafos. As expectativas e a expansão de Juiz de Fora contribuíram para sua permanência, principalmente pela possibilidade de buscar outros rendimentos. Comparada a Barbacena e às pequenas cidades mineiras, Juiz de Fora oferecia maiores oportunidades.

O crescente desenvolvimento de Juiz de Fora conviveu com o problema das doenças que se alastravam em diversos estados brasileiros. Autoridades médicas e políticas do município se mobilizaram para alargar políticas rigorosas de higiene pública e habitacional, muitas delas repressivas. Ainda em tempos de Império, assim como em Ouro Preto, então capital da província, a cidade recebia frequentemente registros das Câmaras Municipais sobre a dificuldade de debelar doenças como febres, malária, varíola, tuberculose e hepatite. Entre 1873 e 1874, a varíola adoeceu cerca de mil pessoas e foi responsável por 241 mortes em Juiz de Fora.<sup>41</sup>

Com o advento da República, a vigilância sanitária passou a ocupar a agenda pública da cidade com maior ênfase. O modo de vida, a pobreza, a ociosidade, a mendicância e o curandeirismo eram algumas das preocupações por parte da elite local, principalmente de setores conservadores de Juiz de Fora, que exigiam ações verticais por parte do poder público.

---

<sup>37</sup> Ibidem., p. 38-39.

<sup>38</sup> Ibidem., p. 39.

<sup>39</sup> COELHO, Eduardo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 76.

<sup>40</sup> Na data de 1899 é possível observar um anúncio no *Almanach de Juiz de Fora* da sua atuação médica na Rua Direita nº 172 (*Almanach de Juiz de Fora*. Editor Olavo Mattoso. Juiz de Fora, Ano IV, 1899, p. 294).

<sup>41</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Epidemias, Estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX. *Dynamis*, v. 31, n. 1, 2011, p. 46.

O tema também chamou a atenção da SMCJF, que emitia seus pareceres relacionados à higiene e salubridade pública, concordando ou discordando das decisões do governo municipal.<sup>42</sup> As epidemias tornaram-se um mecanismo de controle da vida social e de normatização da população.

Entre as epidemias, a febre amarela causou maior impacto na vida de Penna. Ainda residindo em Juiz de Fora, o ano de 1897 foi marcado pelo falecimento por febre amarela de sua esposa Ernestina, com quem começava a constituir uma família. A doença preocupava cada vez mais as autoridades do país e teria chegado na cidade três anos antes, em 1895, difundindo o medo em toda a Zona da Mata mineira.<sup>43</sup>

A morte de Ernestina remodelaria a rotina de Penna. Além da tristeza havia a responsabilidade de cuidar das duas filhas. Em consequência, no ano seguinte decide retornar à Bahia, local de residência da família de sua falecida esposa. Da Bahia saiu novamente casado, agora com Maria Augusta Rodrigues Chaves, irmã de Ernestina, com quem teve mais nove filhos.<sup>44</sup> Na visão romântica da biografia de Diniz, a decisão de se casar com uma das irmãs de Ernestina deu-se mais pela preocupação com as filhas do que consigo mesmo, pois Maria Chaves, além de ser uma companheira fiel, abraçaria as filhas de sua irmã como se fossem suas.<sup>45</sup> Mesmo os pequenos fatos emocionais da vida de Penna são cuidadosamente narrados por Diniz na tentativa de não causar má impressão ou julgamento negativo. Portanto, para ele, o relacionamento com a irmã de Ernestina era um gesto de bondade para com as filhas, demonstrando a atitude de um pai exemplar.

Novamente em família, Penna regressou a Juiz de Fora com uma nova decisão profissional. Ao perceber que seus rendimentos como médico clínico eram insuficientes, buscou rentabilidade no ramo comercial. Isto porque a profissão médica não era sinônimo de altos lucros, sendo comum a mudança profissional como alternativa de garantir outras possibilidades de sustento.<sup>46</sup> Sem nenhuma experiência e com parte do capital emprestado do Visconde de Carandaí, aventurou-se e frustrou-se em um empreendimento de Secos & Molhados. No final do século XIX, Juiz de Fora testemunhou o crescimento das atividades alternativas de sobrevivência, como mercadores, carroceiros, quitandeiros e ambulantes.<sup>47</sup> Este contexto estava ligado à demanda populacional, à ausência de infraestrutura e à

---

<sup>42</sup> LANA, Vanessa. *Uma associação científica no "interior das Gerais"*. op.cit., p. 30.

<sup>43</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Editora UFRJ, 1999, p. 273.

<sup>44</sup> São eles: Ernestina, Eunice, Lygia, João, Júlia, Ondina, Marina, Helena e Oswaldo.

<sup>45</sup> DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*. op.cit., p. 21.

<sup>46</sup> COELHO, Eduardo Campos. *As profissões imperiais*. op.cit., p. 88.

<sup>47</sup> LANA, Vanessa. *Uma associação científica no "interior das Gerais"*. op.cit., p. 30.



competição por rendimentos. A instabilidade como médico fez Penna mergulhar na atividade comercial na esperança de obter maiores receitas. Em 1901 o jornal de Juiz de Fora *O Pharol*, homenageava o aniversário de Penna descrevendo-o como “[...] zeloso gerente de importante firma dessa praça B. Penna & C.” e “digno negociante”.<sup>48</sup>

O jornal *O Momento*, ao fazer o balancete da vida de Penna em Juiz de Fora, afirmava que tanto na clínica como no comércio o resultado foi o fracasso.<sup>49</sup> Entretanto, o necrológico publicado em 1939 pelo *Brazil-Médico* tratou a questão com mais sutileza, sobretudo porque Penna “Errara em parte da escolha da sua profissão, uma vez que o feitio de seu caráter e de sua índole não se coadunava em absolutamente com a estreiteza do campo de médico clínico, com que de fato nunca se conformou”<sup>50</sup>. Para outros, como José H. Dutra, amigo de Alberto Diniz, a interpretação particular segue a mesma linha amena e representava: “A transformação de Belisário, passando de fracassado comerciante a homem de ciência, foi para mim uma revelação de quanto pode quem quer e tem resolução segura [...]”<sup>51</sup>. Mais uma vez a ilusão retórica aparece como tentativa de racionalizar a trajetória de Penna.

Seu filho, João Fernandes de Oliveira Penna (1904-1987)<sup>52</sup>, ao escrever uma síntese biográfica do pai nomeada de *Centenário de nascimento de Belisário Penna* (1968), justificou que o motivo do fracasso de Penna no comércio de Secos & Molhados ocorreu devido aos excessos de perdão de dívidas de credores, uma qualidade de um homem com bondade no coração.<sup>53</sup> Essas explicações ajudam a pensar sobre a construção da sua memória, em que até a frustração no comércio era um sinal de predestinação à ciência ou sinônimo de caráter.

Apesar dos percalços profissionais, Penna conseguiu se inserir na sociabilidade juiz-forana e adentrar na política local. Para compreender seu trânsito na sociabilidade basta lembrar que, além de médico, Penna era filho de um nobre reconhecido na política mineira desde os tempos de Império. Em 1902 ocupou o cargo de vereador do município. À mão do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial - 1891 a 1940*, as referências apontam que

<sup>48</sup> *O Pharol*. Cumprimentos. Juiz de Fora, Ano XXXVI, n. 129, 30 de novembro de 1901, p. 2.

<sup>49</sup> *O Momento*. Belisário Augusto de Oliveira Penna: Grande artífice da educação sanitária do nosso povo - dados biográficos. julho-dezembro, 1959, p. 7.

<sup>50</sup> *Brazil-Médico*. Necrologia: Belisário Penna. 18 de novembro de 1939, p. 1061.

<sup>51</sup> DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Penna*. op.cit., p. 83. Um parêntese deve ser feito sobre a obra de Diniz. O esboço bibliográfico de Penna ocupa, em média, 36 páginas de um livro de 94 páginas. O restante diz respeito a um suplemento anexado com cartas recebidas de leitores comentando a obra de Diniz. Escrevem, em sua maioria, amigos e pessoas públicas do período que tiveram contato com Penna. Por exemplo, temos desde cartas do eugenista Renato Kehl e Ernestina, filha de Penna, até telegramas de personalidades políticas como Mário de Andrade Ramos.

<sup>52</sup> Provável data de falecimento. MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 72.

<sup>53</sup> PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Penna ocupou a vice-presidência da Câmara Municipal sob a presidência de João D'Ávila.<sup>54</sup> Enquanto homem público, propôs um reforço orçamentário no município de Juiz de Fora e foi membro da Comissão de Contas. Seu feito de maior repercussão na vereança ocorreu em 1903, quando foi representante do *Comércio de Juiz de Fora no Congresso Industrial, Comercial e Agrícola*, reunido em Belo Horizonte, capital do Estado, convocado e presidido pelo político e futuro Presidente de Minas, João Pinheiro da Silva (1860-1908).

Ademais, o mandato como vereador seria a sua última investida em Juiz de Fora, pois no ano seguinte integraria a equipe de Oswaldo Cruz na inspetoria sanitária do Rio de Janeiro.

## 1.2. Entre lembranças e silenciamentos do homem público

Antes de prosseguir para o tópico relativo à atividade profissional de Penna após sua chegada ao Rio de Janeiro, uma última consideração sobre a construção da sua memória deve ser discutida. Com a poesia de Abigail Braga procurei apresentar os discursos que constroem uma visão mítica da trajetória de Penna. Nesse sentido, pensando a heroificação de Oswaldo Cruz, Nara Britto comenta que sua posição no imaginário coletivo não se impõe de maneira arbitrária e que “Sua aceitação e eficácia política depende de uma crença comum enraizada no imaginário preexistente ou em aspirações e projetos futuros”<sup>55</sup>. O projeto de nação da Liga Pró-Saneamento, idealizado por Penna, era composto de diversos elementos de devoção à memória de Oswaldo Cruz para estabelecer uma continuidade com o seu trabalho e justificar a necessidade de uma campanha nacional de saneamento e intervenção na saúde pública. Entre outras, basta lembrar a proposta do próprio Penna na confecção de uma estátua de ouro maciço em tamanho real para homenagear Oswaldo Cruz.<sup>56</sup>

O processo de fabricação da memória de Penna, especialmente após a sua morte, é semelhante àquele que o médico mineiro creditava a Oswaldo Cruz. Penna era exaltado como o patriota modelo, o bandeirante, o predestinado, o sanitarista exemplar, entre outros. Estas eram as qualidades que atribuía a Oswaldo Cruz quando lembrava do mestre. Penna procurou construir sua trajetória para ser lembrado, de certa maneira, como o sucessor de Oswaldo Cruz.

---

<sup>54</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1891 a 1940*, p. 1235.

<sup>55</sup> BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 15. Como lembra a autora: “Belisário Penna não somente valia-se do nome de Oswaldo Cruz para legitimar as propostas da Liga, como tentou congregiar os discípulos e auxiliares em torno dela, estratégia indispensável para atingir os objetivos que se propunha, de reforma da saúde pública” (Ibidem., p. 72).

<sup>56</sup> Ibidem., p. 87.

No caso de Penna, a fabricação de um indivíduo laureado e nascido para a glória foi alimentada por periódicos como o *Brazil-Médico*, contemporâneos e familiares, bem como nas biografias de Diniz e João Fernandes de Oliveira Penna:

*Até 1904, durante treze anos de atividade no campo e nas cidades de Minas, teve oportunidade de verificar o atraso mental, a completa ausência de educação higiênica e de assistência oficial e o desconforto da nossa gente rural, ampliando e fortificando a impressão que trazia da infância.*

*Lucrou com isto espiritualmente, sobretudo por ficar conhecendo intimamente seu povo, apreciando de perto seus predicados de bondade e de resignação, bem como seus defeitos e sua desdita.*

*Desanimado da clínica e de outras atividades, resolveu dedicar-se ao único ramo da medicina que coadunava com o seu temperamento e sua inclinação pelo bem comum: higiene e medicina social.<sup>57</sup>*

O papel de João Fernandes de Oliveira Penna deve ser destacado, uma vez que foi o responsável pela preservação do arquivo, produção da árvore genealógica da família e biografia de Penna.<sup>58</sup> Bisneta de Penna e neta de João Fernandes de Oliveira Penna, Claudia Penna Schneider, relata que João Penna nutria uma idolatria pelo pai.<sup>59</sup> Em que pese a construção da memória, o testemunho de Schneider sustenta em certa medida a narrativa e seleção empregada por João Penna na constituição da memória de Belisário Penna.

A perspectiva do homem público modelo pode ser tateada nas cartas recebidas por Alberto Diniz, em 1948, anexadas em forma de suplemento no seu esboço biográfico. No total, são 47 cartas de contemporâneos que relataram suas impressões sobre a obra, autor e o personagem biografado.

Ao utilizar o termo “construção da memória” me refiro ao estudo de Michael Pollak, no qual a memória é entendida como um fenômeno construído e suas preocupações são parte de um contexto individual e coletivo. No caso de Penna, a relação envolve a memória e o sentimento de identidade.<sup>60</sup> Na leitura das cartas endereçadas a Diniz, nota-se que a imagem que Penna tinha de si era semelhante ou igual àquela reproduzida por seus admiradores. A construção dessa memória fortalece o sentimento de identidade, seja ele coletivo ou individual, e contribui para a representação da própria imagem de um indivíduo ou grupo.<sup>61</sup> Portanto, as cartas a Diniz evidenciam de que maneira a memória de Penna enquanto homem público foi negociada e disputada e quais características da sua trajetória foram objetos de lembranças ou silenciamentos.

<sup>57</sup> PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). [Grifo meu].

<sup>58</sup> MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 30.

<sup>59</sup> *Ibidem.*, p. 73.

<sup>60</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

<sup>61</sup> *Ibidem.*

Entre os predicados ligados à trajetória de Penna, o patriotismo tornou-se um dos mais significativos. A carta de sua filha Ernestina expressa com detalhes a relação entre Penna e o sentimento patriótico. Para Ernestina, seu pai não se preocupava em deixar uma herança material à família, mas em oferecer “[...] um nome honrado, limpo, estritamente ligado à pátria, que ele amava superiormente”<sup>62</sup>. A manutenção da imagem do “grande patriota” dialoga com o contexto da descrença nos homens públicos que administravam o Brasil republicano. Penna fazia questão de alimentar a imagem do nacionalista brasileiro, preocupado com a “gente brasileira” e a unidade nacional. Esta característica, como veremos mais tarde, o ajudava a tráfegar por setores políticos, militares e intelectuais específicos e o colocava em posição confortável para condenar moralmente o modelo político da Primeira República. Nesse sentido, Penna foi avaliado como um indivíduo ímpar, que trabalhou pelo bem da nação sem receber nada em troca. Não à toa, Ernestina recorre à frase: “Daí, com certeza, ter eu hoje a impressão de estarmos num deserto de homens de valor na vida pública do Brasil”<sup>63</sup>. Penna foi tomado como exemplo moral para justificar a ausência de homens públicos preocupados com o país. Esta relação está ligada às necessidades de uma sociedade, em um contexto histórico particular, ao elaborar a mitologia de um personagem. A construção coletiva da imagem de Penna estava associada a um sistema idealizado de valores – entre eles, valores morais –, que justificava a urgência de possuir homens públicos comprometidos com o sentimento de patriotismo ou detentor de determinadas referências morais.<sup>64</sup> Razão pela qual o patriotismo era um ponto de inflexão frente aos outros homens públicos.

O advogado Joaquim Nogueira Itagyba (1866-1959) seguia o mesmo argumento ao rememorar a vida de Penna: “Sempre dinâmico, culto, patriota desprendido das maravilhas fictícias e fantasiosas da sociedade em que vivera, foi Belisário Penna um notável americano, que só poder ser excedido por aquele gênio que foi Oswaldo Cruz”.<sup>65</sup> Muitas interpretações tomavam Penna como um dos poucos homens públicos desprovidos de interesse pessoal, sendo a melhoria da pátria a sua razão de viver. Ao ser comparado com Oswaldo Cruz, Penna é colocado na principal estante da ciência e política nacional.

Conterrâneo de Penna e Diniz, Carlos B. Gonçalves, avaliava em carta que o “[...] trabalho corresponde perfeitamente ao juízo que todos fazemos do inolvidável cientista, um

---

<sup>62</sup> Carta de Ernestina a Diniz. São Paulo, 13 de julho de 1948, p. 41.

<sup>63</sup> *Ibidem.*, p. 43.

<sup>64</sup> Para aprofundar a discussão a respeito da “construção de um mito”, ver: BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz*. *op.cit.*, p. 16.

<sup>65</sup> Carta de Joaquim Nogueira Atagyba a Alberto Diniz. 7 de julho de 1948, p. 59.

benemérito da Pátria”<sup>66</sup>. Por seu turno, o advogado e político Pedro Aleixo (1901-1975) atrelava a noção de “apostolado cívico”<sup>67</sup> à imagem de Penna enquanto legítimo representante do país. O sentimento de que Penna foi um apóstolo da higiene a serviço da nação constituiu outra característica alinhada à sua memória.

O prefácio do esboço biográfico de Diniz foi escrito pelo barbacenense e comandante da Escola Naval, Roberto de Barros, e vai ao encontro da perspectiva memorialista. Barros ressalta o “apostolado” e o caráter "evangelizador" do sanitarismo de Penna, especialmente porque “[...] acende as fogueiras do patriotismo pela vastidão do território nacional”<sup>68</sup>. Penna, na condição de homem público foi retratado como um personagem que procurava sanear a moralidade dos políticos e o aperfeiçoamento do Brasil enquanto civilização.<sup>69</sup> Atrelado à imagem de médico e cientista, passou a ser compreendido por parte de seus biógrafos e contemporâneos como um reformista da sociedade em seus mais diferentes aspectos, seja na moral ou na saúde pública.

O escritor, advogado e jornalista mineiro Almir de Oliveira (1916-2015), conhecido por sua atuação na imprensa do estado de Minas Gerais e por ter ocupado a diretoria e sub-reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora, da qual se tornou professor emérito e primeiro catedrático, também trocou cartas com Diniz. Na correspondência, Almir de Oliveira menciona que propôs à Câmara de Juiz de Fora e ao vereador Abel Pinto uma homenagem a Penna, dando-lhe o nome de uma rua. A homenagem seria no bairro Jardim Bom Pastor, um dos locais mais modernos da cidade. No entanto, à época do envio da carta, a Câmara estava em recesso e a proposta somente poderia ser oficialmente apreciada futuramente. Mesmo assim, Oliveira assegurava a necessidade da homenagem.<sup>70</sup> Com o passar do tempo Penna virou nome de rua em cidades como Barbacena e Rio de Janeiro. Ainda na antiga capital federal, foi fundada em 1948 a Escola Municipal Belisário Pena. Assim, além das homenagens escritas e discursos, percebe-se uma mobilização para preservar sua memória no espaço urbano.

A imagem do “bom sanitarista”, homem público incorruptível e patriota foi se cristalizando no imaginário coletivo, mas não sem negociações e restrições. Me refiro à sua militância na Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), cuja participação sofreu várias

---

<sup>66</sup> Carta de Carlos B. Gonçalves a Alberto Diniz. 12 de junho de 1948, p. 65.

<sup>67</sup> Carta de Pedro Aleixo a Alberto Diniz. 17 de agosto de 1948, p. 74.

<sup>68</sup> BARROS, Roberto de. Prefácio. In. DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*. op.cit., p. 8.

<sup>69</sup> Ibidem., p. 9.

<sup>70</sup> Carta de Almir de Oliveira a Alberto Diniz. 8 de junho de 1948, p. 86.

interpretações dos seus contemporâneos, sobretudo na tentativa de absolvê-lo de qualquer conotação negativa. À época, o movimento integralista ficou marcado como uma espécie de fascismo italiano à brasileira, combatido por diversos setores da sociedade, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os conceitos e contextos mais específicos da relação entre Penna e o Integralismo serão discutidos no último capítulo da tese, no entanto, ao abordar o silenciamento em relação à sua memória, o episódio com a A.I.B. ganha importância para compreender a fabricação da sua imagem.

No final da Segunda Guerra Mundial, a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália era considerada um orgulho nacional. Em contraposição, aumentava o sentimento de negação ao integralismo, considerado por muitos como uma réplica no nazifascismo europeu. Embora os integralistas recusassem tais rótulos, o clima político-social era de reação a qualquer projeto semelhante ao nazismo ou fascismo. Não à toa, o integralismo foi alvo de variadas denúncias e reportagens da imprensa sobre sua associação com os regimes fascistas, mais especificamente o modelo italiano.<sup>71</sup> De certa forma, diante à comoção do pós-guerra, o integralismo tornou-se uma antítese da FEB e uma representação da sobrevivência do nazifascismo. Para os adversários que temiam o ressurgimento do integralismo na vida política era importante a manutenção do sentimento anti-integralismo e sua associação constante com as ideologias em negação.

Conseqüentemente, este sentimento negativo se estendia aos seus membros. Se o integralismo era associado às ideologias nazista e fascista, seus participantes eram igualmente reconhecidos como seguidores de tais doutrinas. Assim, quando se pensa na construção da imagem de Penna como modelo de grande patriota, o vínculo com o integralismo poderia representar uma mancha irreparável e contraditória para sua trajetória. Nesse sentido, duas estratégias foram adotadas. A primeira foi ignorar o seu envolvimento com o integralismo. A segunda esteve no esforço pedagógico em explicar que sua ligação à A.I.B. foi motivada pelo nacionalismo, uma vez que no momento da sua adesão, julgava o movimento como a melhor solução para o Brasil.

Seus filhos contribuíram para relativizar e silenciar a sua participação na A.I.B. Na síntese biográfica de João Fernandes de Oliveira Penna há uma lacuna entre a saída do Governo Provisório, em 1933, até o seu falecimento em 1939. Este espaço temporal, compreendido em parte do período em que Penna estava imerso à doutrina integralista, é propositalmente ignorado por seu filho. Na dissertação de Moreira sobre o Fundo Pessoal

---

<sup>71</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra*. op.cit., p. 89-94.

Belisário Penna, as netas de João Fernandes Oliveira Penna relatam que o avô também pertenceu ao movimento integralista, chegando a ser preso em uma determinada época.<sup>72</sup> João Penna era considerado pela família como um nacionalista radical.<sup>73</sup> Desse modo, por qual razão João Penna omitiria a informação do integralismo do pai?

Sustento dois fatores na minha hipótese. A primeira vai ao encontro da negação ao integralismo do pós-guerra e seus efeitos na sociedade brasileira. Desse modo, ligar Penna a um movimento em plena deterioração moral e social poderia macular a construção da memória do “brasileiro exemplar”. Em segundo lugar, como veremos a seguir, os próprios contemporâneos de Penna atribuíram sua entrada ao integralismo como algo decepcionante. A síntese biográfica em comemoração ao centenário de nascimento de Penna foi escrita em 1968, em homenagem realizada no auditório do Ministério da Educação com a participação de familiares, amigos e ex-colegas de profissão.<sup>74</sup> À época, acentuada a ditadura civil-militar, o país vivenciava um período de repressão e censuras, sustentada, entre outras, pelo mantra do nacionalismo. Nesse contexto, na homenagem em espaço estatal, o passado integralista de Penna era menos relevante do que o seu espírito nacionalista. A exclusão da memória integralista atende a um momento específico da narrativa sobre o médico brasileiro.

Este segundo ponto está na carta de Ernestina a Diniz. Embora não economize elogios ao autor do esboço biográfico, quando comenta sobre a participação de Penna na A.I.B., procurou fazer ressalvas à interpretação de Diniz. Ernestina descreve quais seriam as verdadeiras motivações de Penna ao filiar-se à A.I.B.:

Só faço em tudo, meu caro Alberto, uma ressalva, sem que isso em nada desmereça o seu trabalho: é no que se refere ao integralismo. Nem você, nem o Comte *entenderam esta fase da vida de Papai*. Não vou discorrer aqui sobre doutrinas políticas, mas, conhecendo, como você bem conhecia, a alma ardente e idealista de Papai, não era de admirar que ele se tivesse apaixonado pela ideia nova do levantamento moral, educação e assistência social adequada do povo que se propunha à nova corrente idealista que surgia. Pode você estar certo que foi só o reerguimento do Brasil e do povo do lodaçal vil e rasteiro getuliano em que se debatiam naquela ocasião; foi só isso que Papai viu no integralismo. *Tudo nele era só pureza de intenções, esperança vivíssima de que surgisse de toda aquela pregação patriótica um homem novo, brasileiro consciente de seus direitos e esclarecido sobre seus deveres*. Eu conversei muito com ele sobre isso. Eu ouvi, eu própria, as palavras de fé, de sonho, de idealismo do próprio Plínio Salgado, outro idealista que confiou demais em quem o cercava. Sei o que ia no coração de Papai de desejo de ver o Brasil entrar num rumo mais acertado. Sei que ele nunca mudaria seu jeito honesto, seus princípios e que a qualquer tempo que o integralismo tivesse vencido, ele diria aos responsáveis pelos destino da

<sup>72</sup> MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 72.

<sup>73</sup> *Ibidem.*, p. 87.

<sup>74</sup> *Ibidem.*, p. 74-75.

pátria o que disse ao Getúlio, quando, logo após a revolução em que lutara com este, chamado por ele a ocupar o lugar de Diretor da Saúde Pública: “Senhor Getúlio, depende de V.S que eu continue ou não revoltoso”.<sup>75</sup>

O esforço de Ernestina em provar que a relação do pai com a A.I.B. era estritamente patriótica sugere o quão prejudicial seria associar a memória de Penna ao movimento integralista naquela segunda metade de 1940. A sutileza envolve, inclusive, Plínio Salgado, no qual é interpretado por Ernestina como um “[...] idealista que confiou demais em quem o cercava”, assim como Penna. A própria absolvição de Plínio Salgado por Ernestina não acontece ao acaso, uma vez que Salgado esteve próximo a Penna e trocou cartas com sua família. Portanto, Ernestina justificava que o envolvimento de Penna fazia sentido à medida que buscava alternativas para o “[...] levantamento moral, educação e assistência social adequada do povo”, conservando assim a memória do homem público patriota. Novamente na perspectiva de Pollak, a memória, assim como o sentimento de identidade, é uma questão importante na disputa dos valores familiares.<sup>76</sup> Não é por acaso que ao final da carta há uma mensagem anexada informando que as palavras de Ernestina representavam “[...] o pensamento de todos os irmãos e irmãs”<sup>77</sup>. A família constitui este elemento de disputa da construção social da memória e da identidade do sujeito.

Na análise do esboço biográfico, Diniz trata a relação entre Penna e a A.I.B. com cautela. Sem entrar em detalhes, dedica um único parágrafo à questão ao descrever a sua surpresa ao ver Penna vestindo a camisa verde. Eximindo-se de qualquer juízo de valor, narra a conversa que teve com Penna na igreja Outeiro da Glória, em 1937, em ocasião ao casamento de uma das filhas do advogado Afonso Penna Junior (1879-1968). Na conversa, Penna relatava a Diniz sua insatisfação com Getúlio Vargas por ter promovido um golpe de Estado naquele ano. Não há maiores descrições sobre a ideologia integralista ou o envolvimento de Penna com a A.I.B. Diniz elabora sua conclusão mais à frente, ao dizer que Penna “[...] coloca-se, incontestavelmente, entre os brasileiros que mais fizeram pelo engrandecimento da pátria”<sup>78</sup>. Uma forma de justificar que todas as ações de Penna foram tomadas pensando exclusivamente no Brasil.

Entre as cartas recebidas que mencionaram o assunto, o advogado Joaquim Nogueira Itagyba relata sua interpretação sobre o integralismo e a participação de Penna. Refere-se assim sobre sua saída do Governo Provisório e seu ingresso na A.I.B.:

<sup>75</sup> Carta de Ernestina a Diniz. São Paulo, 13 de julho de 1948, p. 44-45. [Grifo meu].

<sup>76</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. op.cit., p. 205.

<sup>77</sup> Carta de Ernestina a Diniz São Paulo, 13 de julho de 1948, p. 48.

<sup>78</sup> DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*. op.cit., p. 34-35.



Abandonando, certamente enojado, aquele cargo, alheou-se da coisa pública e, com espanto meu, e de todos os seus amigos, despiu seu colarinho republicano para se meter dentro da sarja azul do maluco ambicioso que inventou o integralismo, pseudônimo descarado do nazismo ou trabuquismo teutônico. Última vez que o vi foi na Galeria Cruzeiro (encontro casual) e, abraçando-o, não pude conter-me e dizer-lhe “Dr. Belisário, estou pasmo em vê-lo integralista!”. Com fisionomia triste, ele sorriu e nada disse, despedindo-se cortesmente. Grande e notável homem!<sup>79</sup>

Do mesmo modo, o comandante Roberto de Barros decepcionou-se com a decisão de Penna: “Belisário Penna envergava uma camisa verde! Como já era um grande consolo vê-lo sem uma camisa parda ou vermelha, a minha surpresa, dada a confiança que nele depositava, traduziu-se apenas na tolerância de um melancólico sentimento”<sup>80</sup>. Tanto o advogado Itagyba como o comandante Barros demonstraram os conflitos em relação aos integralistas. O forte sentido político e os efeitos da década de 1930 e 1940 reduziram, como mencionou Itagyba, o integralismo à interpretação de “[...] pseudônimo descarado do nazismo ou trabuquismo teutônico”. Embora o efeito do seu ingresso na A.I.B. tenha gerado frustração e revolta por parte dos seus amigos e admiradores, havia a manutenção do respeito pela trajetória de Penna.

Cito também a revista *Educação*, ligada ao órgão da Associação Brasileira de Educação, entidade à qual Penna exerceu presidência em 1931. O periódico publicou uma breve resenha da biografia de Diniz e as principais referências à trajetória de Penna, enfatizando o caráter de chefe de família exemplar, higienista ilustre e administrador escrupuloso e provector<sup>81</sup>. Lembra, ainda, a sua participação nas campanhas de Oswaldo Cruz, a mobilização e divulgação nacional pelo saneamento, a vasta produção intelectual e a participação na política de Vargas no cargo de Ministro interino da Educação e Saúde Pública. A revista relata a convivência de Penna com homens como Carneiro Leão (1887-1966), Anísio Teixeira (1900-1971) e Flávio Lira da Silva, expoentes da A.B.E. *Educação* encerra a homenagem a Penna no ano de 1932, ignorando sua trajetória integralista após este período.

De modo geral, as explicações para o discurso integralista de Penna eram associadas à ideia do homem patriota. Era uma forma de justificar o seu histórico condicionado à nação e, concomitantemente, distanciá-lo de qualquer interpretação nociva atribuída naquele momento à ideologia integralista. Com efeito, estas interpretações oferecem uma perspectiva sobre a leitura do integralismo no pós-guerra.

<sup>79</sup> Carta de Joaquim Nogueira Atagyba a Alberto Diniz. 7 de julho de 1948, p. 58-59.

<sup>80</sup> BARROS, Roberto de. Prefácio. In: DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Penna*. op.cit., p. 9.

<sup>81</sup> Texto intitulado “Belisário Penna”, da revista *Educação*, órgão da Associação Brasileira de Educação. In: DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Penna*. op.cit., p. 70-71.

Assim como na poesia de Abigail Braga, a memória socialmente construída fixou a imagem de Penna como responsável pelo saneamento do Brasil e um homem público predestinado a salvar a nação pela via da consciência sanitária. A ciência, nesse caso, assume papel importante como um produto de autoridade na condução da sua trajetória. Não por acaso que a vida privada de Penna foi trazida à tona diversas vezes por seus memorialistas para esclarecer comportamentos ou as suas próprias concepções científicas, mesmo que inexistentes naquele momento.<sup>82</sup> Buscou-se atribuir uma lógica linear que explicasse racionalmente as etapas da sua trajetória, sempre destacando os feitos sanitários e o sentimento patriótico. Portanto, é comum observar o uso dos conceitos de *ambições da totalidade* e *ambições da coerência* como elementos constitutivos da sua trajetória. O primeiro, visa esclarecer os mais ínfimos detalhes de um percurso de vida. A segunda, pretende dar sentido ao conjunto deste percurso, mesmo que inexistam ligações entre as fases da vida.<sup>83</sup>

A seletividade da memória e do silenciamento contribuiu para a formação de uma hagiografia da trajetória de Penna, na qual seus feitos, mesmo quando não obtiveram sucesso, foram lembrados para justificar uma imagem vocacional e devotada às ciências e à pátria. Ao mesmo tempo, o silenciamento de determinadas decisões, como sua adesão ao integralismo, permite a manutenção de uma memória vitoriosa e sem contradições morais.

O excesso de preocupação com o discurso do “patriota modelo”, pelos seus memorialistas, acabou por ofuscar a análise da sua participação como homem público, em disputa com propostas de governo, ideias e concepções próprias que foram muito além do nacionalismo romantizado. Em determinada fase da vida, Penna demonstrou um interesse aberto à política nacional, procurou formar alianças e agir segundo as suas convicções políticas. Estabelecem-se assim dois discursos ao arguir as fontes sobre sua trajetória profissional. O primeiro obedece à narrativa idealizada por seus admiradores, na qual Penna foi ao Rio de Janeiro atender a sua “vocação patriótica predestinada”. O segundo, que pertence ao meu interesse, corresponde a um indivíduo que, aos 36 anos, buscava uma alternativa de sucesso profissional diante às tentativas frustradas no ramo da clínica e do comércio. Entre as narrativas do mito e do homem, a ida ao Rio de Janeiro o levou para outras aspirações para além da clínica.

---

<sup>82</sup> FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias*. op.cit., p. 3.

<sup>83</sup> *Ibidem.*, p. 5.

### 1.3. O Rio de Janeiro, Manguinhos e as expedições científicas: a formação do sanitarista

A mudança com a família de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro ocorreu em 1904, após a aprovação em segundo lugar em um concurso público que representaria um novo sentido à sua atividade profissional. O concurso era referente à nomeação de Inspetor Sanitário da Diretoria Geral de Saúde Pública, com as funções posteriormente designadas na 4ª Delegacia de Saúde. A banca examinadora foi presidida por Oswaldo Cruz e era formada por Eduardo Chapôt-Prévost (1864-1907), Henrique da Rocha Lima (1879-1956), Oscar de Souza (1870-1941) e Plácido Barbosa (1871-1938).

Sobre o concurso especificamente, há discordância quanto ao número de candidatos e a classificação final de Penna. Tal fato não tem impacto em sua trajetória, mas deve ser grifado por conta das fontes. O documento *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*<sup>84</sup> menciona que o concurso teve 42 participantes e Penna foi aprovado em segundo lugar.<sup>85</sup>

O concurso público para inspetor sanitário vinculado a Oswaldo Cruz e à Diretoria Geral de Saúde Pública é sintomático para reportar o contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Penna chegou à capital federal em meio a um turbilhão de acontecimentos na saúde e na política nacional. Em 1904, a cadeira da presidência da República era ocupada pelo advogado paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919) e a capital federal estava sob a gestão de Francisco Pereira Passos (1836-1913), ambos com mandatos iniciados em 1902 e com término em 1906. Na presente gestão, a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de modificações estruturais, seja nos aspectos urbanísticos, seja nas condições de salubridade e saúde pública.

Tais transformações atingiram as moradias que obstruíam um novo ideal modernizante almejado por setores privilegiados da política e da sociedade. O prefeito Passos, que foi associado a uma cópia do administrador francês Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), propôs modificações na espinha dorsal na capital federal ao desalojar pessoas de suas moradias, demolir e reconstruir pontos da cidade em uma espécie de caricatura parisiense. Entre as justificativas para as práticas de remodelação constava o argumento da melhoria da

<sup>84</sup> *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>85</sup> A referência é confirmada em outros impressos como o *Magazine do Brasil*, de 1953 (*Magazine do Brasil*. Recordando um grande sanitarista. Março de 1953, p. 16). Entretanto, no Necrológico de Penna, do *Brazil-Médico* de 1939, o periódico relata a quantidade de 44 candidatos e a aprovação de Penna em primeiro lugar (*Brazil-Médico. Necrologia*: Belisário Penna. 18 de novembro de 1939, p. 1061).

saúde pública, uma vez que com a maior circulação do ar, sem prédios com condições mínimas de higiene e uma arborização adequada, era impossível projetar uma sociedade livre dos micróbios e vetores que povoavam a cidade de sofrendores. Além disso, a reformulação na engenharia e na saúde pública seria um convite para novos imigrantes se aventurarem no Brasil. Contudo, a discussão era muito mais controversa. Entre os motivos das reformas estavam a ocupação de determinadas áreas da cidade por uma camada social privilegiada, o lucro do capital financeiro internacional, o monopólio da *Light and Power* no fornecimento de energia elétrica, enfim, uma trama recheada de interesses que sobrepõem unicamente as necessidades de transformação na arquitetura ou estética urbana em prol da saúde.<sup>86</sup>

O ano de 1904 foi marcado na saúde pública brasileira pelo episódio da Revolta da Vacina. Por decisão do presidente Rodrigues Alves foi estabelecida uma campanha de vacinação coletiva contra a varíola na cidade do Rio de Janeiro. No que tange às medidas profiláticas, a vacinação como alternativa de combate à varíola fazia parte das intervenções da ciência moderna. Se o foco de ação contra a peste bubônica esteve concentrado nos ratos e da febre amarela nos mosquitos, a luta contra a varíola se desenvolveu na vacinação em massa da população. Estas medidas resultaram na proposta e aprovação de uma lei de vacinação e revacinação obrigatória, sob as ameaças de punições para os discordantes.

Diversos grupos foram contrários às iniciativas de vacinação obrigatória. Entre eles estavam os opositores do governo Alves, ao exemplo de florianistas, políticos liberais como Rui Barbosa (1849-1923), e uma parcela das classes populares. Aliás, o aspecto político em torno da Revolta da Vacina contribuiu para a sua impopularidade, principalmente pela ausência de diálogo ou explicações para a imposição de uma vacinação obrigatória, exigindo da população sua obediência irrestrita.<sup>87</sup>

No conflito que se desenhava, Oswaldo Cruz, aos 32 anos de idade, exercia a função de diretor da Saúde Pública, médico responsável pela logística de ações de contenção àquelas doenças e com reconhecimento no campo científico. Penna comporia o grupo de inspetores responsável pelo serviço de inoculação da vacina. No cargo desde o primeiro semestre de 1904, participou do dia a dia dos esforços da histórica vacinação coletiva. O empenho em torno da vacinação foi relatado com orgulho tanto em documento que retrata sua *Vida Funcional* como no *Assentamento*. Em sua *Vida Funcional* expôs seus feitos diante a doença:

---

<sup>86</sup> BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 261.

<sup>87</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 25.

“Assolava então esta capital extensa epidemia de varíola que, na sua circunscrição, pude dominar inteiramente em menos de dois meses, graças à vacinação de todos os seus habitantes, tendo merecido de Oswaldo Cruz um ofício elogioso”<sup>88</sup>. Mencionar um elogio de Oswaldo Cruz à sua atuação em campo é importante para compreender os laços formados tanto com o instituto de Manguinhos, como com Oswaldo Cruz, uma vez que Penna se posicionava como um discípulo da ciência de Manguinhos.

No cargo de inspetor sanitário, Penna esteve unicamente focado no objetivo de vacinar a maior quantidade de habitantes possíveis. Sua atuação foi reconhecida por Oswaldo Cruz, direcionando-o no ano seguinte para novas atividades de combate às doenças. Em 1905 foi designado para a direção da 3ª Zona de polícia de focos, região dos bairros cariocas da Saúde e Gambôa, na tentativa de contenção da febre amarela. Dois relatórios foram confeccionados durante a sua atuação entre 1905 e 1906 e nos oferecem uma perspectiva da sua leitura de ciência e práticas científicas.

O primeiro relatório é direcionado a Antônio Pacheco Leão (1872-1931), no qual Penna descreve como desenvolveu suas atividades nos portos e bairros da 3ª Zona. Em meio à descrição, Penna lamentava a falta de seriedade de alguns departamentos administrativos na atuação da profilaxia contra a febre amarela. Em tom de reclamação, afirmava estar desanimado, mas ciente que deveria continuar o serviço, pois o objetivo era muito maior do que a profilaxia e higiene. Para ele, a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro era uma questão patriótica.<sup>89</sup> Com base no seu Fundo Pessoal, este relatório representa o primeiro documento escrito por Penna desde que chegou à capital federal na função de inspetor. É, também, a primeira vez que o termo “patriótico” aparece nos seus escritos. Naquele momento, o termo assume um ideal de saúde pública relacionado à nação. Extirpar a febre amarela, do seu ponto de vista, representava um exercício maior do que a higiene e a sua atuação na inspetoria, era uma atitude em benefício do país. Ao longo da sua trajetória, tornou-se comum observar o “recurso ao patriotismo” quando Penna precisava exigir mais verbas das administrações públicas. Não pretendo afirmar que Penna não acreditava no que dizia, mas é importante observar como o recurso ao patriotismo passou a ser um argumento recorrente para pressionar seus superiores exigindo que mais orçamentos fossem destinados às suas ações como sanitarista ou homem público.

---

<sup>88</sup> *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>89</sup> PENNA, Belisário. *Serviço de profilaxia da febre amarela, seção da polícia de focos, 3ª Zona*. Relatório do ano de 1905 direcionado a Antônio Pacheco Leão. 1905, p. 2.

No relatório é possível identificar algumas das críticas de Penna à administração pública. Inicialmente, reclamava da ausência de pessoal para o trabalho sanitário em uma zona tão ampla. Depois, pontuava que o alargamento das avenidas e a arborização da cidade não devem ser privilegiadas como únicas medidas no combate à febre amarela. Para ele, a principal preocupação do poder público deveria ser direcionada ao fornecimento de água abundante e contínua para a população.

No início de 1906 um novo relatório versou sobre o estudo dos hábitos de dois mosquitos predominantes no Rio de Janeiro, o *Segomya faciata* e o *Culex fatigans*. Penna acreditava que ao observar o comportamento e o ciclo dos mosquitos poderia combatê-los de forma mais eficiente e ajudar na sua diferenciação. Entre as propostas de profilaxia, salientava a necessidade em limpar calhas, fechar reservatórios e adicionar petróleo aos ralos de águas pluviais. Haja vista o relatório, chamou atenção à maneira como procedeu no aspecto metodológico de parte das suas pesquisas. Em determinado momento escreve: “Ofereci-lhes então a minha mão e dentro de meia hora fui picado por dez *Stegomyas* que fartaram-se do meu sangue”<sup>90</sup>. Mais adiante, relata outro experimento quando passou a noite em um quarto fechado repleto de *Culex*. Oferecendo novamente seu corpo para a picada dos mosquitos, o objetivo era observar e tomar nota do hábito noturno da espécie.

O ato de oferecer o próprio sangue para a observação do ciclo do *Segomya* e do *Culex* expõe a sua filiação ao método experimental. Este ponto revela a inserção do médico barbacenense no campo médico-científico da época, seguindo a metodologia de Manguinhos. Penna considerava os estudos do cientista francês Louis Pasteur (1822-1895) uma verdadeira “revolução científica” para o campo da microbiologia, parasitologia, bioquímica e entomologia. As pesquisas do Cristo da Ciência, como se referia a Pasteur, foram fundamentais para o desenvolvimento das concepções de higiene e profilaxia.<sup>91</sup> Não era ao acaso que Penna era fiel às concepções científicas de Oswaldo Cruz, especialmente adotando a teoria havanesa sobre os vetores. Mantendo-se nessa tradição, era peça participante do projeto de Oswaldo Cruz no qual o instituto de Manguinhos se comprometia, entre outras razões, ao sentido social de suas atividades. Imbuído da medicina tropical, era preciso conhecer os insetos e os parasitos do Brasil não somente por uma questão de legitimidade, mas em paralelo aos interesses da sociedade brasileira, o que abrangia a busca por solução

---

<sup>90</sup> PENNA, Belisário. *Ligeiras observações sobre os hábitos dos dois mosquitos predominantes do Rio de Janeiro: Stegomya faciata e culex fatigans*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1906, p. 4.

<sup>91</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna na Universidade do Paraná, no dia 2 de agosto de 1921*, p. 1.

para as questões sanitárias motivadas pelas doenças tropicais.<sup>92</sup> A partir dessa concepção, Penna creditava a Oswaldo Cruz a criação de uma escola de saneadores, na qual ele era discípulo.

Este aspecto aparece em capítulo do livro *Saneamento do Brasil* para descrever a importância de “Oswaldo Cruz e a medicina experimental no Brasil”. O texto endossa o argumento dos que consideravam Oswaldo Cruz o criador dos estudos de higiene e medicina experimental no país. Penna desconsiderava qualquer tradição da medicina experimental brasileira antes de Oswaldo Cruz. Pondera que assuntos relacionados à higiene foram sempre tratados de maneira teórica até a chegada de Cruz: “Os assuntos de higiene, de profilaxia e de veterinária foram sempre tratados pela rama, de maneira teórica apenas, entre nós, até o advento desse grande vulto da ciência médica experimental - Oswaldo Cruz [...]”<sup>93</sup>.

A retórica a respeito da grandeza de Cruz excluía, por exemplo, as pesquisas em torno da medicina experimental de cientistas como Domingos José Freire (1842-1899) e João Batista de Lacerda (1846-1915), bacteriologistas brasileiros que atuaram no último quartel do século XIX.<sup>94</sup> Um dos poucos médicos que Penna atribuía “alto valor científico”, Adolfo Lutz (1855-1940), não foi gestado no grupo de Oswaldo Cruz, mas esteve ligado ao Instituto Oswaldo Cruz a partir de 1909. Talvez, por ser integrado a convite do próprio Cruz, Penna tenha lhe colocado na estante dos cientistas da medicina tropical.

O que poderia explicar o “desconhecimento” de Penna com os antecessores de Oswaldo Cruz no trato da medicina experimental no Brasil? Por que nenhuma referência, por exemplo, ao Instituto Bacteriológico Domingos Freire? Ou melhor, por qual razão não mencionar Domingos Freire, uma vez que era um cientista totalmente integrado no estudo da febre amarela e um dos mais icônicos bacteriologistas do século XIX? Uma das explicações estaria na questão geracional, pois Freire disputava espaço com um novo grupo de jovens na década de 1890 que iniciava suas teses sobre a bacteriologia. Os participantes desse grupo representaram a chamada “Era de Oswaldo Cruz”<sup>95</sup>. Ainda em relação à questão anterior, outro ponto diz respeito às controvérsias acerca do agente etiológico da febre amarela. O debate em torno dos fatos científicos oferece respostas para a rivalidade entre os grupos que disputavam a autoridade científica. Assim sendo, Jaime Benchimol explica que Domingos

---

<sup>92</sup> KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 72.

<sup>93</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 20.

<sup>94</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos*. op.cit., p. 26.

<sup>95</sup> *Ibidem.*, p. 300.

Freire foi sepultado por uma geração que teve em Oswaldo Cruz seu principal expoente e reconhecimento de liderança.<sup>96</sup>

Este ponto de vista pode ser observado na trajetória de Afrânio Peixoto (1876-1947) ao lidar com a medicina experimental. Na análise de Renata Prudêncio da Silva, o médico baiano percebia na medicina experimental um avanço em termos de eficiência e uma modernização em relação às práticas antecessoras, especificamente em comparação ao novo modelo republicano e ao atrasado sistema monárquico. Esta medicina seria a mais viável para os objetivos de resolver as mazelas que preocupavam o país. Para a autora, assim como outros entusiastas da medicina experimental, Afrânio Peixoto ajudava a legitimar a figura de Oswaldo Cruz como um dos principais cientistas da época, com contribuições para a rotina da profissão.<sup>97</sup>

Sendo parte do grupo de Manguinhos, Penna está na chave explicativa dos personagens que se preocuparam em demarcar um distanciamento com o passado científico, seja ignorando ou relativizando o conhecimento anterior, a fim de potencializar a fundação de uma nova era na ciência brasileira.<sup>98</sup> Portanto, quando se refere a Manguinhos, dirá que Cruz “Foi ele o benemérito organizador, o verdadeiro criador desse monumento científico [...]”<sup>99</sup>. Estas considerações sugerem como Penna era peça participante do reconhecimento de Oswaldo Cruz e do instituto de Manguinhos como monumentos da ciência nacional. Com efeito, a legitimação do seu grupo científico era, por consequência, a sua própria legitimação na área do saneamento. Penna sabia o quão importante era citar a “missão” de Oswaldo Cruz no campo da higiene para reafirma-se como seu discípulo e propor o seu projeto de nação saneada.

Ainda no relatório sobre os hábitos dos mosquitos, estava atento aos estudos do naturalista e zoólogo Emilio Goeldi (1859-1917) a respeito da identificação e ciclo reprodutivo da febre amarela. Penna também se posicionou em relação à teoria culicidiana, mostrando-se atualizado em relação às campanhas e os resultados alcançados tanto no Brasil como em Cuba. Cinco anos antes, aproximadamente, o estadunidense Walter Reed (1851-

---

<sup>96</sup> Ibidem., p. 376.

<sup>97</sup> SILVA, Renata Prudêncio. *As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014, p. 50. Ao analisar a trajetória de Afrânio Peixoto, a autora percebe nas controvérsias com Chagas na década de 1920 “[...] a coexistência de dois modos de desenvolver o ofício médico-científico: a higiene que Afrânio representava dentro da FMRJ e a ciência experimental levada a cabo por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas no IOC. Não se trata de associar tais personagens, respectivamente, a um tipo de ciência ultrapassada ou moderna, mas perceber a coexistência de modelos e perspectivas diversas na produção médico-científica naquele período” (Ibidem., p. 338).

<sup>98</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos*. op.cit., p. 377.

<sup>99</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 20.



1902) e seus colaboradores comprovaram a teoria do cientista cubano Carlos Juan Finlay (1833-1915) acerca da transmissão da febre amarela pelo mosquito *Culex*.<sup>100</sup>

[...] a maioria dos serventes da 3ª zona conhece os lineamentos da teoria culicidiana da febre amarela, os resultados dela colhidos aqui e em Cuba, distinguem perfeitamente as larvas do *Culex* e do *Stegomyia*, os ovos de cada um deles, os seus viveiros habituais, a sua evolução completa, e podem nesse assunto dar lições aos sábios e ignorantes que por aí pululam a ridicularizá-las.<sup>101</sup>

Penna permaneceu comprometido com o controle da febre amarela até 1907, ano em que foi designado a integrar o grupo de Oswaldo Cruz em diversas expedições científicas realizadas no interior do país. Sua indicação parece corresponder à ascendente atuação na inspetoria, sendo chefe de uma das maiores zonas de combate à febre amarela do Rio de Janeiro. Em sua primeira viagem atuou como auxiliar de Carlos Chagas (1879-1934) no combate e profilaxia ao impaludismo no prolongamento de trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Minas Gerais.

As viagens científicas do instituto de Manguinhos traduzem o clima modernizante do país e o estágio da ciência nacional. O caso mencionado da Revolta da Vacina exemplifica a relação entre a modernidade almejada e as doenças como obstáculo. À medida que as fronteiras da capital federal e outras grandes cidades eram expandidas, com a realização de projetos infraestruturais e buscando maior conexão e escoamento econômico, as doenças apareciam como um desafio ao sentimento de progressão. Em Manguinhos, Oswaldo Cruz realizava estudos relacionados à classificação de insetos, em colaboração com outros cientistas como Alcides Godoy (1880-1950) e Artur Neiva (1880-1943).<sup>102</sup> Assim, as pesquisas na área da entomologia credenciavam o instituto de Manguinhos como autoridade no enfrentamento das doenças no interior do Brasil. Na leitura de Simone Kropf, as expedições forneciam subsídios para os estudos das condições sanitárias em diferentes regiões e ajudavam a conter as crises epidêmicas que prejudicavam a expansão estrutural das obras públicas e privadas.<sup>103</sup>

Além das questões econômicas e científicas, havia o aspecto ideológico do sertão visto não somente como espaço geográfico, mas como um elemento simbólico e de formação da nacionalidade. A carga simbólica do termo sertão foi amplamente disputada no imaginário intelectual brasileiro. No século XIX, o sertão foi associado a áreas despovoadas e afastadas

<sup>100</sup> KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit., p. 61.

<sup>101</sup> PENNA, Belisário. *Ligeiras observações sobre os hábitos dos dois mosquitos predominantes do Rio de Janeiro: Stegomyia faciaata e culex fatigans*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1906, p. 15.

<sup>102</sup> KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit., p. 76.

<sup>103</sup> *Ibidem.*, p. 72.

da civilização. Todavia, houve uma mobilização para repensar o seu significado, distanciando das ideias forjadas por viajantes estrangeiros que classificavam o sertão como um espaço desumanizado.

No começo do Novecentos, Vicente Licínio Cardoso acusava a historiografia de propagar o mito do interior despovoado. Os intelectuais-cientistas perceberam o sertão em meio à desassistência do poder público, um efeito que favorecia para a manutenção da imagem de barbárie e domínio da natureza sobre o homem. Não à toa, a dualidade entre litoral/sertão obteve apelo no imaginário da intelectualidade para definir atributos da sua identidade. O litoral foi idealizado tanto como oposição ao sertão, representando a civilização, como de forma negativa, tomado por um aspecto de inautenticidade ao sentimento de nação. Na reinvenção do aspecto simbólico, parte da intelectualidade passou a olhar o sertão de forma positiva, redescobrimo-o em suas diferentes expressões geográficas, culturais e populacionais.<sup>104</sup>

Nísia Trindade Lima explica que algumas missões da Primeira República como as de Cândido Rondon (1865-1958), da Comissão Geológica em São Paulo, a de Louis Cruls (1848-1908) ao Planalto Central e as do Instituto de Manguinhos, representaram as ações de projetos oficiais em volta da demarcação de fronteiras, saneamento, uso de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política.<sup>105</sup> Quando incorporado, o sertão deixaria de simbolizar a oposição ao moderno e estaria adequado à civilização.

A busca por uma identidade brasileira marcou esta nova interpretação do sertão. O deslocamento de especialistas para estas áreas significou conhecê-las e naturalizá-las enquanto espaço geográfico brasileiro. Embora o dito sertão fosse parte do território nacional, havia o distanciamento ideológico e a ausência do sentimento de pertencimento, tanto por sua natureza, como pela população vivente naquelas localidades.

O país havia forjado vários sentidos para a sua nacionalidade nas últimas décadas. Viajantes naturalistas estrangeiros, expedições nacionais e romancistas criaram e disputaram narrativas de povo e nação. Ainda no Império, o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) expõe parte da discussão ao questionar a ida dos acervos naturais e de interesse etnográfico para os museus europeus.<sup>106</sup> O IHGB percebia nas produções e realizações das viagens um componente de nacionalidade. Nesse aspecto, o lugar do indígena na construção da identidade nacional foi objeto de interesse dos profissionais do

---

<sup>104</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 58-62.

<sup>105</sup> *Ibidem.*, p. 69.

<sup>106</sup> *Ibidem.*, p. 63.

instituto. Mesmo em torno de controversos debates sobre a importância do indígena na formação do povo brasileiro, as discussões sobre etnografia, comércio e educação respondem à preocupação na formação da identidade nacional e da integração populacional e territorial.<sup>107</sup>

Semelhante ao indígena, o sertanejo foi reinterpretado na sua condição de pertencimento à nação. Nesse sentido, a substituição do indígena pelo sertanejo como expressão de brasilidade deve-se, em partes, ao movimento de redescobrimto do interior do país.<sup>108</sup> Entre pontos positivos e negativos, a incorporação do sertanejo apresentou mais um contraste da dualidade entre o litoral e o sertão. Na literatura, *Os Sertões*, obra de Euclides da Cunha (1866-1909), foi marcante na leitura de que diferentes indivíduos e regiões representavam uma homogeneidade nacional. Em meio às suas próprias antíteses, o sertanejo era componente de um projeto nacional de integração e, ao invés de ser excluído ou ignorado, deveria ser incorporado aos interesses do país. Por esta lente que muitos intelectuais observaram o sertanejo não como um indivíduo degenerado, mas como um representante de uma população abandonada e vitimada pelo esquecimento da classe dirigente.

A literatura exerce nesse contexto um papel relevante de autoridade na tentativa de guiar o Brasil e desenhar alternativas para as transformações sociais. Em meio à mecanização da imprensa, o aparecimento do jornalismo e à disputa de estilos literários, o novo século rearranjava os espaços da atividade intelectual naquela sociedade, especialmente no posicionamento sobre temas públicos. Para homens de letras como Euclides da Cunha, a ficção romântica cede lugar a uma análise mais engajada do ponto de vista do progresso da sociedade e dos problemas contemporâneos. No escopo da participação da literatura na vida pública do país, a obra euclidiana constituía um alerta para a elite política brasileira.<sup>109</sup>

Pensando o impacto da literatura na vida social, Nicolau Sevcenko apresentou um Euclides da Cunha entre séculos, de modo que seu estilo conserva elementos do romantismo e da estética spenceriana do século XIX, mas, ao mesmo tempo, ligado aos ideários cientificistas em ascensão.<sup>110</sup> A influência do comtismo, sobretudo na figura do seu professor Benjamin Constant (1836-1891), foi outra marca estilística que definiu a trajetória desse

---

<sup>107</sup> KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora FIOCRUZ/EDUSP, 2009.

<sup>108</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 64.

<sup>109</sup> *Ibidem.*, p. 71.

<sup>110</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 134. O autor também destaca a influência da Escola Militar da Praia Vermelha na formação de Euclides. Sob a tutela de Benjamin Constant, floresceu a concepção do destino do Brasil na liderança da América do Sul e integração nacional (*Ibidem.*, p. 153).

intelectual. Nas obras euclidianas havia uma preocupação em imaginar as regiões como vértebras do país. Assim, as populações interioranas constituíam o que chamou de “sedimentos básicos da nação”<sup>111</sup>. Em que pese as críticas à República, termos como progresso e futuro eram complementares no seu prognóstico, uma vez que concebia o desenvolvimento da sociedade brasileira de forma linear, a caminho do industrialismo.<sup>112</sup> A leitura de Euclides da Cunha colocava o sertanejo como peça participante do progresso almejado, o que justificava sua incorporação. O escritor fluminense participa da construção ideológica do sertão, que posteriormente será endossada por meio da autoridade dos cientistas brasileiros.

Euclides da Cunha fez parte de uma intelectualidade do final do século XIX que concebia a ciência como um instrumento para conhecer o Brasil. A crença científicista, em meio ao debate sobre Estado-Nação e o sentimento de nacionalidade, poderia oferecer uma projeção sobre o futuro do país. É importante perceber esta vertente do escritor, pois a busca por uma originalidade nacional, e não a mera aceitação do cosmopolitismo, seria uma forma de sobrevivência e soberania perante as outras nações. Essa perspectiva influenciava o chamado nacionalismo intelectual e o esforço em entender a própria realidade para interagir com o mundo.<sup>113</sup>

Neste amplo debate que envolve a redescoberta geográfica e ideológica do sertão estão as viagens dos cientistas de Manguinhos. Entre as expedições do início do século XX, o grupo de Oswaldo Cruz firmou parcerias para combater doenças em portos, hidrelétricas e estradas de ferro. Algumas obras tinham como projeto a expansão para o interior do país, locais que eram como laboratórios a céu aberto para a medicina tropical. O contato com as doenças não era novidade para o médico barbacenense. Na condição de sertanista, Penna vivenciou algumas epidemias, como a de febre amarela, durante sua residência em Minas Gerais. Como inspetor sanitário combateu na capital federal a varíola e a febre amarela. A rigor, a viagem que realizou com Carlos Chagas na contenção antipalúdica era uma nova experiência no horizonte profissional e social de Penna como cientista.

Este momento inaugura uma fase central da trajetória de Penna, pois as atividades científicas desenvolvidas nas viagens modelariam sua percepção do país e da situação da população brasileira para além da capital federal. A expedição com Chagas durou por volta de três anos, quando a estrada de ferro encontrou a cidade de Pirapora, em Minas Gerais. Como

---

<sup>111</sup> *Ibidem.*, p. 145.

<sup>112</sup> *Ibidem.*, p. 206. Nas palavras do autor o termo progresso é entendido como “[...] processo de capitalização continuada e elevação do padrão material e de vida moral” (*Ibidem.*, p. 209).

<sup>113</sup> *Ibidem.*, p. 122.

aponta a historiografia, não há registros de relatórios, sendo as principais referências da missão encontradas na produção intelectual de Carlos Chagas e Penna.<sup>114</sup>

Outro tema importante nas viagens consistiu no esforço do instituto de Manguinhos em se legitimar no campo da medicina tropical e como centro de pesquisa experimental, da qual vinha obtendo grande repercussão.<sup>115</sup> Por esta ótica, o objetivo não era apenas combater uma moléstia responsável pelo atraso da construção da ferrovia, mas uma oportunidade de intercâmbio científico com a natureza, por meio do olhar treinado dos pesquisadores do grupo de Oswaldo Cruz. Este *modus operandi* permitiu aos cientistas de Manguinhos um maior contato com a natureza e desenvolvimento de pesquisas. Foi na viagem de Chagas e Penna que ocorreu a descoberta por Carlos Chagas do *Trypanosoma cruzi*, um protozoário encontrado no inseto popularmente conhecido como “barbeiro” e que mais tarde foi identificado como agente responsável pela doença de Chagas.

Assim que lhe foi apresentado o percevejo e notando a existência dos protozoários, Chagas enviou algumas amostras para o Instituto Oswaldo Cruz, mais bem aparelhado, para a identificação. Quando voltou ao IOC, Chagas percebeu que se tratava de um novo tripanossoma.<sup>116</sup> O diálogo entre sertão e laboratório estabelece as diferentes relações e intencionalidades entre as expedições de Manguinhos com outras do mesmo período. Isto porque a descoberta *Trypanosoma cruzi*, bem como os cenários sociais encontrados nas viagens, deram apoio ao discurso reformista sanitário da década seguinte. Como argumenta Kropf, o fato científico ajudou a legitimar a doença de Chagas como objeto científico e social.<sup>117</sup> Penna estava atento a esse discurso, pois seria peça participante da descoberta e da ilustração de um Brasil flagelado pelas doenças. No livro *Saneamento do Brasil*, Penna expressou seus sentimentos em relação à descoberta:

Eu tive a fortuna inestimável de estar junto dele, de ser o único presente no momento da descoberta do parasita no intestino do barbeiro, de ter sido o único a receber as primícias de suas impressões e moções, de ter sido quem capturou e lhe forneceu os primeiros barbeiros; de ter sido ainda mais tarde o único presente à descoberta do tripanossoma no sangue humano; de ter sido enfim o seu companheiro de todas as horas durante a primeira fase dos seus notáveis estudos.<sup>118</sup>

O esforço em confirmar a validade da doença justificava a reivindicação por uma reforma sanitária em nível nacional. O excerto acima dispõe de duas abordagens

<sup>114</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 87.

<sup>115</sup> KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit., p. 81.

<sup>116</sup> *Ibidem.*, p. 89-90.

<sup>117</sup> *Ibidem.*, p. 109.

<sup>118</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 22.

interpretativas. Primeiramente em testemunhar a favor da veracidade da descoberta e da autoridade científica de Carlos Chagas, majoritariamente em um momento que o quadro clínico da doença estabelecia controvérsias entre médicos e cientistas. Estava em jogo não apenas a defesa do capital de crédito de Chagas, mas do IOC e da ciência brasileira da qual Penna pertencia. Por estar em viagem com Chagas no momento da descoberta, Penna foi reconhecido como a única testemunha do evento. Não à toa, em 1922, no auge da polêmica entre Chagas e Afrânio Peixoto, lamentava que a questão estivesse sendo tratada como uma disputa de vaidades, prejudicando toda a classe médica.<sup>119</sup> Embora lastimasse o surgimento das controvérsias e contendas, não deixava de se posicionar a favor de Chagas, fazendo sua ampla defesa como testemunha ocular.<sup>120</sup>

Em segundo lugar, endossar o estado de abandono do Brasil por meio da sua experiência, uma vez que fez parte do processo de descoberta do fato científico. A doença de Chagas, em conjunto com outras moléstias, tornou-se um importante elemento no discurso de Brasil doente de Penna. Ela não só ampliava o espaço geográfico do Brasil doente, principalmente por Chagas avaliar a existência de 2 milhões de enfermos<sup>121</sup>, mas alargava os discursos pessimistas sobre o futuro da população brasileira.

Integrado às viagens e ao grupo de Oswaldo Cruz, Penna participou nos anos de 1910 e 1911 de outras duas expedições ao norte do país. Na primeira, juntamente com Oswaldo Cruz e sob contrato da *Madeira–Mamoré Railway*, dirigiu-se à construção da Estrada de Ferro da Madeira Mamoré, na região Amazônica, para avaliar os aspectos sanitários do rio e combater o impaludismo que grassava os trabalhadores da construtora.

Nísia Trindade Lima e Júlio Cesar Schweickardt ao analisarem as impressões de Oswaldo Cruz no relatório *Considerações Gerais sobre as Condições sanitárias do rio Madeira* (1910), gestado durante a viagem, perceberam este documento para além da relação médico-científico, constituindo uma imagem sobre a região.

Entre as anotações, a cidade de Santo Antônio recebeu destaque pela precariedade sanitária da sua população. Oswaldo Cruz relatava o baixo número de crianças na localidade e o alto índice de mortalidade. Seu diagnóstico foi mais pessimista, chegando a mencionar que

---

<sup>119</sup> PENNA, Belisário. *A controvérsia em torno da doença de Chagas*: Importante depoimento do Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, dezembro de 1922, p. 9. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>120</sup> Recomenda-se a leitura das teses de Simone Kropf e Renata Prudêncio da Silva para entender com mais profundidade as controvérsias científicas em torno da doença de Chagas.

<sup>121</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 23.

não seria exagero afirmar que toda a população pudesse estar infectada pela malária.<sup>122</sup> Enquanto Porto Velho e Candelária eram consideradas cidades modelos de saneamento para abrigar os trabalhadores, Santo Antônio tornou-se uma propaganda negativa sobre a realidade daquela região. Mais tarde, inspirado no “imenso hospital” de Miguel Pereira (1871-1918), Penna definiria a Amazônia como um “vasto cemitério”<sup>123</sup>. Penna relatou um episódio marcante na sua passagem por Santo Antônio. Segundo ele, aventureiros da borracha o propuseram uma aposta de um conto de réis contra mil, caso o sanitarista encontrasse em qualquer parte do mundo algum indivíduo nascido naquela vila. Isto porque as crianças não passariam de dias ou alguns meses de vida.<sup>124</sup>

Antes da equipe de Oswaldo Cruz, a obra havia recebido a inspeção de médicos estadunidenses alinhados à medicina tropical e com experiência na contenção de doenças na construção do canal do Panamá. No entanto, a ida de Oswaldo Cruz era estratégica para diminuir as críticas em relação à construção da ferrovia na região, uma vez que o cientista era autoridade no tema do saneamento.<sup>125</sup> O caráter da legitimação de Oswaldo Cruz e seu grupo entrou em cena para a continuidade da obra.

A segunda expedição na região norte ocorreu no Pará no segundo semestre de 1910 a convite do governador do estado, João Coelho (1852-1926), ao solicitar a equipe para resolver o problema da febre amarela. Naquele momento, Oswaldo Cruz acordou com o governo local as estratégias de combate ao mosquito, na promessa de que no prazo de um ano a doença seria extinta. A campanha seguiu o mesmo modelo da executada no Rio de Janeiro em 1904. Definidos os termos de combate à doença, Oswaldo Cruz retornou à capital federal, montou um grupo de dez sanitaristas e regressou no mês de novembro a Belém.<sup>126</sup> Penna também integrou a equipe de Cruz.

A autonomia concedida a Oswaldo Cruz revela novamente sua autoridade científica para combater a epidemia. Se a população e determinados grupos da elite carioca reagiram com revolta às imposições de Cruz, a sociedade belenense foi receptiva e aceitou as recomendações do “Serviço de Prophylaxia”. É possível que os resultados conhecidos na

---

<sup>122</sup> SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, p. 24.

<sup>123</sup> PENNA, Belisário. *Exército e Saneamento*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1920, p. 10.

<sup>124</sup> *Ibidem.*, p. 12-13.

<sup>125</sup> SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. *Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia*. op.cit., p. 28.

<sup>126</sup> RANGEL, Marcio Ferreira. Costa Lima e a campanha de combate à febre amarela no Rio de Janeiro e no Pará, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude*, n. 1. v. 1, 2010, p. 21.

capital federal tenham despertado a confiança da necessidade de compactuar com as exigências sanitárias.<sup>127</sup>

A imprensa atestava a confiança em Oswaldo Cruz antes mesmo da sua partida ao Pará. O periódico carioca *A Imprensa* afirmava que a chefia de Oswaldo Cruz, nome consagrado da ciência moderna, “[...] bastaria para que se tivesse a certeza absoluta do êxito brilhante que será conseguido de acordo com os patrióticos intuítos do adiantado governo paraense”<sup>128</sup>. Depois de ressaltar os auxiliares de Cruz, mencionando a atuação de Penna na profilaxia da febre amarela no Rio de Janeiro e de outras doenças em Minas Gerais, era questão de tempo para Belém recuperar-se das moléstias.

Os resultados da campanha foram notados no intervalo de um ano. Segundo lembrava o próprio Penna, houve “êxito completo” em terras paraenses.<sup>129</sup> Nas viagens com Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, Penna atuava como médico assistente e auxiliava nos projetos em execução, seja no saneamento ou no exercício médico.

No ano de 1912, o instituto de Manguinhos promoveu mais uma viagem de Penna ao interior do país. Em parceria com o médico Artur Neiva, Penna percorreu os estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. No que diz respeito a Artur Neiva, o médico baiano concluiu a Faculdade de Medicina em 1903, na capital federal. Trabalhou no Instituto Soroterápico em 1906 e integrou a equipe de Oswaldo Cruz em diversas ações, como na chefia da profilaxia da malária. Ainda em 1910 foi enviado a Washington para aprimorar seus estudos de entomologia. Entre 1915 e 1916 trabalhou com o governo da Argentina nas seções de zoologia e parasitologia do Instituto Bacteriológico do Departamento de Higiene. Foi diretor do Museu Nacional entre 1923 a 1927. No Governo Vargas foi convidado pelo então interventor de São Paulo, João Alberto Lins de Barros (1897-1955), para a Secretaria do Interior do estado. Em 1931 foi nomeado por Vargas como interventor federal da Bahia, porém, abandonou a função em agosto daquele ano. Dois anos depois, em 1933, tornou-se diretor-geral de pesquisas científicas do Ministério da Agricultura. No mesmo ano elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. Foi, ainda, deputado federal entre 1935 a 1937. Faleceu em 6 de junho de 1943.<sup>130</sup>

---

<sup>127</sup> *Ibidem.*, p. 22.

<sup>128</sup> *A Imprensa*. O Saneamento da Capital do Pará. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 1040, 27 de outubro de 1930, p. 3.

<sup>129</sup> *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>130</sup> FGV - Fundação Getúlio Vargas. Verbetes biográficos: Artur Neiva. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em maio. 2019, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>.



O estudo realizado foi encomendado pela Inspetoria de Obras Contra a Seca, sob a direção do Dr. Arrojado Lisbôa (1872-1932). A expedição durou por volta de 7 meses e explorou a geografia, fauna, flora e condições dos habitantes das regiões visitadas. O resultado documental da viagem foi a publicação em 1916 do relatório intitulado *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. A publicação ganhou *status* de divisor de águas no pensamento social do período acerca da situação do interior do país.

A amplitude de temas observados pelos cientistas decorre, segundo Lima, “[...] da afinidade eletiva entre conhecimento próprio à medicina tropical e correntes de pensamento político e social em evidência durante a Primeira República”<sup>131</sup>. Assim, o contato com a geografia, ou mesmo a coleta de informações por meio de conversas com os habitantes locais, oferecia uma perspectiva mais abrangente para as conclusões dos cientistas. No que diz respeito ao estilo da narrativa do relatório, a autora lembra que não havia uma separação clara entre homens de ciências e letras, e a escrita apresentava uma forte inspiração de *Os Sertões*.<sup>132</sup> Isto está relacionado ao estilo literário da obra, uma vez que Euclides da Cunha, por meio da sua erudição científica, aborda a relação entre natureza e homem, se distanciando das técnicas de ficção literária tradicionais.<sup>133</sup> No relatório Neiva e Penna, o ritmo da escrita mescla a descrição do envolvimento entre homem e natureza, comentários diversos, poesia e elementos da especialização científica ligada à tradição do IOC.

A estrutura do documento privilegia a diversidade de seções temáticas para uma maior objetividade. Por exemplo, são analisados o clima, a diminuição das águas, as plantas venosas, protozoários e assim por diante. A rigor, a intenção era desfazer qualquer confusão entre os cenários examinados. O constante aparecimento da temática hídrica estava relacionado ao contrato da viagem e as preocupações da Inspetoria de Obras Contra as Secas.

Como pontuou Luiz Antonio de Castro Santos, a circulação do relatório em 1916 marcou um período de revelações e preocupações sanitárias da classe médica e política.<sup>134</sup> Mesmo que exista uma imprecisão em torno do ano da sua publicação<sup>135</sup>, não invalida a

---

<sup>131</sup> LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, p. 234.

<sup>132</sup> *Ibidem.*, p. 235.

<sup>133</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. op.cit., p. 131.

<sup>134</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento social no Brasil*. op.cit., p. 222.

<sup>135</sup> Segundo Dominichi Miranda de Sá, o texto estava pronto desde 1915. Cf.: SA, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 16, supl. 1, 2009, p. 190. Belisário Penna, em palestra à Sociedade Mineira de Agricultura, menciona que o documento estava escrito

repercussão e o impacto causado na sociedade médica e letrada. O relatório pertence ao contexto de reavaliação das condições sanitárias e da relação dos homens públicos com o interior do país. Entre seus efeitos estava a conscientização para uma reforma na saúde pública brasileira.

Um exemplo do impacto foi a resenha escrita pelo ensaísta Affonso d'Escragnolle Taunay (1876-1952) na *Revista do Museu Paulista*, na qual descreve as suas impressões sobre cada capítulo do relatório de Neiva e Penna. Intitulado de “Uma grande jornada científica: A viagem de Neiva e Penna”, o texto de 1919 menciona que a viagem tem relevância por apresentar um Brasil desconhecido para a maioria das pessoas. Em termos de valor, comparava a viagem àquelas realizadas por Saint-Hilaire (1779-1853) e Johann Von Spix (1781-1826) e Carl Von Martius (1794-1868).<sup>136</sup> A síntese de Taunay destacava os principais flagelos vistos pelos cientistas nas regiões visitadas, mostrando o fosso que havia entre os dois Brasis. Para o diretor do Museu Paulista, somente pesquisas científicas como essa poderiam dimensionar a real situação da população brasileira.

Em vista dos diversos trabalhos que adotaram o relatório como produto de análise e escrita historiográfica, minha perspectiva pretende objetivar uma interpretação voltada ao contexto das viagens científicas na construção do homem público que futuramente hastearia a bandeira do sanitarismo como solução para o país. As andanças de Penna foram elementos fundadores de parte do seu pensamento sobre política nacional e pensamento social. Penna percorreu o país por seis anos ininterruptos e se vangloriava publicamente de conhecê-lo em todas as suas extensões: “Nunca viajei país estranho, mas conheço o meu, do extremo norte ao extremo sul, todo o seu litoral, grandes regiões dos estados centrais e o interior de quase todos”<sup>137</sup>.

A importância do relatório na trajetória de Penna está vinculada ao impacto no meio médico e político, uma vez que o documento torna público o seu nome às classes dirigentes. Embora seja naquele momento que Penna comece a organizar, publicar e disseminar suas ideias sobre o saneamento do Brasil, o relatório é o ponto de partida para a formação do pensamento nacionalista e para a sua leitura de Brasil doente e politicamente corrompido.

---

desde 1914 (PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 17).

<sup>136</sup> TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Uma grande jornada científica: A viagem de Neiva e Penna. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Tomo XI, Typ do Diário Oficial, 1919, p. 497.

<sup>137</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 13 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na Fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. Campos, 13 de fevereiro de 1933, p. 9.

Desse modo, o Penna que publica no *Correio da Manhã* entre 1916 e 1917 e, posteriormente, consagra-se com a obra *Saneamento do Brasil* em 1918, é fruto da experiência das expedições científicas do instituto de Manguinhos.

O conteúdo do relatório narrava a situação de abandono do território brasileiro. Distante das grandes cidades, procurava romper com a imagem do sertão romantizado por intelectuais a partir das suas riquezas e belezas naturais. Neiva e Penna divulgaram uma outra realidade do interior do Brasil, substancialmente tomado por doenças, analfabetismo, crendices e “atraso civilizatório” - em relação ao que se conhecia nas capitais e no uso de maquinários para o trabalho rural. Penna considerava a “qualidade do povo” o aspecto acima das belezas naturais e da extensão territorial, afinal, como usufruir desses benefícios se “[...] é má a qualidade da gente, que, por doente e incapaz, não sabe e não pode aproveitar essas possibilidades”<sup>138</sup>.

Havia a denúncia de um país esquecido pelas autoridades políticas que, por sua vez, lembravam da população interiorana apenas em tempos de cobrança de dízimos (impostos):

O governo, é para esses párias um homem que manda na gente, e a existência desse governo conhecem-na porque esse *homem* manda todos os anos cobrar-lhe os dízimos (impostos). Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco, etc.) não estão ligados entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem disso. Nós éramos para eles *gringos*, *lordaços* (estrangeiros fidalgos). A única bandeira que conhecem é a do Divino.<sup>139</sup>

O trecho selecionado assume o aspecto de crítica à classe dirigente, um discurso que marcou a sua retórica como homem público. No relatório, Neiva e Penna discutiram sobre política, federalismo e a ausência de unidade nacional. Embora contratados para um estudo encomendado, os cientistas de Manguinhos entendiam a sua função social como um dever patriótico, afinal, “Não agrada certamente a franqueza com que expomos nossa impressão, mas julgamos ser isso um dever de consciência e de patriotismo”<sup>140</sup>. Nísia Trindade Lima argumentou que este discurso desagradou parte da intelectualidade, pois tais posições “[...] contribuiriam para formar uma geração de cétricos e pessimistas”<sup>141</sup>. Por outro lado, fora do escopo do ufanismo dos românticos, Neiva e Penna consideravam a revelação do estado do

<sup>138</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 13 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na Fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Campos, 13 de fevereiro de 1933*, p. 6.

<sup>139</sup> NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 191.

<sup>140</sup> *Ibidem.*, p. 222.

<sup>141</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 106.

interior do país como a verdadeira atitude patriótica. São apropriações de diferentes atores acerca da tradução do “sentimento de nacionalidade”.

A tomada de consciência foi um dos efeitos da popularidade do relatório. Outra questão dizia respeito ao capital de crédito dos cientistas, pois faziam parte do respeitado Instituto Oswaldo Cruz e atestaram *in loco*, por meio da ciência, o estado de flagelo das regiões brasileiras. Além disso, o efeito visual apresentado no documento exporia a gravidade da situação. A composição fotográfica anexada ao relatório, como argumenta Dominichi Miranda de Sá, agiu como “relato científico”, e “[...] elas não ilustram a narrativa: elas a comprovam, são conclusivas, atestam a veracidade do relato e certificam o testemunhado [...]”<sup>142</sup>. A legitimidade da fotografia enquanto instrumento de registro, verificação e prova passou a fazer parte da indumentária científica. As fotografias atuaram como registro documental e legitimação dos discursos.<sup>143</sup> Na análise do documento, aquele Brasil narrado era despido de sua aura romântica e exposto à sua “verdadeira realidade” às classes dirigentes e intelectuais.

As fotografias assumiram o caráter de propaganda do Brasil “doente”, revelando em detalhes e em vários ângulos o estado físico das populações das áreas visitadas. Do ponto de vista do leitor do relatório, havia a experiência de visualizar por meio das fotografias aquilo que Neiva e Penna presenciaram nos locais. O aparato técnico e estético das fotografias segue o padrão de poses e enquadramentos do final do século XIX, acompanhando o olhar dos médicos.<sup>144</sup> A autoridade médica do relatório e sua divulgação científica produziram efeitos imediatos para a exigência de uma política nacional em volta da saúde pública.

Doenças como a ancilostomíase, malária e Chagas receberam maior destaque na narrativa e no cenário imagético dos problemas nacionais. A crítica à política conferiu o tom reformista da urgência de uma campanha de saneamento brasileiro. Com efeito, a abordagem das doenças como preocupação apareceu como característica da segunda etapa do movimento sanitário brasileiro, situado em 1910 e 1920, na qual se expressam os elementos da “[...] descoberta dos sertões, dos seus habitantes abandonados e doentes e da possibilidade de curá-los e de integrá-los à comunidade nacional”<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. *O Brasil “modelado” na obra de Belisário Penna (1916-1935)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1998, p. 48.

<sup>143</sup> MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, p. 160.

<sup>144</sup> *Ibidem.*, p. 161.

<sup>145</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 60.

A popularização do relatório significava a realização do objetivo em despertar as consciências para a situação da saúde pública brasileira. O documento foi alvo de debates em jornais da capital federal como *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *A Noite*. Os periódicos foram importantes instrumentos de ampliação do discurso reformista para agrupar uma gama maior de leitores, mais precisamente para a parcela da elite exterior ao circuito médico. As diversas ocorrências nos periódicos contribuíam para a naturalização do saneamento como um tema público e de interesse nacional. O *Correio da Manhã*, por exemplo, entre outubro e novembro de 1916, vinculou uma série de artigos denunciando a situação interiorana, inflamando a discussão sobre o abandono e descaso daquelas regiões.

A rigor, as informações contidas no relatório sobre a situação interiorana não eram novidades para uma parcela da intelectualidade. Anteriormente, outras expedições e viagens científicas trabalharam com uma perspectiva de país abandonado pelas autoridades públicas e escravizado por doenças e atrasos. Aliás, o sertão descrito por Euclides da Cunha propunha retrato semelhante em relação ao sertanejo e seu ambiente no início do século XX. Desse modo, por qual razão o relatório ganhou ênfase no discurso médico e político ao longo dos anos de sua publicação? Na explicação de Sá, o contexto político, a marca nacionalista em meio à Primeira Guerra Mundial e o esforço de Neiva em sua divulgação foram fatores que contribuíram para o relatório ser interpretado sob um ponto de vista inédito acerca do sertão e ser adotado como um documento propagandístico de “redescoberta do Brasil”.<sup>146</sup>

Considerando o debate médico e político, Sá notou a longevidade do relatório na qualidade de um panfleto ou manifesto nacionalista. Desse modo, o estudo Neiva-Penna subsidiou e potencializou as insatisfações em torno do federalismo que caracterizava a República e era considerado responsável pelo estado de abandono que vivia grande parte da população. Por esse motivo o relatório se destacava mais como instrumento político do que propriamente em relação ao ineditismo da situação do sertão brasileiro. O tema gradativamente ultrapassava a linha da interpretação médica e exigia uma avaliação sociológica e política do descaso do governo com o interior do país.

A expressão “sociólogos por acaso”, cunhada por Lima em referência às reflexões de Neiva e Penna no relatório é oportuna para notar o envolvimento de ambos na viagem científica. Partilho do argumento da autora de que a leitura dos cientistas sugere a influência das correntes de valorização e integração do sertão como componentes da nacionalidade.

---

<sup>146</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina*. op.cit., p. 190.

Ambos representaram autênticos intelectuais que inferiram na construção de uma imagem da nação.<sup>147</sup>

Na linha dos “sociólogos por acaso”, os cinco anos em expedições científicas afetaram o pensamento social de Penna sobre o interior do Brasil e a condição de desassistência na saúde pública. Enquanto médico clínico em Minas Gerais, antes da sua chegada ao Rio de Janeiro, Penna conheceu diferentes cidades nas proximidades de Barbacena e Juiz de Fora, e, portanto, possuía uma percepção das condições da população fora dos centros urbanos mais desenvolvidos. Todavia, com as viagens do instituto de Manguinhos, Penna foi apresentado a um país abandonado em escala macroestrutural. Não à toa decidiu investir em uma incansável propaganda para o saneamento do Brasil. A principal ação seria materializada em 11 de fevereiro de 1918, com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Importante notar que a data de fundação da Liga, simbolicamente, ocorria no momento em que a morte de Oswaldo Cruz completava um ano.<sup>148</sup> Desse modo, a nação pensada a partir da campanha do saneamento rural foi elaborada na experiência do sertão abandonado. Mais que isso, a imagem de Oswaldo Cruz, como salienta Nara Britto, serviu de combustível simbólico para que médicos e higienistas concorressem no terreno político-ideológico com outras forças sociais. Para esta autora, “[...] a figura idealizada de Oswaldo Cruz, que, morto, converteu-se num símbolo capaz de catalisar e aglutinar o movimento sanitarista”<sup>149</sup>. Penna era um dos cientistas do IOC que não media esforços para prestar culto à memória heroica de Oswaldo Cruz.

Ao regressar da expedição com Neiva em 1912, Penna solicitou licença por um ano das suas atividades na inspetoria para viajar aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a fim de realizar pesquisas independentes sobre os aspectos sanitários dos estados.<sup>150</sup> Por qual razão Penna se licenciaria das suas atividades na inspetoria carioca e empreenderia uma viagem de um ano, com recursos próprios, para o sul do país? Do meu ponto de vista este é o momento inicial do seu projeto intelectual em torno das pautas do saneamento brasileiro. Com as experiências nas viagens científicas, Penna assumia desde o retorno da viagem com Neiva a iniciativa de levar adiante a reforma sanitária e colocar suas

---

<sup>147</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Uma brasileira médica*. op.cit., p. 245.

<sup>148</sup> Oswaldo Cruz morreu em 11 de fevereiro de 1917.

<sup>149</sup> BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz*. op.cit., p. 14.

<sup>150</sup> Segundo a descrição do seu pedido de licença, no ano de 1913, o motivo foi relacionado à saúde. Todavia, foi o período em que se deslocou para estudar as regiões referenciadas. Cf.: *Assentamento do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*, p. 13. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

propostas na cena pública. Por isso era tão importante ir aos estados do Sul coletar dados sanitários e sugerir o antagonismo entre as diferentes regiões nacionais.

Outro ponto diz respeito ao discurso de autoridade. A exceção da região citada, Penna havia percorrido todas as regiões do país. Sendo assim, o contato com os estados do Sul complementaria uma avaliação de ponta a ponta sobre as condições sanitárias da nação. Como demonstrei anteriormente, Penna enaltecia o fato de nunca ter viajado ao exterior, mas conhecer como poucos o Brasil em sua totalidade territorial. A frase está relacionada ao seu esforço em se colocar como autoridade sobre a situação geral do país.

Para tanto, o Rio Grande do Sul foi um estado parâmetro para diversas comparações de propostas sanitárias analisadas no livro *Saneamento do Brasil*. Em vista de uma perspectiva nacional e integrada, era importante para Penna ter acesso a todas as regiões e acentuar suas diferenças para o seu projeto intelectual.

No documento *Vida Funcional*, Penna menciona que o resultado dessa excursão ao sul do país resultou no livro *Minas e Rio Grande*.<sup>151</sup> Penna se referia ao livro *Minas e Rio Grande do Sul: Estado da doença e Estado de saúde*, publicado em 1918, pela *Revista dos Tribunais*. O livro estabelecia comparações econômicas e situava a condição sanitária entre os dois estados. Relatava, por exemplo, a surpresa com a organização sanitária do Rio Grande do Sul – ao notar a raridade de casos de ancilostomíase – e como percebia a apatia de Minas Gerais em relação às doenças. Isto porque Penna considerava Minas Gerais e o Rio Grande do Sul como estados agrários, que viviam da agricultura, da pecuária e de algumas indústrias. Desse modo, como estados com realidades tão próximas viviam situações de saúde pública tão distintas? O livro almejava ser um despertar para o povo mineiro em relação à sua própria situação, considerada dominada pela politicalha e castigada pela doença e pobreza.<sup>152</sup> Para ele, Minas Gerais representava um contraste de belas paisagens, climas e natureza privilegiada, mas com um material humano sofredor e incapacitado.

Entre suas conclusões, o investimento em saúde era fundamental para o desequilíbrio entre os estados. Anotava que estados menores como Pernambuco, detentor de um terço da renda de Minas Gerais, conseguia um investimento superior em saúde.<sup>153</sup>

Além disso, fazia críticas às administrações das fazendas de Minas, reclamava da condição de saúde do trabalhador e da má gestão administrativa em um estado composto por

---

<sup>151</sup> *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>152</sup> PENNA, Belisário. *Minas e Rio Grande do Sul*. Estado da doença, estado da saúde. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1918, p. I.

<sup>153</sup> *Ibidem.*, p. 15.

solo produtivo.<sup>154</sup> A grande diferença estava definida no subtítulo do livro, pois Minas Gerais era sinônimo de doença, enquanto o Rio Grande do Sul era de saúde. A exposição das rendas dos municípios dos estados revelava que Minas Gerais arrecadava menos, mesmo sendo geograficamente maior e com abundância de recursos naturais. O ponto nevrálgico estava no cuidado com a saúde que o Rio Grande do Sul dispunha para a sua população. O resultado era um trabalhador mais produtivo, maior geração de riqueza, energia e independência. Dizia Penna:

Durante oito meses que percorremos muitas localidades do Rio Grande, não vimos um mendigo, nem vagabundos; não observamos pessoas descalças [...]. Os salários no Rio Grande, com relação aos de Minas e de outros Estados são elevadíssimos, porque o trabalho do homem ali é sem comparação mais produtivo, e isso devido exclusivamente à boa alimentação que ele usa, e à excelente saúde, que em regra desfruta.<sup>155</sup>

A saúde pública era a via necessária para a criação de uma população forte e robusta que melhor aproveitaria o espaço geográfico e a natureza da região. O Rio Grande do Sul era o modelo a ser seguido ao enfrentar a questão sanitária. Para Penna, as medidas empregadas na saúde pública trouxeram reflexos na própria compreensão política local, da qual há uma maior responsabilidade administrativa e opinião pública.<sup>156</sup> Minas Gerais nadava na contracorrente, pois ao descuidar da saúde pública tornava-se refém da politicalha. Portanto, uma campanha sanitária moralizaria os sujeitos e a política.

O cientista do IOC voltou à capital federal somente em 1914, ao restituir sua função de Inspetor Sanitário e atuar no combate às endemias que grassavam a cidade, como era o caso da malária e varíola.

O retorno ao Rio de Janeiro foi bem diferente da sua chegada há dez anos, época em que iniciava sua vida profissional na inspetoria. Agora, somava-se em sua trajetória a experiência das viagens e a constatação das diferentes realidades sanitárias-sociais do país. Embora a desassistência do poder público no interior fosse sintomática, percebia que a situação da capital federal não se distanciava da realidade observada nos sertões. O médico Afrânio Peixoto, em discurso proferido em 1918, notava a mesma questão ao lembrar a dificuldade no controle das doenças: “E isto, não nos ‘confins do Brasil’, aqui no Distrito Federal, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca... Porque, não nos iludamos, o nosso sertão

---

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Ibidem., p. 45.

<sup>156</sup> Ibidem., p. 116.



começa para os lados da Avenida”<sup>157</sup>. A frase tornou-se um consenso e Penna parafraseou-a ao dizer que “[...] o interior começa nos subúrbios da capital do país”<sup>158</sup>. Em outras palavras, a imagem do sertão doente era consequência da falta de ação do poder público e estava estendida para todo o território nacional.

O sertão que começava “para os lados da Avenida” era compreendido por Penna desde sua atuação na inspetoria. Em conferência realizada em 31 de agosto de 1918, na Associação Cristã de Moços, no Rio de Janeiro, mencionou que “Nos distritos de Sta. Cruz, de Guaratiba, Campo Grande, da Gávea, Jardim Botânico, Irajá, Rio das Pedras, Jacarepaguá abundam a malária e ancilostomíase, que se encontram em bairros mais próximos”<sup>159</sup>. Uma parte das localidades seria beneficiada no final da década de 1910 com postos sanitários para atender a população carente de assistência médica.<sup>160</sup> Entre os esforços realizados encontram-se as investidas do Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural, instalado no Rio de Janeiro no governo de Wenceslau Brás. Tais ações podem ser traduzidas como efeito das denúncias sobre a situação sanitária do país, exigindo uma tomada de consciência dos homens públicos.

Ao restituir suas funções na inspetoria em 1914, atuou na 5ª Delegacia de Saúde, correspondente aos subúrbios servidos pela *Leopoldina Railway*. Visitava casas e aplicava vacinas antivariólica, sendo seu principal objetivo a contenção da malária na região. Era uma atuação semelhante àquela desempenhada na 3ª Zona, em 1905, quando a preocupação era com a diminuição dos casos de febre amarela. Segundo seus dados, em 1914 as localidades de Benfica e Vigário Geral registravam 72 casos de varíola. Em 1917, o número foi subtraído para 19 casos.<sup>161</sup> Em seu levantamento, a população do subúrbio era constituída por aproximadamente 50 mil almas. A quantidade de pessoas dificultava o controle do processo de vacinação, muito pelo alto fluxo de transferência de famílias de um bairro a outro. Entre as ações sanitárias desenvolvidas na região incluíam a abertura de valas e a drenagem de terrenos a fim de evitar a formação de larvas e proliferação dos mosquitos.

---

<sup>157</sup> PEIXOTO, 1918 *apud* HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), jul. 1998, pp. 217-235.

<sup>158</sup> PENNA, Belisário. A Era do Saneamento. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Entre Rios, no dia 6 de junho de 1920, p. 7.

<sup>159</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no Rio de Janeiro, a 31 de agosto de 1918, a convite da Associação Cristã de Moços*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1918, p. 7.

<sup>160</sup> PENNA, Belisário. *Serviço de Profilaxia Rural no Distrito Federal e zonas limítrofes do Estado do Rio de Janeiro, desde sua fundação, em junho de 1918 a 31 de outubro de 1920*, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC, S/D).

<sup>161</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Ramos, em março de 1918, a convite do “Ramos Club”*. Rio de Janeiro, 1918, p. 1.

Entre as dificuldades da inspetoria estava o problema de trânsito na localidade. Era necessário trafegar pela linha da estrada de ferro para conseguir se locomover na região. A ausência orçamentária era sua principal reclamação para a execução dos serviços. Embora focado na malária, em 1914 constatou que a ancilostomíase era outra enfermidade que afrontava o subúrbio. Nesse contexto, insistia para um aumento de verbas na tentativa de criação de medidas de profilaxias para ambas as doenças.

Um dos desdobramentos da atuação sanitária nesse período sobreveio em 1916, com a criação de um posto de profilaxia rural em Vigário Geral. O médico e deputado, Dr. Bulhões Marcial (1860-1922), cedeu uma casa e mobiliário para a continuação do combate à malária.<sup>162</sup> A criação do posto despontava como uma nova estratégia operacional de profilaxia, na qual a criação de um ponto fixo na região agilizaria o apoio médico e dinamizaria a instrução à população. Do ponto de vista de Penna, a parcela da população que fosse ao posto seria educada e transformada em propagadora dos ensinamentos de higiene, aprendendo as suas causas e os meios de evitar a proliferação das doenças.<sup>163</sup> Era um trabalho de desenvolvimento da “consciência sanitária”.

A importância da educação sanitária acabou se tornando uma marca em seu projeto de saneamento. A conscientização da população por meio da educação e a atuação do poder público eram os dois pilares para o sucesso do saneamento e das transformações sociais. Isto porque a educação era uma crença coletiva de transformação social. Como menciona Gomes, “Assim, se os projetos eram muitos e muito diversificados, todos concordavam quanto ao potencial das atividades ‘pedagógicas’, fossem elas imaginadas e/ou implementadas por médicos, professores, literatos, artistas plásticos, etc.”<sup>164</sup>. Segundo Penna, a partir do momento em que os dirigentes e dirigidos se conscientizassem sobre os valores da higiene, o país estaria inserido em um glorioso destino do qual nenhum outro motivo como raça ou clima serviria de pretexto para denegrir a nação.<sup>165</sup>

O posto de saúde em Vigário Geral parece ter cumprido seus objetivos, sendo transferido em 1917 para a região vizinha de Parada de Lucas. No final do mesmo ano, migrou para a região da Penha, vizinha de Parada de Lucas. Sediado em casa doada pela Irmandade da Penha e com uma frequência de 100 pessoas por dia, o posto ganhou

<sup>162</sup> PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968, p. 4. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>163</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 54.

<sup>164</sup> GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...* op.cit., p. 22.

<sup>165</sup> PENNA, Belisário. Pequenos cuidados higienicos. *Revista do Brasil*. Ano III, n. 33, setembro de 1918, p. 18.

notoriedade ao receber em 1918 a visita do presidente Wenceslau Brás.<sup>166</sup> A modalidade dos postos de profilaxia apareceu como uma fórmula de ampliação da campanha sanitária bem-sucedida.

Conforme foi visto<sup>167</sup>, esta “Era do Saneamento” inaugurava, de certa maneira, a descoberta do Brasil doente pelas expedições científicas e o papel assumido por parte da classe médica e política adepta da corrente sanitarista como interventora de transformação social. O relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás* foi decisivo no discurso de nacionalidade e reforma da saúde pública. Todavia, as informações e imagens do relatório estiveram longe de serem reduzidas apenas aos aspectos da saúde. Elas maximizaram as insatisfações com setores da política nacional, sua moral e suas formas de gerenciar a nação. Diversas vozes somaram-se ao movimento ao denunciarem os equívocos do sistema republicano e a política vigente como responsáveis pelo aspecto de abandono da população brasileira. Entre elas, o meado de 1910 inaugurou a atuação de Penna como homem público, seja publicando em periódicos, participando da vida política ou palestrando em instituições e universidades. Tais reformas eram fundamentais, inclusive, para a unidade nacional, importante aspecto para a integração do povo brasileiro em sua totalidade. Saneamento e unidade nacional foram bandeiras levantadas por Penna que passou a defender uma maior ação do Estado como tutelar das diferentes regiões do país, sobretudo no cuidado com a saúde pública e na defesa de reformas sanitárias.

---

<sup>166</sup> *Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*, p. 4 (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>167</sup> Cf.: HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit.

## CAPÍTULO 2

### CONSCIÊNCIA SANITÁRIA E UNIDADE NACIONAL

Programa verdadeiramente patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

Salvação da pátria só há uma: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Guerra com o Prata só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

Literatura só há uma: sanear o Brasil.

E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprio. Se tencionarmos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil.

(LOBATO, Monteiro, *O Estado de S. Paulo*, 1918).<sup>168</sup>

#### 2.1. Divulgação e (N)ação: *Saneamento do Brasil* e a Liga Pró-Saneamento do Brasil

Como desenvolvi no capítulo anterior, o projeto sanitarista de salvação e unidade nacional de Belisário Penna tem início logo após o retorno da viagem com Artur Neiva. Em continuidade, além da criação do posto de Vigário Geral, o ano de 1916 apresentou transformações consideráveis para a trajetória de Penna, para o movimento sanitarista e para o campo da saúde pública. Como exposto por Lima e Hochman, tais transformações reverberam a ideia de que os “[...] higienistas das três primeiras décadas do século XX ultrapassaram os limites do debate sobre saúde e informaram representações mais amplas sobre a sociedade”<sup>169</sup>. Pretendo enfatizar este argumento ao discutir a condição de Penna como homem público e seu projeto nacional de saneamento.

O jornal carioca *A Noite* reservou parte da sua primeira página de 27 de outubro de 1916 para discutir *O alarmante estado sanitário em nossos sertões*. Referindo-se ao discurso do médico Miguel Pereira, a viagem de Neiva e Penna foi citada como a principal referência para compreender de que modo as doenças, a desnutrição e o alcoolismo flagelavam o interior do país.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> LOBATO, Monteiro. Saneamento do Brasil. *O Estado de S. Paulo*. Ano XLIV, n. 14326, 20 de março de 1918, p. 3-4.

<sup>169</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...* op.cit., p. 314.

<sup>170</sup> *A Noite*. A margem de um discurso sensacional. Ano VI, n. 1745, 27 de outubro de 1916, p. 1.

O discurso de Miguel Pereira em outubro de 1916, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no qual classificou o Brasil como um “imenso hospital”, é considerado um dos estopins do pensamento médico e político para as ações reformistas no campo da saúde pública e do saneamento. Embora o relatório Neiva e Penna tenha influência no seu discurso, a avaliação de Pereira sobre a situação do país estava enraizada na sua experiência individual. O médico paulista esteve em Lassance e observou o efeito da doença de Chagas na população. Assim, a expressão do “imenso hospital” não foi somente derivada da leitura do relatório, mas representava uma gota d'água do diagnóstico do abandono. Sobre o discurso de Miguel Pereira, disse Penna: “[...] foi a gota que fez transbordar o cálice de indignação do grande mestre e levou-o à coragem de externá-la com a frase célebre, porque é dolorosa e profundamente verdadeira”<sup>171</sup>.

Jornais da época foram palcos de debates para tratar as consequências do diagnóstico do sertão abandonado e vitimado pelas doenças. O *Correio da Manhã* de 23 de outubro de 1916 publicou em sua primeira página o artigo intitulado *A eliminação do brasileiro*. O texto versou sobre a condição de esquecimento do interior brasileiro e a desesperança sobre o seu futuro. Citava os alertas de Miguel Pereira sobre os riscos das doenças para o Brasil e para a nacionalidade. O texto é finalizado com um chamado ao reformismo:

Ao presidente da República cabe promover imediatamente um acordo entre a União e os Estados mais diretamente interessados, a fim de que se comece a obra salvadora do saneamento do interior do país, antes de vermos o Brasil desaparecer pela extinção gradual dos brasileiros.<sup>172</sup>

Portanto, 1916 foi sintomático para a entrada do tema do saneamento e das reformas na saúde pública no vocabulário de setores da classe médica e da elite brasileira. Atento à repercussão, Penna começou a escrever para o *Correio da Manhã* artigos relacionados à situação dos sertões e oferecer soluções pela via do saneamento. Os textos abordavam não apenas a profilaxia ou a técnica médica de combate às doenças, mas assumiam uma posição política antifederalista e propunham um olhar para o país a partir da perspectiva da unidade nacional, da higiene e da moral.

Este é o momento em que Penna busca o protagonismo e divulga publicamente o seu projeto de nação. Entendo esta etapa como a passagem do “sociólogo por acaso” para o “sociólogo por convicção”. Como registrado no primeiro capítulo, Lima classificou as

<sup>171</sup> PENNA, 1920 apud KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit., p. 180.

<sup>172</sup> *Correio da Manhã*. A eliminação do brasileiro. Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 6451, 23 de outubro de 1916. Para Dominichi Miranda de Sá, o provável autor do texto é Gil Vidal, pseudônimo de Leão Veloso Filho (1856-1923), que foi o primeiro redator-chefe do jornal (SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina*. op.cit., p. 191.

conclusões sociais do relatório Neiva e Penna, ao construir uma imagem de nação, como uma posição intelectual que definiu ambos cientistas como “sociólogos por acaso”. No andamento da trajetória de Penna é possível dizer que a crescente relação entre sua tradição médica e a ação política o transformou em um “sociólogo por convicção”. Em palestra em 1922, a convite da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, explicava:

O médico precisa ser um sociólogo.  
Além de tratar os doentes deve estudar as doenças coletivas, aplicar os meios de preveni-las e encarar os assuntos sob os aspectos morais e econômicos do meio físico e da sociedade em que vai agir.<sup>173</sup>

Penna toma para si a análise do contexto social como ferramenta para a ação médica. Ao lado disso, a opção por publicar em jornais reflete a intenção de ser ouvido para além do círculo médico especializado e atingir a elite letrada, bem como as classes dirigentes. Para assumir a liderança do discurso de reforma sanitária era necessário sair do laboratório e se expor na qualidade de intelectual. Nesse sentido, a sociabilidade política aparece como um fator a ser considerado para o sucesso de sua campanha e da concretude do “sociólogo por convicção”. Portanto, pensando a construção de suas redes políticas e intelectuais, “Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”<sup>174</sup>.

Vale salientar que a condição do intelectual público está a reboque da posição ocupada pelo indivíduo na sociedade. Pensando o lugar de Penna, empresto a definição de Fernando Pinheiro Filho sobre os intelectuais:

[...] eles não configuram uma classe social; tampouco correspondem exatamente a um grupo socioprofissional. O que os caracteriza é a relação com uma obra no plano da cultura, de caráter conceitual ou estética, de que são autores ou intermediários. Decorre do devotamento que essa obra exige um distanciamento da pressão mais imediata das necessidades materiais — o que constitui parte de seus privilégios, mas não os isenta da disputa por seus interesses próprios. Por outro lado, a resultante desses móveis tem destinação pública, seus autores são agentes dos processos sociais e políticos de seu tempo ao interferir no debate sobre as questões da cidade, em diferentes graus de participação. Além disso, o intelectual pertence a um coletivo com certo padrão de ligações instrumentais e afetivas, e dispõe de

<sup>173</sup> PENNA, Belisário. *Valorização do homem e da terra*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, a 20 de maio de 1922, na cidade de Campo, a convite da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia. 1922, p. 11. Citando o médico italiano e precursor da medicina social Giuseppe Tropeano (1881-1952), dirá que: “Tropeano, o grande médico sociólogo italiano diz muito bem: ‘até agora o papel do médico tem sido o de curar indivíduos, quando do que se precisa é de médicos capazes de curar a sociedade’” (PENNA, Belisário. *Higiene Brasileira*. S/D, p. 77. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>174</sup> GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Apresentação*. op.cit., p. 12.

um quadro institucional que lhe garante provimento material com diferentes margens de autonomia.<sup>175</sup>

A trajetória do intelectual vinculada à política fazia parte da cena pública. Em uma perspectiva nacional, Mariza Corrêa explica que até a década de 1930 o chamado intelectual “polivalente” estava ligado a uma diversidade de redes de interesses como laços políticos, regionais, profissionais e parentesco. Também havia interesses diversos, nem sempre em consonância com seus pares. A autora salienta que esta é uma característica presente em um período em que a atividade intelectual não tinha suas fronteiras bem delimitadas, permitindo ampliar sua ação social, não ficando somente reservada às suas especificidades profissionais. Esta circulação institucional e política, presente nos intelectuais polivalentes é para a autora a marca da formação da identidade da elite intelectual no período.<sup>176</sup> Para Sevcenko, este é o momento que alguns intelectuais, desligados da elite econômica e social, e descrentes da política, desejavam “[...] exercer tutela sobre uma larga base social que lhes traduzisse poder de fato”<sup>177</sup>.

Por isso foi significativo no capítulo anterior perceber a formação de Penna na medicina experimental e a constituição dos seus laços institucionais com Manguinhos, local que modelou o seu estatuto de saneamento e ampliou suas redes de sociabilidade. Penna não se considerava um substituto, mas um continuador da medicina experimental de Oswaldo Cruz. A posição polivalente de Penna interdita qualquer tentativa de análise linear ou em busca de um sentido pré-determinado em sua atividade política. É perigoso, por exemplo, comprar o seu argumento de “sanitarista patriota”, incrustado em suas biografias, sem notar este discurso dentro de uma lógica de filiação intelectual da qual procurava reorganizar o país por meio de diferentes perspectivas, como o nacionalismo. Portanto, é preciso estar atento de que “No caso brasileiro, a higiene, entre outros discursos de base científica, teve forte presença nas interpretações sobre os dilemas e as alternativas colocadas para a construção da nação”<sup>178</sup>.

A interpretação que proponho está ligada ao seu “nascimento” na política brasileira. Embora Penna tenha nascido em 1868, período lembrado pela “geração de 1870”, sua

<sup>175</sup> PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 313-314.

<sup>176</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 1ª Ed. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998, p. 17-18.

<sup>177</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. op.cit., p. 95.

<sup>178</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...* op.cit., p. 315.

maturação intelectual/política advém da geração concebida na República e crítica do republicanismo. Portanto, é plausível que seu aparecimento como homem público e intérprete do Brasil em meados de 1910 esteja associado aos discursos de intelectuais nascidos na Primeira República e tomados por um sentimento de decepção com a República. Este é o grupo ao qual Penna estabelece diálogo sobre as questões políticas do país.

A posição de Penna no cenário intelectual e como homem público na Primeira República tem papel central no argumento da tese, uma vez que percebo o modo como circulou em diferentes espaços para fomentar seu projeto de nação. Não ignoro a sua origem familiar como facilitadora do seu trânsito nos espaços políticos e institucionais. Filho de um nobre com influências políticas em Minas Gerais, Penna ainda foi sobrinho do presidente Afonso Penna (1847-1909), casado com a irmã de seu pai, Maria Guilhermina de Oliveira Penna (1857-1929). A formação médica, a condição de membro do grupo de Oswaldo Cruz e do Instituto Oswaldo Cruz, e a experiência nas viagens científicas, constituíram o tripé para legitimar a sua autoridade no tema do saneamento. Por meio da sua especialização técnica ofereceu interpretações de Brasil e um projeto reformista da saúde pública e de unidade nacional.

A questão sanitária, marca da sua trajetória, pode ser notada como legitimadora da sua inserção nas administrações públicas. Seu projeto de saneamento, compartilhado por diferentes grupos políticos e intelectuais, era a pedra de toque para a multiplicação da sua popularidade e permitia a sua circulação em diferentes espaços. Seguindo Lima e Sá, é preciso destacar que não entendo a participação política e intelectual de Penna como uma expressão de camadas médias ou dominantes em busca de ascender-se socialmente, mas como um agente mergulhado em um projeto reformista que conectou a vida intelectual à política.<sup>179</sup>

Pertencente ao contexto histórico da discussão entre higiene e o papel do Estado, Penna reclamava sobre a necessidade de um Estado tutelar para intervir na saúde pública. Do ponto de vista de médicos como Penna, “Seria o governo e a doença, e não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, os grandes culpados pelo abandono da população à sua própria sorte”<sup>180</sup>. A centralização política tornou-se uma marca do seu discurso como homem público. Com os efeitos do federalismo e da descentralização, o tema ganhava maior notabilidade no fim da década de 1910 e exigia uma maior participação do Estado na saúde pública. Sua

---

<sup>179</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Antropologia brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 75.

<sup>180</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são...* op.cit., p. 317.



relevância está, portanto, em ser reconhecido/idealizado por parte dos dirigentes políticos e grupos intelectuais como autoridade teórica e prática para a solução do problema do saneamento no Brasil. Seu projeto de nação responde aos anseios de grupos que perceberam no saneamento uma forma de se redescobrirem enquanto nação soberana e de organização nacional. Para tanto, deveria haver uma reestruturação do poder da União sobre estados e municípios.

Assim, recusa-se a separação entre pensamento e ação, uma vez que a forma de atuação política de Penna tem como intuito intervir na organização e nas decisões do país por meio do seu projeto de saneamento.<sup>181</sup> Nesse sentido, os laços políticos e intelectuais foram fundamentais para sua circulação nas administrações institucionais. Desse modo, para Corrêa, deve-se analisar os discursos para além das “causas célebres”, tomando também como perspectiva o cotidiano das relações políticas ou construções das relações institucionais.<sup>182</sup> Para esta autora, além de identificar as genealogias do pensamento de atores históricos e suas filiações, parece ser igualmente relevante observar as aproximações políticas e teóricas com a prática em um determinado contexto.<sup>183</sup>

Penna entendia que somente o sucesso no plano político, notadamente no que diz respeito à centralização política e administrativa, poderia trazer uma vitória para o saneamento. A estratégia de ação deveria acontecer por meio da imprensa, publicação de livros, conferências nos mais variados lugares e participação ativa como homem público. A campanha do saneamento e as concepções nacionalistas estavam no roteiro de sua autopropaganda política.

Em vista da disseminação da sua tese sobre o saneamento e a política nacional, inaugurou em 17 de novembro de 1916 uma série de artigos no *Correio da Manhã*. As publicações denominadas *Saneamento dos Sertões* foram posteriormente enfileiradas no livro *Saneamento do Brasil*, em 1918.<sup>184</sup> Foram treze artigos publicados no *Correio da Manhã*

---

<sup>181</sup> Parto da perspectiva de Vanderlei Sebastião de Souza ao analisar a trajetória de Edgard Roquette-Pinto. Em especial, de que modo os seus estudos antropológicos e a sua ação política influenciaram a sua interpretação de nação. O debate é similar a Penna à medida que ambos intelectuais pensaram os “problemas” do Brasil e indicaram intervenções na arena pública em vista da organização do país (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil*: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV; Editora Fiocruz, 2017).

<sup>182</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade*. op.cit., p. 26-27.

<sup>183</sup> Ibidem., p. 28.

<sup>184</sup> PENNA, Belisário. Saneamento dos Sertões. *Correio da Manhã*. Ano XVI, n. 6.476, 17 de novembro de 1916, p. 2. Em *Saneamento do Brasil*, o título do artigo foi modificado para *Interior do Brasil - Doença e Miséria*. A primeira publicação no *Correio da Manhã* pode ser compreendida como uma carta de apresentação das principais pautas e propostas sobre o saneamento que o acompanharam durante toda a sua trajetória. Ele apresentava ao público o seu retrato de “Brasil doente” e as possíveis soluções pelos vieses político e sanitário. Penna procurou convencer o leitor a partir da sua experiência nas viagens realizadas pelo país, afinal, como

entre 17 de novembro de 1916 a 23 de janeiro de 1917. Penna teria recebido diversos pedidos, inclusive de lavradores, para organizar os artigos em formato de livro.<sup>185</sup> Embora inicialmente tenha encontrado dificuldades para editá-lo, conseguiu lançar a primeira edição de *Saneamento do Brasil* em 1918, pela *Revista dos Tribunaes*.

No que diz respeito à estrutura, o livro está dividido em duas partes. A primeira composta pelos treze artigos do *Correio da Manhã* e um capítulo adicional denominado *Ferro em braza*. Em *Correio da Manhã* os oito primeiros artigos foram nomeados de *Saneamento dos Sertões* e numerados de I a VIII. Na confecção do livro cada capítulo recebeu um título próprio. Do capítulo nove ao treze os títulos são iguais àqueles veiculados no periódico.

A segunda parte de *Saneamento do Brasil* pode ser entendida como uma expansão da primeira, uma vez que Penna retoma uma visão sociológica das doenças e do contexto político brasileiro na tentativa de encontrar soluções pelo viés do saneamento. Contudo, a metade final apresenta maior didatismo ao explicar os efeitos de doenças como malária, lepra, ancilostomíase, chagas, leishmaniose, entre outras, oferecendo estatísticas, ilustrações e fotografias acerca das enfermidades e a situação no interior do Brasil. Se comparada à metade anterior, há um teor mais técnico e explicativo/educativo a respeito da proliferação das doenças, profilaxias e seus quadros nosológicos.

*Saneamento do Brasil* é a grande obra intelectual de Penna. O momento entre a divulgação dos artigos no *Correio da Manhã* e a publicação do livro representa sua consolidação pública como autoridade capaz de desenvolver um projeto de saneamento para o Brasil. A vendagem do livro possibilitaria angariar recursos para uma nova etapa da campanha pelo saneamento. Na introdução, Penna explicava que nem ele, nem os editores pretendiam obter qualquer lucro com as vendas, mas investir todos os recursos na fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil.<sup>186</sup> A publicação do livro ou a criação de um Liga nacionalista demonstra o efeito das ideias do saneamento no debate público. Ideologicamente, não se tratava somente de uma preocupação relacionada à saúde pública, mas de intervenção política em escala nacional. Com *Saneamento do Brasil* em mãos e a fundação de um movimento nacionalista em prol da saúde, Penna iniciava uma frente de ação mais combativa e

---

dizia: “[...] não me guio por informações escritas ou faladas, mas por verificação pessoal no Norte, no centro e no sul do país”. Se para Roquette-Pinto a expedição científica na região norte do Mato Grosso, em 1912, formou sua maneira de conceber a identidade do país em relação à questão antropológica (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil*. op.cit., p. 94.), as viagens científicas de Penna ao sertão foram um fator decisivo em sua trajetória intelectual no que diz respeito à necessidade da formação de uma “consciência sanitária”. O contato com uma população abandonada revelou um país “desconhecido”, caracterizado por por doenças, alcoolismo e analfabetismo. A “consciência sanitária” seria a engrenagem da sua própria crença no projeto de nação saneada.

<sup>185</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. I.

<sup>186</sup> *Ibidem.*, p. II.

propagandística. Sendo paulatinamente reconhecido como autoridade no tema, passou a participar de palestras para diferentes públicos, eventos políticos, escritos na imprensa ou em qualquer lugar que lhe oferecessem espaço.

Sob sua liderança, a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi fundada 11 de fevereiro de 1918 e reuniu adeptos das elites intelectuais e políticas, que passaram a amplificar o sentimento de necessidade de reforma na saúde pública em comunhão com ações políticas. Além da participação dos médicos Miguel Couto (1865-1934) e Carlos Chagas, do médico psiquiatra Juliano Moreira (1872-1933), dos políticos Rodrigues Alves e Eptácio Pessoa (1865-1942) e do jurista Clóvis Beviláqua (1859-1944), o presidente em exercício Wenceslau Brás ocupou o cargo de presidente honorário.<sup>187</sup> No mesmo período foi criada a revista *Saúde*<sup>188</sup>, órgão da Liga Pró-Saneamento do Brasil para atuar como mais uma ferramenta de divulgação da campanha do saneamento. A Liga encerrou suas atividades em 1920 em razão da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Ao encarar os problemas do país sob as perspectivas sociais, Penna integrava a corrente médica que compartilhava um forte sentimento nacionalista de salvação do sertão. Este sentimento nacionalista conquistou diversos setores da intelectualidade, especialmente quando relacionado à soberania e à unidade nacional. A epígrafe inaugural do capítulo é sintomática para notar como o saneamento mobilizou personagens em destaque do discurso nacionalista, a exemplo do escritor Monteiro Lobato. O fenômeno da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi decisivo para o fortalecimento do nacionalismo e possibilitou novas maneiras de pensar a situação do Brasil frente ao contexto internacional. Vozes como a de Olavo Bilac, Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916) e Miguel Calmon (1879-1935) se levantaram na defesa de um discurso nacional e de valorização do território e da população.

Entre as ações práticas da intelectualidade, o sentimento foi materializado em torno da criação de diversas Ligas, como a Liga de Defesa Nacional<sup>189</sup>, Liga Nacionalista de São Paulo, Liga Contra a Tuberculose, Liga Anti-alcoólica e Liga Pró-Saneamento do Brasil. Em suas diferentes bandeiras e organizações, a marca nacionalista pode ser considerada um ponto em comum da criação das Ligas. Na observação de Lúcia Lippi Oliveira:

A primeira Guerra mundial trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo. Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza

<sup>187</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...* op.cit., p. 317.

<sup>188</sup> A revista *Saúde* publicou oito edições.

<sup>189</sup> O nome de Belisário Penna foi aceito como efetivo para a Liga da Defesa Nacional (*O PAIZ*. Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 12041, 27 de setembro de 1917, p. 6).

territorial e nas qualidades das raças que formaram o homem brasileiro - dois traços que caracterizavam o nacionalismo de tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país.<sup>190</sup>

Sendo assim, o sentimento nacionalista-salvacionista em torno do discurso do saneamento do Brasil foi fundamental para o sucesso da Liga Pró-Saneamento e para o fortalecimento da liderança de Penna como uma autoridade científica e intelectual. A organização de um movimento Pró-Saneamento adicionado às pautas da salvação nacional seria responsável pela integração do brasileiro. Temas como a profilaxia das doenças e a luta antialcoólica eram alguns dos alvos de um projeto que visava a regeneração física, moral e mental da população. De outro modo, utilizando as palavras do próprio Penna em seu discurso de ingresso na Academia Nacional de Medicina (ANM), em 1921, era preciso com esta campanha o "[...] levantamento moral e intelectual de nossa gente [...]"<sup>191</sup>. O saneamento era para ele uma “cruzada patriótica” na qual seria possível revitalizar e recuperar o povo brasileiro dos centros urbanos ou rurais.

Para Penna, o nacionalismo constituía um importante fator de inserção para viabilizar o seu projeto político de nação. No discurso da unidade nacional, o saneamento deveria representar um compromisso dos gestores, médicos e intelectuais com a pátria, sobretudo no intuito de resgatar a população do seu estado de abandono. Em termos geopolíticos no contexto em que ocorria o término de uma guerra mundial, um povo emancipado das doenças, do analfabetismo e do alcoolismo fortaleceria a soberania do Brasil perante os demais países.

Ante aos pares da Academia Nacional de Medicina (ANM), argumentou que “Não há povo que resista a essas três causas de degradação individual e de degeneração da raça [analfabetismo, alcoolismo e doenças]”<sup>192</sup>. A intenção era demonstrar a responsabilidade da classe dirigente e da classe médica para solucionar o diagnóstico do “imenso hospital”. Por este aspecto era necessário insistir no sentimento nacionalista-salvacionista, pois “[...] nada mais fazemos que cumprir um dever; que tentar saldar uma dívida sagrada, contraída à revelia do nosso bom povo; do que procurar resgatar o criminoso abandono em que o deixamos, escravizado à doença, à cachaça e à miséria”<sup>193</sup>.

---

<sup>190</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 145.

<sup>191</sup> PENNA, Belisário. *Discurso pronunciado pelo Dr. Belisário Penna, na Academia Nacional de Medicina, por ocasião da posse de membro honorário, em 5 de setembro de 1921*, p. 2.

<sup>192</sup> *Ibidem.*, p. 5.

<sup>193</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 57.

Com efeito, para Penna, o nacionalismo seria efetivo apenas se fosse direcionado à resolução dos problemas de saúde pública. Não bastaria defender militarmente a soberania nacional se a população continuasse subnutrida e desamparada pelo Estado. Com o término Primeira Guerra Mundial, as frentes nacionalistas continuaram reivindicando posições do governo em defesa dos aspectos da nacionalidade. Thomas Skidmore comenta que após colaborar com a Liga da Defesa Nacional em 1916, Olavo Bilac exigiu maiores iniciativas para o cuidado da população desnutrida e carente de assistência na saúde e educação.<sup>194</sup> Afrânio Peixoto, até por volta de 1930 era otimista em relação à medicina e à higiene para resolver os atrasos da sociedade brasileira. Para Peixoto, era dever do médico ocupar um compromisso central para os anseios do país.<sup>195</sup> Com o aumento do nível de mobilização na intelectualidade no final da grande guerra, algumas iniciativas eram desenvolvidas, como a *Revista do Brasil*. A revista de Monteiro Lobato procurou ampliar o debate sobre a questão da identidade nacional. Intelectuais de diferentes áreas se agrupavam em um plano de salvação nacional no qual a ausência de cuidados sociais condicionava a população ao atraso civilizacional.

A retórica médico-científica permitiu o florescimento dos movimentos sanitaristas em tempos de crescente nacionalismo do pós-guerra. Como sustenta Hochman, “O nacionalismo do movimento sanitarista, apontado pela literatura, deve ser entendido como a descoberta da nação a partir da consciência da interdependência social promovida pela doença”<sup>196</sup>. Por esta interpretação, a doença foi estabelecida como um problema a ser resolvido para a construção da identidade nacional.

O saneamento de Penna estava integrado à lógica do nacionalismo como salvação nacional e no repensar da sua identidade enquanto povo. Por meio de investimentos internos e assumindo uma política sanitária na saúde pública, o Brasil poderia se erguer enquanto nação a partir do cuidado com a sua população. Penna encontrou no nacionalismo de Bilac, considerado por ele um “grande patriota”, a necessidade de conclamar a juventude para se levantar contra a devastação da “desgraça de caráter e morte moral” que atingia o país.<sup>197</sup> Concordava com a análise de Bilac de que a política nacional causava devastação semelhante à de uma guerra.

---

<sup>194</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 230.

<sup>195</sup> SILVA, Renata Prudêncio. *As ciências de Afrânio Peixoto*. op.cit., p. 172.

<sup>196</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 78. A questão da interdependência social será abordada em capítulo posterior.

<sup>197</sup> PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926, p. 3.

A ideologia nacionalista, amplamente difundida em conferências e produção intelectual, permitiu cristalizar a imagem de Penna como o detentor de uma fórmula de recuperação do país. A retórica patriótica e de salvador nacional pode ser compreendida como uma estratégia de ascensão política. A adesão de parte da intelectualidade ao seu projeto de nação o autorizaria a dialogar com o poder público e ocupar cargos administrativos.

Como observou Castro Santos, a bandeira sanitarista representou um dos movimentos mais importantes do projeto ideológico de construção da nacionalidade da Primeira República. Ela será responsável pela reavaliação do sentimento de raça inferior que contaminava parte das conclusões pessimistas da classe dirigente e da intelectualidade. A consciência sanitária de Penna transformava o pessimismo racial na seguinte lógica: “população doente = raça fraca = nação sem futuro”<sup>198</sup>. Em conferência à Sociedade Mineira de Agricultura, em 1918, Penna classificava os problemas de ordem social como “[...] os fatores diabólicos do atraso do nosso país, da miséria da nossa população de trabalho, da desorientação da nossa política e da anarquia mental do nosso meio intelectual”<sup>199</sup>. A imagem do “imenso hospital” e as possíveis soluções projetadas pelos sanitaristas pressionavam o poder público por uma tomada de ação apoiada nas resoluções do saneamento. Não tardou para que Penna entrasse na gestão pública.

Em seu último ano na cadeira presidencial, Wenceslau Brás se aproximou do movimento sanitário ao criar o Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal. Embora os postos funcionassem desde 1916, foi apenas em 1918, com a visita de Brás ao Posto da Penha, que o movimento recebeu maior atenção do poder público. O mineiro esteve na presidência do Brasil entre 1914 a 1918. Em sua trajetória política, ainda consta a prefeitura de Belo Horizonte (1898-1899), Deputado Federal (1903-1909), Presidente de Minas Gerais (1909-1910) e Vice-Presidente da República na gestão de Hermes da Fonseca (1910-1914).

Na condição de presidente da República, sua gestão foi marcada de relativa estabilidade da política interna brasileira.<sup>200</sup> Brás conseguiu se assentar no poder após conquistar o apoio do Mato Grosso e Rio de Janeiro, eliminando qualquer tentativa de revolta. Além disso, Brás solucionou um conflito entre o Paraná e Santa Catarina, que disputavam limites de terras entre os estados. A mediação do presidente no conflito e a conquista do apoio

---

<sup>198</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento sanitarista na Primeira República*. op.cit., p. 204.

<sup>199</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 1.

<sup>200</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco*. op.cit., p. 214.

do Mato Grosso e do Rio de Janeiro foram fatores que solidificaram sua autoridade no cargo.<sup>201</sup>

Relativo à criação do Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal, compete destacar três aspectos. Penna, devido à sua projeção nacional, assume a liderança de um movimento sanitário em nível institucional. Em segundo lugar, a posição institucional representou o início da sua trajetória em cargos na administração pública sob a retórica do projeto de nação saneada. Entre 1918 a 1932, à exceção do governo Artur Bernardes (1922-1926), participou de todas as outras gestões presidenciais. Por último, no plano intelectual, este é o momento em que suas ideias são transformadas em práticas de intervenção social na saúde pública.

A criação do Serviço de Profilaxia Rural proporcionou a multiplicação de postos na capital federal. Além do posto da Penha foram criados os postos de Pilares, Madureira, Jacarepaguá, Gávea, Ilha do Governador, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. A iniciativa cobria uma área de 1.027 km<sup>2</sup> com a expectativa de atender 350.000 habitantes. Estruturalmente, cada posto contava com dois médicos, inspetores sanitários da Diretoria Geral de Saúde Pública, um microscopista, médico ou acadêmico de medicina, um escriturário, guardas sanitários em número variável, e dois serventes, além de trabalhadores para serviços de sarjetas e valas.<sup>202</sup>

A princípio, os postos atuavam no tratamento de verminoses e malária. Ofereciam assistência aos pobres para outros tipos de doenças e investiam na propaganda higiênica. A propaganda educacional era feita por material escrito ou falado. A varíola também era alvo dos postos, conduzindo vacinações e revacinações. Outros exames poderiam ser feitos a partir do sangue, escarro e urina. Mais tarde, o serviço de colheita de material para exames das pessoas com vermes foi disponibilizado a domicílio.<sup>203</sup>

Os novos postos traziam melhorias às regiões em que eram fixados. O cuidado com a saúde não se resumia à população, mas ao ambiente. Desse modo, um tratamento de hidrografia era realizado pelos postos, desde a desobstrução até a regularização de rios. Penna relatava o cuidado com mais de 200 km, além da abertura de valas, derrubada de matas e drenagem de aterros de pântano. Essas medidas impactaram na própria economia da cidade,

---

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> PENNA, Belisário. *Serviço de Profilaxia Rural no Distrito Federal e zonas limítrofes do Estado do Rio de Janeiro, desde sua fundação, em junho de 1918 a 31 de outubro de 1920*. S/D, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC, S/D).

<sup>203</sup> Ibidem.

valorizando os terrenos entre 200% a 800%.<sup>204</sup> A criação dos postos, inclusive, teria ajudado na educação escolar, uma vez que as professoras das escolas municipais se tornaram entusiastas do Serviço de Profilaxia Rural pelo seu caráter educacional.<sup>205</sup>

O aumento em dez vezes do número de postos e a criação do Serviço de Profilaxia Rural sugere uma mudança de postura entre a relação do Estado e a saúde pública. Àquela altura, Penna colhia os sucessos do posto da Penha e suas publicações sobre o saneamento dos sertões o afirmavam como uma autoridade não somente teórica, mas prática. Sociedades de medicina e agricultura, por exemplo, passaram a convidá-lo para expor suas ideias ou para se associar. Moções e congratulações eram oferecidas em seu nome pelos serviços prestados pelo saneamento ou pela atuação na Liga Pró-Saneamento do Brasil<sup>206</sup>. Sendo assim, seu projeto de nação pela via do saneamento ganhava institucionalização com a criação do Serviço Profilaxia Rural, no qual assumiu a direção.

A atuação política de Brás põe em debate a necessidade das reformas na saúde pública, exigidas pelos sanitaristas, à nível federal. À medida que o presidente em exercício constatou as pautas do movimento como de caráter nacional e procurou operar além das fronteiras da capital federal, despontava um modelo de centralização de políticas em volta da saúde pública. Hochman resume esta perspectiva da seguinte forma: “Consciência sanitária + mudanças políticas e constitucionais = política nacional de saúde pública”<sup>207</sup>. Esta foi a equação do pensamento de Penna para exigir um intervencionismo e maior centralização política.

Brás acabou tornando-se para Penna um exemplo de indivíduo da classe política comprometido com o saneamento. Justificava que o presidente da República teria desenvolvido a “consciência sanitária” e doravante deveria assumir a responsabilidade pelo convencimento do restante da classe dirigente. Estes aspectos podem ser observados em carta enviada a Brás:

Ao Exmo. Dr. Wenceslau Brás Pereira Gomes, o benemérito Presidente da República que decretou e vai iniciar o saneamento da população brasileira,

<sup>204</sup> PENNA, Belisário. *Serviço de Profilaxia Rural no D. Federal*. 1921, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC, S/D).

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> Segue a carta da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte a Belisário Penna, assinada pelo diretor Cícero Ferreira, informando a moção de apoio: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia que, em sessão da Congregação desta Faculdade, realizada a 3 de março do corrente ano, foi unanimemente aprovada uma moção de confiança, de solidariedade e de adesão a V. Excia, como Presidente do Centro Pró-Saneamento do Brasil, ao qual esta Faculdade oferece seu apoio e os esforços, no sentido de levar-se a bom termo a campanha altamente científica e eminentemente humanitária, na qual se acha tão patrioticamente empenhado o referido Centro” (Carta de Cícero Ferreira, diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte a Belisário Penna. Belo Horizonte, 6 de maio de 1918).

<sup>207</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 79.



arrematando o seu benéfico governo a prática da medida primacial de salvação da nossa raça, do povoamento do nosso solo, de enriquecimento do Brasil e da moralização dos seus costumes, ofereço o modesto trabalho que li na Capital do nosso querido Estado de Minas, “O Coração do Brasil”, cuja população simples, honesta e laboriosa, vai sendo aniquilada dia a dia por doenças minares e evitáveis.

Peço encarecidamente ao eminente conterrâneo que roube alguns momentos ao encontro com os profissionais da política, e leia com atenção o pequeno trabalho, que é um grito sincero e angustiado de um mineiro franco e leal; profundamente amante da nossa terra e nossa gente e que resolveu consagrar a sua vida, e as energias, que ainda lhe restam, à causa sacra santa do saneamento do Brasil, a começar pelo seu coração, que é o nosso grande e querido Estado de Minas.

Ao eminente patricio, mais uma vez felicito calorosamente pelos decretos referentes ao saneamento e seus preitos da mais subida consideração e sincera estima e admiração.<sup>208</sup>

O apoio de Brás ao projeto sanitário de Penna foi fundamental para atribuir à sua imagem uma preocupação com a saúde pública. Contudo, isto ocorre somente ao final da sua gestão, decorrente de pressões da classe médica e intelectual. Vale ressaltar que o diagnóstico de Miguel Pereira acerca do “imenso hospital” ocorreu durante a sua presidência. A visita de Brás ao posto da Penha e o comprometimento firmado em iniciar uma campanha do saneamento rural transformou Brás em um homem público que compreendeu o esforço da “consciência sanitária” para o Brasil. Por esta razão Penna passou a classificá-lo como um político de honestidade ímpar. Na avaliação de Penna, o presidente teria chegado ao poder com pouca simpatia, mas paulatinamente conquistou a confiança da nação. Segundo ele, Brás teria iniciado um governo com dificuldades administrativas, encontrando as finanças e a economia desmanteladas, mas com muito tato e habilidade conseguiu normalizá-las.<sup>209</sup>

Com a adesão à agenda da Liga Pró-Saneamento do Brasil, Brás tornou-se uma referência como político para a aplicação da centralização da saúde pública. Segundo Penna, “A frente do governo do Estado encontra-se um mineiro ilustre que conta mais de vinte anos de progressivo tirocínio político e administrativo até galgar o elevado posto de Vice-Presidente da República”.<sup>210</sup> Transformá-lo em um modelo, inclusive moral, poderia fazer com que os demais dirigentes políticos seguissem as mesmas pautas políticas do saneamento.

Outro exemplo da aproximação do presidente com a saúde pública ocorreu por meio do Decreto nº 13.000, de 1º de maio de 1918. Em síntese, em vista da urgência em sanear as zonas insalubres, o decreto versava sobre a distribuição e o barateamento de medicamentos

<sup>208</sup> Carta de Belisário Penna ao Exmº. Wenceslau Brás Pereira Gomes. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1918.

<sup>209</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 36.

<sup>210</sup> *Ibidem.*, p. 52.

oficiais para a população, com ênfase para a quinina. A escolha reconhecia a malária como um dos principais problemas de saneamento e salientava a necessidade do combate à doença por meio de quinina, considerada uma estratégia científica de sucesso.<sup>211</sup>

Desse modo, a aproximação com Brás era estratégica para a expansão da tese de saneamento tendo em vista a sua posição como presidente da República. Era a possibilidade de iniciar um projeto em escala nacional e expandir os postos para além da capital federal. Portanto, era necessário consolidar o apoio de Brás à causa do saneamento rural para viabilizar a continuidade do projeto nas gestões futuras. Do ponto de vista político, as políticas direcionadas à saúde pública, como a criação do Serviço de Profilaxia Rural e sua atuação no Nordeste, demonstram a tendência do aumento da intervenção estatal no país a partir daquele período.<sup>212</sup> Ao menos da perspectiva da saúde pública iniciava-se uma era de maior intervenção estatal.

O modelo intervencionista se acentuou nos governos seguintes. Nas eleições subsequentes, o paulista Rodrigues Alves venceu o fluminense Nilo Peçanha (1867-1924). Ambos haviam ocupado a cadeira presidencial em 1902-1906 e 1909-1910, respectivamente. No entanto, em decorrência da gripe espanhola, Alves faleceu antes de tomar posse. No seu lugar assumiu de forma interina o seu vice, o mineiro Delfim Moreira (1868-1920). Em pouco mais de oito meses de gestão, Moreira baixou um decreto em 1919 criando o Serviço de Profilaxia Rural nos estados.<sup>213</sup>

Em números, Penna oferece dados para compreendermos o aumento da intervenção estatal no Serviço de Profilaxia Rural. A verba em 1918 era de 1.000 contos, passando para 2.000 contos em 1919 e mais de 3.000 contos em 1920. Nesse último ano, com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, um fundo para custear as ofensivas na profilaxia rural foi criado no valor de 9.000 contos. Em conferência à Universidade do Paraná, em 1921, Penna nutria a esperança de que no futuro os recursos poderiam chegar às cifras de 30.000 a 40.000 contos.<sup>214</sup>

Com a entrada de Epitácio Pessoa na presidência, em meados de 1919, a retórica da intervenção estatal e da necessidade de centralização entre União, estados e municípios para a

---

<sup>211</sup> Decreto nº 13.000, de 1º de Maio de 1918. Cf.: LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...* op.cit.

<sup>212</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento sanitário na Primeira República*. op.cit., p. 204.

<sup>213</sup> PENNA, Belisário. *O Prestígio da Verdade*. Conferência realizada em Curitiba, em 30 de julho de 1921, p. 8. No mesmo ano, o Serviço de Profilaxia Rural ampliou suas ações às zonas limítrofes do Rio de Janeiro fundando postos em Meriti, S. João do Meriti, Itaguaí e Nova Iguaçu, com sub-postos em Itacuruçá, Mangaratiba, Belford, Sertão, Belém e Paracambi.

<sup>214</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna na Universidade do Paraná, no dia 2 de agosto de 1921*, p. 2.

saúde pública e o saneamento rural foi intensificada. A ideologia sanitarista projetava novas medidas do Estado em relação à saúde pública, como a criação do Código Sanitário da República. Nesse contexto, Penna aumentava sua autoridade ao alcançar cargos de maior visibilidade como Diretor da Diretoria de Saneamento Rural e Inspetor de Saúde.

A intelectualidade envolvida com o discurso nacionalista entendeu com a campanha de Penna a necessidade de reformas na saúde pública, fator que atesta sucesso do movimento sanitarista.<sup>215</sup> De outro modo, a campanha de Penna era uma saída nacionalista que, ao ser transformada em prática política, poderia oferecer um novo rumo ao estado de abandono do país. Em meio à concorrência entre diversos projetos de nação, a adesão à proposta de Penna é fundamental para compreender sua repercussão e ascensão política. Além das diversas Ligas que endossavam o sentimento nacional e a defesa da soberania a partir da assistência ao sertão, a atuação de personagens como Monteiro Lobato foi significativa para a expansão da propaganda sanitária e para a consolidação da figura de Penna como o bandeirante do saneamento. As redes intelectuais tecidas durante a campanha do saneamento contribuíram para a construção de Penna como homem público e para que o seu projeto fosse reconhecido pelas autoridades administrativas como uma possível solução para o país.

## **2.2. A propaganda do saneamento e Belisário Penna na obra de Monteiro Lobato**

O caso de Lobato merece uma atenção específica, pois teve papel de destaque no processo de expansão da imagem de Penna. Isto porque a questão sanitária influenciou suas obras literárias, produção intelectual e vida pública. Como sugere Tania Regina De Luca, Lobato teria se engajado apaixonadamente na campanha do saneamento do Brasil.<sup>216</sup> Não foi ao acaso que, enquanto editor da *Revista do Brasil*, logo em seu primeiro ano, tentou organizar uma edição especial voltada à temática. Por uma inviabilidade em relação ao tempo de recebimento dos artigos o número nunca foi editado. No entanto, os artigos foram publicados separadamente nas edições seguintes.<sup>217</sup> Em seu número 33, de setembro de 1918, a *Revista do Brasil* publicou o artigo *Pequeno cuidados higiênicos*, no qual Penna escrevia

---

<sup>215</sup> Havia uma parte da intelectualidade que considerava o discurso exagerado ou desnecessário: Ao ler o relatório de Penna e Neiva, “João Ribeiro, qualifica de exagerada a opinião dos autores que atribuíam a falta de esforço dos sertanejos à ação deprimente das doenças” (DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p. 208). Ver também a discussão em KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit.

<sup>216</sup> Ibidem., p. 207.

<sup>217</sup> Ibidem., p. 211.

sobre profilaxia rural, medidas de saúde pública, a responsabilidade do poder público com a saúde e a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

No que diz respeito à sua produção literária, parto de duas obras para compreender o envolvimento de Lobato com o saneamento e a admiração por Penna: *O Problema Vital* (1918) e *Mr. Slang e o Brasil* (1927). Devido à campanha do saneamento e a urgência de medidas reformistas, o nome de Penna ganhou prestígio entre setores da elite, o que permitiu sua rápida ascensão como homem público. O aparecimento de Penna na obra lobatiana era resultado da confiança em seu nome para as reformas na saúde pública.

Pela ordem cronológica, *O Problema Vital* foi publicado em partes no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1918. No mesmo ano foi enfeitado em livro com o apoio da Sociedade de Eugenia de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Alinhado às ideias do saneamento, Lobato procurou reinventar o Jeca Tatu, personagem anteriormente popularizado em dois artigos publicados em 1914 no *O Estado de S. Paulo*: “Uma velha Praga” e “Urupês”. Naquele momento, o Jeca representava o retrato do povo brasileiro apartado da civilização e marchando contra o progresso. A redenção do Jeca estava correlacionada com a crença lobatiana nas propostas científicas do saneamento e na atribuição da responsabilidade da República no desamparo a uma fatia do povo brasileiro. Como apontou Lima, o Jeca doente, mas passível de regeneração, nasce da aproximação de Lobato com o movimento sanitário e uma forte concepção de ciência.<sup>218</sup> Com os devidos cuidados de higiene, o Jeca Tatu poderia sair do seu estado de latência e contribuir para o desenvolvimento do Brasil, afinal, “O caipira não 'é' assim. 'Está' assim”<sup>219</sup>.

Lobato se apropriou do discurso da medicina experimental, elegeu Oswaldo Cruz como o seu mentor e Penna como o denunciante da situação sanitária. Para ele, as doenças não prejudicavam somente o Jeca, mas eram responsáveis pela ausência de braços na lavoura e do *déficit* econômico.

O brado de angústia que é o livro de Belisário Penna – “O Saneamento do Brasil” - voz de sábio que escarna ao vivo as mazelas do país idiotizado, exangue, leishmanioso, papudo, faminto na proporção de 8 por cento, e grito de indignação de um homem de bem contra a fúria organizada em sistema político que rói com fúria acarina o pobre organismo inânime.<sup>220</sup>

<sup>218</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 134.

<sup>219</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 7ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 285.

<sup>220</sup> *Ibidem.*, p. 229.

Embora Lobato fosse amigo de Artur Neiva<sup>221</sup>, as referências em *O Problema Vital* concentram-se em Penna. Raramente o sanitarista deixa de ser citado nos capítulos, o que significava o reconhecimento da liderança de Penna no projeto do saneamento. A construção do personagem Jeca Tatu teve papel decisivo para ilustrar e propagandear os preceitos da higiene e do saneamento na vida social. Se antes do saneamento o Jeca tinha preguiça até para retirar os bernes do seu cachorro, após as medidas de profilaxia passou a matar onça com os punhos.<sup>222</sup>

A parceria com o farmacêutico Cândido Fontoura Silveira (1885-1974) amplia o seu envolvimento com a campanha sanitária. O nome Fontoura ficou conhecido na indústria farmacêutica pela produção do medicamento fortificante e antianêmico Biotônico Fontoura. Lobato, que teria constatado a eficiência do produto<sup>223</sup>, confeccionou o personagem Jeca-Tatuzinho como garoto propaganda dos medicamentos vinculados à revista *Almanaque Fontoura*. O personagem Jeca-Tatuzinho ganhou *status* de garoto propaganda e percorreu o país difundindo a profilaxia, o saneamento e os produtos Fontoura.<sup>224</sup> Por meio da sua ilustração, Lobato ajudava a expandir as ideias de Penna por várias partes do país.

No que diz respeito ao livro *Mr. Slang e o Brasil*, nota-se mais uma vez o lugar de Penna na interpretação de Lobato. Publicado quase uma década após *O Problema Vital*, narra o diálogo entre dois homens sobre os problemas do Brasil enquanto jogavam xadrez. Um dos personagens é John Irving Slang, um filósofo inglês, morador da Tijuca, no Rio de Janeiro. O outro é um homem comum, que descreve as conversas com Mr. Slang. Ambos discutem questões relacionadas à situação do Brasil, desde economia, política, voto secreto, ferrovias, câmbio, burocracia estatal e protecionismo.

O nome de Penna é citado no capítulo vinte, “Dos trinta homens”, momento em que Mr. Slang se prepara para deixar o Brasil e passar uma temporada na China. Na narrativa, o filósofo inglês e seu amigo enxadrista estão a bordo do navio, debruçados em uma amurada e observando o processo de embarque. É então que Mr. Slang aponta para um homem perto de um guindaste, no qual acreditava ser Penna. O aparecimento de Penna na narrativa ocorre quando o inglês faz referência aos trinta “homens-força” do Brasil. Embora aparentemente pequeno, o número é representativo à medida que, para Mr. Slang, existem entre dois mil ou nem mil homens dessa categoria no mundo. Para ele, os “homens-força” era um grupo seletivo de indivíduos transformadores da sociedade e que pensava para além do presente.

<sup>221</sup> DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*. op.cit., p. 217.

<sup>222</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. op.cit., p. 335.

<sup>223</sup> DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*. op.cit., p. 219.

<sup>224</sup> *Ibidem*.

Em diálogo com seu amigo, Mr. Slang define Penna como “[...] o engenheiro que tomou à sua conta a construção da saúde do Brasil. Um perfeito apóstolo. Tem feito tamanho bem à sua terra e o fará ainda tanto que - escreva o que vou dizer: acabará na Clevelândia”<sup>225</sup>. Um dos maiores feitos de Penna teria sido revelar o estado de doença que grassava o país, constituindo mais de 70% de enfermos. Embora reconheça o feito, seu interlocutor se surpreende quando Mr. Slang destina o futuro de homens como Penna à Clevelândia, uma colônia penal em vigência entre 1924 e 1927<sup>226</sup>.

Analisei as duas obras para demonstrar os efeitos da campanha do saneamento do Brasil na literatura de Lobato e a sua adesão à causa. Se em *O Problema Vital* Lobato divulga as principais teses da campanha do saneamento, em *Mr. Slang e o Brasil*, dez anos depois, reconhece o sanitário brasileiro como uma figura emérita. O respeito nutrido por Penna como homem público e com um apostolado de salvação nacional por meio do saneamento ajudou a fortalecer sua imagem de autoridade e referência quase indispensável sobre o tema.

### 2.3. O sanitário como chave interpretativa para a absolvição da raça

Procuro neste tópico avançar nos debates sobre o sentimento de unidade nacional e raça na interpretação de Penna, uma vez que o tema é constitutivo na sua concepção de saneamento. À época, o mérito do determinismo racial pelo insucesso do Brasil frente às civilizações europeias passou a ser reavaliado por uma parcela da intelectualidade que rejeitava a hierarquização racial como elemento explicativo. A condenação racial foi substituída por justificativas sociais relacionadas à desassistência da população. As doenças, o alcoolismo, a política, a educação e o analfabetismo, por exemplo, subsidiaram os argumentos daqueles que procuravam outra chave interpretativa para compreender a realidade nacional. Como asseverou Monteiro Lobato no final da década de 1910: “[...] o nosso dilema é este: ou a doença ou a incapacidade racial. É preferível optarmos pela doença”<sup>227</sup>. Um sentimento mais intenso de unidade nacional, maximizado pelo nacionalismo corrente do final da Primeira Guerra Mundial, contribuiu para a adoção de uma lógica reformista da população ao invés da eliminação da fatia “indesejável”.

<sup>225</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. op.cit., p. 155.

<sup>226</sup> A expressão “acabará na Clevelândia”, empregada por Monteiro Lobato, refere-se à colônia penal de mesmo nome que funcionou entre 1924 e 1927 no atual Oiapoque. No contexto lobatiano, a prisão era direcionada às cabeças pensantes do país. A associação não é por acaso, embora não tenha sido na Clevelândia, Penna foi preso em 1924. Sobre a Clevelândia, ver: ROMANI, Carlo Maurizio. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? *Verve* (PUCSP), São Paulo, v. 4, n. 4, 2003. pp. 112-130.

<sup>227</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. op.cit., p. 297.

Penna responde à chave interpretativa dos intelectuais que entre 1870 a 1930 mobilizaram o tema da questão racial como objeto de compreensão da identidade brasileira e seus aspectos históricos, políticos e sociais.<sup>228</sup> Isto porque raça, ciência e civilização, como lembrou Sevcenko, representavam um sistema de crenças e de valores que fomentava o domínio dos europeus no globo até a primeira grande guerra.<sup>229</sup>

Na perspectiva brasileira, buscava-se argumentos que explicassem o avanço da cultura material e intelectual de determinados povos em relação a outros. A raça exerce um papel essencial na leitura de Brasil do Oitocentos à medida que sua composição racial era definida por três eixos distintos e uma intensa relação histórica de miscigenação.

A redenção do sertanejo foi manifestada tanto em Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) como em Euclides da Cunha. Ambos avaliavam o sertanejo como uma raça forte, porém, espoliada.<sup>230</sup> Na mesma linha, Penna considerava a condição de abandono do sertanejo, que embora pertencesse a uma raça forte, favoreceu para o seu estado de apatia. Nesse sentido, como mencionam Lima e Hochman, “A ciência, em especial a medicina, propiciaria um alívio para intelectuais, que, até então, não enxergavam alternativas para um país que parecia condenado, dada sua composição racial”<sup>231</sup>. O projeto reformista do saneamento nos sertões revelaria a força do homem interiorano e recusaria o processo de substituição da raça. Este é um ponto de interlocução entre Penna e Roquette-Pinto no qual nutridos pela lógica nacionalista idealizavam a valorização do sertanejo. Não foi por acaso que Roquette-Pinto se aproximou da Liga Pró-Saneamento, sendo membro do “Conselho Supremo de Assistência”<sup>232</sup>. O atalho pela busca da unidade estaria na integração nacional.

Neste exercício de digressão, o pensamento higienista do século XIX marcou presença na discussão a-racialista. Marcos Chor Maio cita a tradição médica oitocentista representada por José Cruz Jobim (1808-1878), José Xavier Sigaud (1796-1856) e Francisco de Paula Cândido (1805-1864) que rejeitavam a chave explicativa racialista e climática como causa de determinadas doenças.<sup>233</sup> Nega-se, portanto, a perspectiva da qual os higienistas do século XIX estivessem preocupados apenas em confirmar a relação entre doença e raça visando o

<sup>228</sup> LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras. op.cit., p. 67.

<sup>229</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. op.cit., p. 124.

<sup>230</sup> *Ibidem.*, p. 131.

<sup>231</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...* op.cit., p. 317.

<sup>232</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil*. op.cit., p. 143.

<sup>233</sup> MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: \_\_\_\_\_; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 77.

interesse dos projetos de branqueamento.<sup>234</sup> Para o autor, este pensamento monocausal, centralizado em higienistas racistas, ignora o debate científico em torno das discussões das teorias neo-hipocráticas pertencentes ao campo científico brasileiro. A visão dos higienistas do século XIX se coaduna mais com o sanitarismo da Primeira República a-racialista ao invés de uma interpretação da doença relacionada aos determinismos raciais.<sup>235</sup>

Um indício deste argumento está na movimentação de médicos higienistas no início do século XX ao se posicionarem contrários à tese do clima brasileiro como propagador de doenças tropicais. Afrânio Peixoto condenava o “mito das doenças tropicais” e afirmava que os problemas de saúde não eram relacionados às diferenças entre zonas tropicais e temperadas. Para ele, a higiene definiria as condições dos países.<sup>236</sup> Este recorte sugere como a higiene passou a ser reconhecida como uma etapa para a reforma da sociedade e instrumento para a nacionalidade. Ao excluir raça e clima como condicionantes, as reformas se encarregariam de transformar o Brasil em um local convidativo para a imigração e para as idealizações identitárias da elite nacional.

O advento da Primeira Guerra Mundial e o exponencial crescimento do nacionalismo foram fatores decisivos para repensar o lugar do Brasil e sua população entre as nações. O contexto propôs a revisitação do sentimento racial à brasileira, percebendo que o discurso condenatório, promovido por ideias imperialistas, justificava a imagem de um povo atrasado e incapaz de amparar sua própria soberania. As perspectivas de Euclides da Cunha, Manuel Bomfim (1868-1932), Alberto Torres, entre outros intelectuais debruçados na compreensão de raça, receberam grande recepção devido ao espírito nacionalista-reformista. Doenças, higiene, alimentação, analfabetismo, alcoolismo, habitação, republicanismo, liberalismo e federalismo foram temas alçados para propor um novo enfoque à situação racial brasileira. As teses deterministas ainda eram presentes, mas conviviam com novas perspectivas interpretativas, como era o caso do saneamento regenerador da raça.

Na condição de representante da campanha da saúde pública, Penna esteve atrelado à compreensão de que a raça era um elemento importante de valorização nacional, distanciando-se do pessimismo e fatalismo. Demarcar sua posição racial é fundamental para entender as propostas de regeneração do povo brasileiro e unidade nacional vinculadas ao seu projeto nacionalista de saneamento. Penna se distanciava dos determinismos ao substituí-los

---

<sup>234</sup> Ibidem., p. 71.

<sup>235</sup> Ibidem., p. 73.

<sup>236</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco*. op.cit., p. 192.



pelo que chamou de “trindade maldita”<sup>237</sup>: doença, analfabetismo e alcoolismo. Identificadas as causas, a aplicação do saneamento relevaria a “nossa raça” forte. O trecho a seguir constitui uma síntese da compreensão de raça para Penna:

É que não admito esse conceito de raças e sub-raças, com superioridade de umas sobre outras; sou um revolucionário, se assim o entenderdes; admito povos diferentes, uns com mentalidade mais adiantada do que outros, com tendência a se misturarem, até que no correr dos séculos exista na terra uma única raça.<sup>238</sup>

Coerente com as perspectivas do saneamento, Penna alinhava o discurso racial com o princípio da regeneração da população. O emprego do termo revolucionário justifica o distanciamento das correntes raciais tradicionais que engessaram o conceito de raça no século XIX. Em sua perspectiva de “sociólogo por convicção” negava o entendimento de raças “superiores” e assume a concepção de “mentalidades adiantadas”. Esta redação sugere sua aproximação à noção culturalista racial.<sup>239</sup> Para finalizar admite a miscigenação como prognóstico do futuro ao considerar o destino das raças humanas caminhando para um sentido homogêneo. A viabilidade da “raça única” subsidiou a sua perspectiva de “raça brasileira”. Assim, a unidade passa a ser a finalidade do seu pensamento racial ao passo que observa a miscigenação como algo agregador.

Ao defender o caldeamento racial para a formação de uma raça única, Penna menciona o papel do movimento sanitarista para assegurar este intuito. A revisitação dos determinismos raciais e climáticos foi peça-chave para o sentido reformista na campanha do saneamento. Nesse sentido, não havia motivos para corroborar com teses racistas.

No discurso de Penna, doenças, alcoolismo e analfabetismo foram eleitos como males substitutivos da compreensão determinista. Parte da sua orientação estava atrelada às viagens promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz nas duas primeiras décadas do século XX, cuja visão reformista acompanhava o grupo de cientistas.<sup>240</sup> Os três temas eram centrais na visão de

<sup>237</sup> PENNA, Belisário. *O Prestígio da Verdade*. Conferência realizada em Curitiba, em 30 de julho de 1921, p. 4.

<sup>238</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, na Universidade do Paraná, no dia 2 de agosto de 1921*, p. 4.

<sup>239</sup> Esta leitura de Penna está pautada em *O Problema Nacional Brasileiro*, de Alberto Torres. Em tal contexto, Torres cita Boas e Ratzel para afirmar que “A posição relativa, a hierarquia das raças, nas diversas épocas, é um simples fenômeno da evolução social”. Este ponto, concluirá Torres, que a ciência reservava para a espécie humana uma ideia de igualdade completa (TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 49-50). Penna também citaria Herbert Spencer para justificar a necessidade de unidade social e humana: “Ser um bom animal é a primeira condição para o sucesso da vida; ser uma nação de bons animais é a primeira condição para a prosperidade nacional” (PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no Rio de Janeiro, a 31 de agosto de 1918, a convite da Associação Cristã de Moços*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1918, p. 1).

<sup>240</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 86.

Penna para reformar o brasileiro como uma “raça única e forte”. Lima e Hochman<sup>241</sup> mencionaram esta preocupação do movimento sanitarista ao debater o aspecto da doença como sentido distintivo de brasilidade. O movimento atuou como proponente de ações centralizadas, nacionais e tecnicamente autônomas que reforçavam a ação do Estado na saúde pública. Em especial, o alcoolismo assumiu um papel importante no discurso de Penna como um responsável por degeneração da raça e para a negação das teses deterministas. Como tratou Nancy Stepan, acreditava-se que venenos raciais como o álcool poderiam levar “[...] a degenerações permanentes, hereditárias, que a longo prazo, poderiam afetar populações ou nações inteiras”<sup>242</sup>.

A questão do alcoolismo esteve presente em todas as etapas da campanha do saneamento e na atuação de Penna como homem público. Entre as fontes há documentos propondo a taxação de bebidas, discursos de condenação ao consumo, bibliografia consultada sobre o alcoolismo e vasta produção intelectual. No bojo das produções intelectuais mais relevantes está a obra *O Demônio da humanidade*, publicada em 1922. O livro possui sessenta páginas dedicadas à discussão do problema do alcoolismo no Brasil e no mundo. Penna negava que a bebida pudesse ter um caráter terapêutico e valor nutricional na alimentação.<sup>243</sup> Além disso, avaliava os argumentos relacionados ao álcool e à hereditariedade, bem como a “liberdade” da sociedade e as responsabilidades do Estado para o controle e vigilância. Para ele, o combate antialcoólico era uma luta travada entre a regeneração *versus* a degeneração. A manutenção da bebida na sociedade definia o prognóstico do país. O excerto a seguir sintetiza como a sua concepção antialcoólica também atuava como um fator distintivo da condição de ser brasileiro, colocando a bebida como elemento de degeneração racial:

Havemos de expurgar da nossa terra das doenças evitáveis e dos vícios; havemos de saneá-la física e moralmente; dignificá-la pelo trabalho constante e fecundo, franqueando-a ao depois a todos os povos, para que nesse privilegiado solo do continente sul americano se processem o caldeamento e a fusão de todas as raças, para a constituição de uma raça

<sup>241</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista na Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 23.

<sup>242</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 92.

<sup>243</sup> “Porque não se compreende, Snrs., que depois de cientificamente provado ser o álcool um tóxico dos mais perigosos e de consequências as mais funestas para o indivíduo, para a família, para a sociedade, para a raça e para a espécie; depois evidenciado que ele não possui uma única virtude; que ele não é alimento nem agente terapêutico; e ainda mais que é exclusivamente um veneno diabólico, em qualquer dose e sob qualquer forma, não se compreende, Snrs., que se possa ter como esse espírito mau qualquer contemplação, a menos que já estivéssemos de tal modo dominados pelo gênio da degeneração, de tal forma fascinados pelo demônio da humanidade, que não nos restassem mais energias para reagirmos e o expelirmos definitivamente do nosso convívio” (PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Baptista, 1922, p. 60).

única - a raça humana - cujo características sejam a beleza, o vigor, a energia, a solidariedade, a fé, a alegria e o altruísmo, e assim nos tornemos dignos do psiquismo superior, que nos distingue dos outros seres, e que é seguramente quando sadio, a nossa força, o gênio do bem, o inspirador do aperfeiçoamento, a centelha divina, que deve ser o nosso guia e protetor.<sup>244</sup>

Novamente o saneamento é proposto como ação vertical para a valorização racial do brasileiro. O pressuposto dos vícios sociais, representado pelo alcoolismo, foi transformado em inimigo público para a constituição da “raça brasileira”. A formação de uma “raça única” ou “raça humana” foi popularizada com a obra do mexicano José Vasconcelos (1882-1959), *La Raza Cósmica* (1925), na qual acreditava no “[...] advento de uma raça síntese, a partir da mestiçagem entre todos os tipos raciais existentes, coincidiria com a entrada da humanidade em seu último estágio de desenvolvimento”.<sup>245</sup> Em meados de 1920, o México vivia problema semelhante em relação à sua identidade racial, na qual uma parcela da população negava suas raízes identitárias indígenas. A tese de Vasconcelos, segundo Stepan, objetivava a aceitação da miscigenação racial frente à sua constante desvalorização.<sup>246</sup> Lorena Zem El-Dine identificou a influência de Vasconcelos em autores como Plínio Salgado<sup>247</sup>, Menotti Del Picchia (1892-1988) e Cassiano Ricardo (1894-1974).<sup>248</sup> No que diz respeito a Penna, ainda em 1922, ele sinalizava para um entendimento racial semelhante àquele de Vasconcelos. Em ambos os casos, deve-se notar a negação dos determinismos raciais e o desejo de uma constituição racial homogênea como projeto futuro da nação.

A experiência de Penna nas andanças pelo sertão constituiu um fator importante para conceber outro olhar sobre a raça brasileira. Entre suas influências, a tradição médica e sanitária, advinda de Oswaldo Cruz, tornou-se uma referência para seu antideterminismo. Em conferência realizada no Partido Democrático, em tributo a Oswaldo Cruz, enfatizava os princípios do saneamento em relação à temática racial, sobretudo considerando Cruz o redentor da “nossa raça”. Para ele, o antideterminismo era uma leitura do próprio Oswaldo Cruz. Em seu prognóstico, a reforma social com base na saúde pública era essencial para galgar os estágios desfrutados pelas civilizações ditas “adiantadas”. Portanto, recusa a discussão da inviabilidade da nação por incompatibilidade racial e propõe métodos de profilaxia para curar as enfermidades físicas e morais de uma população esquecida e doente:

<sup>244</sup> Ibidem., p. 60.

<sup>245</sup> ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. *A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verdeamarelo* (anos 1920). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017, p. 121.

<sup>246</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*. op.cit., p. 161.

<sup>247</sup> Esta é uma pista importante para notar a aproximação entre Belisário Penna e Plínio Salgado na questão racial e da viabilidade de uma “raça brasileira” entendida nos termos da unidade nacional. Uma discussão mais aprofundada sobre Penna e o integralismo está presente no último capítulo da tese.

<sup>248</sup> ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. *A alma e a forma do Brasil*. op.cit., p. 121-124.

Oswaldo Cruz foi o Cristo da religião do saneamento, o precursor da cruzada patriótica de redenção da nossa raça e de reabilitação nacional. Quando a nossa gente adquirir a saúde, com ela o vigor físico, a capacidade produtiva, a elevação moral, a consciência de deveres e direitos, o bem-estar e o gozo de viver; quando ficar praticamente provado que não é inferior a nossa raça nem inóspito o nosso clima, o Grande Homem passará à História, como o maior brasileiro e cognominado: “Oswaldo Cruz, O salvador”.<sup>249</sup>

Embora a perspectiva médica e a tradição científica do IOC tenham a sua particularidade na trajetória de Penna, sua formação intelectual política e social ocorreu em grande parte pela influência de Alberto Torres.<sup>250</sup> Nascido em 1865, em Itaboraí, Rio de Janeiro, Torres tornou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Fez carreira política como deputado estadual e federal, além de assumir a pasta da Justiça no governo de Prudente de Moraes em 1896, na qual permaneceria por um ano. Entre 31 de dezembro de 1896 a 31 de dezembro de 1900 foi presidente do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte foi nomeado como ministro do Supremo Tribunal Federal. Faleceu em 1917.<sup>251</sup>

Para a negação do determinismo racial, Torres foi uma influência decisiva para Penna. Em *Saneamento do Brasil*<sup>252</sup>, Penna dedicou parte do capítulo *Remédio para o mal* para demonstrar a importância de Torres para a sua época. Em contato com *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, define tais obras como um completo estudo da raça, terra, tendências, condições geográficas e climáticas. O livro *A organização nacional* era “[...] um monumento de sabedoria, o trabalho de um erudito de vasta cultura e de um profundo pensador”<sup>253</sup>. Torres discordava daqueles que consideravam a adaptação como um problema para o desenvolvimento racial brasileiro. A influência do antropólogo teuto-americano Franz Boas (1858-1942) sobre o ambiente na formação racial estava no horizonte de Torres que, por sua vez, foi absorvida por Penna. Como pontua Ricardo Benzaquen de Araújo, Franz Boas teve bastante influência para uma nova leitura de miscigenação brasileira, como por exemplo ocorreu na obra de Gilberto Freyre. O neolamarckismo, que exerceu centralidade na perspectiva de Penna, tornou-se uma saída para explicar a formação racial

<sup>249</sup> PENNA, Belisário. *Conferência feita no Partido Democrático: Oswaldo Cruz*. S/D, p. 4.

<sup>250</sup> A influência de Torres na perspectiva política de Penna será analisada com maior cuidado no capítulo seguinte.

<sup>251</sup> FGV - Fundação Getúlio Vargas. Verbete bibliográfico: Alberto Torres. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em abr. 2017, disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto\\_torres](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres).

<sup>252</sup> Em *Saneamento do Brasil*, Penna descreve Alberto Torres da seguinte forma: “[...] o eminente patriota - Alberto Torres - vulto dos mais notáveis da atual geração brasileira, pela integridade de caráter, e pela rara e sublimada cultura do espírito lúcido, penetrante, profundamente observador e selecionador, servindo de invejável capacidade de trabalho e coordenação” (PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 82).

<sup>253</sup> *Ibidem.*, p. 83.

atrelada a influências culturais, mesológicas e biológicas.<sup>254</sup> Assim, como assevera George Stocking:

There is much in Boas' work to tie him to the tradition of neoLamarckian direct environmentalism which was so widespread in the late nineteenth century. Several of his intellectual antecedents, including Rudolf Virchow, clearly entertained the possibility that certain acquired characteristics were inherited. Boas himself constantly emphasized the functional and environmental modification of physical type.<sup>255</sup>

A relação do ambiente na formação racial era fundamental para o projeto de nação de Penna e para a negação do determinismo, uma vez que cada raça necessitaria do seu próprio tempo de desenvolvimento. É possível afirmar que Penna foi impactado pela discussão boasiana e compreendeu a questão da raça não como algo estático, mas em transformação de acordo com o ambiente. O saneamento seria a ferramenta possível para a construção da nacionalidade, de modo que a fusão racial não seria um problema. Essa concepção, como veremos no próximo item, foi decisiva na sua versão de eugenia.

Outro ponto de destaque dizia respeito à própria elite nacional e à interpretação racial. Segundo Skidmore, havia em Torres um nacionalismo econômico e anti-imperialista agressivo pouco visto no Brasil antes de 1914.<sup>256</sup> Na visão de Torres era a alienação da elite brasileira em relação à sua própria realidade a causa principal do problema nacional.<sup>257</sup> Este fator é característico na interpretação de Penna, haja vista que a “consciência sanitária” visava também a reforma da consciência das elites.

A retórica nacionalista foi atuante para a redenção da raça e a condenação de fatores sociais como vetor de degeneração. Ela orientou a necessidade de ações práticas no campo social e político, assumindo assim, a distribuição de responsabilidades na organização nacional para a classe dirigente. No tripé salvacionista, a proposta do saneamento competia em “[...] abrir para o Brasil a regeneração da sua gente, reabilitação da sua terra e de moralização de sua política”<sup>258</sup>. Regenerar era acreditar na possibilidade de melhoria da raça brasileira por meio de medidas sanitárias, educativas e intervencionistas. Simultaneamente era viabilizar um povo único e integrado.

Seja pela influência da organização nacional de Torres ou na orientação da saúde pública proposta por Oswaldo Cruz, Penna, imbuído do espírito nacionalista do final dos anos

---

<sup>254</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 39-40.

<sup>255</sup> STOCKING, George W. *Race, Culture and Evolution: Essays in the history of anthropology*. 1ª Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1968, p. 184.

<sup>256</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco*. op.cit., p. 180.

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. IV.

de 1910, negou qualquer argumento de condenação da raça brasileira. Como apontaram Lima e Hochman, o aceite às teses deterministas equivalia a reconhecer a condenação do povo brasileiro. Para ele, o saneamento era o instrumento capaz de viabilizar/modelar a nação. O saneamento defendido por Penna faz uma leitura de regeneração do condenado, absolvendo-o dos determinismos e apontando os seus “reais” problemas ao propor novas soluções.<sup>259</sup>

#### **2.4. A eugenia “preventiva” de Belisário Penna: sanear é eugenizar**

O contato de Penna com a eugenia estava ligado à diversidade com que as teses eugênicas foram discutidas no Brasil. Como em outros países da América Latina, a eugenia dificilmente foi traduzida em um sentido único ou homogêneo. Sua recepção ficou a reboque das interpretações dos agentes históricos que a acolheram, ajustando-a às suas próprias convicções políticas e culturais. Igualmente ocorreu com Penna, uma vez que sua compreensão de eugenia permaneceu distante das explicações raciais atreladas às propostas draconianas. O que não significa que sua concepção de eugenia não tenha levado a políticas autoritárias. Nesse tópico procuro situar a eugenia no seu discurso e como ela foi conectada à sua visão de saneamento e unidade nacional.

Inicialmente, o ano de 1917 foi marcado pelo surgimento da discussão eugênica no Brasil. Preocupado com a consanguinidade no matrimônio, o médico e farmacêutico Renato Kehl (1889-1974) reuniu parte da classe médica para discutir o problema. Este foi o momento em que a ciência de Francis Galton (1822-1911) foi convocada como argumento para negar tais casamentos. Em consonância com o discurso eugênico, Kehl fundou em janeiro do ano seguinte a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918-1919), associação científica que teria Penna como um dos seus três vice-presidentes honorários.<sup>260</sup>

A eugenia ingressava na discussão como uma proposta de reinvenção do homem moderno a partir de bases científicas. Condicionada pela hereditariedade e adequada ao ideário de uma nação científica moderna, era mais uma ferramenta da ciência para resolver a questão identitária nacional. A eugenia representava um símbolo da modernidade idealizada por intelectuais brasileiros.

A posição prestigiada de Penna na recém fundada Sociedade de eugenia paulista comprovava a sua visibilidade no campo médico-científico e a necessidade da Sociedade em expandir suas redes para a capital federal. Em seu escopo, a Sociedade era entendida como

<sup>259</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*. op.cit., p. 23.

<sup>260</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*. op.cit., p. 55-56.

uma organização científica especializada e dedicada a propagar os princípios eugênicos, sobretudo no fortalecimento da “raça brasileira”. Este modelo genérico deixava em aberto a interpretação de eugenia que se institucionalizava no país. Como menciona Stepan, “[...] a eugenia foi, na América Latina, um fenômeno em grande parte ‘especializado’, com tendências conservadoras-reformadoras”<sup>261</sup>. Este aspecto foi visto no Brasil conforme a eugenia respondia aos enfrentamentos médicos sobre doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo, degeneração, natalidade e outros temas que mobilizavam grande parte da classe médica, política e intelectual. Portanto, a eugenia representava uma solução reformadora de problemas sociais e morais.

Para as expectativas da propaganda eugênica, Penna ocupava lugar geograficamente e intelectualmente estratégico, pois liderava uma campanha de saneamento no Rio de Janeiro. Apesar de São Paulo ser um centro de expansão política e ideológica, com vasto campo literário e impressos periódicos<sup>262</sup>, a cidade carioca dispunha de maior articulação médico-científica para o projeto eugênico, notadamente enquanto a eugenia esteve próxima às reformas do saneamento e da higiene mental. A sociabilidade intelectual da capital federal passou a ser fundamental para o projeto de Kehl. Como argumentam Gomes e Hansen, “A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla”<sup>263</sup>. Quando mudou-se para o Rio de Janeiro, Kehl foi incumbido pelo Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores, no governo Epitácio Pessoa, para a função de médico auxiliar da Comissão Médica dos serviços de Profilaxia Rural do Distrito Federal, da qual Penna exercia direção e parece ter sido o responsável por sua indicação.<sup>264</sup> À época, Penna organizava os postos de profilaxia na capital federal e designou para Kehl a chefia dos postos de Merity e Raiz da Serra.<sup>265</sup> O eugenista paulista trabalhou no tratamento de verminoses, contenção do impudismo e executou tarefas hidrográficas, seguindo a mesma agenda de outros postos. No final do ano de 1920, Kehl casou-se com uma das filhas de Penna, Eunice Penna.

---

<sup>261</sup> Ibidem., p. 55.

<sup>262</sup> Entre os locais de circulação intelectual cito *O Estado de S. Paulo*, do grupo Mesquita, e a *Revista do Brasil*, editada por Monteiro Lobato.

<sup>263</sup> GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Apresentação*. op.cit., p. 24.

<sup>264</sup> KEHL, Renato. Relatório dos trabalhos executados pelo posto de Merity desde a sua fundação a 19 de agosto até 31 de dezembro de 1919. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC).

<sup>265</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006, p. 96.

No campo teórico, inicialmente a eugenia brasileira esteve alinhada às concepções neolamarckistas. Embora Kehl demonstrasse um amplo domínio da eugenia de Galton e os trabalhos sobre hereditariedade de August Weismann (1834-1914) e Gregor Mendel (1822-1884), havia uma tradição na qual o neolamarckismo se fazia forte entre seus pares. Isto porque o Brasil era um importante representante de uma modelo menos restritivo de eugenia que caracterizou a América Latina e que não ficou preso à interpretação mendeliana. Devido à tradição da ciência francesa nos intelectuais nacionais, “[...] muitos dos médicos e reformadores latino-americanos atraídos pela eugenia, contudo, não foram prontamente persuadidos da exatidão o ponto de vista weismanniano-mendeliano”<sup>266</sup>. Este fator revelou a aproximação com as tendências neolamarckistas, dominantes na interpretação da eugenia até o final da década de 1920.

Sabendo que a ciência está conectada aos valores políticos da sociedade que a produz<sup>267</sup>, a eugenia foi ligada às campanhas e ideologias da classe médica do período. A rigor, a eugenia neolamarckista atendia com mais eficácias às ideias nacionalistas de sanitaristas que defendiam as reformas no ambiente como condição para a melhoria social. Em um momento de negação das teorias deterministas, raciais ou climáticas, a eugenia estabeleceu diálogo otimista com o saneamento ao passo que a combinação de ambas poderia regenerar a população por meio da hereditariedade e do ambiente.

A adesão de Penna foi importante para a circulação da eugenia no discurso de outros sanitaristas.<sup>268</sup> Com sua aceitação, a eugenia passou a ser entendida como uma extensão do saneamento. Esta interpretação pode ser verificada no discurso do vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, Olegário de Moura, ao mencionar o mantra: “sanear é eugenizar”<sup>269</sup>. Segundo Vanderlei de Souza, o convite para Penna liderar a campanha eugênica na capital federal era estratégico para conquistar a participação dos intelectuais cariocas.<sup>270</sup> Ao partir da ótica do saneamento, Penna adotou uma perspectiva de eugenia coadunada ao seu projeto de nação saneada.

Na conferência *Ensino de Hygiene*, realizada no Colégio Jacobina, Penna lembrava da influência da eugenia ao citar Francis Galton, referindo-se a ele como o “[...] sábio fundador da eugenia, este doloroso e infelizmente verdadeiro conceito”<sup>271</sup>. Sua exposição defendia o

<sup>266</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*. op.cit., p. 77.

<sup>267</sup> Ibidem.

<sup>268</sup> Ibidem., p. 98.

<sup>269</sup> Ibidem., p. 97.

<sup>270</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto*. op.cit., p. 78.

<sup>271</sup> PENNA, Belisário. *Ensino da Hygiene: Conferência Colégio Jacobina*. S/D, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).



cuidado com a hereditariedade pela mulher enquanto mãe, afinal, era finalidade da mulher “[...] de mães de família, com aptidão para gerar, criar e educar física, mental e moralmente, isto é, eugenicamente os filhos”<sup>272</sup>.

A articulação entre eugenia e saneamento era manifestada na modalidade “preventiva” de eugenia. Isto é, se a concepção da eugenia “positiva” era preocupada com a reprodução dos adequados e a “negativa” em controlar a reprodução dos inadequados, a “preventiva” associava a prática sanitária à saúde da raça e às reformas sociais. Embora as três correntes tenham circulado no Brasil, a “preventiva” foi a modalidade abraçada na interlocução entre eugenia e saneamento.

Historicamente, a eugenia “preventiva” foi cunhada pelo eugenista inglês Caleb Williams Saleeby (1878-1940). Em sua perspectiva, a eugenia deveria orientar a população quanto aos perigos dos venenos raciais. Em *Parenthood and race culture an outline of eugenics*, publicado em 1909, alertava que os venenos raciais foram esquecidos das pautas dos pioneiros da eugenia<sup>273</sup>. Para Saleeby, o tema era urgente para pensar a questão da hereditariedade. Como sublinhou em *The progress of eugenics* (1914): “It thus becomes a eugenic duty to recognize and fight those substances which I call the racial poisons and we find ourselves involved in the task of what I call Preventive Eugenics, which prevents degeneracy due to parental intoxication or malnutrition”<sup>274</sup>. Por “veneno racial”, o eugenista abrangia substâncias de qualquer natureza que prejudicassem a prole a ponto de causar degeneração.<sup>275</sup> De acordo com Saleeby, álcool, sífilis e malária constituiriam exemplos de venenos raciais e doenças venéreas que preocupavam a eugenia “preventiva”.

Penna utilizava os trabalhos apresentados pelos psiquiatras franceses Valentin Magnan (1835-1916) e Alfred Fillassier (1871-1953) no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres em 1912, para confirmar a degeneração pelo álcool.<sup>276</sup> Ainda sobre este congresso, Magnan e Fillassier traziam os estudos do eugenista norueguês Alfred Mjøen (1860-1939) para corroborar a tese do álcool como causador de degeneração e da urgência de medidas regulamentárias para sua proibição.<sup>277</sup> Para os adeptos da eugenia “preventiva”, o

---

<sup>272</sup> Ibidem., p. 4.

<sup>273</sup> SALEEBY, Caleb. *Parenthood and race culture an outline of eugenics*. New York: Moffat, Yard and Company, 1909, p. 238.

<sup>274</sup> SALEEBY, Caleb. *The progress of eugenics*. London, New York, Toronto and Melbourne: Cassell and Company LTD, 1914, p. 18.

<sup>275</sup> Ibidem., p. 220.

<sup>276</sup> PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., 1922, p. 12; SALEEBY, Caleb. *The progress of eugenics*. op.cit., p. 231.

<sup>277</sup> PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 14; SALEEBY, Caleb. *The progress of eugenics*. op.cit., p. 237.

alcoolismo era um problema para a conservação da boa hereditariedade. Nota-se Penna buscando orientação teórica a partir dos resultados de um congresso de eugenia e do diálogo com intelectuais internacionais que trabalhavam com hereditariedade e alcoolismo. Portanto, as teses dos venenos raciais, preocupação constante na sua luta antialcoólica, estiveram de acordo com os princípios da eugenia “preventiva” idealizados por Saleeby, e que amplamente circulavam na América Latina.<sup>278</sup>

As taras mórbidas foram compreendidas como as doenças responsáveis pela “decadência hereditária”. Em *O Demônio da humanidade*, Penna identificava o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose e a consanguinidade como os quatro flagelos universais das civilizações.<sup>279</sup> Como aponta Stepan, os efeitos do alcoolismo como veneno racial eram tributários da versão neolamarckista da eugenia. Havia uma aproximação dos médicos latino-americanos da teoria da “blastoforia”, na qual seria responsável pela corrupção das células germinativas.<sup>280</sup> Penna considerou o álcool como o elemento reprodutor de degenerados, um dos principais responsáveis para a propagação de criminosos e um líquido que preparava o corpo para as doenças, como a tuberculose.<sup>281</sup> Desse ponto de vista atribuía a uma “hereditariedade etílica” a criação de “monstros físicos e morais”<sup>282</sup> e clamava pela intervenção do Estado. Considerando os efeitos do álcool na hereditariedade e na sociedade percebia a viabilidade da eugenia no projeto sanitário antialcoólico.

Penna recuperava diversos autores, seja da eugenia ou da psiquiatria, para corroborar a nocividade do álcool para a raça e sugerir medidas sanitárias de regeneração. A atenção oferecida aos agentes externos – ambiente – de degeneração permitiu aproximações com o

---

<sup>278</sup> A discussão científica sobre os efeitos do alcoolismo nos remete a autores que usavam o conceito de degenerescência como Bénédict Morel (1809-1873), Magnan e Emil Kraepelin (1856-1926) - os dois últimos foram utilizados por Penna ao tratar da hereditariedade alcoólica. Estes autores influenciaram os estudos médicos e psiquiátricos entre o século XIX e XX. Com o avanço de tais teses e a consolidação da psiquiatria brasileira com Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, por exemplo, a preocupação com causas orgânicas e o questionamento de determinantes raciais ou climáticos para as doenças mentais ganharam notoriedade no espaço científico (SILVA, Renata Prudêncio. *As ciências de Afrânio Peixoto*. op.cit., p. 190). Argumentava-se que a degenerescência seria influenciada por elementos externos na corrupção dos indivíduos. Isto implicaria na possibilidade de regeneração da população, na qual os princípios de higiene teriam papel fundamental. Tanto para Morel como para Magnan, o alcoolismo foi percebido como uma patologia eminentemente hereditária (CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 103). Ao utilizar longas citações de Magnan, Penna se apropriava da tese de que qualquer indivíduo na sociedade estaria sujeito à degeneração pelo álcool (PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 23). O uso de Kraepelin fundamentava dados estatísticos sobre a degeneração alcoólica e aos fenômenos sociais e seus contextos. Nessa linha, Penna complementarmente com o trabalho de Afrânio Peixoto para justificar que o clima brasileiro é convidativo para o consumo do álcool, principalmente como função de termogênico (Ibidem., p. 25).

<sup>279</sup> PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 4.

<sup>280</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*. op.cit., p. 91.

<sup>281</sup> Para Penna: “A fulminante gravidade de doenças banais, como a gripe e a pneumonia, denuncia o vício alcoólico do paciente” (PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 10-11).

<sup>282</sup> PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 10-11.

sanitarismo brasileiro. A eugenia “preventiva” foi coerente a uma parcela médica à medida que esteve associada à medicina social. Desse modo, admite-se demarcar o início da eugenia no Brasil em plena harmonia com as preocupações sanitaristas.

Na conferência *Exército e Saneamento*, realizada no Clube Militar, a convite do general Ferreira do Amaral (1865-1929), em 1920, Penna aproximava o saneamento com o ideal eugênico de construção da nacionalidade. O termo eugeniização foi utilizado ao final da conferência, juntamente com a higiene, como princípio para a regeneração da sociedade. Embora o termo apareça somente nas conclusões, havia uma perspectiva eugênico-sanitária no desenvolvimento da exposição. Penna considerava a profilaxia e o saneamento como recursos para a gerar uma raça mais forte. Semelhante à eugenia “preventiva” de Saleeby, doenças como febre amarela e malária eram notadas como preocupações eugênicas e responsáveis por degradar a espécie e degenerar a raça.<sup>283</sup>

O início da campanha eugênica de Renato Kehl também esteve intimamente ligado à higiene. Em duas obras, *Eugenia e Medicina Social* e *Melhores e Prolonguemos a vida: A valorização eugênica do homem*, publicadas respectivamente em 1920 e 1922, evidenciam a união entre a eugenia “preventiva” e o saneamento. Penna prefaciou os dois livros.

No prefácio de *Eugenia e Medicina Social*, Penna desenvolveu a sua compreensão “preventiva” de eugenia. Segundo ele, a função da ciência de Galton era debelar e atuar preventivamente contra as doenças. A eugenia era responsável pela contenção de “taras mórbidas” e o alcoolismo assumiu uma preocupação de destaque. Considerava as ações da Liga Nacional Contra o Alcoolismo um complemento da Liga Pró-Saneamento do Brasil e realçava a influência do ambiente para o desenvolvimento “Físico, moral e intelectual” das gerações futuras. Por fim, concluía que a eugenia era uma ciência “[...] que abrange problemas sociais dos mais importantes, e acompanha de perto a higiene, sua *precursora* no aperfeiçoamento da humanidade”<sup>284</sup>.

A concepção eugênica estava atrelada ao sanitarismo e Penna fazia questão de salientar que a higiene era precursora da eugenia. Em suas palavras, “Dos flancos da higiene, surgiram a eugenia e a medicina social”<sup>285</sup>. Portanto, ajustava a eugenia à perspectiva da sua campanha de saneamento, especialmente na contenção do alcoolismo e prevenção de doenças, além de considerar a importância do meio para atingir fins eugênicos.

<sup>283</sup> PENNA, Belisário. *Exército e Saneamento*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1920, p. 28.

<sup>284</sup> PENNA, Belisário. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920, p. IV. [Grifo meu].

<sup>285</sup> PENNA, Belisário. *Social: Conferência do Dr. Belisário Penna*. S/D, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Embasado por estes argumentos, no prefácio de *Melhores e Prolonguemos a vida*, Penna definia a eugenia pela prática da higiene e da profilaxia. Assim, à eugenia competia “[...] sanear e apurar a raça, tornando-a vigorosa, destemida, alegre, produtiva e vitoriosa”<sup>286</sup>. Devo lembrar que na leitura de Penna a raça é compreendida na direção de uma unidade futura. Consequentemente, a raça brasileira não é entendida por hierarquias raciais deterministas baseadas em clima ou cor da pele. A eugenia “preventiva” era mais aceita justamente pelo seu caráter de reformismo social.

A relação com a eugenia era uma forma de estender a campanha do saneamento ao estabelecer comunicações com outras redes científicas e ampliar suas ações para além do Rio de Janeiro. Penna sabia que a propaganda era a pedra angular para adoção do saneamento.

Se a aproximação com o movimento sanitarista foi uma estratégia para Kehl recrutar novos adeptos no meio científico carioca, por outro lado, a eugenia tornava-se refém da agenda do saneamento. A princípio, devido ao caráter neolamarckista da eugenia latino-americana, a união não representava um problema para Kehl. Suas produções intelectuais entre 1917 e parte da década de 1920 expõe o neolamarckismo e a aproximação com o saneamento como um aspecto identitário da eugenia à brasileira. Para esclarecer proponho a leitura de parte da entrevista de Kehl para o jornal *A Noite*, em 3 de junho de 1920, intitulada de *Os problemas da regeneração das raças*. Em referência aos problemas de saúde e verminose encontrados na sua atuação nos postos de profilaxia dizia:

Dessa situação está perfeitamente informado o nosso governo, que em boa hora, vai iniciar a campanha intensa de saneamento, pois, *sanear corresponde a praticar a eugenia denominada preventiva*, cujos fins são a defesa da raça contra todos os fatores de degeneração, sejam eles os mórbidos (tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses, etc.), sejam eles os venenos sociais. É por isso que a eugenia preventiva corresponde à medicina social definida claramente por Tropicano, e se esforça pelo saneamento rural e urbano, pela regulamentação do trabalho, proteção da infância; consiste, enfim, na organização ativa de uma higiene profilática, acauteladora da saúde dos indivíduos e da coletividade.<sup>287</sup>

O excerto é exemplar para observar a proximidade da eugenia com o saneamento na perspectiva de Kehl. A lógica do “sanear é eugenizar” estava presente no seu discurso inicial de propaganda eugênica.<sup>288</sup>

<sup>286</sup> PENNA, Belisário. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Melhores e Prolonguemos a vida: A valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. IV.

<sup>287</sup> *A Noite*. Os problemas da regeneração das raças. 3 de junho de 1920. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC). [Grifo meu].

<sup>288</sup> Para Souza, o modelo de eugenia “preventiva” constituiu a marca da trajetória eugênica de Kehl até 1927, especialmente constituir temas ligados ao interesse de grande parcela da classe médica nacional (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto*. op.cit., p. 117-118).

Justamente pela eugenia “preventiva” se adequar ao programa reformista de saneamento, Penna ampliou a noção de “sanear é eugenizar”. Desse modo, definia sua aplicação como medida auxiliar do saneamento e aliada à medicina social. A eugenia cooperaria na etapa da reforma moral da sociedade para a adesão de uma consciência sanitária. Em 1929, após a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, expôs na conferência intitulada *Cancro Nacional* que “O Saneamento, a Higiene, a Medicina Social e a Educação higiênica, para implantação da consciência sanitária, constituem o alicerce da Eugenia, sem o qual ela não poderá ser praticada, senão de modo deficiente, em âmbito muito limitado”<sup>289</sup>. O mesmo texto seria reproduzido no periódico *Boletim de Eugenia* de 1929.<sup>290</sup>

Embora Kehl tenha se alinhado inicialmente à eugenia “preventiva”, sua perspectiva, como menciona Souza, se modifica no final da década de 1920.<sup>291</sup> Com relação ao conceito de eugenia “preventiva”, Kehl passou a argumentar que os seus propósitos foram confundidos com o da higiene.<sup>292</sup> Entretanto, para sanitaristas como Penna, adeptos dessa concepção teórica, a questão jamais foi tratada como confusão, mas coerente à campanha do saneamento e às práticas de profilaxia. Esta compreensão era adequada ao *lugar* que a eugenia ocupava no pensamento científico brasileiro e latino-americano. A mudança teórica de Kehl, por volta de 1927, não afetou a percepção de eugenia de Penna. Mesmo no texto reproduzido no *Boletim de Eugenia*, dirigido por Kehl, o sanitarista brasileiro manteria seu entendimento de eugenia “preventiva” como um espaço para se combater os vícios sociais:

Ao higienista não cabe apenas o papel de indicar as medidas profiláticas e técnicas de prevenção e combate às doenças e aos vícios, e o de propagar ensinamentos de higiene e eugenia, mas sobretudo o de perscrutar os fatores sociais, que fertilizam ou esterilizam o terreno, tornando-o refratário ou propício ao desenvolvimento de pragas e ervas daninhas.<sup>293</sup>

Portanto, embora utilize metáforas eugênicas como “fertilizam ou esterilizam o terreno” ou “desenvolvimento de pragas e ervas daninhas”, para se referir à formação de

<sup>289</sup> PENNA, Belisário. O Cancro Nacional: Conferência realizada na sociedade nacional de agricultura pelo dr. Belisário Penna. *Hygia*. 22 de julho de 1929, p. 17.

<sup>290</sup> PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 10, outubro de 1929, p. 3-4. O *Boletim de Eugenia* foi um periódico criado e editado por Renato Kehl. Era mais um meio de divulgar a eugenia e chamar a atenção das autoridades e intelectuais para a necessidade das propostas eugênicas. O *Boletim* circulou entre 1929 a 1933. Nos três primeiros anos contou com a direção de Renato Kehl. Nos dois anos finais, além de Kehl, foi dirigido por Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Júnior. Em seu número 38, de 1932, Piza Júnior e Domingues mencionavam que a participação no *Boletim* devia a um chamado de Renato Kehl, “[...] o chefe, o guia, o líder do movimento eugênico no Brasil” (*Boletim de Eugenia*. Piracicaba, Ano IV, n. 38, abril-junho, 1932, p. 2).

<sup>291</sup> SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto*. op.cit.

<sup>292</sup> KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 154.

<sup>293</sup> PENNA, Belisário. O Cancro Nacional: Conferência realizada na sociedade nacional de agricultura pelo dr. Belisário Penna. *Hygia*. 22 de julho de 1929, p. 18; PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 10, outubro de 1929, p. 4.

indivíduos tomados por venenos raciais, Penna mantém o discurso inicial da eugenia como prática preventiva. Enquanto autoridade do saneamento, Penna permanecia vinculado à perspectiva eugênica aliada às ideias reformistas que propunha. Além disso, não havia tanto espaço para a eugenia no projeto de saneamento de Penna, sendo considerada mais uma ferramenta, - como tantas outras - indicada para o cuidado com a “higiene da raça”. Ao mesmo tempo, Penna compartilhava do interesse em temas de grande apelo para eugenistas, como as campanhas antialcoólicas, que o motivaram a permanecer por mais de uma década articulado ao movimento. Penna também via na constituição do movimento eugenista uma forma de propagandear as ideias do saneamento.

Mesmo com a mudança teórica de Kehl, a publicação de Penna no *Boletim de Eugenia* demonstrava a importância do sanitarista brasileiro como figura de autoridade da saúde pública, sendo relevante manter o seu apoio. Mais tarde, em 1931, quando foi criada a Comissão Central Brasileira de Eugenia, com o objetivo de difundir questões sobre hereditariedade e eugenia e atuar nas propostas de políticas públicas eugênicas, Penna constaria na listagem de membros efetivos, na condição de Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública. A eugenia “preventiva” de Penna era uma das diversas ferramentas científicas à disposição para contribuir com a viabilização do seu projeto de nação saneada. Seguindo a sua ideologia reformista, a eugenia somente teria espaço se pudesse atuar como transformadora social e distante de hierarquizações raciais ou antropométricas.

À medida que a eugenia representava ares de modernidade e sinalizava para o apelo qualitativo da população, sua agenda seria adaptada ao debate de médicos e intelectuais que propunham estratégias de transformação da sociedade pela via científica. A rigor, era um conceito utilizado por diversos atores históricos para expressar o desejo de melhoria social conjugada à idealização de progresso. Para Penna, sanear era sinônimo de eugenizar, o que justificava a necessidade do saneamento. Juntamente com a puericultura, a medicina social, a maternologia e a educação sanitária, a eugenia unia-se ao vasto tronco do projeto de saneamento e de intervenção social.

## **2.5. A oscilante década de 1920**

A segunda metade de 1919 representou o fim do mandato interino de Delfim Moreira e a ascensão à presidência do paraibano Epitácio Pessoa, vencendo Rui Barbosa no pleito

eleitoral do semestre anterior. O novo presidente intensificou a intervenção estatal, incrementando as ações na saúde pública. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, a expansão em nível nacional dos postos de profilaxia e a confecção de um Código Sanitário marcaram a preocupação sanitária e centralizadora do Estado. A manifestação do presidente em setembro de 1919 ao Congresso para reorganização dos serviços de saúde pública expressou a atenção do chefe de Estado para uma reforma sanitária.<sup>294</sup>

O pensamento sanitário que marcou a classe médica no final de 1910 influenciou parte dos homens públicos como Brás, Moreira e Pessoa. Dessa forma, o recém empossado presidente procurou organizar uma unificação e centralização da saúde pública, alargando as ações da autoridade sanitária federal.<sup>295</sup> A rigor, acordos entre estados e a União deveriam ser firmados para homogeneizar as ações na saúde pública. Iniciava-se um processo de convencimento do Congresso, de parte da imprensa e da opinião especializada acerca da necessidade de unificar ações de saúde pública em nível federal.

Após discussões sobre o projeto encaminhado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para análise na Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). De acordo com Hochman, mesmo muito distante do ideal dos sanitaristas, este foi um ponto de inflexão para o rearranjo centralizador do Estado face à sua responsabilidade com a saúde pública.<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 131-132.

<sup>295</sup> Ibidem., p. 132.

<sup>296</sup> Ibidem., p. 138-139. Em meio à discussão historiográfica, este cenário favorece as interpretações de que o processo de *state-building* da Primeira República obteve avanços significativos. A cientista política Elisa Reis defende que a criação de um poder público e o fortalecimento dos interesses privados não são excludentes. Pelo contrário, nota-se uma interatividade entre os dois processos. Assim, a própria dominância das oligarquias oportunizaria o processo de constituição do aparato público (REIS, Elisa Maria Pereira. Poder privado e construção de Estado sob a Primeira República. In: BOSCHI, Renato (Org.). *Corporativismo e Desigualdade, A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991, p. 43). Um exemplo significativo ocorreu quando as oligarquias pernambucanas se aglutinaram ao redor de um partido republicano, que executou políticas e programas de governo. O Partido Republicano Federal de Pernambuco, sob a liderança de Francisco Rosa e Silva (1857-1929) dinamizou um processo de “modernização conservadora” até 1911, inclusive com a construção de uma rede de esgotos (CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 259). Em contraposição, na Bahia, até a década de 1920, a política de facções dificultou o direcionamento de leis e políticas públicas. Em carta, Sebastião Barroso, chefe dos serviços de saneamento rural da Bahia, direcionada a Carlos Chagas, relatava a dificuldade de execução de alguns serviços federais por resistência da população e de facções políticas locais. Ao mencionar que lhe faltava apoio das autoridades, Barroso clamava para uma intervenção das forças federais, mesmo que fosse apenas em tom de ameaça (Ibidem.). O debate sobre a intervenção da União nas duas primeiras décadas da República em relação ao protecionismo na cafeicultura gerava aceitação e aversões. O intervencionismo se apresentava como uma demanda para corrigir as decepções de um liberalismo que parecia diferente daquele imaginado com a fundação da República. As intervenções na saúde pública seguiam, em certa medida, à constatação da necessidade de um Estado central para tutelar a sociedade desorganizada.

Com a criação do DNSP, Carlos Chagas ocupou a função de diretor-geral do departamento, enquanto Penna foi direcionado à Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural. A lembrança do nome de Penna não se deve unicamente à sua trajetória na propaganda do saneamento, mas também pela articulação política que ocorria no interior da Liga Pró-Saneamento. Tendo participado da Liga, era natural que Eptácio Pessoa, agora presidente, reconhecesse a autoridade de Penna no campo das propostas de centralização da saúde pública. De fato, Penna acreditava que, para executar o seu projeto de saneamento, era preciso efetivar mudanças institucionais e, o período em que ficou vinculado ao DNSP, contribuiu para isso e para seu fortalecimento como homem público.

O reconhecimento de sua autoridade o direcionou a uma rápida escalada político-profissional entre 1918 e 1921. No intervalo de quatro anos, Penna ocupou os cargos de Diretor do Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal (1918), Diretor da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (1920) e Delegado de Saúde (1921)<sup>297</sup>. Além disso, em 1921, tomou posse como membro honorário na Academia Nacional de Medicina<sup>298</sup>. O reconhecimento era também internacional, como quando em 1920 o governo inglês por meio da sua embaixada enviou-lhe convite para comparecer à reunião da Comissão Internacional de Higiene, oferecendo o pagamento das passagens.<sup>299</sup> Penna não compareceu ao evento.

Sua ascensão profissional, ocupação de cargos públicos e trânsito em associações científicas fornecem uma pista do prestígio do discurso do saneamento entre os pares e as classes dirigentes, bem como o alinhamento das suas pautas ao discurso de centralização do poder.

Como enfatiza Hochman, ao observar “[...] as manifestações do período, somos levados a acreditar que se produziu um inesperado resultado político em que todos se consideravam vitoriosos. Todos assumiram a paternidade da nova estrutura”<sup>300</sup>. Penna, que encabeçou a campanha pelo saneamento do Brasil confirmava esta prerrogativa. Para o médico barbacenense, a centralização comprovava a vitória do saneamento e o florescimento da consciência sanitária entre as classes dirigentes.<sup>301</sup>

<sup>297</sup> Dividido em dez distritos sanitários, a cidade do Rio de Janeiro contava com um delegado de saúde para cada distrito. A Liga Pró-Saneamento do Brasil sugeriu em 1918 uma expansão de departamentos sanitários por todo o Brasil, divididos em 8 departamentos (PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 169).

<sup>298</sup> Era membro desde 1918 da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

<sup>299</sup> Carta do Ministério das Relações Exteriores a Belisário Penna. Convite para a Sessão Internacional de Higiene. Rio de Janeiro, 20 de março de 1920.

<sup>300</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 140.

<sup>301</sup> PENNA, Belisário. *O Prestígio da Verdade*. Conferência realizada em Curitiba, em 30 de julho de 1921, p. 5. Penna complementar: “Não há mais embaraços capazes de deter essa torrente de luz, que se infiltrou nos espíritos das classes cultas do país, e vai se insinuando no das outras classes, pelos ensinamentos, e melhor



Como foi visto, a abertura do debate sanitário em 1916, a criação da Liga Pró-Saneamento e do Serviço de Profilaxia Rural são manifestações de uma demanda intervencionista do Estado, que começa a se consubstanciar na organização dos serviços de saúde, em 1920. A construção de uma consciência nacional em torno da saúde pública, reforçada pela gripe espanhola de 1918 e pela presença de doenças endêmicas no território nacional, clamava por uma ação mais concreta do poder público.<sup>302</sup>

A criação de um órgão como o DNSP era uma reivindicação antiga de Penna. Em *Saneamento do Brasil* rogava pela constituição de um departamento federal que atuasse na saúde pública em todo o território nacional, independente de “[...] requisições ou caprichos dos estados”.<sup>303</sup> Os problemas gerados pelo federalismo poderiam ser resolvidos com a reorganização da relação entre os estados e a União. Afinal, no que diz respeito às doenças, era insuficiente um único estado tomar as providências na saúde pública se não houvesse cooperação dos estados vizinhos. Tal ação somente seria possível por meio da consciência coletiva acerca da ineficiência de resoluções individuais para os problemas de ordem pública. Nos termos empregados por Hochman, significa o desenvolvimento de uma consciência da interdependência social.<sup>304</sup> De fato, em vista da defesa da centralização, Penna apelava para uma consciência que ultrapassasse os interesses pessoais ou regionais e caminhasse em direção à salvação da humanidade:

Assim, compreendam os Estados e Municípios a magnitude do problema, o alevantado alcance da sua solução, e se deixem de veleidades de autonomia num assunto que não é do seu peculiar interesse, porque de interesse nacional, mais do que nacional, porque internacional e humano.<sup>305</sup>

Ainda, argumentava que “[...] os estados deveriam entrar em acordo com a União. Ela dirigiria o serviço em cada um, na proporção da verba federal, a ela destinada, e da que o próprio estado destinasse ao saneamento”<sup>306</sup>. Evidentemente, o apelo emocional não explica a relação de interdependência, mas ajuda a compreender a busca por um interesse coletivo que somente seria alcançado por meio da centralização. Um dos problemas fundamentais para essa execução estava na falta de disposição das oligarquias e facções políticas dos estados em estabelecer os acordos. Para uma parcela dos estados, a centralização era perigosa para a

---

ainda, pela prática e execução de medidas de saneamento, cujos estupendos e benéficos resultados já se tornaram evidente em diversas regiões do país” (Ibidem., p. 6).

<sup>302</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*. op.cit.

<sup>303</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 168.

<sup>304</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 143.

<sup>305</sup> PENNA, Belisário. *A Era do Saneamento*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Entre Rios, no dia 6 de junho de 1920, p. 15.

<sup>306</sup> Ibidem., p. 38.

autonomia estabelecida na Constituição de 1891. Para outros, era a oportunidade de barganhar melhorias, pois os estados com baixos recursos para iniciar uma campanha sanitária teriam o suporte de 1/3 ou metade das despesas subsidiadas pela União dependendo da modalidade de organização.<sup>307</sup> Acreditava-se que com este apoio os estados paulatinamente se organizariam e assumiriam integralmente as responsabilidades nas reformas da saúde pública. Havia ainda os acordos firmados com a Fundação Rockefeller para a profilaxia da malária e ancilostomíase, que também receberiam apoio financeiro do poder federal.

Outrossim, deve-se levar em conta que, a exemplo do caso da Bahia, estudado por Castro Santos, as parcerias firmadas com a União estavam dentro da concepção ideológica da construção do Estado-nação brasileiro em conjunto com as campanhas de saúde pública.<sup>308</sup> Sob a presidência de Epitácio Pessoa, o Nordeste tornou-se alvo da intervenção federal nas políticas de saúde. Para perceber as relações entre poder central e os estados, são importantes os estudos de caso tendo em vista examinar as distintas negociações políticas existentes. Este cuidado ajuda a ressaltar a relação de interdependência entre estados e a União. Para os estados em situação crítica e carentes de assistência, a transferência da responsabilidade para o poder central era atraente. A ideologia centralizadora na saúde pública ocorria a passos largos na década de vinte de modo que até meados do governo de Artur Bernardes 17 estados firmaram parcerias<sup>309</sup>. Como argumenta Gilberto Hochman,

a política de saneamento e profilaxia rural foi, a partir de acordos voluntários, regulamentações e ações federais e conveniências locais, o instrumento de transformação da saúde em uma atividade cada vez mais pública e nacional. Na implementação de políticas públicas - mediante um processo lento e desigual, porém contínuo, a autoridade sanitária foi se constituindo, assumindo gradualmente novas e maiores atribuições, ocupando o país com prédios públicos, instituições, exames, médicos, vermífugos, funcionários, fossas, palestras e folhetos educativos, cadastros de residências, estatística, vacinas e regulamentos.<sup>310</sup>

Anteriormente citei a participação da fundação Rockefeller no processo de parcerias com o governo brasileiro. Presente desde a segunda metade de 1910, a fundação atuou de duas formas: uma voltada ao controle da ancilostomíase e outra no combate ao mosquito da

---

<sup>307</sup> Segundo o Decreto de 1919 (nº 13.538), os estados que optassem pela organização dos serviços de profilaxia pela União deveriam arcar com metade das despesas. Caso optassem pela autonomia e organizassem os serviços, pagariam 2/3 das despesas (HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 162).

<sup>308</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República*. op.cit., p. 270.

<sup>309</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 173.

<sup>310</sup> *Ibidem.*, p. 183.

febre amarela.<sup>311</sup> Sendo assim, os estados poderiam acionar o *International Health Board* (IHB) para trabalhar conjuntamente nas localidades. Em termos contratuais, o estado arcaria com 25% das despesas, enquanto a fundação filantrópica se encarregaria do restante.<sup>312</sup> Este foi o caso da Bahia em 1920 ao firmar convênio com a Rockefeller que forneceu pessoal e recursos para o tratamento da ancilostomíase.<sup>313</sup>

Em uma perspectiva política, as iniciativas da Rockefeller despertavam ressalvas. Para uma parcela da intelectualidade, a instituição mesclava tanto interesses filantrópicos como geopolíticos, sobretudo ao delimitar a sua visão de ciência nos países que atuava. Do outro lado, Neiva e Penna eram entusiastas das ações da agência e demonstravam publicamente apoio às suas ações, elevando a confiança da instituição entre os médicos brasileiros. Seja em conferências ou no livro *Saneamento do Brasil*, Penna citava dados coletados pela fundação e enfatizava o sucesso da parceria.<sup>314</sup> Em troca de correspondência com o médico estadunidense Fred Lowe Soper (1893-1977), um dos principais representantes da saúde pública da Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela e à malária, Penna agradecia a “[...] inestimável colaboração à saúde pública brasileira”<sup>315</sup>. Em carta direcionada ao médico e político brasileiro Raul Leitão da Cunha (1881-1947), que, em 1923, ocupava a direção dos Serviços Sanitários do Rio de Janeiro, sob a chancela do médico Carlos Chagas, mencionava: “Sou insuspeito para falar da Rockefeller. Posso dizer que fui eu que a firmou no Brasil”<sup>316</sup>.

No entanto, na carta enviada a Raul Leitão da Cunha é possível investigar algumas tensões na relação entre Penna e a Rockefeller. A correspondência enviada em 1923 diverge da sua retórica habitual de apoio integral à instituição estadunidense. Na correspondência de seis páginas, há a acusação de que a Rockefeller comprometia a soberania nacional, chegando a ser considerada, em algumas passagens, como inimiga do país:

E se tais contrariedades nos não de vir, não será melhor que os americanos nos deixem com a nossa febre amarela?  
Quando o maior impugnador à conquista do México, já catequizado para o cristianismo, era levado ao patíbulo, disse ao confessor que lhe acenava com o paraíso, caso perdoasse seus inimigos: - "padre, se os inimigos de minha pátria também podem ir ter a esse paraíso, eu não quero ir para lá".  
Não é o caso?<sup>317</sup>

<sup>311</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio; FARIA, Lina. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. 1ª Ed. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco - EDUSF, 2003, p. 67.

<sup>312</sup> *Ibidem.*, p. 69.

<sup>313</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República*. op.cit., p. 279.

<sup>314</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 12.

<sup>315</sup> *Carta de Belisário Penna a Fred Soper*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>316</sup> *Carta de Belisário Penna a Raul Leitão da Cunha*. 26 de julho de 1923, p. 4. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>317</sup> *Ibidem.*, p. 5.

Outra crítica era em relação à técnica aplicada, fruto de tradições distintas de combate ao mosquito. Enquanto os sanitaristas brasileiros aderiam à fumigação, técnica consagrada por Oswaldo Cruz e suas campanhas de sucesso contra a febre amarela no início do século XX, os médicos da Rockefeller consideravam o método ineficiente e custoso, optando pelo método do foco-chave.<sup>318</sup>

Penna também reclamava dos médicos e cientistas trazidos pela fundação, os quais se consideravam superiores aos brasileiros. Na sua perspectiva, a atitude prejudicava a relação entre os médicos e a população, pois não havia empatia. Ao final da carta arrematava: “Se algum dia nos advier alguma contrariedade por aceitarmos a colaboração da Rockefeller, não se dirá que não foi ela prevista e denunciada”.<sup>319</sup> A partir da análise dessa fonte, sugiro que a relação entre a fundação e Penna esteve estremecida após a sua saída da Diretoria de Saneamento Rural. Mais tarde, como veremos, quando ocupou o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, no governo Vargas, novamente o discurso sobre a Rockefeller era de apoio e agradecimentos.

O Decreto nº 3.987 de 2 de janeiro de 1920 atendeu ao desejo reformista de uma parcela de entusiastas das reformas implementadas na saúde pública durante a década de 1920, pois a criação de um Código Sanitário consolidava a maior autoridade da União sob os estados. Além da organização da saúde pública por uma perspectiva centralista, havia a presença de um discurso nacionalista para a sua realização. Aliás, um Código pensado na centralização federal era objetivo de Penna e da Liga Pró-Saneamento no Brasil anunciado anos antes: “Tratará da elaboração de um Código Sanitário da República, em que se estabeleça a responsabilidade dos encargos na manutenção do saneamento do Brasil, entre os governos, federal, estados e municípios”.<sup>320</sup>

Da perspectiva de Penna, a reorganização dos serviços de saúde pública era simbolicamente uma espécie de alforria da saúde. Enquanto a lei de 13 de maio de 1888 dizia respeito ao termo “áurea” - um substantivo ou adjetivo feminino indicativo de algo feito a ouro -, a lei nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, era uma “adamantina”, em referência ao diamante e sua consistência. No seu entender, a lei de 1920 era um complemento da lei de 1888. No tocante à lei de 1920, esta foi responsável pela criação do DNSP e por efetivar o

---

<sup>318</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

<sup>319</sup> *Carta de Belisário Penna a Raul Leitão da Cunha*. 26 de julho de 1923, p. 6. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>320</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Ramos, em março de 1918, a convite do “Ramos Club”*. Rio de Janeiro, 1918, p. 8.

entrelaçamento entre a União, estados e municípios. Àquela altura, a maioria dos estados tomava parte nos acordos sanitários com um indicativo de constante expansão. Em conferência realizada naquele ano, Penna demonstrava sua empolgação:

Se uma libertou alguns milhões de brasileiros do jugo de outros homens [Lei Áurea], a outra [Lei Adamantina] vai libertar toda a população do jugo das doenças, vai levantar o físico, as energias, a inteligência de toda a nação, vai levar a todos os lares o benefício inestimável da saúde e os ensinamentos para conservá-la, e impulsionar portanto as fontes econômicas, a riqueza e o progresso da nossa pátria.

Vai ser o início de uma era nova, de um período de iniciativa proveitosa, “A Era do Saneamento”.<sup>321</sup>

Além do aumento da centralização e da ideologia intervencionista, a lei procurava resolver a carência de recursos financeiros, um problema recorrente para a campanha do saneamento. Diante da precariedade dos estados, havia a dificuldade em cumprir os compromissos financeiros com o poder central. Algumas estratégias, como as arrecadações que estipulavam taxa de valorização sobre terrenos saneados e adicional aos impostos territoriais, esbarravam em questões políticas mais complexas.<sup>322</sup>

Como aponta Hochman, propostas como a de José Barreto aconselhavam “[...] que esse serviço de combate às endemias rurais ficasse sob a total responsabilidade do Governo Federal, sem o concurso financeiro e administrativo dos estados”.<sup>323</sup> Para Barreto o Estado deveria assistir os estados mais atingidos pelas endemias rurais.<sup>324</sup> Outras propostas que buscavam alternativas para o aumento da arrecadação envolviam a taxação, como a de perfumes, fumo, vinhos importados e consumo de bebidas. Penna era um dos entusiastas das taxações, que foram projetadas como uma tentativa de somar recursos para a campanha do saneamento. Ainda em 1918, no capítulo “Recursos financeiros para o saneamento: Taxa de Saúde”, do livro *Saneamento do Brasil*, Penna formulava uma engenharia estatal para direcionar investimentos para a campanha sanitária. Segundo ele, cada litro de álcool potável seria taxado a 500 rs. Na conta, mesmo que o consumo seja reduzido em 2/3, a renda seria de 83.000 contos de réis anuais, sem contabilizar o valor das licenças. Mesmo que houvesse diminuição da produção, não haveria prejuízo para o Estado uma vez que a taxação compensaria o prejuízo.<sup>325</sup> Desse valor, metade seria aplicado no saneamento rural. Dois

---

<sup>321</sup> PENNA, Belisário. *A Era do Saneamento*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Entre Rios, no dia 6 de junho de 1920, p. 15.

<sup>322</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 182.

<sup>323</sup> Ibidem., p. 169.

<sup>324</sup> Ibidem.

<sup>325</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 165.

problemas seriam solucionados simultaneamente com essa medida: diminuiria o consumo do álcool e permitiria a arrecadação de fundos para a campanha do saneamento.<sup>326</sup>

A taxação do alcoolismo foi apresentada, efetivamente, no art.12 do Decreto 3.987 de 1920, que reorganiza os serviços de saúde pública. No que diz respeito ao custeio da profilaxia rural e obras de saneamento no interior do Brasil, o primeiro item versava: “a) o produto do imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas destiladas, aguardente de qualquer espécie, cogaes e bebidas análogas;”<sup>327</sup>

A dupla ação contra o alcoolismo indicava a crescente intervenção estatal sobre a vida dos indivíduos. A primeira medida, como observada, possuía caráter de captação de recursos financeiros. A segunda concerne à ideia da responsabilidade do Estado em assegurar o bem-estar coletivo, avançando nos direitos individuais do cidadão. Desse modo, “[...] a consciência de que um indivíduo doente poderia causar danos aos demais, significava a percepção e que as condições de saúde de um indivíduo não eram um assunto privado, muito menos um direito natural, como a liberdade individual”<sup>328</sup>.

Do ponto de vista de Penna, o bem coletivo deveria preceder o desejo das liberdades individuais, cabendo ao Estado a responsabilidade do seu controle. Um dos exemplos estava na vigilância das habitações, pois, para ele, uma habitação sem condições mínimas de higiene poderia representar a falência de toda a vizinhança e representava um “perigo social”. Daí a noção de que a liberdade individual deveria ser restringida pelo bem da coletividade.<sup>329</sup> Similarmente, Penna considerava o álcool um problema social, de modo que era possível, neste tema, se sobrepor aos direitos individuais. Além de afetar a coletividade, as consequências da bebida eram estendidas por gerações a partir da hereditariedade. Em sua avaliação era equivocada a noção de liberdade quando conduzia os indivíduos à prática de atos nocivos para a sociedade, seja para os contemporâneos, seja para as gerações vindouras.<sup>330</sup>

Sua perspectiva de sobrepor a comunidade aos direitos e às liberdades individuais estava ligada às concepções de centralização e intervenção. Muito mais do que reorganizar

---

<sup>326</sup> Ibidem., p. 164-165. O argumento da taxação permaneceu em 1922, quando alertava que o consumo do álcool renderia para a União 40.000 contos de réis por ano e seria a base para a manutenção do saneamento e da profilaxia rural (PENNA, Belisário. *O Demônio da humanidade*. op.cit., p. 42).

<sup>327</sup> Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Departamento Nacional de Saúde Pública.

<sup>328</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 83-84.

<sup>329</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918, p. 43.

<sup>330</sup> PENNA, Belisário. *Tuberculose e Alcoolismo*. Conferência realizada na “Biblioteca Nacional”, pelo Dr. Belisário Penna, no dia 11 de outubro de 1921, a convite da “Cruzada Contra a Tuberculose”. 11 de outubro de 1921, p. 9.

pactos entre os estados da federação e os municípios, era dever da União a vigilância das decisões individuais.

Mesmo com o aumento da autoridade do Governo Central sobre os estados e a expansão do DNSP na década de 1920, a proposta da organização da saúde esbarrava em diversos contratempos políticos e financeiros que diminuía sua eficácia. A dificuldade em cumprir prazos, realizar pagamentos e a escassez financeira trouxe problemas à gestão de Penna e um paulatino desânimo na condução das atividades frente à diretoria.

Nos meses finais de 1920 o governo federal passou por uma dificuldade financeira incontornável. Tal crise econômica foi responsável por uma maior pressão dos estados sobre a presidência de Epitácio Pessoa para a resolução dos déficits orçamentários.<sup>331</sup> Em diferentes estados havia a dificuldade em cumprir as obrigações financeiras acordadas ao longo dos últimos anos. Todos estes aspectos afetavam diretamente as atividades de Penna e se refletiam na interlocução com seus subordinados.

Nessa conjuntura de crise política, em 1921 o médico e inspetor sanitário Antônio Gavião-Gonzaga, designado como Chefe da Comissão Sanitária Federal do Estado do Ceará, reclamava que seu grupo foi recebido com frieza pelo Estado do Ceará, com hostilidade pela imprensa oposicionista e indiferença pela imprensa em geral e a população. Segundo o auxiliar, um dos motivos residia no desacordo do governo estadual na distribuição dos postos, prejudicando interesses regionais. Alertava que os interesses da política regional era um dos principais obstáculos para a realização dos serviços da diretoria.<sup>332</sup>

Em 1922, Fernando Vidal, exercendo em comissão o cargo de Chefe do Distrito da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, no Mato Grosso, mencionava as dificuldades de executar os trabalhos de saneamento devido às carências do estado, desprovido de meios de comunicação e de transportes eficientes. Estes problemas indicavam a dificuldade em cumprir os prazos e as demandas estipuladas pelo poder central. Segundo Vidal, demorava semanas para as vias telegráficas encaminharem as solicitações de serviços. Tal ponto desagrava em sua crítica mais dura referente à ausência de pagamento e aos processos burocráticos. A demora nos pagamentos causava desânimos nos agentes que viviam unicamente com a renda das funções dos serviços. Relatava um atraso de cinco meses. A dificuldade obrigava os funcionários a contrair empréstimos com juros altos. Vidal alertava que a Delegacia Fiscal de

---

<sup>331</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974, p. 325.

<sup>332</sup> Carta de Antônio Gavião-Gonzaga a Belisário Penna. Fortaleza, 19 de setembro de 1921. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Cuiabá não dispunha de renda capaz de fornecer pessoal suficiente para atender as despesas federais do estado.<sup>333</sup>

Diante deste quadro, em carta ao diretor do departamento, Carlos Chagas, Penna criticava a ausência de verbas e o atraso nos pagamentos. Nem mesmo os impostos sobre bebidas alcoólicas eram suficientes para arcar com os custos. Demonstrava sua insatisfação com a forma de cooperação com os estados, uma vez que deveria haver uma exigência pecuniária para a divisão dos gastos. Penna chegou a propor quais valores a União poderia cobrar de cada estado em particular para desempenhar a parceria.<sup>334</sup> Um novo acordo deveria ser feito para limitar a ação do Serviço Federal, adaptando-o à realidade da condição de cada estado.

O tesouro nacional era uma preocupação frequente para o andamento das políticas sanitárias, de modo que o descontrole poderia pôr em risco todos os compromissos firmados. De maneira geral, a campanha do saneamento tinha um custo alto. Era perceptível que os estados careciam de diferentes quantias. Não foi ao acaso que no decreto de 2 de janeiro de 1920 houve uma preocupação com as finanças e a forma de arrecadação para a manutenção das ações sanitárias. Ao longo da década de 1920, os acordos consolidados apressadamente faziam com que a federação arcasse com a totalidade dos custos, competindo aos estados o pagamento das dívidas a prazo ou parcelamento em até dez anos.<sup>335</sup> A falta de dinheiro para o programa sanitário era um fantasma que assombrava Penna, fazendo-o pensar em diferentes estratégias para obter recursos. Era reconhecida a importância do custeio por parte da União para a manutenção do projeto de saneamento, da propaganda sanitária e da fortificação de uma consciência sanitária em âmbito nacional.

Outra crítica de Penna dizia respeito ao excesso de autonomia dos estados sob contratos e ações, embaraçando a intervenção da União. Além da dependência do governo central, muitos estados consideravam os acordos um “favor” à União ao consentirem sua entrada em seus territórios.<sup>336</sup> A insuficiência financeira, excesso de burocracia e problemas de incompatibilidade na administração do DNSP levaram Penna a pedir demissão em novembro de 1922. As divergências políticas no DNSP acarretaram o rompimento da sua

---

<sup>333</sup> Carta de Fernando Vidal a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1922. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>334</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Diretor Geral, do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1921 p. 7.

<sup>335</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 181-182.

<sup>336</sup> PENNA, Belisário. *Suspensão dos Serviços nos Estados*. S/D, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).



relação com Carlos Chagas.<sup>337</sup> Em carta a Penna, o chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Bahia, expunha a incompatibilidade de pensamentos entre Chagas e Penna na administração do DNSP:

Lamento profundamente o que houve e sinto imensamente não poder dar um remédio. Quando ali estiver, havemos de mais largamente discutir este caso. O Departamento não pode dispensar a tua pessoa; também o Chagas não deve ser demolido. Deve voltar para Manguinhos, tenho-lhe dito muitas vezes, mas não deve ser demolido. Somos todos da mesma igreja.<sup>338</sup>

O seu pedido de demissão do DNSP expôs a decepção com a máquina burocrática do Departamento e a ausência de recursos para a manutenção da estrutura centralista para o saneamento rural. Em seu discurso de despedida para os funcionários do departamento em janeiro de 1923 afirmava que o motivo maior de sua saída era a negação, por parte dos dirigentes do DNSP, em lhe oferecer boas condições de trabalho, o que culminaria com a extinção da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural e sua substituição pela Diretoria de Propaganda.<sup>339</sup>

Em carta endereçada ao Presidente da República recém-eleito, Artur Bernardes, Penna expôs os motivos de sua saída. Protestava Penna ao presidente contra a retirada de sua autonomia na ação de propaganda e educação sanitária, cuja função, inicialmente, pertencia à Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural. Segundo ele, as iniciativas referentes à educação e propaganda eram peças fundamentais para o sucesso da campanha e da consciência sanitária. Sem educação não haveria modificações estruturais e o sucesso nas campanhas de profilaxia seria inviabilizado.

Sua revolta foi provocada pelo convite recebido para assumir a Diretoria de Propaganda, em decorrência da extinção da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, da qual era diretor. Penna considerou as interferências políticas e a possibilidade de extinção como “[...] um nefando crime contra os interesses sagrados da saúde pública [...] colocando em risco tudo o que fora conquistado”<sup>340</sup>. O convite a um cargo novo foi entendido por Penna como uma forma de mascarar a situação de desmonte da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural e, assim, evitar a sua ira.

<sup>337</sup> Para um estudo mais detalhado Cf.: KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil*. op.cit., p. 239; 257.

<sup>338</sup> Carta de Sebastião Barroso a Belisário Penna. Bahia, 20 de fevereiro de 1923, p. 4.

<sup>339</sup> PENNA, Belisário. *Discurso de despedida*. Janeiro de 1923, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>340</sup> PENNA, Belisário. Exposição: *Ao Exm<sup>o</sup> Snr. Presidente da República*. Dezembro de 1922, p. 5. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Afirmava ao presidente nunca ter usado do erário público em benefício próprio. Ao contrário, diante de poucos recursos, por muitas vezes, custeou ações do departamento com dinheiro do próprio bolso obtido por meio de conferências e publicações em jornais e revistas. Em vista de promover a propaganda e a educação sanitária, mesmo com a falta de investimentos, alegava ter realizado viagens a regiões dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, com recursos particulares.

Contrariava a tese da carência financeira e reclamava que apenas para as suas ações eram negados os investimentos, enquanto para outros, como o Dr. Waldomyro Potsch (1892-1968), era distribuído quase quatro mil reis para a publicação de um trabalho de História Natural sem nenhuma relevância. O caso citado era fruto de um desentendimento pessoal, pois, como lembrava Penna, o Dr. Potsch atacava sua honra frequentemente no periódico *Gazeta de Notícias*. Em síntese, estes foram os argumentos apresentados ao Presidente da República para demonstrar sua indignação com a possível extinção da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural e justificar seu afastamento.

Ao desligar-se das funções do DNSP retornou para as atividades no cargo de Delegado de Saúde, atribuído em 1921, no governo de Epitácio Pessoa. No mesmo período reeditou e ampliou uma segunda edição de *Saneamento do Brasil*. Penna voltava o foco às produções da propaganda sanitária.

Para tanto, revisou a nova edição, ampliando temas relacionados à profilaxia das doenças, especialmente na segunda parte do livro. De forma didática, a nova edição contava com mais de sessenta imagens, esquemas e fotografias, diferentemente da primeira edição em que havia cerca de treze. A segunda edição estava acompanhada de três prefácios: do embaixador e escritor Oliveira Lima (1867-1928), do escritor e historiador brasileiro José Maria Bello (1885-1959) e do precursor da medicina social no Peru no século XX, Carlos Henrique Paz Soldán (1885-1972).

O primeiro prefácio era do embaixador e escritor Oliveira Lima, fruto de uma resenha publicada em *O Estado de São Paulo*, em 4 de abril de 1918. Lima considerava Penna um verdadeiro patriota ao expor as reais condições do Brasil sem medo da opinião estrangeira. Afinal, o estrangeiro saberia diferenciar a “[...] gente de bem da gente sem vergonha”<sup>341</sup>.

O segundo prefácio foi de autoria do político, escritor e historiador brasileiro José Maria Bello (1885-1959) e publicado no *Correio da Manhã* em 6 de março de 1918. Ao considerar a importância da reforma na saúde pública, Bello salienta que Penna concatenava o

---

<sup>341</sup> LIMA, Oliveira. Dois Livros de Sciencia. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. II.

saneamento rural à questão política. Lembrava o escritor que os problemas da República e do federalismo eram males que atingiam o país.<sup>342</sup> Finalizava dizendo que o grande trunfo de Penna foi destacar que a conjuntura política era responsável pela ausência de identidade e abandono do povo brasileiro. Oliveira Lima e José Bello escreveram sobre a acertada visão política de Penna ao considerar o federalismo como um problema político, sendo um entrave para a saúde pública.

Soldán foi um personagem mais próximo de Penna e se aproximou tanto da higiene como da eugenia brasileira, articulando seus diálogos internacionais com personagens como Renato Kehl.<sup>343</sup> Em carta a Penna, em 1919, afirmava ter lido *Saneamento do Brasil* e mencionava que, de forma semelhante, no Peru grassava os mesmos problemas. O médico peruano se mostrou um seguidor dos ideários da Liga Pró-Saneamento e acreditava que o movimento deveria ser copiado pelos povos hispoamericanos.<sup>344</sup> No ano seguinte, Soldán enviou outra correspondência para o sanitarista brasileiro informando que o governo peruano havia lhe confiado a tarefa de criar o “Código de Sanidad” para a melhoria da saúde pública peruana. Soldán finalizava dizendo que pretendia ir ao Rio de Janeiro após as reformas no Peru para apertar a mão de Penna e demonstrar toda “[...] la profunda simpatía y el hondo aprecio que le tengo y que esta carta sería incapaz de reflejar por entero”.<sup>345</sup>

O contato entre os dois sanitaristas gerou o prefácio *Da Reforma Médica*. Assim como nas correspondências, o texto demonstra a admiração do médico peruano pela campanha de Penna em prol do saneamento do Brasil. Entendendo os principais objetivos de Penna, Soldán mencionava: “Oxalá consiga sacudir la fibra patriótica de nuestros patricios y abrir para el Brasil una era de regeneración de su gente, de rehabilitación de su lierra y de moralización de su política”<sup>346</sup>.

Ademais, um prefácio escrito por Penna nomeado de “Nova explicação” acompanhava a nova edição. Penna descreve a trajetória de sucesso da primeira edição do livro, cuja publicação considerava um despertar para as mazelas da sociedade brasileira. No entanto, a principal crítica gira em torno do estado de sítio que vigorava no país. Para o sanitarista, o estado de sítio havia se transformado em uma medida rotineira para impor a força da politicalha nacional. Finalmente, por meio de sua retórica moral e nacionalista, clamava à

<sup>342</sup> BELLO, José Maria. Um problema nacional. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. IV.

<sup>343</sup> Cf.: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto*. op.cit.

<sup>344</sup> Carta de Carlos Henrique Paz Soldán a Belisário Penna. Lima, 31 de janeiro de 1919.

<sup>345</sup> Carta de Carlos Henrique Paz Soldán a Belisário Penna. Lima, 30 de janeiro de 1920.

<sup>346</sup> SOLDÁN, Carlos Henrique Paz. Da “Reforma Médica”. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. VI.

mocidade e às sociedades agrícolas para combater essa “orgia de desmoralização”<sup>347</sup>. Como veremos adiante, suas críticas ao governo Bernardes foram fundamentais para a sua prisão, em 1924.

Assim como no lançamento da primeira edição, Penna distribuiu cópias para autoridades e intelectuais. Entre os agradecimentos estava a carta de Alberto Rangel (1871-1945), autor de *Inferno Verde* (1908), obra citada por Penna em algumas de suas conferências. Na avaliação de Rangel, *Saneamento do Brasil* deveria ser distribuído a todos os brasileiros. Considerava um livro de desgraça e desencanto por mostrar a real situação do país, mas ao mesmo tempo era um grito de esperança e ressurreição.<sup>348</sup>

De fato, 1923 representou para Penna um momento de imersão na produção intelectual. Além da reedição do livro de 1918, foi convidado pelo governo do Estado de São Paulo, representado por Washington Luís (1869-1957), para a confecção de dois trabalhos educativos relacionados à saúde. Um focado na escola primária e outro direcionado a professores das escolas normais. Este momento tem relação com sua participação na recém-criada A.B.E., na qual tratarei mais adiante.

O trabalho dedicado aos professores das escolas normais, que nunca chegou a ser publicado, teria o título de *Higiene Brasileira*.<sup>349</sup> O livro foi planejado no formato de lições, somando mais de cem páginas. Entre o seu conteúdo salta aos olhos as Lições de biologia, corpo humano, vida orgânica e vegetal, higiene, doenças, água e ar atmosférico. O livro teria sido finalizado em 1925.<sup>350</sup>

*Amarelão e Maleita*, por seu turno, foi publicado em 1924 e teria atingido uma tiragem de 75 mil exemplares.<sup>351</sup> O título sugere o enfoque na educação sanitária e no cuidado em relação à malária e à ancilostomíase enquanto conhecimento e profilaxia das doenças.

Em carta a Washington Luís, entendeu o pedido do presidente do Estado de São Paulo como um esforço patriótico para a solução dos problemas sanitários do país.<sup>352</sup> Para Penna, a preocupação com a saúde pública colocava Washington Luís, assim como Wenceslau Brás, no seletivo grupo de políticos que desenvolveu a “consciência sanitária”, elemento fundamental para o seu projeto de saneamento e unidade nacional.

<sup>347</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. 17.

<sup>348</sup> Carta de Alberto Rangel a Belisário Penna. Paris, 27 de agosto de 1923.

<sup>349</sup> O manuscrito está depositado no Fundo Pessoal Belisário Penna.

<sup>350</sup> PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968, p. 9. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>351</sup> *Ibidem*. Há divergências quanto ao número oficial de tiragens.

<sup>352</sup> Carta de Belisário Penna ao Exmº Snr. Dr. Washington Luiz, D. D. Presidente do Estado de São Paulo. São Paulo, novembro, 1923.

Embora o seu distanciamento como homem público, a partir do final de 1922, tenha sido gerado pelos desentendimentos dentro do DNSP, a eleição de Artur Bernardes à presidência da República também pode ser tomada como causa do seu afastamento. Como apontado pelos historiadores, a sucessão de Epitácio Pessoa representou um aumento da crise política do republicanismo e das disputas oligárquicas iniciadas no começo da década. A indefinição dos nomes para a sucessão motivada pelas disputas entre os diferentes estados e, internamente a estes, entre as oligarquias, tornava os conflitos explícitos, assim como fora na eleição de Pessoa. Em meio às articulações, ficou acordado entre os grupos dominantes de São Paulo e Minas Gerais os nomes de Artur Bernardes, para a presidência, e do maranhense Urbano Santos (1859-1922), para a vice-presidência. No entanto, não havia concordância entre os outros estados com o nome de Bernardes. Este representou o momento em que grupos políticos dissidentes se mobilizaram contra a candidatura oficial e articularam uma resposta conhecida como Reação Republicana, na qual Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra (1855-1942) tiveram apoio para as suas candidaturas de presidente e vice-presidente, respectivamente. Em primeira análise, este cenário acentuava a falência da chamada política dos governadores, na qual surgiram graves conflitos no seio das oligarquias pela disputa de poder.<sup>353</sup> O Rio Grande do Sul, por exemplo, que geralmente se alinhava às decisões de Minas Gerais e São Paulo, passou a contestar a indicação de Bernardes.

Além dos opositoristas oligárquicos, havia também uma série de incidentes entre o governo e setores do exército. Medidas do governo, como a transferência de oficiais, repreensões, prisões e discordância sobre cargos, como a ocupação do civil Pandiá Calógeras (1870-1934) no ministério da Guerra, levaram à instabilidade com os militares. O próprio Calógeras chegou a afirmar que 90% dos oficiais eram antibernardistas.<sup>354</sup> A passagem dos governos de Pessoa para Bernardes, em pleno estado de sítio, pressupõe o clima de disputa e tensão política.

Nesse ambiente político, embora Penna nutrisse admiração por Urbano Santos, que morre em 1922, antes de tomar posse, o sentimento por Bernardes era de oposição ao governo e de repúdio às suas ações repressivas. Penna se manteve alheio às disputas entre Bernardes e Peçanha, acreditando que as partes se conciliariam em algum momento.<sup>355</sup> A habilidade política de Bernardes fez com que sua resposta aos seus opositores se acentuasse de modo que as reações contra ele fossem paulatinamente dissipadas. Contudo, com o avanço dos conflitos

---

<sup>353</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. op.cit., p. 337.

<sup>354</sup> *Ibidem.*, p. 347.

<sup>355</sup> PENNA, Belisário. *A minha mulher e meus filhos*. 25 de julho 1924, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

e a manutenção do estado de sítio, iniciado ainda no governo de Pessoa, somada a uma série de intransigências, espionagens e repressões, Penna manteve uma postura combativa contra o governo. O excesso de medidas discricionárias da gestão Bernardes atingia além dos militares, a imprensa, as classes médias, o operariado e a oligarquia oposicionista. À época, Penna flertava com a reação dos militares na esperança de combate às oligarquias dominantes.

A eclosão da Revolta de 1924, tornou manifesto o seu desprezo ao presidente Artur Bernardes e criticou a instauração do estado de sítio, posicionando-se favorável ao ato dos militares liderados pelo General Isidoro Dias Lopes (1865-1949). O episódio de 1924 pode ser definido como uma continuação mais organizada da rebelião tenentista de 1922, marcada pelo acontecimento conhecido como Marcha dos Dezoito do Forte. Ainda que tenha sido fracassado e reprimido pelas forças federais, o movimento tenentista de 1922 surge como uma voz esperançosa frente aos interesses de setores oligárquicos dominantes. No movimento iniciado em 5 de julho de 1924, militares tentaram tomar de assalto o governo de Bernardes e deflagraram uma série de combates na capital e no oeste do Estado de São Paulo.

O documento que melhor exprime a ótica de Penna sobre a Revolta de 1924 é seu manifesto publicado em 25 de julho de 1924 intitulado “A minha mulher e meus filhos”. O texto segue a linha das denúncias pronunciadas nos anos anteriores contra o coronelismo, o vício dos cargos públicos, as fraudes eleitorais, a queda da moralidade nacional e a falta de responsabilidade com a população e a higiene. Em tom mais grave, considerava a presidência de Artur Bernardes responsável por violência e espionagem. Ao avaliar a gestão Bernardes como decisiva para a instauração de um caos nacional, Penna ressaltava a revolução como a única alternativa para a mudança de atitude em benefício do país. Logo de início justificou a sua posição favorável aos militares por considerar uma preocupação patriótica, sem interesses escusos, como a instauração de uma ditadura militar, da qual era contrário desde os tempos de Hermes da Fonseca (1855-1923). Ao ler o manifesto emitido pelos revoltosos, contudo, justifica que: “[...] abracei a revolução, cujos princípios são os mesmos pelos quais me bato sem tréguas e sem temor, pela palavra escrita e falada, desde 1916”<sup>356</sup>. Este parece ser o ponto chave para compreender a adesão de Penna ao tenentismo, pois mesmo a organização revolucionária sendo advinda dos quartéis, as pautas convergiam com o seu projeto de nação. Os tenentes defendiam uma moralização política contra as oligarquias cafeeiras, um tema que custava caro a Penna. Portanto, entendia o movimento menos em sua conotação militar, e mais como indivíduos possuidores de instrumentos para liderar uma revolução nacional.

---

<sup>356</sup> PENNA, Belisário. *A minha mulher e meus filhos*. 25 de julho 1924, p. 5. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

O discurso de Penna sobre os militares possui certa complexidade. Até 1924, sua posição havia sido de resistência em relação aos setores militares na administração pública. Quando tratou da participação dos militares no golpe de 1889, entendeu que o grupo foi ludibriado por ideólogos e demagogos da causa republicana. Em certo sentido, a intenção era relativizar a participação dos militares em 1889 e sugerir que, assim como ele, o apoio ao republicanismo era eivado de “bons intuitos”. No entanto, no decorrer da década de 1920, a partir do momento que se aproxima do tenentismo, nota-se um reposicionamento de Penna quanto à participação militar na vida pública, histórica e política do país.<sup>357</sup>

Segundo Penna, na República o povo mais uma vez clamou pelos seus “irmãos das armas”. Descreveu a importância das ações em 1922 e 1924 como um despertar do espírito revolucionário. Para ele, a ação empregada deveria unir civis e militares contra a oligarquia dominante. Visto que o texto é datado de 1930, está claro que a narrativa preenche a justificativa da ação das forças armadas em ação conjunta com a classe política que articulou o golpe de 1930. Em outras palavras, o povo e os militares se uniram em um projeto comum para a substituição do poder.

O resultado de sua tomada de posição em meados de 1920, como reação do governo Bernardes, culminou no seu encarceramento. Penna foi preso pelo período de seis meses e posto em liberdade em fevereiro de 1925. Sua liberdade veio acompanhada de mágoas e ataques, especialmente a dois personagens que responsabilizou pelo seu enclausuramento:

---

<sup>357</sup> Em sua justificativa, alguns anos mais tarde, menciona: “Creio firmemente na confraternização dos militares com os irmãos civis. Esta crença provém da convivência com dezenas de oficiais desde 1919, quando dirigi um posto de profilaxia na Villa Militar, mais tarde na prisão, por haver justificado e aplaudido, em publicação na imprensa, a revolução de 24. Eu, que antes desses contatos, não nutria a simpatia pela farda; que a julgava contaminada pelos vermes da politicalha, com a mentalidade atrasada de que a sua função era a de obediência passiva às ordens do governo, sem outro ideal que o crescente aumento do soldo, promoções rápidas e reformas vantajosas, deparei com numerosos oficiais de grande cultura, não só militar como geral, a par e interessados pelos problemas nacionais, convencidos da premente necessidade de sairmos disso, para que se pratique realmente o regime republicano proclamado pelo Exército” (PENNA, Belisário. *As forças armadas e o povo*. Porto Alegre, outubro de 1930, p. 4). (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). Esta aproximação entre militares e civis sugere que, para Penna, somente os setores das forças armadas poderiam viabilizar um projeto de um Estado autoritário, centralizado, nacionalista e reformista. Penna buscou uma raiz comum em 1919 para justificar que seu pensamento em relação aos militares havia mudado. Mas em que medida esse discurso foi alterado? Para começar, a perspectiva da Proclamação da República pelos militares passou a ser vista como um ato benevolente, uma vez que a ação foi realizada em nome do povo. Embora reconheça que o governo de D. Pedro II fosse legal, passa a caracterizar o movimento dos militares como portador do objetivo de fundar um governo de soberania da população. Entre os nomes, destaca “o bravo general Deodoro da Fonseca” e o “impoluto Benjamin Constant” (Ibidem., p. 2-3). Pela perspectiva de um Penna envolvido com o tenentismo, os militares passaram a exercer um papel fundamental para salvar a nação da política oligárquica. Para que essa narrativa vingasse, portanto, era preciso desvinculá-los de qualquer mácula ligada à fundação da República. Por essa razão que Penna passa a considerá-los como um grupo iludido pelos ideólogos do republicanismo para a tomada de poder. Nesse sentido, Deodoro da Fonseca e o positivista Benjamin Constant tornam-se em seu discurso símbolos nacionais.

Bento Pereira Bueno (1869-1954), Secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo, e Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1865-1954), Procurador-Geral.<sup>358</sup>

Depois de concluir que os tenentes não tinham ambições de uma ditadura e a proposta de revolução possuía um caráter legítimo de remodelação política e social, Penna adotou o lado dos militares.<sup>359</sup> Entre as concordâncias estava a crítica ao federalismo, que os militares revoltosos consideravam fruto das oligarquias, culpadas pelo retalhamento da nação e a transformação do país em “vinte feudos”<sup>360</sup>.

Ressalto que o embate entre Penna e o governo Bernardes era mais pertencente à arena política do que em relação à centralização da saúde pública. Como nota Cláudia Viscardi,

---

<sup>358</sup> Quanto a Bento Bueno, endereçou-lhe uma carta provocativa dias após deixar a prisão, considerando-o um dos responsáveis pela censura que lhe coube. Em tempo, Penna o lembrava que fora levado ao cárcere por ser um patriota e alertar a nação sobre os males do regime em vigor. Ainda, com tons de ironia, provocava o Secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo: “Cabendo a V.S. a glória de me haver encarcerado e tratado como o mais reles vagabundo, revelando invejável valentia, não quis deixar no olvido a sua bravura, motivo do meu pedido de *Habeas Corpus*, certo de sua denegação, como o fim tão somente de deixar patente na minha petição, para conhecimento do Supremo Tribunal Federal, do governo e da nação, a sua alta benemerência legalista, que em ocasião oportuna será decantada em prosa e verso. Segue com esta uma cópia da petição para que V.S. se delicie com a recordação da nobreza do seu gesto. Pode V.S. fazer desta o uso que lhe convier, cabendo-me o mesmo direito” (Carta de Belisário Penna ao Dr. Bento Bueno. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1925). Penna teria sido alertado por sua esposa e amigos a não enviar cartas provocativas devido ao estado de sítio e sob a suspeita de ainda haver espionagem nas correspondências. Contudo, a prisão visivelmente o afetou a ponto de atacar seus opositores. Em outra demonstração de ressentimentos trocou farpas públicas com o Procurador-Geral Pires e Albuquerque, em maio de 1925. Na ocasião, o procurador havia insinuado que o *Habeas Corpus* expedido para Penna ocorreu mediante a intervenção de amigos e a promessa de não mais se envolver direta ou indiretamente nos acontecimentos políticos do país. Penna enviou-lhe carta aberta exigindo a retratação pública sobre as levianas acusações (Carta de Belisário Penna ao ministro procurador geral, Dr. Pires e Albuquerque. 26 de maio de 1925). Por sua vez, Pires e Albuquerque encaminhou sua réplica ao redator do *Jornal do Comércio*, publicada em 30 de maio de 1925, reafirmando a crença em seus informantes na justificativa de que Penna era um “perigoso inimigo da ordem” (Carta do ministro Pires e Albuquerque ao redator do *Jornal do Comércio*. 30 de maio de 1925). Em carta pessoal a seu parente, o ministro Afonso Penna Junior (1879-1968), o médico mineiro relatou o incômodo com a resposta pública do Procurador-Geral, considerada provocativa e desonrosa. Uma das reclamações de Penna dizia respeito à subtração da letra “n” toda vez que o procurador mencionava o seu nome. Segundo Penna, não se tratava de um erro de grafia ou impressão, era proposital. Ao escrever “Pena” e não “Penna” o procurador teria a intenção de excomungar seu nome da tradicional família Penna: “Não satisfeito de insistir em injúria, de tirar conclusões falsas do meu protesto, suprime uma letra do meu nome de família, como que para riscar-me da mesma, revelando uma alma pequenina, um sentimento baixo, e absoluta ausência de calma e isenção [...]” (Carta de Belisário Penna a Afonso Penna Junior. 31 de maio de 1925). Ao considerá-lo um “inimigo da ordem”, o Procurador-Geral Pires e Albuquerque feria Penna no seu calcanhar de Aquiles: a efigie patriótica. Classificá-lo um inimigo da pátria talvez fosse o ataque mais cruel para um indivíduo preocupado em construir sua imagem pública pela retórica do patriotismo. Em condições normais era Penna que definia quais eram os “inimigos” da pátria. Conflitos à parte, uma das consequências da posição favorável aos revoltosos foi a sua suspensão das atividades de Delegado de Saúde. Quando libertado tentou apelar para a restituição do cargo, inclusive em apelação civil direcionada ao ministro Soriano de Souza (1863-1938), na qual a defesa embasava o argumento da improcedência da suspensão ou demissão profissional devido ao estado de sítio. No entanto, Penna seria reintegrado à sua função apenas em 1927.

<sup>359</sup> PENNA, Belisário. *A minha mulher e meus filhos*. 25 de julho 1924, p. 5. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>360</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 400.



assim como o governo Pessoa, Bernardes procurou intensificar o poder da autoridade central. Esta era uma das estratégias para consolidar sua eleição com apoio dos estados do Norte e diminuir a oposição ao seu nome. Nesse sentido, o seu governo continuaria as obras desenvolvidas no Norte pelo seu antecessor.<sup>361</sup> No entanto, Hochman sublinha que, se o presidente acreditava que esta autoridade da União sob os estados era necessária, deveria ser transitória, pois visava, futuramente, transferir autonomia às administrações estaduais e municipais.<sup>362</sup>

Nos últimos dois anos do governo Bernardes, Penna dedicou-se ao estudo e à publicação de material relativo à lepra. No seu habitual método de aconselhamento sanitário e explicações sobre as doenças, desenvolveu uma série de trabalhos chamando atenção ao tema e para a urgência de políticas públicas de saúde. Enfatizava a carência de leprosários e o exponencial crescimento no número de leprosos e de óbitos provocados pela enfermidade. Mais uma vez alertava para o estado centralizado como sendo o melhor caminho na reversão da doença, pois somente com uma ação coordenada entre estados e União o mal da propagação da lepra poderia ser evitado<sup>363</sup>.

Entre os trabalhos realizados no período, um merece ser citado, visto que ganhou uma versão em espanhol e foi editado pela editora A. Pedemonte, no Peru. Trata-se do *Lepra latente e seus perigos*, um opúsculo de seis páginas impresso no Brasil pelo Caton & Bayer que versava sobre a condição da lepra no país e suas possíveis soluções.<sup>364</sup> Penna também tratou do assunto no periódico argentino *La Medicina Argentina*, no qual publicou um trabalho intitulado *El problema de la lepra*.<sup>365</sup> A inquietação com a lepra, em essência, é oriunda da preocupação com a profilaxia e educação sanitária marcante em sua trajetória. A partir do estudo de diferentes moléstias, Penna procurava sinalizar para as classes dirigentes questões que pudessem colocar em risco um projeto de nação saneada e integrada. A marca da educação sanitária ainda se fez valer em 1926, quando realizou palestras e estudos em diversos estados do país contratado pelo Laboratório Daudt, Oliveira & Cia<sup>366</sup> ou por convite de outras entidades, como o Partido da Mocidade.

<sup>361</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias*. op.cit., p. 270.

<sup>362</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit., p. 184.

<sup>363</sup> *Gazeta das Clínicas Médicas*. Trabalhos inéditos: A Lepra no Brasil. Ano I. n. I, São Paulo, março de 1926, p. 1-2.

<sup>364</sup> PENNA, Belisário. *Lepra latente e seus perigos*. Rio de Janeiro: Caton & Bayer, 1927.

<sup>365</sup> PENNA, Belisário. El problema de la lepra. *La Medicina Argentina*. Buenos Aires, Ano VII, n. 70, março de 1928, p. 89-93.

<sup>366</sup> THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Belisário Penna*. op.cit., p. 399.

Penna voltou à atuação como homem público no ano de 1927, posteriormente à anulação da sua suspensão do cargo de Delegado de Saúde. A partir do seu envolvimento com a Conferência Nacional de Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação - da qual presidia a seção de “Educação Física e Higiene” -, publicou trabalhos entrelaçando saneamento e educação. Um deles, *Plano de educação higiênica na escola e no lar*, publicado também na revista *Hygia*, versava acerca dos cuidados com a educação higiênica infantil, puericultura, maternidade e enfermagem, além da criação de um curso para diplomar mulheres como “Guardiãs da Saúde”<sup>367</sup>.

Além disso, o plano desenvolvido por Penna na A.B.E. pretendia ações conjuntas com as escolas e a população. Uma outra iniciativa sua foi deixar a cargo de Alayr Antunes e Savino Gasparini um programa de curso de férias direcionado aos professores do Rio de Janeiro com a temática “doenças transmissíveis”, a fim de encontrar uma maneira mais eficiente de trabalhar concepções de higiene com as crianças.<sup>368</sup>

Do ponto de vista contextual, o período entre 1927 e o golpe de 1930 foi caracterizado por relativa calma social e política em comparação com os anos anteriores, sobretudo pela diminuição das agitações conjuradas pelos tenentes.<sup>369</sup> A ascensão de Washington Luís à presidência representava aparentemente uma tranquilidade política após os conturbados governos de Pessoa e Bernardes. Por sua vez, Penna voltaria aos holofotes dos cargos públicos e ações coordenadas pelo governo federal. A pergunta a ser feita é por qual razão Penna se aliaria a um representante da antiga oligarquia, uma vez que passou os últimos anos combatendo tal estrutura e em plena afinidade com a ação dos tenentes.

A “consciência sanitária” de Washington Luís é a resposta. Penna considerava o então presidente a antítese de seu antecessor – classificava Bernardes como um homem de cultura e inteligência abaixo da média. Segundo ele, Bernardes era movido de ódio e sede de vingança, sem compromisso com a situação do país.<sup>370</sup> Com Washington Luís a relação era de respeito e admiração. Em primeiro lugar, observava Washington Luís pelo ângulo das suas ações enquanto presidente do Estado de São Paulo entre 1920 a 1924. À época, o estado foi

<sup>367</sup> PENNA, Belisário. Plano de educação higiênica na escola e no lar. *Hygia*. Ano II, n. 2, Porto Alegre, julho de 1928, p. 1-4. Penna entendia que nem todas as pessoas podiam frequentar as escolas normais. Portanto, propunha a criação de um curso de dois anos para a formação de “Guardiãs da Saúde”, cuja formação seria destinada unicamente ao público feminino. Em conjunto com as professoras primárias, tais profissionais liderariam a campanha saneadora e o desenvolvimento da consciência sanitária (*Higiene Brasileira*. S/D, p. 87-88). (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>368</sup> BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924-1932)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013, p. 45-49.

<sup>369</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. op.cit., p. 392.

<sup>370</sup> PENNA, Belisário. Carta aberta: aos meus filhos. Limeira, 22 de julho de 1924, p. 1. Publicada em *A Capital de São Paulo*, em 27 de julho de 1924, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

considerado um exemplo no tratamento com a educação sanitária, saneamento e a saúde pública e, por vezes, Penna destacou sua admiração e eficiência na condução da consciência sanitária e nos investimentos direcionados à saúde pública. A administração de Washington Luís, que também fora prefeito da cidade de São Paulo entre 1914 a 1919, estava ligada à construção da imagem daquele estado como rico e saudável. Entendia que com o presidente paulista o Brasil poderia trilhar os mesmos rumos de São Paulo.

Outro motivo remete ao contato entre Penna e Washington Luís quando este, como vimos, encomendou duas obras direcionada à educação sanitária. Há uma importância simbólica nesse gesto, pois Penna constata a preocupação de um político com a educação sanitária, uma das suas principais bandeiras. A prerrogativa da preocupação sanitária vinda de um membro da classe dirigente, com real sucesso no movimento sanitarista, constitui uma hipótese da aproximação de Penna com o presidente da República. Pelos seus feitos como prefeito e presidente do Estado de São Paulo na área da saúde pública, Penna classificava Washington Luís como um governante patriota e preocupado com a resolução do problema sanitário.<sup>371</sup> Washington Luís, portanto, era um dirigente que desenvolveu a “consciência sanitária”.

Entretanto, se Penna discordou das ações da União e de São Paulo contra o tenentismo e apoiou publicamente o movimento, como explicar, então, a aproximação política entre ele e Washington Luís, um legítimo representante do governo oligárquico a ser combatido? Já em 1924, Penna reconhecia sua oposição ao então Presidente do Estado de São Paulo, mas exaltava as suas qualidades e a atitude combativa e corajosa, ausente em outros políticos:

Eu quisera que estes [políticos profissionais] assumissem uma atitude definida e combativa, como dizem que está fazendo o Dr. Washington Luiz, que se revela assim, mais uma vez, um homem de vontade, de coragem e de convicções, um homem de bem, portanto, embora errado, a meu ver. Lastimo sinceramente estarmos em campos opostos.<sup>372</sup>

Penna parecia estar disposto a negociar sua oposição a Washington Luís ao considerá-lo como alguém viabilizador do seu projeto de saneamento. Assim, até mesmo o seu combate aos tenentes era um sinal positivo de caráter e firmeza em suas convicções. Penna fazia diversas concessões morais caso um político apoiasse o seu projeto de saneamento.

O retorno de Penna como homem público foi consumado com a ocupação do cargo de Inspetor de Propaganda e Educação Sanitária em 1928. Penna viajou para os estados de

<sup>371</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. Washington Luiz, D. D. Presidente do Estado de São Paulo. São Paulo, novembro, 1923.

<sup>372</sup> PENNA, Belisário. Carta aberta: aos meus filhos. Limeira, 22 de julho de 1924, p. 1. Publicada em *A Capital de São Paulo*, em 27 de julho de 1924. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Alagoas, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco divulgando suas ideias de educação sanitária e centralização dos serviços de saúde. A função correspondia a um diálogo antigo entre o Presidente da República e o sanitarista brasileiro, uma vez que a propaganda sanitária foi a preocupação de ambos nos projetos realizados no início da década de 1920.

Concomitantemente à sua promoção no governo, Penna foi requisitado pelo ex-ministro da fazenda e Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para estudar as condições sanitárias, desenvolver estatísticas e realizar palestras e conferências no estado. A exemplo de São Paulo, Penna admirava o modo como o Rio Grande do Sul conduzia as práticas de saúde pública e saneamento. É oportuno lembrar que essa admiração vinha desde o início da década 1910 quando estudou as condições sanitárias daquele estado. Dessa vez, sua estadia no extremo sul do país durou até outubro de 1930 e foi marcada por viagens pelas cidades do centro e interior do estado. Entre o escasso material que publicou - ou troca de correspondência -, além de alguns textos sobre lepra, destaca-se o folheto *Passado, Presente e Futuro do Rio Grande do Sul*<sup>373</sup>, no qual discutiu o problema de salubridade no Rio Grande do Sul. Entre as honras recebidas, vale anotar o título de Membro Honorário da Sociedade de Medicina de Porto Alegre.<sup>374</sup>

A ida ao Rio Grande do Sul representou uma aproximação política com Vargas, que paulatinamente recusava a ala tradicional liberal do estado e emergia como uma renovação da política rio-grandense. Se em um primeiro momento podemos entender que a escolha de Vargas como Presidente do Estado do Rio Grande do Sul foi vista por Washington Luís como uma alternativa de reconciliação entre situação e oposição, por outro lado, com o andamento da crise política e a escolha arbitrária de Júlio Prestes (1882-1946) para a sucessão presidencial, houve um aprofundamento da crise, fazendo com que Vargas e Minas Gerais criassem uma nova aliança.<sup>375</sup>

Às vésperas da trama que culminou no episódio de 30 de outubro de 1930, Penna mais uma vez se colocava à disposição para uma revolta. Como expus anteriormente, o sanitarista brasileiro estava afinado com parte das ideias de movimentos de caráter revolucionário desde 1924. Ainda mantinha um forte ressentimento com sua prisão e aqueles que o consideraram publicamente um “perigoso inimigo da ordem”. Para um autodeclarado patriota, ser acusado de inimigo do país era imperdoável. Não se tratava, portanto, ao menos na perspectiva de

<sup>373</sup> PENNA, Belisário. *Passado, Presente e Futuro do Rio Grande do Sul*. Folhetos impressos – Biblioteca Central da PUCRS. S/D.

<sup>374</sup> PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968, p. 9-10. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>375</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. op.cit., p. 406.

Penna, da necessidade de uma ação contra Washington Luís. Corresponhia à necessidade de implosão do sistema oligárquico tradicional em vista da aplicação de um projeto de nação com um governo ainda mais centralizado e interventor.

O Rio Grande do Sul ocupava lugar na história de 1924, sendo o local de gestação da Coluna Prestes e em diálogo com as ações tenentistas. Além disso, o estado ganhava espaço na conjuntura política nacional e buscava maior protagonismo na cena pública, articulando com a burguesia dissidente de várias partes do país. Embora distantes em identidade, os tenentes e as oligarquias oposicionistas compartilhavam reivindicações como o voto secreto, moralidade política, probidade administrativa, entre outras.<sup>376</sup> Diante o clima político e a expressão da força rio-grandense na articulação do tenentismo e da organização política, Penna se envolvia novamente em uma conspiração antioligárquica.

## **2.6. A consciência sanitária na Era Vargas**

Se o governo de Washington Luís aparentava uma certa estabilidade e uma reconciliação entre as oligarquias para a continuação de um sistema de governo, as eleições para a sua sucessão foram acompanhadas de uma nova crise política entre as oligarquias. A indicação do paulista Júlio Prestes para a cadeira presidencial criou mais uma cisão entre Minas Gerais e São Paulo. Em oposição foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas à presidência e João Pessoa (1878-1930), Presidente do Estado da Paraíba, na condição de vice-presidente. A Aliança Liberal, como ficou conhecida, colocava-se como antítese da antiga ordem política que dominou a República até aquele momento. Mais ainda, expunha as contradições de uma estrutura republicana. Ao mesmo tempo que Minas Gerais se distanciava dos paulistas, se aproximava do Rio Grande do Sul.

Ao situar a participação de Penna ao lado dos dissidentes, representado por Vargas no episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1930”, não significa que ignoro a participação de outros agentes neste processo histórico. Aliás, este ponto ajuda a compreender a miscelânea de grupos envolvidos em seu desfecho. Esta é uma característica do argumento de Edgard De Decca ao mencionar a presença dos blocos operário e camponês que tiveram sua participação ofuscada pelos grupos considerados vencedores. Ao contrapor a memória histórica do golpe de 1930, o autor salienta que o fato de diferentes grupos elegerem as oligarquias dominantes como inimigo em comum não pressupõe que compartilhavam as

---

<sup>376</sup> Ibidem., p. 418-419.

mesmas propostas políticas de ação e ideologia.<sup>377</sup> Esta memória histórica voltada à análise da derrocada das oligarquias dominantes ocultou a luta de classes e, por exemplo, a ascensão de outro movimento que se tornaria inimigo dos vencedores: o comunismo.<sup>378</sup>

De fato, a vitória de Júlio Prestes representou um aprofundamento na crise das oligarquias que Penna criticava há mais de uma década. A derrota de Vargas nas urnas não diminuiu o ímpeto da burguesia dissidente, de grupos operários e do tenentismo. Contudo, se antes das eleições as articulações em torno de um movimento golpista eram desencontradas, após o pleito havia um maior apelo por esta alternativa. O apoio do ex-presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros (1863-1961), e do militar Góis Monteiro (1889-1956), fortaleceu as tratativas de tomada de poder pela via golpista.<sup>379</sup> Finalmente, no início de outubro as ações começaram a serem desencadeadas resultando no final daquele mês na queda de Washington Luís e na condução provisória de Getúlio Vargas à presidência.

A tomada de poder em 1930 pode ser compreendida, entre outras razões, como a urgência de refazer o pacto oligárquico frente às disputas de poder e os novos conceitos de sociedade, como por exemplo, industrialismo e autoritarismo. São posições que desafiavam a lógica agroexportadora nacional e a mudança de orientação na política econômica, particularmente em relação à modernização do Estado e no tratamento de questões sociais sob a tutela do poder público. Assim sendo, a lógica de um *laissez-faire* à brasileira era substituída pela presença de um Estado regulador. A conjuntura deste período impunha um novo tratamento com a produção e com o trabalhador. Para o funcionamento do mercado à luz daquele novo contexto, o Estado deveria incorporar não somente a massa trabalhadora, como reorientar e regular as condições de trabalho. Este ponto desencadeou uma série de reformas trabalhistas durante a Era Vargas, resultado de negociações políticas advindas das pressões de uma classe social em expansão.

Do mesmo modo é preciso entender que este episódio não significou apenas rupturas. Como menciona Viscardi, o Estado varguista se caracterizou pela continuação de projetos vinculados ao passado oligárquico.<sup>380</sup> Além disso, a centralização e intervenção na saúde são exemplos marcantes e agregadores de diferentes propostas de nação nascidas na Primeira República, como apontou Hochman.<sup>381</sup>

---

<sup>377</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 81-87.

<sup>378</sup> *Ibidem.*, p. 105.

<sup>379</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. op.cit., p. 425.

<sup>380</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias*. op.cit., p. 256.

<sup>381</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. op.cit.

Igualmente é oportuno sublinhar que a Aliança Liberal não constituiu a adesão homogênea do que podemos classificar como classe intelectual. Adeptos do pensamento autoritário como Plínio Salgado, Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima não estavam ligados à Aliança e à tomada de poder. Outros como Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e até mesmo Azevedo Amaral foram partidários de Júlio Prestes.<sup>382</sup> Isto não os impediu de intensa participação política na década seguinte.

Algumas demandas do exército passaram a fazer parte da contraofensiva, o que motivava a participação de diferentes hierarquias militares. Entre elas havia a anistia aos revoltosos de 1920 e a formação de um Estado conservador-autoritário. Juarez Távora (1898-1975), por exemplo, era um entusiasta da difusão da pequena propriedade e da organização nacional idealizada por Alberto Torres. Enquanto uma parcela tenentista seguia Prestes na aliança de classes subalternas, a posição majoritária representada por Távora era direcionada para a autonomia, neutralidade e racionalização de um Estado forte, em posição superior às classes.<sup>383</sup> O apoio dos militares ao movimento armado, substanciado pelos civis aliancistas, acabou por marginalizar o setor liberal do movimento. Com a tomada de poder os militares conseguiriam paulatinamente adentrar na burocracia estatal.

Do ponto de vista de Penna, não há contradições no diálogo entre a Aliança Liberal e os tenentes, que compartilhavam pautas em comum, como o voto secreto, o distanciamento do liberalismo e a questão social. Na verdade, esta união agradava Penna porque na pauta dos militares estava inclusa a moralização política. Segundo ele, era preciso congregar os militares com os irmãos civis.<sup>384</sup> Seu apoio sinaliza o elo entre oligarquias dissidentes e a classe militar, uma união que desencadearia a tomada de poder.

O seu apoio público aos tenentes era em direção a nomes como o do General Isidoro Dias Lopes e Juarez Távora. A crítica jurídico-política às oligarquias, a defesa da centralização e o discurso de salvação e regeneração nacional justificam a aproximação entre Penna e esses militares. Távora caracterizava-se por ser um antiliberal e proponente de uma revisão constitucional. Igualmente, a função dos militares na sociedade seria a da

---

<sup>382</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980, p. 516.

<sup>383</sup> CAMARGO, Aspácia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980, p. 36.

<sup>384</sup> PENNA, Belisário. *As forças armadas e o povo*. Porto Alegre, outubro de 1930, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

emancipação das classes populares ainda desprovidas de força para derrubar a oligarquia dominante. Segundo a visão de Penna:

Do Exército partiram os primeiros movimentos de repulsa e de revolta contra os fraudadores do regime. A epopeia de Copacabana, em 22, a revolução militar de 5 de julho de 24, seguida da épica trajetória de um punhado de valorosos oficiais através do território pátrio levantaram o ânimo do povo e criaram o espírito de revolução, que avassalou todo o país na certeza de que os irmãos de posse das armas virão em seu auxílio para lavar a honra da nação e libertá-la da prepotência, do arbítrio e da traficância de um ajuntamento oligárquico sem patriotismo, sem fé, nem lei.<sup>385</sup>

Penna pertencia à fração que acreditava no sentimento patriótico do exército para justificar uma ação revoltosa para reestabelecer a ordem. As mobilizações de 1922 e 1924 eram entendidas por ele como uma reação ao *status quo* político. Militares e povo formariam uma frente única para derrubar o que chamou de “bastilha da corrupção”<sup>386</sup>. Essa parece ter sido a imagem político-social construída para justificar sua adesão ao golpe de 1930. Ao compartilhar da visão tenentista de reformismo e luta contra as oligarquias, esperava que em algum momento as forças armadas e uma parcela da população, mesmo que elitizada, somariam forças.

A questão partidária também ajuda a explicar o envolvimento de Penna com os aliancistas. Penna buscou a partir de meados de 1920 fazer oposição à classe política dominante por meio da movimentação partidária, endossando as fileiras do Partido da Mocidade e do Partido Democrático. Em uma perspectiva política-legalista e conservadora, entendia que algumas medidas, como o voto secreto, poderiam mudar a estrutura fraudulenta das eleições. Sua presença nesses partidos de caráter oposicionista foi um fator para costurar relações com o projeto aliancista. Não à toa o próprio Partido Democrático apoiou a candidatura à presidência de Getúlio Vargas, simpatizou com o movimento revolucionário e postou-se como um adversário ferrenho a Washington Luís. Penna dialogava com o grupo oligárquico em cisão com a classe dominante.

O ponto temporal de aproximação deu-se quando foi solicitado para estudar as condições sanitárias do Rio Grande do Sul, em 1929. Naquele momento Penna se aproximou de Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas. No que diz respeito a Vargas, passou a considerá-lo um político capaz de resolver os problemas nacionais e um possível executor do seu projeto de nação, dando-lhe a autonomia que tanto almejava. No Rio Grande do Sul encontrou um grupo político que partilhava de parte de suas convicções, principalmente de caráter agrarista. A

<sup>385</sup> PENNA, Belisário. *As forças armadas e o povo*. Porto Alegre, outubro de 1930, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>386</sup> *Ibidem.*, p. 5.



política rio-grandense não deve ser classificada naquele momento como exclusivamente industrial, uma vez que a identificação com o meio rural era uma característica de facções políticas apoiadoras da Aliança Liberal.<sup>387</sup> De modo que não há contrassenso entre uma perspectiva de “rumo ao campo” defendida por Penna e outra “rumo à urbanização”, tese reducionista que por vezes classifica o golpe de 1930 como um conflito entre oligarquia rural e burguesia industrial. Não pretendo insinuar que não havia um peso nessa disputa, mas é preciso expandir as demais perspectivas para compreender o desfecho do golpe de 1930 e a participação de Penna.

O movimento armado em outubro resultou, no final daquele mês, na designação de Getúlio Vargas como presidente do Governo Provisório. Com a montagem do novo governo, Penna foi empossado em novembro no cargo de Diretor da Diretoria Nacional de Saúde Pública.

Periódicos como o jornal carioca *Diário da Noite*, assim como *O Jornal do Brasil*, enalteciam a revolução que chegava para alterar o *status quo*. Em 30 de outubro, o periódico trazia a seguinte mensagem: “Um grande programa, cheio de ideal, elaborado nos dias amargos de exílio foi hoje exposto aos profissionais da imprensa pelo grande vencedor”<sup>388</sup>. Havia em uma parcela da população a crença de que era inaugurado um novo tempo político para o país.

Nas cartas endereçadas a Penna verifica-se narrativa semelhante. Os conteúdos eram uma mistura de congratulações pelo desfecho do movimento e o reconhecimento da participação de Penna durante o processo. Do amigo Carlos Machado, de Juiz de Fora, recebeu a seguinte mensagem:

[...]  
 Viva a Revolução Triunfante!  
 Viva a Aliança Liberal, mãe histórica e intrépida dessa empolgante Revolução, que veio provar inquestionavelmente ao mundo estrangeiro, que o Brasil em 21 dias mobiliza um formidável exército de forças, fazendo nesse lapso de tempo uma Revolução vitoriosa consciente da sua inteligência, da sua tática e do seu grande poder! Viva a nossa Liberdade oprimida por esse ignorantão sem sentimentos de moral, de dignidade e compostura com toda a sua corte de “Sóbas” obcecados na rapinagem da fortuna pública com o uso de processos merecedores da “cadeira elétrica”. Bandidos perigosos!! Não posso silenciar-me, vendo o amigo na direção do Departamento nacional de Saúde Pública.

<sup>387</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. op.cit., p. 60. Segundo este autor, os manifestos da Aliança Liberal não trazem um programa industrialista. A preocupação com a indústria siderúrgica, por exemplo, não pode caracterizar uma perspectiva industrializante, uma vez que ela também era encontrada na plataforma política de Júlio Prestes (Ibidem., p. 62-63).

<sup>388</sup> *Diário da Noite*. A Revolução Triunfante. Rio de Janeiro, Ano II, n. 333, 30 de outubro de 1930, p. 1.

[...] Deus conforte o seu espírito enchendo-o de luz e clarividência, vigorosa saúde e paz, para colaborar com Getúlio Vargas no levantamento desse Brasil invejável e cheio de possibilidades para todas as grandes conquistas.<sup>389</sup>

Os juristas Francisco Candido da Gama Junior e Roberto Lira (1902-1982) também encaminharam correspondências a Penna tratando sobre a tomada de poder e a sua indicação para diretor da DNSP. Francisco Junior mencionava que a opção por Penna na diretoria refletia nas intenções da restauração da vida republicana e da verdadeira democracia.<sup>390</sup> Por sua vez, Roberto Lira desejava “Que a Revolução distribua os Belisários Penna (e o Brasil tel-os-há muito?) pelos postos de responsabilidade na obra iniciada”. Semelhante a Oswaldo Aranha, Penna era imaginado como alguém que reestabeleceria uma nova ordem política ao Brasil. O médico Artur Neiva, seu amigo e companheiro de viagem do Instituto Oswaldo Cruz, parabenizava Penna por assumir as funções de Diretor da DNSP em uma época de reconstrução nacional. Para Neiva, “O governo foi bem inspirado colocando-o à frente da Saúde Pública, onde atuará com eficiência, pois não lhe faltam tirocínio, competência e dedicação”<sup>391</sup>.

O mérito de Penna à frente da Saúde Pública também era reconhecido por alguns periódicos. O *Correio da Manhã*, em 31 de outubro de 1930, salientava que o movimento teve Penna como uma de suas figuras mais expressivas, “[...] pela sinceridade de seus conceitos, pelo ardor de sua convicção”<sup>392</sup>. O paulista *A Gazeta* considerava Penna uma glória nacional, uma vez que dedicou toda a sua vida pelo saneamento moral e material da nação.<sup>393</sup> Em 21 de novembro de 1930, para o mesmo jornal, Penna relatava o seu comprometimento com a Revolução e o DNSP. Quando questionado sobre o programa a ser executado na saúde pública em sua gestão, ratificava com um discurso nacionalista e dizia que o modelo estava comprometido com os preceitos da Revolução. Complementava: “A Revolução não foi feita para perdoar, mas para punir e organizar”<sup>394</sup>.

Nesse sentido, o golpe de 1930 se tornou um marco no que diz respeito às ideias sendo transformadas em ações políticas. Influenciado por uma geração defensora de um Estado centralizador, o governo varguista buscou construir sua concepção de Estado passando pela

<sup>389</sup> Carta de Carlos V. A. Machado a Belisário Penna. Juiz de Fora, 12 de novembro de 1930, p. 1-2.

<sup>390</sup> Carta de Francisco Candido da Gama Junior a Belisário Penna. 18 de novembro de 1930; Carta de Roberto Lira a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1930.

<sup>391</sup> Carta de Artur Neiva a Belisário Penna. São Paulo, 19 de novembro de 1930.

<sup>392</sup> *Correio da Manhã*. Um homem de fé: Belisário Penna chega hoje ao Rio. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 11.001, 31 de outubro de 1930, p. 2.

<sup>393</sup> *A Gazeta*. O ministério da instrução. São Paulo, Ano XXV, n. 7435, 20 de novembro de 1930, p. 7.

<sup>394</sup> *A Gazeta*. O homem no seu lugar. São Paulo, Ano XXV, n. 7436, 21 de novembro de 1930, p. 6.

institucionalização da saúde pública. Com a burocratização do pós-30 diversos intelectuais passam a fazer parte do aparato do Estado juntamente com seus projetos de nação que dialogaram, direta ou indiretamente, com a nova concepção de construção do Estado. A rigor, uma série de propostas políticas começou a disputar espaço na tentativa de viabilizar a nação imaginada. As ideias não atuavam de forma isolada, mas orientando ações, agindo em situações estratégicas, diretivas e prospectivas.<sup>395</sup>

Embora seja adequado lembrar que políticas públicas sociais marcaram parte da década de 1920, foi no primeiro período Vargas que a política social, anotada pelo modelo de *Welfare State*, ganhou contornos mais acentuados e delimitados.<sup>396</sup> Sem querer simplificar a questão, torna-se perigoso classificar a passagem da Primeira República para o Governo Vargas sinalizando apenas as rupturas. Ao revisitar este período, Cláudia Viscardi e Cristina Fonseca assinalam que tanto no âmbito da política quanto no da saúde pública havia continuidade em diversos projetos ideológicos que foram incorporados e reelaborados no governo varguista. Ao acompanhar o processo de burocratização do Estado e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Fonseca assevera que não houve ruptura com o que vinha sendo realizado anteriormente na saúde pública, mas uma incorporação das suas instituições e dos seus agentes segundo o novo processo de *State Building*.<sup>397</sup>

Partindo do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) em estudo sobre a inteligência brasileira na década de 1930, Fonseca destaca que o grupo denominado por Ramos como “pragmático-crítico” contribuiu para a formação do quadro ideológico do novo governo. Este grupo era composto por Gustavo Capanema (1900-1985), Francisco Campos (1891-1968), Lindolfo Collor (1890-1942), Oliveira Vianna, Azevedo Amaral (1881-1942), entre outros. Tais intelectuais possuíam uma “identificação com o elemento nacional” e uma “sensibilidade às condições contextuais típicas do meio em que vivem”, além de não procurarem em teorias estrangeiras as respostas para a realidade nacional.<sup>398</sup> Enquadro Penna neste grupo, uma vez que a criação de uma consciência nacional - especialmente uma consciência sanitária - era parte do seu projeto político.

Para Penna era antiga a ideia de que a descentralização e o federalismo prejudicavam o projeto de universalidade da saúde e da unidade nacional. Participante do movimento de 1930,

---

<sup>395</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 69.

<sup>396</sup> Ibidem., p. 26. Para esta autora, “[...] a política social implementada no Brasil a partir de 1930 não resultou somente na implantação de mecanismos direcionados para a redução da desigualdade, mas instituiu um sistema estratificado de prestação de serviços de saúde que, vinculado a relações sociais, conduziu a normas de inclusão diferentes no interior das instituições de saúde” (Ibidem., p. 27).

<sup>397</sup> Ibidem., p. 29.

<sup>398</sup> Ibidem., p. 65.

com um governo alinhado às suas perspectivas de nação, Penna viria a receber ainda nas primeiras semanas de novembro o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública.

O cargo de diretor do DNSP o permitiu assumir antigos compromissos de sua agenda de saneamento. Com o apoio de um regime declaradamente centralizador e interventor, era mais uma chance de implementar as convicções que nortearam sua campanha sanitária. Temas como lepra e alcoolismo voltaram a fazer parte das suas ações verticais como homem público frente à diretoria do DNSP. O novo modelo de Estado nacional modificou a antiga estrutura dos postos de profilaxia rural em diversos locais do país, ampliando e diversificando a ação do poder público.<sup>399</sup> Era a marca do fortalecimento do poder central como estratégia de unificar a nação.

Não se deve esquecer que o governo Vargas foi iniciado em meio a uma crise econômica global, decorrente da crise de 1929. Sendo assim, a entrada de Penna no DNSP foi condicionada à economia de gastos. Em meio à pressão por reduzir gastos e não querendo suprimir cargos efetivos, Penna optou pela extinção de contratos e mensalistas.<sup>400</sup> Em carta encaminhada ao redator da *Officina Sanitária Pan-Americana*, explicava a situação corrente do departamento: “Assumi a direção do D.N.S.P em circunstâncias especiais, após uma revolução, com o país assoberbado por calamitosa situação financeira, a exigir o máximo de economias sem prejuízo do serviço público”<sup>401</sup>.

Como ressalta Fonseca, mesmo com cortes, o ministério da Educação e Saúde Pública ainda era um dos que mais recebia recursos, estando à frente dos ministérios da Agricultura, Relações Internacionais e Trabalho Indústria e Comércio. Portanto, segundo esta autora, o corte não deve ser compreendido como um desprestígio da saúde pública por parte do governo central, mas como efeito da crise econômica.<sup>402</sup>

Embora o governo orientasse para a contenção de gastos, Penna ressaltava a importância de decretos baixados para o Departamento Nacional de Saúde Pública. Em ordem, o Decreto nº 19.604, de 19 de janeiro de 1931, punia a falsificação de gêneros alimentícios. Na mesma data, o Decreto nº 19.605 respondia à exigência da fiscalização da qualidade do café por parte do DNSP. Ainda em 19 de janeiro de 1931 surgiu o Decreto nº 19.606, que dispunha sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no país. Penna também se referia ao Decreto nº 19.855, de 13 de abril de 1931, responsável pelo preenchimento e

---

<sup>399</sup> *Ibidem.*, p. 51.

<sup>400</sup> Carta de Belisário Penna a Clementino Fraga. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1931, p. 1.

<sup>401</sup> Carta de Belisário Penna ao Redator da *Officina Sanitária Pan-Americana*. S/D.

<sup>402</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 120.

extinção de vagas no Departamento Nacional de Saúde Pública. Nesse item percebe-se o enfoque dirigido não apenas à profilaxia rural, mas também aos leprosários e à profilaxia da tuberculose, pautas que Penna sempre considerou importantes em uma ação vertical do Estado. Em última análise estava o Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, regulamentando o exercício da enfermagem no Brasil. Estas preocupações representariam para Penna que a defesa sanitária não esmoreceu após os atos revolucionários.<sup>403</sup>

Para contrabalançar esta afirmação devo anotar um outro programa preterido por Penna, a luta antialcoólica. Este projeto amplamente discutido no novo governo encontrava barreiras diante da situação econômica. Havia uma forte resistência por parte de setores do governo na taxaçãõ elevada e proibição de bebidas alcoólicas, haja vista que era uma preciosa fonte de arrecadação do Estado. Em relatório encaminhado à diretoria, assinado por quatro agentes fiscais, considerava a importância do combate ao alcoolismo como indispensável para a saúde pública e a ordem social, mas argumentava que medidas duras prejudicariam a arrecadação em um período de crise financeira:

Contudo o momento difícil que o novo Governo está enfrentando, para equilibrar as finanças nacionais, não comporta, a nosso ver, qualquer exclusão de rubricas de receita, pois que a tanto representa a proibição da venda de bebidas, em face da alarmante diminuição da renda em que incide esse produto [...].<sup>404</sup>

Dessa forma os agentes fiscais recomendavam à diretoria um diálogo maior com o Chefe de Polícia para a regulamentação de bebida alcoólica, mesmo que consumida em horários pré-determinados. Para os agentes, a diretoria poderia seguir o modelo de São Paulo, no qual consideravam apaziguados todos os interesses em jogo.<sup>405</sup>

No que diz respeito ao projeto antialcoólico do governo Vargas, José Roberto Franco Reis ressalta a grande quantidade de indivíduos envolvidos com o tema desde a Primeira República.<sup>406</sup> Tal ponto teria facilitado a circulação de ideias sobre a necessidade de pensar estratégias para o seu combate, inclusive que a coibição pertencia ao projeto nacional em desenvolvimento. Isto pode ser visto no discurso de Penna em reunião pública na seção de antialcoolismo da Liga Brasileira de Higiene Mental em homenagem a Severino Lessa, um dos intelectuais comprometidos com a luta antialcoólica, falecido em dezembro de 1930. Ao

---

<sup>403</sup> Relatório do Departamento Nacional de Saúde Pública. 1931. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>404</sup> Relatório de Agentes fiscais ao Sr. Diretor Belisário Penna. 17 de dezembro de 1930, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>405</sup> *Ibidem.*, p. 2.

<sup>406</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 80.

transcrever as palavras de Penna, os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* relatam que Penna se comprometia juntamente com o Governo Provisório a adotar uma legislação antialcoólica no país. Tratado sob a alcunha de Diretor do DNSP e sociólogo brasileiro, os *Archivos* aplaudiam a sugestão de Penna por uma legislação tributária e proibicionista da qual três problemas capitais do Brasil seriam resolvidos: a ignorância, as doenças e o latifúndio.<sup>407</sup>

Como demonstrei, embora Penna tenha se esforçado para cumprir suas promessas, o álcool como gerador de capital era sedutor para um governo com recursos limitados. Sob esta perspectiva, Reis argumenta que a receita gerada pela venda do álcool era um dos motivos para o projeto antialcoólico estagnar. Era também uma das razões pela qual o Brasil não avançou para a implantação de uma “Lei Seca” à moda estadunidense, desejada por uma parcela da intelectualidade.<sup>408</sup>

O número seguinte dos *Archivos*, de 1931, publicava um conjunto de propostas encaminhadas para Penna na tentativa de contribuir para a criação de uma Lei Nacional Antialcoólica. Em termos gerais, tratava-se de sugestões para proibições de fabricação, venda e consumo do álcool.<sup>409</sup> No editorial do mesmo número, os *Archivos* reconheciam a dificuldade de uma luta antialcoólica e entendiam que a solução eficaz estava nas proibições radicais.<sup>410</sup> Mesmo assim os intelectuais da Liga recomendaram 21 sugestões no formato de leis. Entre elas estava o Artigo 14º que previa a isenção de qualquer tributo municipal, estadual ou federal para todos os sucos naturais não fermentados de vegetais.<sup>411</sup> Por sua vez, o Artigo 19º declarava que todo agente do Poder Público receberia o incentivo de um terço das multas por flagrante.<sup>412</sup>

No Fundo Pessoal Belisário Penna encontra-se um esboço em forma de Decreto de Lei com diversas propostas para uma legislação antialcoólica. Algumas das demandas da LBHM foram incorporadas, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas às 19 horas da véspera e 7 horas do dia subsequente aos domingos, feriados nacionais e dias de eleições.<sup>413</sup> A proposta do Artigo 21º da Liga projetava que os acréscimos das receitas e multas em razão das proibições fossem investidos em um fundo para Educação e Instrução Pública, de Assistência

<sup>407</sup> *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 1, jan-fev. 1931, p. 59-60.

<sup>408</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia*. op.cit., p. 82.

<sup>409</sup> *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 2, mar-abr-mai. 1931, p. 133.

<sup>410</sup> *Ibidem.*, p. 91.

<sup>411</sup> *Ibidem.*, p. 135.

<sup>412</sup> *Ibidem.*, p. 136.

<sup>413</sup> Decreto: Contem disposições sobre bebidas alcoólicas. Dezembro de 1930, p. 2. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC). Nos *Archivos*, a proibição iria das 12 horas do dia anterior até às 7 horas do dia subsequente. Além disso incluía na proibição os dias Santificados da Igreja Católica e dias de carnaval (*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 2, mar-abr-mai. 1931, p. 134).

Hospitalar e Social, de Higiene e de Eugenia.<sup>414</sup> Nesse sentido há uma alteração no documento do Decreto de Lei. O Artigo 22º dizia que 80% da receita deveria ser direcionada a um fundo de amplificação dos Serviços de Assistência, Saneamento, Profilaxia e Educação.<sup>415</sup> Mesmo almejada por muitos, a Lei Nacional Antialcoólica não chegou a ser aprovada e foi impugnado pelo Ministério da Fazenda sob o argumento de proteger os interesses do fisco.<sup>416</sup>

Nesta etapa da discussão encontra-se a crítica ao excesso de liberalismo, entendida por alguns intelectuais como pertencente à ilusão da democracia liberal da Primeira República e responsável por prejudicar a construção do novo homem brasileiro.<sup>417</sup> Os psiquiatras da LBHM e Penna eram por essência antiliberais. Crítica do liberalismo, a proposta legislativa antialcoólica caminhava de encontro à ideia de liberdade individual, principalmente quando colocasse em risco o novo projeto de nação. Portanto, as leis representavam uma forma de intervir na sociedade para atuar como orientadoras da sociedade.

Todavia, não era apenas a luta antialcoólica que sofria restrições orçamentárias e dificultava os esforços para o desenvolvimento de uma consciência sanitária nacional. Com o andamento do Governo Provisório, Penna mostrava-se insatisfeito com os excessivos cortes de recursos e pessoal do seu departamento, exigindo das lideranças governamentais maior investimento e comprometimento com a saúde pública. Em carta ao ministro da fazenda José Maria Whitaker (1878-1970) alertava que não haveria progressos, ambições e produções para o país sem a atenção do governo para a saúde. Reclamava da situação da lepra, doença para a qual, desde a década de 1920, não media esforços para a contenção. Para ele, os cortes representavam a inviabilização do próprio projeto de nação do novo Estado, uma vez que contribuiria para a degeneração da raça brasileira.<sup>418</sup>

As reclamações surtiram poucos efeitos. Em junho de 1931, dois meses após a carta a Whitaker, Penna escreveu para Getúlio Vargas. Se na carta ao ministro da fazenda Penna procurou explicar a carência de recursos para assistência à lepra, detalhando tecnicamente como agiria com recursos mais volumosos, com o chefe do Governo Provisório adotou outra estratégia. Considerando Vargas um amigo, procurou descrever um panorama da sua atuação

---

<sup>414</sup> *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 2, mar-abr-mai. 1931, p. 136).

<sup>415</sup> Decreto: Contem disposições sobre bebidas alcoólicas. Dezembro de 1930, p. 3. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC).

<sup>416</sup> REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia*. op.cit., p. 82.

<sup>417</sup> COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 83.

<sup>418</sup> Carta de Belisário Penna ao Exmº. Sr. Dr. José Maria Whitaker DD. Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1931, p. 1.

na saúde pública brasileira para justificar uma maior confiança e aumento dos recursos. Referindo-se às suas ações passadas como homem público, dizia que quando os antigos dirigentes lhe deram condições de trabalho houve uma melhora na situação sanitária do país.

Na tentativa de obter recursos, Penna sugere a Vargas a implementação da Taxa da Saúde. O nome é idêntico à taxação sobre bebidas alcoólicas, proposta em *Saneamento do Brasil*, como tratei no início do presente capítulo. A Taxa da Saúde consistia na imposição de um selo no valor de rs.\$200 obrigatório para todos os papéis que transitassem em repartições públicas federais, estaduais e municipais.<sup>419</sup> O fundo arrecadado pela taxação iria diretamente para os programas de saneamento e profilaxia rural. O decreto entrou em vigor dez meses após a sugestão de Penna.<sup>420</sup>

Embora relevante, as condições às quais Penna se referia não eram exclusivamente financeiras. Outro ponto questionado eram as constantes intromissões das políticas regionais prejudicando a uniformidade no saneamento rural. Em suas palavras, “Tal serviço deve ser exclusivamente federal completamente isento da influência política estadual, visto como o interesse da saúde é o interesse máximo nacional”<sup>421</sup>. O alerta acompanhava Penna desde os governos da Primeira República, pois era preciso centralizar a saúde pública. O Governo Provisório havia avançado na tentativa de controle das facções regionais e burocráticas, sobretudo na nomeação de interventores para, entre outras questões, um maior domínio dos municípios e eficácia dos serviços administrativos. No entanto, o projeto de centralização com estados e municípios rivalizava com o antigo sistema federalista. Portanto, para entender a irritação de Penna é preciso observar que a questão federativa é a pedra de toque para a ação pública.<sup>422</sup> Os cortes orçamentários na saúde atingiam as verbas da União que eram repassadas aos Estados para o saneamento rural. A impaciência de Penna em ter suas exigências atendidas era um fator que prejudicava sua manutenção no governo.

Nesse sentido, argumentava o diretor do DNSP que a questão ainda não havia sido encarada de frente. Era a oportunidade para que Vargas fizesse, com o poder que dispunha, o que nenhum outro dirigente havia feito e solucionasse o problema sanitário brasileiro. Por isso era preciso estender os serviços de saneamento e higiene a todo país, dando-lhe um caráter

---

<sup>419</sup> Além de “[...] repartições de empresas particulares, que exploram serviços públicos por concessões do governo, e de efeitos administrativos, judiciais, comerciais, fiscais, com requerimentos, certidões, escrituras, públicas formas reconhecimento de firmas, alvarás, cartas de fiança, contratos, hipotecas, inventários, promissórias, duplicatas, cautelas, atestados, etc.”. (Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1931, p. 10).

<sup>420</sup> Decreto nº 21.335, de 29 de abril de 1932.

<sup>421</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1931, p. 3.

<sup>422</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 108.



nacional, assistência financeira, uniformidade nas orientações técnicas e garantia de ações contínuas, sem interrupções.<sup>423</sup> Dizia ainda que bastavam tais medidas para imortalizar o governo e justificar, de uma vez por todas, o movimento de 1930, uma vez que somente um governo com poderes discricionários resolveria as questões do saneamento, do alcoolismo e da lepra.<sup>424</sup>

Na continuidade da carta, Penna estabelece uma comparação curiosa. À medida que Vargas o teria confiado a direção do DNSP e acreditado em suas convicções acerca da consciência sanitária, esperava que o presidente também o disponibilizaria recursos e o conferiria a autonomia necessária para viabilizar o seu projeto de nação. Sendo assim, o contexto lembrava a confiança do presidente Rodrigues Alves em Oswaldo Cruz. Considerando aquele momento como um sucesso e uma das mais belas campanhas sanitárias do mundo, era importante continuar a obra de Cruz.<sup>425</sup> Penna imaginava que, juntamente com Vargas, poderia agir em relação à saúde pública assim como Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz fizeram no início do século.

Penna salientava que o despertar do povo brasileiro passava pela consciência sanitária. Para ele, o movimento de 1930 se justificaria a partir do momento em que a população doente fosse recuperada.<sup>426</sup> Assim, argumentava que a viabilização do projeto varguista estava atrelada ao cuidado com a saúde pública. A ampliação da sua ação enquanto diretor do DNSP em nível nacional era fundamental para esta finalidade, enquanto, até então, avaliava, suas ações estavam reduzidas apenas à capital federal. Penna entendia que o regime anterior havia degingolado os cofres públicos e que os recursos disponíveis foram vitimados por seus antecessores. No entanto, recomendava ao presidente um sacrifício maior em nome da saúde pública.<sup>427</sup> Finalmente, Penna deixava uma provocação a Vargas: “Poderei ter esperança de realizar as ideias, que têm sido a razão de ser da minha vida? [...] serei mais feliz dessa vez?”<sup>428</sup>.

Meses depois Penna foi indicado ao cargo de ministro interino do Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). Sua promoção ocorreu diante ao clima de disputas na política mineira, mais precisamente pelo conflito entre Olegário Maciel (1855-1933) e Oswaldo Aranha (1894-1960). Buscando maior espaço na política mineira, Aranha articulou

---

<sup>423</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1931, p. 5.

<sup>424</sup> Ibidem.

<sup>425</sup> Ibidem., p. 6.

<sup>426</sup> Ibidem., p. 7.

<sup>427</sup> Ibidem., p. 12.

<sup>428</sup> Ibidem., p. 14.

um golpe militar em agosto de 1931 para derrubar Maciel. Embora malsucedido, a rivalidade fez com que Aranha passasse a questionar a lealdade de Francisco Campos ao governo, indicado por Maciel à pasta do MESP. O conflito interno tornou-se insustentável e culminou no pedido de demissão de Francisco Campos em 1 de setembro de 1931.<sup>429</sup>

A passagem de Penna como ministro interino durou de setembro a dezembro de 1931, sem prejuízo às suas funções no cargo de diretor do DNSP, do qual retornaria após a escolha do novo ministro. Ao cobrir a posse do novo ministro interino, o *Jornal do Comércio* transcreveu o discurso de Penna, no qual lamentava a saída de Francisco Campos. Além disso, lastimava “[...] ver-se privado da colaboração dos auxiliares de gabinete do Sr. Francisco Campos aos quais havia solicitado permanecesse nos seus respectivos lugares”<sup>430</sup>. Também não organizou um novo gabinete e, por outro lado, trouxe auxiliares do próprio DNSP para ajudá-lo durante o período transitório.

Sempre presente em sua trajetória na saúde pública, a educação era parte fundamental do projeto de consciência sanitária e unidade nacional. Vale lembrar que ainda em 1923, devido à publicação da segunda edição de *Saneamento do Brasil*, Penna advertia a importância entre saneamento e educação, bem como a necessidade da criação de um Ministério da Educação e Saúde Pública, que efetivamente passou a existir no Governo Vargas: “Saneamento e educação se completam, devem andar paralelamente, de onde a necessidade inadiável da criação de um Ministério de Educação e Saúde Pública, com ação livre e desembaraçada em todo o território nacional”<sup>431</sup>. Portanto, o discurso em prol da educação era uma marca na sua retórica como homem público e reconhecido por setores educacionais. Este aspecto motivou desde o início do seu mandato interino no MESP pedidos de efetivação no cargo. A Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) chegou a emitir uma moção pública a Getúlio Vargas para a conservação de Penna no ministério:

Considerando que só um técnico, quanto possível alheio às questões de pura política, convém à direção suprema dos interesses da educação e da saúde pública do país;

Considerando que a indicação do prestigiado nome do mais alto funcionário da Saúde Pública veio também satisfazer os brasileiros que labutam no magistério;

Considerando que o atual interino da pasta de Educação e Saúde Pública é exatamente eminente educador - no mais largo sentido da expressão - que há meses, a Associação Brasileira de Educação escolheu para seu presidente e

<sup>429</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 112.

<sup>430</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 211, 4 de setembro de 1931, p. 5.

<sup>431</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. 13.

para organizar a grande conferência de educação que se está preparando para dezembro;

Considerando que, pela primeira vez nesse país, um nome de ministro é respeitosamente sugerido ao Governo por uma classe que o reivindica como um de seus mais eficientes representantes;

A Associação Brasileira de Educação, consciente de estar consultando os interesses reais da Nação, vem pedir ao eminente Chefe do Governo Provisório conservar o Dr. Belisário Penna no alto cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública.<sup>432</sup>

A relação de Penna com a A.B.E. antecede seu cargo de interino, pois era frequente sua participação no interior da Associação. Dessa forma, pretendo rapidamente situá-lo nesse contexto de surgimento da A.B.E. Penna era amigo do educador Anísio Teixeira, com quem trocava correspondências e pretendia articular conjuntamente ações em prol da educação no novo governo. Em julho de 1931, Penna realizou uma conferência na A.B.E. a respeito da educação rural e sua importância social e econômica. Do seu ponto de vista, o latifúndio ainda permanecia um problema grave. Era dever do Estado criar condições para motivar a “ida ao campo”, pois era uma maneira de organizar a consciência nacional. A concepção agrarista de Penna, inspirada em Alberto Torres, permanecia como uma ideologia contra o latifúndio. Considerava o Brasil como um doente que resistiu à morte graças ao governo pós-revolucionário de 1930, mas que ainda era preciso vigilância e medicação para este paciente.<sup>433</sup>

A relação entre Penna e a A.B.E. constituiu-se ainda em meados da década de 1920 e ajuda a explicar sua rede de sociabilidades intelectuais e o trânsito em diferentes instituições e espaços sociais. Isto porque a A.B.E. foi responsável por uma mudança nacional na maneira como a educação era pensada, especialmente na ampliação do debate educacional na sociedade. Como expõe Mariana Burlamaqui, havia o “[...] esforço de articulá-la aos movimentos intelectuais e nacionalistas de promoção da educação e da saúde naqueles anos”<sup>434</sup>. Fundada em outubro de 1924 pelo professor Heitor Lyra da Silva (1887-1926), a A.B.E. agrupou diversos intelectuais inflamados pelo discurso nacionalista e pela retórica da saúde, higiene e ciências. Em sua organização interna, havia diferentes seções temáticas para discutir assuntos relacionados à educação como Ensino Primário e Normal, Ensino Secundário, Ensino Técnico e Superior, Ensino Profissional e Artístico, Educação Física e

<sup>432</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 256, 13 de setembro de 1931, p. 8.

<sup>433</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, em junho de 1931: A educação rural - o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica*. 1931, p. 20.

<sup>434</sup> BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação*. op.cit., p. 16.

Higiene, entre outras.<sup>435</sup> Na questão da saúde, como demonstra Burlamaqui, era “[...] vista como crucial a divulgação dos preceitos profiláticos de higiene através de palestras, cursos, conferências, distribuição de panfletos, etc. A politização do cotidiano da população brasileira era fundamental na visão nacionalista dos intelectuais que integravam o movimento”<sup>436</sup>.

A A.B.E., desde sua fundação preocupou-se com a questão da higiene e da educação sanitária. Sua primeira diretoria atribuiu uma seção intitulada “Educação Física e Higiene”, da qual era presidida pelo médico José Paranhos Fontenelle (1885-1975). Em 1925 a seção foi passada ao médico Faustino Esposel (1888-1931). O terceiro nome a ocupar esta seção foi Penna, com vigência entre 1927 a 1928, sendo sucedido por Gustavo Lessa (1888-1962). Como menciona Burlamaqui, a gestão de Penna foi direcionada à moralização da saúde e ao combate das verminoses, impaludismo, alcoolismo e lepra, problemas que avaliava motivador do atraso nacional.<sup>437</sup> A autora lembra que na proposta da seção de educação sanitária, na II Conferência Nacional Educação em 1928, a consciência sanitária estava entre as diretrizes de campanha e correspondia à relação entre educação e saúde.<sup>438</sup> Desse modo, compreende-se a participação de Penna alinhada à lógica da educação sanitária proposta pelos intelectuais da Associação.

Penna havia participado, no ano anterior, da I Conferência Nacional de Educação. Realizada em Curitiba, em 1927, a Associação iniciou uma campanha nacional pela unidade da educação e contribuiu para a divulgação de preceitos higiênicos.<sup>439</sup> Na ocasião, apresentou a tese: “Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar”. Resumia a sua tese da seguinte forma:

Fazer ressaltar a importância capital da educação higiênica e eugênica popular, começada desde a escola primária, a fim de, por esse ensino fundamental, formarmos a “consciência sanitária nacional”, isto é, um estado de espírito coletivo consciente, convencido e firme, sobre a importância dos problemas higiênicos e eugênicos na vida do indivíduo e da sociedade.<sup>440</sup>

Com base no excerto, nota-se como o projeto de “consciência sanitária” de Penna compunha esta perspectiva de educação nacional almejada pela A.B.E., especialmente no papel da educação e da escola primária para a construção de uma sociedade integrada e saneada. As presidências de Fontenelle e Penna, em 1925 e 1927, mantinham a estratégia da

---

<sup>435</sup> Ibidem., p. 25.

<sup>436</sup> Ibidem., p. 43.

<sup>437</sup> Ibidem., p. 45.

<sup>438</sup> Ibidem., p. 46.

<sup>439</sup> Ibidem., p. 69.

<sup>440</sup> PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: *I Conferência Nacional de Educação*: Curitiba, 1927. Organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt. Brasília: INEP, 1997, p. 29.

higiene popular e dos cursos de aperfeiçoamento em higiene escolar destinada aos professores primários.<sup>441</sup> Os professores eram, portanto, os grandes instrumentos de transformação da sociedade e aliados importantes da A.B.E.

Em sua interinidade é possível identificar outras ações de Penna à frente do MESP. O *Jornal do Comércio* mencionava a diminuição da taxa dos exames para os jovens, que era sobrecarregada de impostos.<sup>442</sup> Há uma moção de agradecimentos a Penna pela decisão a respeito da organização do cadastro dos monumentos históricos do Brasil.<sup>443</sup> Em relação à infraestrutura, Penna concluiu obras do Hospital São Sebastião e dos centros de saúde da Penha e da Ilha do Governador na capital federal.<sup>444</sup>

Em dezembro de 1931, Penna pede exoneração do cargo e, em seguida, o nome de Francisco Campos reaparece na sucessão. A volta de Campos, segundo Fonseca, tem interferência de Gustavo Capanema que considerava Campos uma figura-chave na rede de relações políticas do período.<sup>445</sup>

Penna possuía boas relações com Campos e as demonstrou publicamente durante as transições na pasta. Entendo que a própria exoneração de Penna esteve atrelada à confirmação pelos líderes do Governo Provisório do retorno de Campos ao ministério. Na posse do novo ministro, Penna mencionava que seu governo interino pretendeu dar continuidade às obras de Campos e recebia com satisfação a sua volta.<sup>446</sup> Aparentemente, Penna também se sentia mais à vontade na direção do DNSP.

Alguns jornais como o *Correio da Manhã* especularam a saída de Penna não somente por causa de uma mudança política, mas também devido à discordância sobre um decreto de exames por média, do qual Penna era contrário. Em síntese, desde o início de novembro de 1931 foi articulado um movimento para obter a promoção por médias puras às escolas superiores que não as tivessem. Segundo o relator-presidente Walter Aureliano Ferreira, era uma maneira de equiparação no sistema de exames, em que tanto na Faculdade de Medicina como nas Faculdades Superiores fosse adotada a igualdade nas notas de aprovação com base à

<sup>441</sup> BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação*. op.cit., p. 49.

<sup>442</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 222, 17 de setembro de 1931, p. 2.

<sup>443</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 219, 26 e 27 de outubro de 1931, p. 7.

<sup>444</sup> Além da “[...] remodelação dos serviços de transporte; a fundação do Serviço de Lactários no Distrito Federal; o prosseguimento das obras de hidrografia; atividades em colaboração com a Diretoria de Saneamento Rural ; a exposição pública na Inspetoria de Higiene Infantil; a transferência das atividades de profilaxia da febre amarela para a Fundação Rockefeller; e a difusão da vacinação BCG por meio de auxílio técnico e financeiro à Liga Brasileira Contra a Tuberculose” (FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 118).

<sup>445</sup> Ibidem., p. 112.

<sup>446</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 288, 3 de dezembro de 1931, p. 3.

nota maior que três e meio.<sup>447</sup> Além disso, todos os alunos que obtivessem notas maiores que seis nas provas parciais estariam dispensados do exame final para a promoção no ano seguinte. A proposta acabou sendo aprovada, mesmo com a oposição de Penna. A *Revista da Semana* aponta que a contenda foi o principal motivo pelo pedido de exoneração de Penna:

O Dr. Belisário Penna, ministro interino da Educação, resolveu deixar essa pasta, que detinha a título precário, por manter o seu ponto de vista contrário aos exames por média, regime que beneficiaria apenas os estudantes de medicina, sujeitos às aulas práticas, que são a parte essencial do curso.

O Dr. Belisário preferiu deixar o cargo, que vinha exercendo interinamente, para não sacrificar a sua inflexível deliberação.<sup>448</sup>

Penso que tanto a questão política relacionada ao retorno de Francisco Campos, quanto a questão dos exames por média influenciaram a decisão de Penna. Razão pela qual a aprovação da lei representou uma, dentre as diversas interferências nas suas ações enquanto homem público.

Para agravar, sua autonomia enquanto diretor do DNSP sofreria mais restrições no ano seguinte. Sustento ainda, como mostrarei no próximo capítulo, que as exonerações e pedidos de demissão que acompanharam Penna constituem uma estratégia de manutenção da sua imagem de desapegado a cargos públicos e de comprometimento com a nação. Era também uma atitude frequente quando fosse contrariado ou limitado nas suas funções administrativas. Penna possuía pouca capacidade para a negociação política, dependendo exclusivamente da sua autoridade de sanitarista e da imagem de “patriota exemplar” para aplicar o seu projeto de nação. Esse retrato de homem público colaborou para o seu envolvimento nos mais diferentes governos da Primeira República e do Governo Provisório.

Com a volta de Campos, Penna retornou à direção do DNSP. A esta altura, as limitações impostas para o seu cargo prejudicavam suas prioridades sobre as ações a serem tomadas no campo da saúde pública. Em publicação no *Correio da Manhã*, Phocion Serpa (1892-1967), secretário Geral do DNSP e chefe de gabinete de Penna na interinidade da Educação e Saúde Pública, reclamava das extinções das comissões de profilaxia rural, da qual eram os laços mais próximos entre a população e os governos estaduais e o governo central.<sup>449</sup>

<sup>447</sup> *Correio da Manhã*. O caso dos exames por média: Um manifesto aos estudantes do Brasil e a ação das normalistas. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1931, Ano XXXI, n. 11.340, 2 de dezembro de 1931, p. 3. A base do pedido era o inciso 3º do Art.126 do Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931 que asseverava: “§ 3º Os alunos que obtiverem média superior a 6 nas provas parciais ficarão dispensados do exame final para a promoção ao ano seguinte”. Este tema retornará no capítulo seguinte.

<sup>448</sup> *Revista da Semana*. A consagração das Médias. Ano XXXII, n. 51, 5 de dezembro de 1931, p. 18.

<sup>449</sup> *Correio da Manhã*. A revolução e o saneamento. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.374, 10 de janeiro de 1932, p. 2.

Dias depois, o mesmo periódico vincularia o texto *Um patrimônio a salvar*<sup>450</sup>, no qual apelava a Vargas para a injeção de investimentos na profilaxia rural. Diante das exigências, o governo resolveu acatar a confecção do selo sanitário para custear as ações de profilaxia rural, uma antiga sugestão de Penna. O selo sanitário foi recebido com aplausos pela classe médica e diversas homenagens foram feitas ao diretor do DNSP.

Perante a pressão dos cortes nos serviços de profilaxia, Penna convocou no final de abril uma reunião com a imprensa para demonstrar por meio de dados informativos a situação do seu departamento. De modo geral, Penna procurava explicar que não era culpado pela baixa condição orçamentária e que procurava realizar qualitativamente os serviços e a ação dos funcionários à disposição.<sup>451</sup>

Por outro lado, Penna iniciava diversos ataques ao excesso de cuidado, por parte do governo, com a industrialização e o esquecimento do trabalhador rural. No seu ponto de vista, a preocupação econômica deveria ser com o fim do latifúndio e o investimento na população rural para a salvação da economia. Este seria um meio de conter o êxodo rural que agravava ainda mais a situação da saúde pública e econômica do país. Para ele eram os plutocratas das indústrias e seus associados da antiga política,

[...] que com habilidade diabólica, açularam a luta de competições desarrazoadas entre elementos revolucionário, e arrastaram à insânia uma população laboriosa e ordeira, para ser sacrificada em holocausto aos interesses inconfessáveis de castas viciadas na espoliação do país.<sup>452</sup>

O quadro de insatisfação de Penna foi agravado pelo acirramento do conflito entre Francisco Campos e Olegário Maciel. Campos saíria novamente do governo em setembro de 1932. Para seu lugar foi empossado sob a indicação de Maciel o médico mineiro Washington Pires (1892-1970). Pires havia sido eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro em 1930.<sup>453</sup> Desse modo, o MESP atendia ao conturbado interesse político-partidário e ao poder da bancada mineira.

Se Penna apresentava suas insatisfações com os rumos da administração em relação à saúde nos primeiros dois anos de governo pós-revolucionário, o ambiente se radicalizaria com a entrada de Pires no MESP. Pires foi responsável por uma reforma no MESP e no DNSP que desagradou profundamente Penna. Além disso, dirigiu as verbas arrecadadas pelo selo

<sup>450</sup> *Correio da Manhã*. Um Patrimônio a Salvar. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.375, 12 de janeiro de 1932.

<sup>451</sup> *Correio da Manhã*. O que tem feito o Departamento da Saúde Pública no governo revolucionário: O Dr. Belisário Penna expõe aos jornalistas, reunidos em seu gabinete, os melhoramentos e economias conseguidos durante a sua administração. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.463, 23 de abril de 1932, p. 2.

<sup>452</sup> PENNA, Belisário. Verdades Oportunas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano XXXII, n. 11.556, agosto de 1932, p. 2.

<sup>453</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 113.

sanitário, idealizado por Penna para investimento em assistência hospitalar e médico-social, exclusivamente para a assistência ao saneamento rural.<sup>454</sup> Ao assistir a perda de autonomia do DNSP e a alocação do fundo para o saneamento rural, Penna observava seu projeto de nação desmoronar em poucos meses.

Inicialmente, a reação de Penna ocorreu em forma de denúncia à imprensa. Em 10 de novembro de 1932, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, alertava que a reforma e a subordinação do DNSP à outra secretaria suprimiam a autonomia da diretoria. Insinuava que nenhum outro governo, mesmo os mais discricionários, restringiram a atuação do departamento.<sup>455</sup> Ao comparar o governo varguista com os dirigentes da Primeira República, questionava as ações do atual governo colocando-o em atraso em relação ao antigo sistema. Desse modo, provocava ao dizer que havia interesses políticos por trás das mudanças administrativas. Considerando um crime a burocratização e a retirada de autonomia do DNSP, confiava que Vargas impediria qualquer ação restritiva, pois o chefe do governo provisório compreendia a necessidade do departamento.<sup>456</sup>

A realidade era que Penna não tinha força política para rivalizar com Pires, especialmente por ser um aliado de Francisco Campos. O resultado foi o seu pedido de demissão em 22 de novembro de 1932. Três dias antes, em carta encaminhada a Vargas, exporia os motivos da exoneração. Penna relatava sua lealdade ao governo, mas que havia uma “[...] uma profunda incompatibilidade de ordem moral que me afasta do atual ministro de Educação e Saúde Pública”<sup>457</sup>. Acusava Pires de inviabilizar suas funções, além de se caracterizar pela ausência de sinceridade e de clareza de orientação. Encerrava entregando o cargo consciente dos seus esforços frente ao departamento e à nação, que à época o foi atribuído “[...] sem a mácula de uma diminuição de autoridade e de autonomia, que feriria não só a mim, pessoalmente, como às tradições deste Departamento”.<sup>458</sup> Não houve resistências por parte de Vargas quanto ao pedido de demissão, indicando que as reformas estavam na ordem do dia, bem como o apoio a Pires. Um dia antes da exoneração, Penna informava o ministro Oswaldo Aranha e agradecia a confiança.<sup>459</sup>

---

<sup>454</sup> *Ibidem.*, p. 123.

<sup>455</sup> *Jornal do Brasil*. Defendendo a autonomia do D. N. da Saúde Pública: Seu diretor, Dr. Belisário Penna, solta o primeiro brado de alarme contra o atentado que parece estar sendo preparado. Rio de Janeiro, Ano XXII, n. 268, 10 de novembro de 1932, p. 6.

<sup>456</sup> *Ibidem.*

<sup>457</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1932.

<sup>458</sup> *Ibidem.*

<sup>459</sup> Carta de Belisário Penna ao ministro Oswaldo Aranha. 21 de novembro de 1932.



O substituto de Penna na diretoria do DNSP foi o sanitarista Raul de Almeida Magalhães (1880-1946), pertencente ao quadro de Manguinhos desde 1904 e indicado por Pires. Magalhães era próximo de Penna e compreendia a importância histórica do seu antecessor para as realizações do saneamento rural e da saúde pública. Tanto em carta a Pires como ao próprio Penna, fazia questão de demonstrar respeito por sua trajetória e relatar os avanços de sua atuação na direção do DNSP.<sup>460</sup> Respondendo a carta de Magalhães, Penna agradecia as homenagens recebidas e se mostrava feliz pela concessão de sua aposentadoria pelo Governo Provisório.<sup>461</sup> Assim, o governo procurou uma transição pacífica na direção do DNSP.

Em um cenário conturbado, a opção por Magalhães foi cirúrgica. Para Pires era uma escolha interina para a continuação da reforma da pasta em andamento. Embora Magalhães estivesse comprometido com o saneamento, apresentava pouca resistência à reformulação em comparação ao seu antecessor. Na perspectiva de Penna, a escolha de Magalhães agradava à medida que seu substituto estava comprometido com os ideais do saneamento rural e poderia dar prosseguimento aos projetos no DNSP.

No que diz respeito às reformas empreendidas por Pires, Cristina Fonseca menciona a fase de transição pela qual o país atravessava. Era a oscilação entre um modelo mais centralizador e intervencionista e outro mantido até aquele momento, respeitando a autonomia dos poderes locais na prática da saúde pública.<sup>462</sup>

Na esfera das ações de profilaxia rural, agora sob a tutela da Diretoria dos Serviços Sanitários nos Estados, pouca coisa foi alterada. A diretoria, mesmo com os cortes, incorporava as funções dos antigos postos de profilaxia rural.<sup>463</sup> As reformas criticadas por Penna não tinham o efeito de desmonte da profilaxia rural como imaginava, mas havia uma intenção em reorganizar o setor.

Ao observar a estrutura do novo órgão, Fonseca destaca o caráter unificador em prol de abranger setores vinculados à saúde pública, à assistência médica e psiquiátrica. Portanto, a centralização institucional da saúde realizada por Pires pode ser considerada uma etapa transitória para a que viria a ser concretizada posteriormente com seu sucessor, Gustavo Capanema, que ocupou a pasta do MESP entre 1934 a 1945.<sup>464</sup>

---

<sup>460</sup> Carta de Raul de Almeida Magalhães ao Sr. Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1933; Minuta de Raul de Almeida Magalhães ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro Washington Ferreira Pires. 1933.

<sup>461</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Dr. Raul de Almeida Magalhães. 9 de fevereiro de 1933.

<sup>462</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 124.

<sup>463</sup> *Ibidem.*, p. 125.

<sup>464</sup> *Ibidem.*, p. 126.

Se a nova estrutura buscou maior centralização e, mesmo com cortes orçamentários, os serviços de Profilaxia Rural mantiveram a sua base, por que Penna optou pela exoneração? A pedra de toque estava na diminuição de autoridade e autonomia nas suas funções. A reforma empregada por Pires, colocando o DNSP sob uma nova estrutura de poder, diminuiu a autoridade de Penna como diretor. A burocratização restringiu seu poder, tornando-o um funcionário dependente de outros departamentos. Esta perspectiva o levou a criticar a ausência de autonomia e autoridade, pois acusava Pires de limitar seu campo de ação na saúde pública. Penna passaria a ser um coadjuvante em um projeto de nação em que se considerava protagonista.

Ampliando a análise, é preciso avaliar que Penna havia ocupado interinamente o cargo de ministro quando Campos deixou a pasta pela primeira vez. Com a segunda saída de Campos, por que não reconduzir Penna ao cargo ao qual possuía experiência? Anteriormente expliquei que a disputa política foi o ponto principal do afastamento de Campos em 1932, de modo que não fazia sentido recolocar Penna, um aliado de Campos, no cargo ministerial. A ascensão de Pires expõe as diferenças e os lados políticos na distribuição das pastas do governo Vargas, isolando Penna de participação efetiva. Penna era um grande aliado e idealista do projeto de unidade nacional e saúde pública, mas substituível quando o jogo político se afunilava.

Sendo assim, à medida que uma reforma era necessária, por qual razão não retirar Penna imediatamente da diretoria? Enquanto homem público e médico-sanitarista, Penna granjeava reconhecimento profissional e social. Além disso, fez parte do golpe de 1930 e mantinha laços próximos com as lideranças do movimento. A opção em simplesmente descartá-lo poderia prejudicar a imagem do governo entre a classe médica e intelectual, bem como entre aqueles que enxergavam em Penna o sucessor de Oswaldo Cruz na questão do saneamento, como era o caso de parte da imprensa. Não se deve esquecer que, diferente do que afirmava, Penna tinha um grande apego ao cargo de diretor DNSP. A estratégia foi impor as reformas sem o consentimento de Penna, forçando-o, por uma questão de incompatibilidade de ideais, a deixar o governo. Embora com pouco poder político, Penna era uma figura respeitada e até certo ponto importante para a autoimagem de um governo preocupado com a saúde pública.

Distante desde o final de 1932, o comprometimento de Penna com o Governo Provisório terminou oficialmente em 8 de março de 1933, quando, por decreto, Vargas

concede a ele aposentadoria com vencimentos integrais do cargo efetivo de Propaganda e Educação Sanitária do DNSP.<sup>465</sup>

---

<sup>465</sup> Decreto nº 22.518, de 8 de março de 1933. No diário pessoal de Getúlio Vargas, o presidente menciona que Belisário Penna o procurou em 20 de dezembro de 1932 para solicitar sua aposentadoria e tecer graves acusações ao ministro Washington Pires. Em 8 de março de 1933, relatava mais uma vez em seu diário: “Entre elas a do Sr. Belisário Penna que veio pela 3ª vez pleitear a aposentadoria com vencimentos integrais, alegando seus serviços prestados” (VARGAS, Getúlio. Diário Pessoal de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/diario-pessoal-de-getulio-vargas>. Acesso em 4 de julho de 2019.

## CAPÍTULO 3

### A LEITURA POLÍTICA DE BELISÁRIO PENNA

#### 3.1. Filiações do pensamento político: A geração que nasceu com a República

No corrente capítulo pretendo analisar a perspectiva política de Belisário Penna. Principal articulador do movimento sanitário da Primeira República, sua proposta de nação saneada estabelecia uma consistente crítica à política nacional, seja no aspecto teórico, seja na prática pública. Para que as propostas de reformas na saúde pública fossem efetivadas era preciso considerar as transformações no regime político republicano, avaliado como o responsável direto pelo atraso nacional. O seu projeto de saneamento, muito mais que um conjunto de técnicas aplicadas na saúde pública, era uma concepção ideológica em concorrência com outros projetos de nação. A política era o caminho inevitável a ser percorrido para a disputa no campo de força das reformas sociais.

Entendendo o saneamento como componente estrutural do seu projeto de nação, procuro tratar de questões políticas fundamentais para a sua aplicação. Como parte do meu argumento central, a unidade nacional corresponde à finalidade de Penna para a concretização da sua nação imaginada. Para tanto, seu diagnóstico político obedece à identificação do que considerou como problemas nacionais. O saneamento era a chave para a viabilização de uma nação almejada. O principal entrave para sua execução estava justamente na querela política. Para ele, se os impasses políticos fossem resolvidos, o projeto de saneamento poderia ser aplicado. Assim, as doenças, o alcoolismo e o analfabetismo seriam paulatinamente combatidos forjando um novo país integrado e com uma população forte.

Embora nascido no Império, Penna se formou politicamente na geração dos críticos da República. Portanto, suas análises envolvem questões referentes à organização desse regime político, principalmente no que diz respeito ao processo de sua fundação e na adoção do modelo federalista. Estes dois pontos me direcionam a, inicialmente, discutir a proposta de centralização política de Penna como alternativa para o federalismo. Como veremos mais tarde, segundo o sanitarista, um modelo autoritário seria o caminho mais adequado para a centralização política.

Procurei investigar quais foram as influências de Penna para a sua reflexão política. Em uma perspectiva manheimiana, sabe-se que o indivíduo não pensa de forma isolada, mas integrado a uma pluralidade de agrupamentos, sejam eles em concordância, sobrepostos ou

em conflitos. Segundo Mannheim, uma análise do indivíduo sociologicamente relevante deve levar em consideração seu envolvimento múltiplo com a sociedade e não pode ser separado das suas relações sociais.<sup>466</sup> Este ponto será explorado à medida que analiso como a trajetória de Penna, sua produção intelectual e seus envolvimento múltiplos com a sociedade subsidiaram o seu posicionamento em relação à política brasileira republicana. Inserida nessa leitura leva-se em conta a experiência social brasileira.

Pensando o trabalho de Angela Alonso, a autora pretende compreender o movimento intelectual para além da reconstrução da lógica interna dos textos e pensá-lo a partir do surgimento de processos sociopolíticos.<sup>467</sup> Nesse sentido, entendendo que as formas de pensar são inerentes às práticas e redes sociais, o movimento intelectual somente ganharia inteligibilidade por meio da perspectiva contextual.<sup>468</sup> Desse modo, busco observar o discurso político de Penna em relação à República, ao federalismo, às oligarquias e outros conceitos sendo forjados e modificados na medida em que se desenrolam suas práticas políticas. Por sua vez, ao realizar uma releitura historiográfica do modelo federalista, Cláudia Viscardi propõe uma perspectiva que considere a análise da relação entre os estados-atores com a História Intelectual do Político durante a Primeira República.<sup>469</sup> Esta também foi minha preocupação ao passo que situo a importância dos estados-atores na cena política à qual Penna pertencia.

Nesse sentido, no decorrer do capítulo, procuro entender as interpretações políticas e as leituras de Penna sobre Estado a par dos seus envolvimento políticos com os tenentes, sua prisão no governo Bernardes, sua participação em partidos políticos, sua atuação na “Revolução de 1930” e, finalmente, sua decepção com o governo Vargas. Todas estas experiências norteiam uma crítica ao *status quo* da política brasileira e demarca a sua posição ideológica.

Como sustento durante a tese, um dos principais interlocutores de Penna foi Alberto Torres, presente desde *Saneamento do Brasil*. Enquanto Oswaldo Cruz foi sua referência para a medicina experimental e expandiu sua visão sociológica por meio das viagens científicas,

---

<sup>466</sup> MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 86.

<sup>467</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. op.cit., p. 38.

<sup>468</sup> *Ibidem*.

<sup>469</sup> Para Viscardi, a discussão dos estados-atores diz respeito à força dos estados, por meio do parlamento, como condutores do regime oligárquico. A relação era estabelecida majoritariamente por demandas regionais. Nessa perspectiva: “O termo classe deu lugar às elites, ou a categorias mais fluidas como setores dominantes, grupos oligárquicos entre outros” (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 16). Em paralelo com essa abordagem há uma interpretação ideológica-política dos atores históricos (positivistas, evolucionistas, liberais, conservadores, jacobinos, autoritários e comunistas), como sendo decisiva para se pensar as transformações do período. Assim, convicções ideológicas e/ou culturais guiariam as ações políticas muito mais que os interesses individuais (*Ibidem*., p. 16-17).

Torres foi o mentor dos seus escritos políticos. Ambos foram fundamentais para a sua formação intelectual e do que chamei de “sociólogo por convicção”. Destaco também que Penna foi leitor de Oliveira Vianna e compartilhou algumas de suas interpretações de sociedade integrada a partir da qual chegou à convicção, no decorrer da sua trajetória, sobre a necessidade de um Estado autoritário preocupado com o bem comum acima dos indivíduos. Mais tarde, na década de 1930, Plínio Salgado figurou como outra influência política para Penna. Embora sejam nomes predominantes em sua formação, gostaria de trazer outras referências e filiações, particularmente da geração que se destacaria na crítica social e política da década de 1920.

Um parêntese a ser estabelecido diz respeito ao nivelamento que atribuo a Penna quando articulo suas ideias com a de outros autores. Apesar da minha análise privilegiar Penna, não pretendo sugerir que sua influência fosse semelhante à de um Alberto Torres ou Oliveira Vianna. Para conduzir o seu projeto de consciência sanitária colocou em prática ideias e conceitos influenciados por esses intelectuais. O saneamento de Penna mobilizava e selecionava ideais gerais desses autores e propunha um projeto de saúde pública a ser executado dentro de um governo centralizado. O seu projeto focado na saúde pública era um entre tantas outras propostas nacionalistas-salvacionistas como medida de “solução” para o país. Em sua interpretação de Brasil, Penna elaborou uma grande síntese de país em que o saneamento era a sua principal via de regeneração.

Aqueles pertencentes à geração de críticos do republicanismo não podem ser acomodados em classes profissionais específicas. Era, em sua maioria, um grupo heterogêneo ligado aos setores médios urbanos da Primeira República. O grupo atende por indivíduos politicamente descontentes com os rumos da República, demonstrando profundo sentimento antiliberal e procurando apontar suas falhas e desdobramentos desde a fundação. Pode-se agregar a este grupo Vicente Licínio Cardoso, Antônio Carneiro Leão, Oliveira Vianna, Olavo Bilac, Renato Maurity Jardim (1867-1951), Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892-1979), entre outros. Eram intelectuais que nasceram na vigência da República ou próximo à sua criação. Penna, por sua vez, antecede cronologicamente a maior parte dessa geração se adotarmos como referencial o seu nascimento. O sanitarista brasileiro nasceu em 1868 e entrava na década de 1920 com mais de cinquenta anos de idade.

Propor uma explicação lógica e retilínea para as ações políticas de Penna é um ato infrutífero. Seu nascimento ocorre quando o discurso republicano e liberal encorpava um sentimento de alternativa à Monarquia. Ao mesmo tempo, Penna é filho de uma tradição

imperial representada pela sua família e seu pai, o Barão e Visconde de Carandaí. No que diz respeito à análise documental, a produção de Penna inicia-se, de fato, no momento em que se encontra desiludido com a República. Do mesmo modo, nesta produção, encontram-se as passagens em que afirma ter sido um dos “iludidos pelo novo regime”. Discurso que me leva a crer na sua imersão, ao menos inicialmente, nas convicções republicanas. No entanto, suas críticas ao novo regime vêm acompanhadas de uma memória paradisíaca da Monarquia – uma memória que não tinha a mesma força para outros membros mais jovens da geração crítica à República, ainda quando estes valorizavam a centralização monárquica. Sem esquecer que, durante a década de 1930, Penna vestiu a camisa verde dos integralistas. Portanto, a sua heterogeneidade política somente pode ser analisada quando considerado o contexto do seu discurso político. Em síntese, o sanitarista brasileiro procura adaptar suas ideias a determinadas correntes, sobretudo quando as questões do saneamento, da centralização e da unidade nacional estão relacionadas. Penna negociava as suas ações como homem público com aqueles que se sentavam à mesa das suas convicções, fazendo exigências e concessões – da parte de Penna, estas não eram muitas. Da perspectiva de Alonso, “Os agentes recolhem *seletivamente* elementos deste repertório [político e intelectual coetâneo], conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir estratégias de ação”<sup>470</sup>.

O ponto de intersecção entre Penna e os intelectuais críticos da República pode ser observado na proximidade dos discursos políticos. Viscardi salienta que padrões linguísticos, repetições de vocábulos, figuras de linguagens, entre outras questões, contribuem para notar as relações entre os sujeitos e como era atribuído significado às suas ações.<sup>471</sup> A rejeição à República, ao federalismo, às oligarquias dominantes e ao liberalismo, que se arvora na década de 1920, passou a compor o repertório deste grupo. A razão pela qual realizo as aproximações com tais autores ocorre pelas citações nominais e reprodução de ideais semelhantes presentes no discurso de Penna para fundamentar os seus argumentos.

A fundação da República passou a ser referência para uma mudança discursiva à medida que o novo regime se mostrava avesso ao que fora idealizado pelos republicanos do século XIX.<sup>472</sup> A aglomeração de um discurso contrário ao regime recém-criado, identificando seus problemas e propondo projetos de nação concorrentes, foi compartilhada por diferentes atores históricos desde a Proclamação. A filiação de Penna ao grupo é compreensível posto que suas críticas nascem publicamente no período republicano e sua

<sup>470</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. op.cit., p. 176. [Grifos da autora].

<sup>471</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 20.

<sup>472</sup> *Ibidem*.

atuação como homem público se faz naquele período. Como mencionei anteriormente, Penna se definia como alguém que comprou *a priori* os ideais republicanos, mas que se sentiu desenganado. Era, assim como outros, um desiludido com os rumos da República. Outro ponto importante é que, no seu caso, a crítica a estes rumos era acompanhada de um discurso organicista da sociedade, que constitui um dos principais elementos da retórica de Penna.

Nesse sentido, uma obra de impacto para Penna foi *À margem da História da República* (1924). Organizada em dois volumes por Vicente Licínio Cardoso, conta com textos de Antônio Carneiro Leão, Celso Vieira (1878-1954), Gilberto Amado (1887-1969), Jonathas Serrano (1885-1944), José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho (1893-1935), Tasso da Silveira (1895-1968) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983) – sob o pseudônimo de Tristão de Athayde. A rigor, *À margem da História da República* foi considerada um esforço da intelectualidade da década de 1920 de realizar um balanço crítico da República por meio de análises e propostas para questões políticas, educação, raça e nacionalidade. Há também uma retomada da leitura de um passado histórico nacional para explicar as conjunturas do presente. Como sublinha Potyguar Matos na introdução da segunda edição, esta obra deve ser entendida como basilar para compreender a primeira geração de intelectuais da República, desvencilhada do passado imperial, e gestada nos problemas de um novo regime político.<sup>473</sup> No prefácio, escrito por Vicente Licínio Cardoso, fica claro o peso da geração nascida com a República:

Reunidos, representam, porém, uma geração de homens: a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitude por seus próprios esforços: são, pois, republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias ideias.<sup>474</sup>

Em sua terceira edição, editada pela Universidade de Brasília, em 1981, a introdução de Alberto Venâncio Filho sinaliza a importância da coletânea para a época em que fora lançada. Para ele, a organização é o exemplo de um movimento de intelectuais, com distintas formações, preocupados em examinar os problemas dos países e sugerir projetos de nação.<sup>475</sup> Lúcia Lippi de Oliveira endossa esta interpretação ao definir a coletânea como um momento de reação de intelectuais, fruto de um desejo de transformar a sociedade em seu aspecto

<sup>473</sup> MATOS, Potyguar. Apresentação. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À Margem da História da República*. 2ª Ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990, p. 7.

<sup>474</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 15. O prefácio não é assinado, no entanto, presume-se que tenha sido escrito por Cardoso.

<sup>475</sup> FILHO, Alberto Venâncio. Introdução. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. 3ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.



orgânico.<sup>476</sup> A primeira edição do livro apareceu em 1924, dois anos após a Semana de Arte Moderna e no ano de formação da Coluna Prestes (1925-1927), ou seja, em plena efervescência da renovação cultural e da crítica política da classe dirigente dominante. É, assim como outros movimentos, uma tentativa de reação ao que avaliavam como fracasso do regime em vigor.

Dessa forma, os autores convidados procuravam orientar a sua geração e apresentar soluções. Em “Os deveres das novas gerações”, por exemplo, Antônio Carneiro Leão reclamava que não havia a formação de uma opinião pública, que faltavam partidos e o voto secreto. Para o escritor, a educação desempenhava um papel essencial na construção do país, mas estaria reservada apenas a uma elite burguesa.<sup>477</sup> As novas gerações deveriam “[...] estudar e conhecer a alma nacional, as possibilidades nacionais, as necessidades nacionais, discernindo, na multidão das organizações educativas dos povos mais cultos, os modelos que melhor digam conosco, para a elaboração do Brasil”<sup>478</sup>.

Na concepção de José Antônio Nogueira, no capítulo “O ideal brasileiro desenvolvido na República”, carecia ao Brasil uma “alma coletiva”. Dizia ele que não se tratava de um aspecto de unidade racial ou fixações hereditárias, mas “[...] certa comunhão de sentimentos, de ideias, de crenças e de interesses, não podemos negar que o nosso país não possua ao menos os dados imediatos para a formação dessa realidade psicológica donde resulta a existência de uma verdadeira nacionalidade”<sup>479</sup>. Ampliando a questão, Nogueira procurava desvendar os caminhos para a concretização de uma nacionalidade brasileira e o desenvolvimento de uma “consciência coletiva” adequada para o crescimento do país.

Nessa tentativa de dialogar sobre o Brasil, Vicente Licínio Cardoso comenta em seu prefácio que os autores da coletânea eram leitores de Herbert Spencer (1820-1903), Frédéric Le Play (1806-1882), Karl Marx (1818-1883) e outros. Também é possível observar a forte influência de autores nacionais como Euclides da Cunha e Alberto Torres. No entanto, Cardoso menciona que os autores da coletânea não se consideravam discípulos de Torres, mas descobriram *per si* a importância das ideias de Torres para a sua geração. Em suas palavras, encontraram neste autor “um ascendente espiritual comum”.<sup>480</sup> O comprometimento dessa

<sup>476</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 176.

<sup>477</sup> LEÃO, Antônio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 22.

<sup>478</sup> Ibidem., p. 23.

<sup>479</sup> NOGUEIRA, José Antônio. O ideal brasileiro desenvolvido na República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 78.

<sup>480</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 16.

geração ao seguir Torres estava, entre outros fatores, nas advertências da responsabilidade social dos intelectuais brasileiros para com o país. Torres denunciava que “Os intelectuais brasileiros consideram o preparo que possuem um meio de êxito pessoal, sem o ligar a nenhum dever, a nenhuma responsabilidade de ação e direção social”<sup>481</sup>. A incômoda crítica de Torres, então, mobilizava os intelectuais a formarem correntes de opiniões como forma de sustentáculo para a formação da opinião pública e para o regime representativo.

A inspiração em Torres tornava-se explícita em Carneiro Leão, Gilberto Amado, José Antônio Nogueira, Oliveira Vianna e Tristão de Athayde, para ficamos apenas em alguns autores do livro.<sup>482</sup> No capítulo de Nogueira, o autor trata de uma consciência coletiva para a finalidade da formação da nacionalidade. Adepto da revisão constitucional proposta em 1914 por Torres em *A organização nacional* – mesmo considerando que havia falhas e desequilíbrios por se tratar de novas ideias –, acreditava que ali se encontrava um caminho para as aspirações nacionais do país.<sup>483</sup>

De fato, a influência de Torres passa pelo entendimento da sua proposta de revisão constitucional. Os primeiros parágrafos do prefácio de *A organização nacional* compõem uma crítica à Constituição de 1891 e uma proposta de reforma jurídico-política. Para Torres, “No Brasil há atualmente duas correntes de opinião que legitimamente deveriam arregimentar-se: a dos adeptos da Constituição e a dos revisionistas”<sup>484</sup>. Desiludido com a Constituição, o jurista brasileiro a considerava impraticável no contexto brasileiro. O historiador Adalberto Marson menciona, nos anos 1970, que Torres era, desde a década de 1880, entusiasta de um projeto republicano democrático. Embora houvesse discordâncias em princípios doutrinários, Torres se aproximou de intelectuais do republicanismo como Silva Jardim (1860-1891).<sup>485</sup>

No tocante à sua proposta de revisão constitucional, Marson explica que seu revisionismo caminhava pelo aspecto da educação, da unidade nacional e da moralização:

No fundo, a base desse programa de reforma educacional correspondia a uma decepção com o funcionamento das instituições republicanas, mais particularmente com as atitudes dos grupos dirigentes, resultando na amarga constatação de que a sociedade não obtivera o “progresso” almejado nas lutas pela implantação da República.<sup>486</sup>

<sup>481</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 44.

<sup>482</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan/jun 2005, p. 309.

<sup>483</sup> NOGUEIRA, José Antônio. O ideal brasileiro desenvolvido na República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 80-81.

<sup>484</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. VII.

<sup>485</sup> MARSON, Adalberto. A trajetória de um republicano (Alberto Torres). *Revista de História*, São Paulo, v. 5, n. 103, 1975, p. 503.

<sup>486</sup> *Ibidem.*, p. 512.

O desapontamento com o funcionamento das instituições republicanas, segundo o historiador, passou a crescer entre jornalistas, representantes políticos e intelectuais.<sup>487</sup> Este sentimento aumentou no decorrer do século XX, especialmente pelo processo de crise do liberalismo. Assim, “[...] será justamente a crise da República liberal no Brasil que permitirá a retomada e a revalorização da obra de Torres, por pensadores dos mais diversos”<sup>488</sup>. A revisão constitucional de Torres apresentava uma nova perspectiva jurídico-social brasileira levando em consideração o contexto brasileiro e aspectos pautados na nacionalidade. Mais ainda, demonstrava certos anacronismos e impossibilidades da Constituição de 1891. Portanto, a forma como o jurista brasileiro pensava o Brasil marcaria diversos grupos de intelectuais que o sucederam. O seu biógrafo e discípulo Augusto Sabóia Lima sustentou que o pensamento sociológico de Torres ajudou sua geração a pensar os problemas do Brasil real. Desse modo, a revisão constitucional era uma amostra de que o país precisava de um “programa genuinamente brasileiro”, e não importado de outras nações cujos antecedentes de formação eram diferentes do nosso.<sup>489</sup>

Discípulo de Torres, Oliveira Vianna, no capítulo que lhe coube em *À margem da História da República*, denominado de “O Idealismo da Constituição”, propôs a reflexão sobre o anacronismo da Constituição de 1891 frente ao contexto brasileiro. Reclamava que os ideólogos daquela Constituição, principalmente os republicanos históricos, acreditavam que bastavam as palavras escritas para construir uma nação. Complementava, “Por aquela época, a crença nas virtudes do Liberalismo, do Federalismo e da Democracia era tão profunda como a dos feiticeiros nas virtudes dos seus esconjuros e das suas mandingas [...]”<sup>490</sup>. O texto de Vianna segue a crítica orientadora do prefácio de Torres em *A organização nacional*, segundo a qual a ideologia da Constituinte estava fadada ao fracasso “[...] à medida que fosse acentuando o desacordo entre os seus princípios e as condições mentais e estruturais do nosso povo”<sup>491</sup>. Por esse ângulo, *À margem da História da República* é um indicativo de como as críticas torreanas afloraram nos novos intelectuais nascidos com a República.

No caso de Licínio Cardoso em particular, a influência de Torres era presente não somente neste livro como em sua obra póstuma denominada de *À Margem da História do*

---

<sup>487</sup> Ibidem.

<sup>488</sup> PINHO, Sílvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 20.

<sup>489</sup> LIMA, Augusto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 244-245.

<sup>490</sup> VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 106.

<sup>491</sup> Ibidem., p. 108.

*Brasil*, publicada em 1933. Cardoso procurou contestar a historiografia oficial em vista de uma perspectiva que abrangesse uma melhor interpretação da formação da sociedade brasileira.<sup>492</sup> É nesse sentido que o Rio São Francisco se torna um produto de identidade nacional para o engenheiro brasileiro. Para o sociólogo João Marcelo Maia, a questão da identidade nacional para Cardoso trazia como eixo a terra e o Rio São Francisco: “[...] o exercício do conhecimento sobre a terra é condição para a autoconstrução como Nação, e não para uma reiteração romântica que busque uma base de legitimidade numa comunhão mítica entre Natureza e povo”<sup>493</sup>. A terra, portanto, para além da geografia física: “[...] enfatiza a dimensão inventiva e pragmática da formação nacional, e não a reiteração de uma origem étnica ou cultural perdida”<sup>494</sup>. Aliás, no referido livro, Cardoso considerava Penna e o Instituto de Manguinhos importantes intérpretes do país. Embora avaliasse como duríssimo o julgamento da situação dos sertanejos, era proporcionalmente honesto às condições da população do interior.<sup>495</sup>

A coletânea parece mesmo ter sido uma referência para Penna, que, no ano seguinte à publicação, abordou *À margem da História da República* no texto “A Escola e a República”. Em síntese, realizou um apanhando de citações de autores como Vicente Licínio Cardoso, Renato Maurity Jardim e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda para corroborar algumas de suas posições políticas, notadamente aquelas vinculadas ao fracasso da República e ao presidencialismo. Considerava esses autores como “[...] grandes competentes, dedicados ao estudo dos problemas nacionais”<sup>496</sup> e iniciava com uma referência a Torres, considerado por ele como “O maior de todos”<sup>497</sup>. Mesmo que Penna faça uma seleção de quais argumentos de Torres irá emprestar para montar a sua argumentação, o jurista brasileiro ocupava lugar central para as críticas à República e ao liberalismo. Em vista da crítica à política nacional, mencionava *O Problema Nacional Brasileiro* no que diz respeito à análise da política brasileira como desorganizadora do país. A partir desta concepção de Torres e em diálogo com *À margem da História da República*, Penna explicava porque as oligarquias nacionais eram parte fundamental desse problema. Considerando a coletânea de Vicente Licínio Cardoso um esforço sociológico, procurou dialogar a respeito da inviabilidade da

<sup>492</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. op.cit., p. 58-59.

<sup>493</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. *A “Rússia Americana”*: A terra no pensamento social brasileiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 184.

<sup>494</sup> *Ibidem.*, p. 4. Como argumenta o autor, “[...] terra refere-se a uma cultura material e econômica, própria do desenvolvimento de uma determinada sociedade” (*Ibidem.*, p. 187).

<sup>495</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 17.

<sup>496</sup> PENNA, Belisário. *A Escola e a República*. 1925, p. 1 (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>497</sup> *Ibidem.*

Constituição de 1891 e a descentralização geral do Brasil. Penna se enquadrava em um grupo que se sentia à vontade para uma crítica nacionalista à moral política republicana.<sup>498</sup> A rigor, seu posicionamento contra a casta política sustentava tanto as desaprovações ao regime republicano e ao federalismo, quanto a ausência da nação pensada como um organismo nacional. Nesse sentido, questionava: “Será esse o ideal orgânico dos nossos almejos?”<sup>499</sup>.

Ao pensar sobre a urgência das reformas políticas e sociais, Penna concordava com o argumento de Pontes de Miranda de que a fundação da República encontrou o “[...] antagonismo entre o governante e o governado, o divórcio entre o governo e o povo”<sup>500</sup>. Ancorava sua perspectiva na reflexão de Cardoso ao endossar que a República era inorgânica e sem qualquer traço de construção da nacionalidade.<sup>501</sup> Em resumo, Penna seguia este caminho ao atribuir à República e ao federalismo a ausência de integração nacional e o sentimento de pertencimento à pátria.

No rol de suas referências havia também o educador e político Renato Maurity Jardim no que diz respeito ao sistema republicano como meio de enriquecimento individual: “Há, sim, oligarquias, impunidade, fortunas sabiamente pertencentes ao povo e audazmente desviadas dos cofres públicos”.<sup>502</sup> Entre as leituras de Penna guardadas no seu Fundo Pessoal, há um texto da revista *A Educação*, de autoria de Jardim, denominado “A escola e o Brasil do futuro”. Em síntese, Jardim explicava como os problemas da educação passavam pela questão da administração pública e de uma latente corrupção moral da sociedade.<sup>503</sup> Tese moral que Penna concordava e ressaltava em suas produções como um ponto explicativo para a situação do regime republicano. Em outras palavras, a República nasceu com uma crise político-moral.

### 3.2. “Bons intuitos não bastam”: Uma discussão sobre a República

Não se põe em dúvida a sinceridade de propósitos dos proclamadores e fundadores do novo regime para que ele fosse uma “República”, isto é, um governo oriundo da vontade do povo para o bem do povo; de “Estados Unidos” no esforço comum pela crescente prosperidade do Brasil; dentro da “Ordem”, sem a qual não há “progresso” possível; tendo por fundamento a “Saúde”, fator imprescindível do equilíbrio mental, do trabalho, da produção, riqueza e alegria, elementos sem os quais não pode haver solidariedade e “Fraternidade”.

<sup>498</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco*. op.cit., p. 247.

<sup>499</sup> PENNA, Belisário. *A Escola e a República*. 1925, p. 5. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>500</sup> *Ibidem.*, p. 2.

<sup>501</sup> *Ibidem.*

<sup>502</sup> *Ibidem.*, p. 4.

<sup>503</sup> JARDIM, Renato. *A escola e o Brasil do futuro*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Mas, bons intuitos, apenas, não bastam para atingir os ideais utópicos dos constituintes de 91, e os resultados dos mais de oito lustros desse regime foram inteiramente contrários aos desejos que o instituíram.<sup>504</sup>

Inicialmente, a abolição da escravidão e a passagem do Império para a República devem ser observadas como a origem do problema nacional para Penna. Ao fazer oposição ao regime republicano, ao liberalismo e ao propor modelos de intervenção do Estado na sociedade, Penna se juntava a grupos que compartilhavam pressupostos semelhantes. Como tratei no item anterior, intelectuais como Alberto Torres, Vicente Licínio Cardoso e Oliveira Vianna, ao longo das primeiras décadas do século passado, revelaram suas preocupações com o regime republicano e os efeitos advindos da Constituição de 1891. Estes autores foram também influentes para a formação do pensamento de Penna sobre a sociedade brasileira. Isto não significa que não há divergências. Em relação a Oliveira Vianna, por exemplo, há diferenças em como enxergam a questão racial e a temática do voto secreto.

Posicionar Penna entre os críticos da República significa compreender que suas definições intelectuais e políticas ocorrem quando entra em contato com Manguinhos, a partir de 1904, pois suas viagens ao interior do país foram fundamentais para a profunda desilusão com os efeitos da República. Sua experiência *in loco* foi o diagnóstico da existência de um Brasil corrompido moralmente pelo novo regime. Na condição de médico-viajante, Penna realizou a sua leitura sobre as condições de vida da população brasileira. A construção da imagem de um país fragmentado, desconhecido e desassistido foi o cerne para propor uma reforma social calcada na saúde pública como carro-chefe. A perspectiva social dos problemas do Brasil foi um fator que contribuiu para aproximação com esses intelectuais que percebiam na reforma político-social um ponto de transformação cuja finalidade era a integração nacional.

Ao retornar da viagem ao sul do país em 1914, Penna começou a participar dos debates públicos sobre o Brasil. Suas perspectivas em vista de uma nação saneada e a influência no campo da saúde pública o colocaram como opção recorrente nas gestões da administração pública. A participação política se mostrou como um caminho para a realização de parte das suas expectativas descritas em *Saneamento do Brasil*.

A epígrafe inicial do presente item, referente a um discurso de 1932, resume as esperanças e decepções de Penna em relação à República. Para ele, a República representava o regime com melhor perspectiva para os anseios do país, mas sua aplicação foi anacrônica.

---

<sup>504</sup> PENNA, Belisário. *Bons intuitos não bastam*. 3 de março de 1932, p. 1. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Em *Saneamento do Brasil* fez uma *mea-culpa* por ter depositado, por algum momento, crenças no regime republicano. Entretanto, logo teria percebido sua inviabilidade. Assim, a República brasileira foi gestada por “[...] algumas dezenas de ideólogos bem-intencionados, porém obcecados (*eu fui um deles*), e de alguns elementos militares hipnotizados por demagogos fanáticos, ela nasceu fora de tempo [...]”<sup>505</sup>. Foram as idealizações do sonho republicano que o levaram à frustração, uma vez que a instauração do regime brasileiro foi distinta daquelas executadas em países considerados civilizados. Embora não afirme nominalmente que tipo de ideologia o deixou obcecado ou quem eram os demagogos fanáticos que hipnotizaram os militares, é possível que Penna tenha sido seduzido, em algum momento, pelo discurso positivista. Mais especificamente por acreditar que assim como os militares, havia depositado expectativas demais por ideologias que prometiam um país ordenado e rumo ao progresso. Quando tratou desse período em *Saneamento do Brasil* fez questão de afirmar que a sua preocupação atual era apenas pelo saneamento e não estava atrelada a “doutrinas filosóficas”<sup>506</sup>. Nota-se um profundo ressentimento com essas ideias que, aparentemente, abraçou à época de alteração do regime.

Para Penna, não houve com a República, como clamavam os defensores do republicanismo, soberania popular, organização eleitoral, liberdade, cidadania e igualdade de oportunidades. Em sua concepção de Brasil, a implementação do modelo republicano ocorreu de maneira equivocada, agravou os problemas nacionais e projetou uma nova casta política dominante e parasitária. Isto porque o entendimento dos republicanos acerca da soberania popular era direcionado a um grupo específico composto por homens livres, maiores e alfabetizados.<sup>507</sup>

À época do nascimento de Penna em 1868, o país vivenciava a fase final da Guerra do Paraguai e estava às vésperas da promulgação da lei do Ventre Livre. A próxima década representou uma ofensiva aos desejos de manutenção da Monarquia e do poder moderador. O agravamento das contestações do regime e a necessidade de modernização trazia à tona a contradição entre a Monarquia e as novas transformações estruturais. O ano de 1870 trouxe consigo a publicação do Manifesto Republicano no impresso *A República*, que acentuou uma onda de reação republicana contra o regime vigente.<sup>508</sup> O aprimoramento da imprensa, as estradas de ferro e o telégrafo modificavam cada vez mais as relações políticas e de

<sup>505</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 32. [Grifo meu].

<sup>506</sup> Ibidem., p. 47.

<sup>507</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 110.

<sup>508</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. op.cit., p. 51-65.

sociabilidade. Entre outras, os conflitos intra-elite se tornavam mais dinâmicos e entraram na agenda política nacional em vista da modernização e dos episódios da guerra e escravidão.

Parte dos intelectuais liberais do Brasil oitocentista se apropriou e se inspirou nos ideais de liberdade da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. Como comenta José Murilo de Carvalho acerca de ambos os modelos, preocupações relativas aos indivíduos, grupos, nação e cidadania estavam incrustadas nos ideais de um governo republicano e foram colocadas no centro de entusiasmo para uma República brasileira.<sup>509</sup> Juntamente com o terceiro modelo de República, o positivista, urgia uma reação contra uma monarquia desgastada e considerada ultrapassada frente às civilizações ditas adiantadas. Uma vez que estes três modelos concorriam nas aspirações políticas republicanas, faz-se necessário distingui-los, mesmo que resumidamente.

O tipo francês ou Jacobino era representado por setores da camada média da sociedade composta por jornalistas, estudantes e profissionais liberais imbuídos dos ideais de liberdade e igualdade. Associavam a monarquia brasileira ao *Ancien Regime* e pensavam que a reorganização do Estado passava pela mudança de regime político.

A proposta republicana positivista era apresentada como outro caminho de transformação. O positivismo era entendido como um estágio de superação da Monarquia e a necessidade de um executivo forte para a realização de um projeto de nação. No contexto brasileiro, os militares foram os portadores desse modelo substancialmente atrelado à noção de progresso e de confiança nas ciências. A inspiração comtiana levou seus adeptos a entender a fundação da República como um imperativo para a entrada na “civilização”. O grupo dos militares, com formação técnica diferenciada da elite imperial, compunha lugar de destaque como partidários dessa corrente.

Em meio à disputa filosófica-política de regime, o modelo americano foi o vencedor nos anos que sucederam à Proclamação. A importação teórica estadunidense convergia com o ideal das classes dominantes, sobretudo a dos ex-senhores de escravizados. Entre seus principais aspectos estava a opção pelo federalismo como organização política.<sup>510</sup> A questão do modelo americano será retomada em breve.

Paralelamente a essa discussão havia a ala conservadora, que tinha como objetivo conter as ideias novas, assegurando a manutenção da ordem e sua continuidade, prezando por estratégias para a sobrevivência da Monarquia.<sup>511</sup> Estava em jogo o modelo de pensar e agir

---

<sup>509</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. op.cit., p. 18-19.

<sup>510</sup> *Ibidem.*, p. 24-28.

<sup>511</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. op.cit., p. 79.



conservador, no qual a resistência era fundamental para garantir o menor impacto possível de reformas, trazendo como consequência a descaracterização de um padrão civilizacional do Império.<sup>512</sup>

Embora a *mea-culpa* expressada por Penna confesse que aderiu ao republicanismo em um primeiro momento, em *Saneamento do Brasil* conclui que o país não estava preparado para este regime. Dizia que tanto a Monarquia como a figura de D. Pedro II (1825-1891) como estadista ainda eram as melhores opções. Seu arrependimento na crença dos ideais republicanos era um anteparo para justificar que foi iludido pelas promessas republicanas. As conclusões de Penna sobre o fracasso da República tornaram-se públicas vinte anos após a instauração do regime, de modo que a sua análise é retrospectiva e conhecedora dos acontecimentos posteriores. Por essa razão tenta convencer o seu leitor que parte daqueles que apoiaram o novo regime foram ingênuos ou enganados pelos “bons intuitos” e pela crença em doutrinas estrangeiras. Essa retórica contribuía não somente para a sua própria absolvição, mas a de outros nomes importantes, como o do Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892).

Para ele, os entusiastas do regime acreditavam que a substituição da Monarquia pela República e a descentralização política seriam condições para assegurar os direitos individuais e uma maior liberdade econômica e social. Portanto, a citação inicial deste item revela uma provocação de Penna à utopia dos modelos americano, positivista e francês. Ao trazer os termos “Estados Unidos”, “Ordem” e “Fraternidade”, Penna provocava os ideais que motivavam o republicanismo. Estes exemplares de República representavam os “bons intuitos”, mas não eram suficientes para responder às necessidades do contexto brasileiro.

Nas décadas seguintes à Proclamação, os sonhos da realização de um projeto de garantia dos direitos civis e ampliação dos direitos políticos pareciam ainda mais distantes e utópicos. Como sustenta Alonso, ainda no debate durante a Monarquia, para positivistas abolicionistas, a escravidão era um sistema que deveria ser derrubado, pois impediria o “progresso normal” da economia e a organização do capitalismo.<sup>513</sup> Na perspectiva dos novos liberais, a escravidão restringia a universalidade de direitos, de modo que para universalizar a cidadania civil era preciso romper com a estrutura escravista.<sup>514</sup> Já na República, na década de 1920, Oliveira Vianna dizia que “O grande equívoco dos nossos ‘agitadores liberais’, como homens de doutrina e de ação, teria sido o de ‘conceber a existência de um regime de

---

<sup>512</sup> Ibidem., p. 87.

<sup>513</sup> Ibidem., p. 214.

<sup>514</sup> Ibidem., p. 203.

liberdade política sem a condição preliminar da liberdade civil”<sup>515</sup>. Do ponto de vista das liberdades, o processo de abolição recebeu protagonismo. Os críticos do republicanismo atribuíam um peso significativo à abolição, de modo que o próprio Vianna, em *Evolução do povo brasileiro*, classificava o momento como um golpe que desorganizou o trabalho agrícola. Para ele, “Do sul ao norte do país, e cuja atividade agrícola se apoia exclusivamente sobre o braço negro, sofrem uma desorganização profunda e entram numa fase opressiva e prolongada de agonia econômica”<sup>516</sup>.

Como argumenta Bernardo Ricupero, a discussão de Oliveira Vianna sobre a escravidão estava ligada desde o início à organização do trabalho, uma vez que a extensão do território brasileiro contribuiu para a disciplinarização do trabalho por meio da escravidão. Vianna, ainda, “Acaba, porém, por favorecer a interpretação mais tradicional, atribuindo a escravidão à escassez da mão de obra”<sup>517</sup>. Mas na discussão de Vianna, como lembra Ricupero, a questão do latifúndio era central. Ou seja, a leitura de Vianna sobre a escravidão era atrelada ao momento histórico em que analisa o país:

Se antes, na colônia, identifica [o latifúndio] como principal instrumento para a adaptação do colono português ao ambiente americano, depois da independência, devido à sua maior característica, a autossuficiência, passa a vê-lo como impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional que então se imporia.<sup>518</sup>

Com a fragmentação do poder e a criação de estados autônomos, o poder se concentrou em oligarquias estaduais oriunda dos latifúndios e a população brasileira virou refém de uma nova classe política parasitária em âmbito regional. Os estados-atores entravam como engrenagem participativa do novo desenho político nacional republicano.

Luiz Werneck Vianna argumenta que Oliveira Vianna acreditava que a Monarquia teria imposto institucionalmente e simbolicamente um ideal de coletivo, representada por ela própria. Por outro lado, “[...] a república federativa, com seu liberalismo de doutrina, teria dado livre curso ao individualismo atomizador, ratificando a perversão de nossa estrutura e história”.<sup>519</sup> Por essa razão, concluía-se que o sistema liberal não era adaptável ao contexto brasileiro, havendo a urgência de um novo modelo de Estado se sobressair.

---

<sup>515</sup> VIANNA, 1974b, p. 60 apud VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.* op.cit., p. 181.

<sup>516</sup> VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 121.

<sup>517</sup> RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016. Kindle Version, location 712.

<sup>518</sup> *Ibidem.*, location 757.

<sup>519</sup> VIANNA, 1974b, p. 60 apud VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. A revolução passiva.* op.cit., p. 181.

Na concepção de Penna, a mudança da Monarquia para a República foi falha e imediatista. Seguindo os autores críticos da República, contextualizava: “Assim como foi um crime a escravidão, foi um grave erro a abolição pela maneira como foi realizada, e maior erro ainda o regime político adotado pouco mais de um ano após a abolição”<sup>520</sup>. Nota-se, portanto, a apropriação de uma crítica bastante presente na geração de 1920 de reforma do Estado brasileiro e, em alguns casos, como o de Penna, uma idealização da antiga Monarquia como um regime coletivo. Contudo, como defendia Oliveira Vianna para a expulsão do caudilhismo, um novo Estado centralizado deveria “[...] se atualizar e conduzir o projeto de modernização do país”<sup>521</sup>.

Olhando retrospectivamente a partir da década de 1920, Penna justificava que não havia idealismo no que chamou de “pseudo-republicanismo”. Para ele, houve uma tomada de assalto por uma “empresa de espertalhões”, cujo objetivo estava no controle do país. Assim como nos escritos de Oliveira Vianna concordava que a aristocracia rural teria encontrado no Estado uma nova forma de base econômica, especialmente no controle de cargos públicos administrativos e políticos.<sup>522</sup> Penna procura explicar que a República, embora envolvida em discursos liberais e de direitos individuais, foi corrompida. O discurso *Política de Vermes* foi escrito em 1926 em plena experimentação de atos de veto às liberdades, advindos do governo Epitácio Pessoa e ampliado no governo Artur Bernardes. A essa altura, o republicanismo sofria um enorme desgaste intensificado pelas revoltas tenentistas, acentuando a interpretação de que o regime republicano objetivava apenas manter os privilégios das oligarquias e havia se afastado dos preceitos de liberdades individuais.

Quanto à natureza militar na fundação da República, Penna atribuía pouca importância, classificando-os como “cobiçados” ou “hipnotizados por demagogos”.<sup>523</sup> Avaliava que os militares foram manipulados pela casta política insurgente na República. Subestimar o papel dos militares, colocando-os quase como elementos ingênuos e esporádicos do golpe, fazia parte da crítica à política republicana para responsabilizar aqueles que considerava os verdadeiros culpados. Da mesma forma, é preciso observar que Penna se situa igualmente como um dos que foram “hipnotizados por demagogos”, demonstrando que em algum momento pode ter aderido à versão positivista do republicanismo, ao lado dos

<sup>520</sup> PENNA, Belisário. *Escravidão e Latifúndio*. 1925, p. 1-2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>521</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende. Prefácio. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 20.

<sup>522</sup> PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926, p. 6-7.

<sup>523</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 32;58.

militares. A tese da inocência dos militares no golpe de 1889 foi aumentando no discurso de Penna, ao passo que na década de 1920 se alinhava à defesa dos tenentes. Desse modo, reservava suas críticas à ideologia do republicanismo, ao federalismo e à moralidade da casta política que assumiu o controle do novo regime. Como menciona Lúcia Lippi Oliveira, mesmo nomes como Raul Pompéia (1863-1895), Lopes Trovão (1848-1925) e Silva Jardim, preocupados em replicar um ideário popular na República, foram marginalizados pelos novos atores daquele regime.<sup>524</sup>

O nascimento de uma República corrompida confirmava para Penna a avaliação precipitada feita sobre a Monarquia<sup>525</sup>. Para tanto, buscava na figura de D. Pedro II a justificativa para o sucesso do antigo regime e constituição de uma nação calcada na moralidade. Em primeiro lugar, a imagem do imperador subsidiava as suas críticas em relação ao sistema presidencialista, composto por lideranças sem compromissos com a pátria. Para ele, D. Pedro II era um exemplo de estadista comprometido com a nação e uma antítese da nova classe política republicana:

Os processos de d. Pedro levavam o povo ao respeito mútuo, à ordem, ao aperfeiçoamento moral e à dignidade dos homens.  
[...] Não quer isso dizer que pugnemos pela volta do regime monárquico, planta exótica em solo americano, embora não nos repugnasse tal regime ou mesmo o da ditadura, se tivéssemos absoluta certeza de encontrar um homem com o saber e os predicados morais de um d. Pedro de Alcântara - com ou sem papo de tucano - e servido de energia férrea e de patriotismo puro e destemido, que colocasse a salvação da pátria acima da própria vida, e que, para exemplo da geração atual, e das vindouras, mandasse azorregar na praça pública os réprobos traficantes da honra e da vida da nação.<sup>526</sup>

Este discurso alimentava sua retórica em relação à necessidade do sentimento de patriotismo dos homens públicos. Lúcia Lippi de Oliveira lembra que em momentos de crise, como a Proclamação da República ou no decorrer da Primeira Guerra Mundial, houve um crescimento de um clamor identitário nacional na tentativa de solucionar os problemas do país.<sup>527</sup> A concepção nacionalista de Penna estava inserida no aspecto da luta política no qual classificava os homens públicos de acordo com seu comprometimento com a construção de uma unidade nacional. Embora dialogasse com autores que faziam uma análise mais estrutural dos problemas da República, vinculando-os à estrutura agrária, como Oliveira Vianna,

<sup>524</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 91.

<sup>525</sup> Inclusive moral, pois no aspecto comparativo entre a Monarquia e a República, Penna dizia que antes “Havia o culto da virtude, da honra e da probidade; havia a fé, virtude sublime, que a República timbrou em arrancar da alma ingênua e boa do brasileiro, substituindo-a pelo vácuo em matéria religiosa, e pelo desregramento em assunto de ordem moral” (PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 56).

<sup>526</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 48-49.

<sup>527</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 13.

Belisário Penna costumava traduzir estas análises para o plano moral. A preocupação com a saúde pública, por exemplo, era um predicado para classificar um homem público como patriota. Como demonstrei no capítulo anterior, a postura do presidente Wenceslau Brás somente foi considerada patriótica para Penna na medida em que aceitava o seu projeto de saneamento. A mesma atitude ocorreu em relação a Washington Luís e Getúlio Vargas, quando convidaram Penna para tratar de problemas sanitários em São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente.

A ausência de homens públicos imbuídos de consciência nacional deflagrava o quadro desgastado da República. Por este ponto de vista, Penna passou a considerar até mesmo a ditadura dos militares como modelo pertinente, caso gestasse um estadista com os mesmos recursos morais de D. Pedro II. Ao afirmar que “Quando nos referimos à monarquia, não é ao regime, mas à venerada memória de D. Pedro de Alcântara [...]”<sup>528</sup>, Penna recorria ao saudosismo do imperador para desqualificar moralmente os homens públicos do regime republicano.<sup>529</sup>

Mesmo reconhecendo os problemas da Monarquia, este regime era considerado por Penna como um modelo administrativo se comparado à República. Sua convicção não estava na restauração do antigo regime, mas no aperfeiçoamento do modelo republicano a fim de afastá-lo do liberalismo e da descentralização, considerados um mal para a realidade do país. A República deveria ser um caminho natural de sobreposição da Monarquia, algo que não ocorreu de forma efetiva. Os republicanos reclamavam que o Poder Moderador e o senado vitalício haviam tornado o regime antidemocrático, despótico e incapacitava a representação de outros sujeitos políticos.<sup>530</sup> Razão pela qual a carta de 1891 extinguiu o Poder Moderador e o senado vitalício. O discurso retrospectivo de Penna encontrava-se na direção oposta, pois o Poder Moderador e a centralização política imperial não eram problemas. Sua Monarquia paradisíaca era dividida em duas aristocracias benéficas classificadas como “da inteligência e preparo” e “do dinheiro”. A primeira era representada por políticos, magistrados, classes liberais, militares e altos funcionalismo. A segunda era composta por comerciantes e fazendeiros. Os dois grupos estruturavam a Monarquia em uma época próspera e seguidora de preceitos morais públicos e privados. Em sua opinião, o senado brasileiro preocupava-se em

<sup>528</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 47.

<sup>529</sup> No entanto, como nota Viscardi, à época do Segundo Reinado, D. Pedro II era atacado pela parcela republicana, como pode ser lido no manifesto dos republicanos do Pará (1886). Em oposição ao monarca, consideravam-no um “Cezar Caricato”. Era visto também como um conspirador, servil e realizador de leilões de cargos e títulos (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 51). Portanto, o monarca não era considerado de modo diferente ao que Penna se referia aos estadistas da República.

<sup>530</sup> *Ibidem.*, p. 31.

servir a pátria e era digno de figurar em qualquer outro país europeu. Sob essas condições bastaria mais vinte anos de Monarquia para que o Brasil pudesse se preparar para um regime republicano-federalista.<sup>531</sup> Em síntese, o republicanismo apressado havia abortado o verdadeiro projeto de República do Brasil.

Mediante à análise da República e da Monarquia por parte de Penna, é importante traçar um distanciamento na sua interpretação em relação a um dos seus principais interlocutores, Alberto Torres. Isto porque Torres foi uma figura republicana por excelência e enxergava na Monarquia um excesso de inúteis bacharéis e doutores.<sup>532</sup> Enquanto Penna observava uma sociedade monárquica inteligente e preparada na composição dos seus burocratas, políticos, dotados de uma cultura moral, Torres sequer considerava uma cultura geral existente no país à época. E, ainda, o jurista fluminense não se opunha ao federalismo, mas à desorganização da sua aplicação no Brasil.<sup>533</sup>

A desorganização republicana, na perspectiva de Penna, era advinda da Constituição de 1891, gestada em um momento de insegurança, intranquilidade e sufocamento do pensamento e da crítica. Sem lisura, afirmava que a Constituição tinha o intuito de estabelecer a ditadura da casta política responsável por toda a desordem do país.<sup>534</sup> De outro modo, a classe dirigente propôs o término do antigo regime para assumir o seu lugar de dominação. Para justificar o argumento, Penna rememora os bons tempos da Monarquia em *Saneamento do Brasil* e questiona os brasileiros se eles teriam

[...] esquecido de um Brasil, que, com real e justificado prestígio, se impunha ao respeito de todas as nações, dentre as mais poderosas e cultas do mundo, pela pontualidade na satisfação dos seus compromissos, pelo valor moral, intelectual e de cultivo dos seus *homens do governo, da política, da justiça e da administração, e pela nobre altivez e lealdade com que discutia e dirimia os incidentes internacionais*.<sup>535</sup>

Apesar de enfocar as críticas à República, Penna reconhecia equívocos e precipitações da Monarquia, entre os quais incluía a abolição da escravidão.

<sup>531</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 32-33.

<sup>532</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres*. op.cit., p. 310.

<sup>533</sup> Em vista da discussão do modelo federalista pensado no Brasil, Cláudia Viscardi menciona: “Estabelecia-se, dessa forma, um tipo novo de federalismo, uma criação genuinamente nacional. Em vez de atores privados, corporativamente representados no Parlamento (modelo estadunidense) ou atores coletivos, cuja vontade geral se faria representada no Congresso (modelo francês), conformou-se no Brasil com um federalismo de estados-atores. Esses entes da federação não se limitavam a ser partes de um todo, mas seriam seus próprios atores. Ao invés de indivíduos privados como atores principais no teatro federalista, a ter sua vontade expressa a partir de seus representantes, como previam os republicanos da propaganda, o Parlamento seria palco de disputas entre estados-atores, permanecendo os indivíduos apartados de tais disputas e tendo seus interesses subsumidos às disputas interoligárquicas que dariam o tom mais agudo ao regime. Por si só, tais mecanismos impediriam o acesso das minorias ao poder” (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 122-123).

<sup>534</sup> PENNA, Belisário. *A Escola e a República*. 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>535</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 88. [Grifo meu].

### 3.3. Abolição e desorganização do trabalho

Convencido pelas teses de Alberto Torres sobre a relevância da integração nacional, Penna seguia a orientação de moldar a nação a partir de uma política guiada por uma consciência nacional.<sup>536</sup> A preocupação com o saneamento por parte das administrações públicas estaria ligada ao despertar uma consciência nacional capaz de colocar o Brasil nos trilhos da integração e da unidade. O nacionalismo – mesmo que seu sentido não seja um consenso para os próprios intelectuais da época – deste período é caracterizado pelo enfrentamento daquilo que diagnosticavam como problemas da nação. Pode-se dizer que o sentimento patriótico era, portanto, o combustível para os projetos de nação desses intelectuais e que creditavam à via política uma alternativa para a transformação do país. Outrossim, para compreender a situação atual e apresentar soluções, era urgente uma visão retrospectiva do Brasil para avaliar quais foram os possíveis erros de percurso. Desse modo, além da questão republicana, a abolição ocupou lugar central nas interpretações. Como em outros autores, Penna acreditava que a abolição desorganizou a mão de obra do trabalho e espalhou para o Brasil uma massa errante de pessoas. Abandonadas pelo poder público, tais indivíduos passaram a viver com pouca condição de subsistência e sem preocupações com saúde ou alimentação. Daí porque era importante, percebendo o contexto social, recuperar a população abandonada e resgatar a sua identidade por meio da saúde.

Na interpretação torreana, a abolição, bem como a Independência e a Proclamação da República, estavam ligadas à adesão de doutrinas estrangeiras que não consideravam as feições da sociedade brasileira. Para ele, tais episódios da nossa história “[...] foram frutos desta natureza; todas as nossas reformas trazem, assim, o cunho de concepções doutrinárias, sem o fluído vital de uma inspiração prática, filha do lugar e da ocasião, e sem desenvolvimento ou trabalho de aplicação”<sup>537</sup>. Como sugere Silvia Pinho, a crise do liberalismo demonstrou para Torres que o Brasil necessitava, primordialmente, de soluções nacionais para os problemas nacionais.<sup>538</sup> Ao procurar a resposta pensando o Brasil, além de expor uma face nacionalista, criou uma geração de admiradores que buscaram em suas obras respostas para reformar a nação. O caráter nacionalista de sua produção foi tido como uma

<sup>536</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 123.

<sup>537</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. XXX.

<sup>538</sup> PINHO, Silvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres*. op.cit., p. 3. Skidmore chama atenção para a necessidade de mudança de mentalidade da elite que a proposta de Torres envolvia. Por se tratar de uma *nação nova*, era preciso reconhecer os problemas particulares do Brasil, sem necessariamente recorrer às teses europeias (SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco*. op.cit., p. 181).

atitude “visionária” sobre o Brasil, pois considerava que estudar o país era um sinônimo de patriotismo e a chave para a sua integração. Em outras palavras, é como se Torres tivesse, por meio de suas obras, expressado toda angústia de uma geração que nasceu com a República. O nacionalismo era tanto um anseio pela integração nacional, quanto por soluções políticas próprias e adequadas à realidade nacional.

Torres definia a República da seguinte forma: “A história da política republicana, em seu conjunto e em seus vários interesses, é uma jornada de marchas e contramarchas, de experiências e retrocessos...”<sup>539</sup>. No entanto, sustenta que é possível reformar o país desde que se observe os seus problemas. A crença em que a libertação dos escravizados elevaria o Brasil ao patamar das “civilizações adiantadas” mostrou-se um grande desperdício de energia para Torres: “A abolição fez-se, e a lavoura ficou desorganizada”<sup>540</sup>. As doutrinas hipnotizaram parte dos intelectuais em prol da abolição que, quando finalmente houve a libertação formal dos escravizados, ninguém sabia realmente o que fazer com esse grupo em dispersão.

Assim, para Torres, o liberalismo tocou nas crenças morais da abolição e do republicanismo que foram romantizadas por diferentes setores da sociedade, desde elementos dinásticos a militares. Ao abraçarem essas ideias sem planejamento algum, os políticos e estadistas não sabiam como solucionar os problemas da indenização aos senhores de terras e como proceder para a substituição do trabalho braçal. Para este autor, o sistema grosseiro dos latifúndios e a ausência de educação dos libertos para o trabalho livre desorganizaram de vez o trabalho nacional. Para agravar, a opção pelos imigrantes mostrou-se equivocada, uma vez que ou voltavam à sua terra de origem ou entregavam-se à indolência.<sup>541</sup> Como comenta Marson, Torres acreditava que a opção pelo imigrante como mão de obra substitutiva era “[...] dispendiosa para a economia nacional, inteiramente perigosa para a estabilidade social, e vencia na concorrência para os ‘trabalhadores nacionais’, que seriam mais vantajosos para o Estado”<sup>542</sup>.

Torres expunha a assimetria entre o texto constitucional de 1891 e a realidade nacional. Para ele, os direitos de liberdade, de propriedade e de segurança proclamados não são efetivamente assegurados fora das idealizações. Mais ainda, a Constituição não distinguia ou classificava os direitos individuais que, a princípio, assegurava. Assim sendo, o texto não

---

<sup>539</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 6.

<sup>540</sup> Ibidem., p. XLII.

<sup>541</sup> Ibidem., p. 59-60.

<sup>542</sup> MARSON, Adalberto. *A trajetória de um republicano (Alberto Torres)*. op.cit., p. 510.



garantiu a igualdade dos cidadãos perante a lei e dificultou a inteligibilidade nas decisões entre os tribunais estaduais e federal.<sup>543</sup>

Como expõe Teotônio Simões, Torres acreditava que a abolição favoreceu a migração da população para as cidades em pleno desenvolvimento urbano, principalmente em um momento que o país era dependente de gêneros de primeira necessidade que somente o campo poderia fornecer.<sup>544</sup> Nesse sentido, o Brasil teria se desviado da sua identidade agrária e investido em uma política industrialista, formando um proletariado.<sup>545</sup> A rigor, a preocupação política passou quase que exclusivamente aos centros urbanos, deixando o pequeno proprietário rural e o campo desassistidos.

Há, portanto, duas teses de Torres bastante influentes na leitura de Penna sobre o Brasil: em termos gerais, o consumo de diferentes doutrinas estrangeiras era incompatível à realidade do país; e, mais especificamente, a abolição desorganizou o mundo do trabalho. Para muitos intelectuais, a Monarquia teria se deixado seduzir pelas concepções americanistas e liberais ao pensar o direito individual sem considerar a organização da mão de obra e a economia que, naquele momento, era repleta de incertezas. Para Penna, o regime monárquico errou em ceder às pressões e apoiar a desorganização do trabalho agrícola, condenando milhares de pessoas ao abandono. Defendia que quando a Monarquia foi confiada à princesa imperial e abolição foi consumada sem a organização do trabalho, o resultado acarretou automaticamente no fim daquele regime. A discussão a respeito da desorganização do trabalho está relacionada à tese de Torres de uma “República agrícola”, na qual havia a necessidade da valorização do trabalhador nacional e das áreas rurais, vitimadas de uma consequente “saarização”<sup>546</sup>.

De certo modo, é com este quadro em mente que Penna interpreta o país e traduz suas experiências de viagem pelo interior do país. Como escreveu em 1925, o erro da abolição, responsável por esta desorganização do trabalho, se agravou na República justamente pela desassistência à massa de libertos que povoava o Brasil como errantes, sem assistência médica, abrigo, comida ou moradia. A concepção de liberdade e trabalho assalariado constituiu uma quimera que tornou o trabalhador prejudicado, fraco e improdutivo.<sup>547</sup>

---

<sup>543</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 33-34.

<sup>544</sup> SIMÕES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. [S.l.]: eBookLibris, 2002. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/repensando.html>. Acesso em: 10 dez. 2018, p. 268.

<sup>545</sup> *Ibidem*.

<sup>546</sup> CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento sanitário na Primeira República*. op.cit., p. 198.

<sup>547</sup> PENNA, Belisário. *Escravidão e Latifúndio*. 1925, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

A nova conjuntura da vida pós-abolição para o trabalhador livre e o liberto era para Penna uma nova modalidade de escravidão. No entanto, à época da escravidão formal ainda havia os benefícios da proteção dos senhores.<sup>548</sup> A discussão que relativiza a situação da escravidão no período monárquico pode ser notada também no texto de Antônio Carneiro Leão em *À margem da História da República*. Em “Os deveres das novas gerações brasileiras”, o educador afirmava que “Uma tal organização econômica e social, apesar das suas injustiças, mantinha um certo equilíbrio na vida do país, dando um aspecto de estabilidade, de gravidade e de lisura políticas”<sup>549</sup>. Penna seguia na mesma linha: “Os antigos escravos tinham uma aspiração - a liberdade. Os escravizados de hoje só têm um instinto animal - não morrer de fome”<sup>550</sup>. De modo geral, o escravizado não estava preparado e não estaria educado para viver em liberdade, sobretudo por conta do seu fetichismo religioso e incompreensão de higiene:

Os ex-escravos, na sua crassa ignorância e inconsciência, com uma moral deficientíssima resultante do fetichismo religioso, desconhecendo quaisquer rudimentos de higiene, não podiam ter da liberdade outra impressão do que o direito de não trabalhar, de se alcoolizar à vontade e de morar em cafuná.<sup>551</sup>

Em resumo, a abolição, realizada sem planejamento e guiada apenas por princípios abstratos, resultou na desorganização da agricultura e não preparou o ex-escravo para a liberdade. Este, por sua vez, se viu sem condições de compreender a sua liberdade e se entregou ao álcool, às orgias e à ausência de higiene, por desconhecer sua prática.<sup>552</sup> O projeto

---

<sup>548</sup> Ao sustentar o “mito do senhor bondoso” Penna salientava que o escravizado era bem cuidado e peça importante para a construção do Brasil, seja por conta da sua atuação na Guerra do Paraguai, seja pelo trabalho realizado nas fazendas. No que se refere às condições dos escravizados, Emília Viotti da Costa dedicou o capítulo “O escravo na grande lavoura” para relativizar o tratamento dado pelos senhores. Como reconhece a historiografia atual, a idealização do escravizado fiel ao senhor e do senhor benevolente sobreviveu após a abolição e persistiu por muito tempo na imaginação das gerações seguintes. Esta autora sustenta que a condição de vida dos escravizados era de sobrevivência. A habitação era basicamente de “[...] choças de pau-a-pique, cobertas de folha de palmeira ou de sapé, em geral sem janelas ou então com grades, a lembrar prisões”. Atingiam de 16 a 18 horas de trabalho diário e a taxa de mortalidade era assustadora (COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 271-342). Em sua idealização de país, Penna dizia que esta era uma época em que o custo de vida era barato em razão da exclusividade da lavoura. Além disso, para ele, as casas eram limpas e saudáveis, com relativo conforto e alegria, pois: “Havia finalmente, a exploração da principal e mais segura fonte de produção do país: A Terra” (PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 56).

<sup>549</sup> LEÃO, Antônio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 21.

<sup>550</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, em junho de 1931: A educação rural - o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica*. 1931, p. 4. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>551</sup> *Valorização do homem e da terra*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, a 20 de maio de 1922, na cidade de Campo, a convite da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia. 1922, p. 3.

<sup>552</sup> PENNA, Belisário. *Escravidão e Latifúndio*. 1925, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). É possível encontrar este mesmo argumento em Alberto Torres ao dizer que a abolição fez com que “O negro

de consciência sanitária buscaria reformar esses indivíduos dispersos e desassistidos para que pudessem se reorganizar no trabalho e criar um vínculo de identidade nacional.

### 3.4. A concepção agrarista

O advento da República agravou outro problema relacionado à mão de obra, pois os trabalhadores tornaram-se reféns do latifúndio. Penna comparava o latifúndio brasileiro ao “feudalismo da Idade Média”, sendo responsável pela monocultura, esgotamento do solo e pobreza nacional.<sup>553</sup> Lúcia Lippi Oliveira salienta que, na Primeira República, as principais críticas ao latifúndio caminhavam nesta direção. Ou seja, não havia absorção da mão de obra, esgotava a fertilidade do solo, era lucrativo apenas para uma reduzida parcela da população e impedia a formação da pequena propriedade.<sup>554</sup> Não haveria liberdade completa se o indivíduo não possuísse um pedaço de terra para o cultivo.

Para Alberto Torres, a questão do patriotismo envolvia uma reflexão sobre a terra e sua função nacional. Muito mais que uma posse, a terra era a parte que compunha a nação e, conseqüentemente, pertencente à soberania nacional. Assim, como comenta Oliveira, para Torres a terra era um elemento de solidariedade que organizaria o Brasil. Diferentemente dos Estados Unidos, Torres argumentava que a elite dirigente brasileira não soube perceber as necessidades fundamentais do país.<sup>555</sup> É nesse momento que o latifúndio é criticado pelo jurista brasileiro. Os latifúndios, em sua perspectiva, não eram sinônimo de prosperidade, mas de esgotamento do solo e indevido uso da mão de obra. A solução estaria no incentivo à pequena propriedade, pois permitiria o desenvolvimento de laços de solidariedade e uniria a população dispersa pelo latifúndio.<sup>556</sup> Em outras palavras, o latifúndio representaria o individualismo, enquanto a pequena propriedade, a solidariedade e a integração nacional.

Pensando a extensão do território brasileiro, Torres propunha que a solução estava na formação de um país agrário e não voltado ao industrialismo urbano. Uma vez que houve a desorganização do trabalho, era preciso conquistar a população para a volta ao campo com uma boa estrutura física, saneamento e dispersão agrária entre vilas e cidades do interior.<sup>557</sup> O excerto abaixo apresenta a resposta por meio do agrarismo:

---

sáisse do cativo para o aviltamento, para o alcoolismo, para a miséria [...]” (TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 143).

<sup>553</sup> PENNA, Belisário. *Escravidão e Latifúndio*. 1925, p. 9.

<sup>554</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 124.

<sup>555</sup> *Ibidem.*, p. 123.

<sup>556</sup> *Ibidem.*, p. 124.

<sup>557</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 104.

A terra nos pode suprir tudo de que carecemos para viver. Com a criação das indústrias agrícolas comuns, capazes de produção para o comércio, e com a localização do maior número possível de brasileiros em situação de poderem obter da terra, como se dá nos países mais civilizados, tudo de que pode carecer uma família, solveríamos dois problemas: o de suprir, nas cidades, as populações ocupadas com outras indústrias, dos gêneros indispensáveis à vida ordinária, e o de criar conforto e prosperidade, para grande número de patricios nossos.

Localizar em boas terras famílias brasileiras é o dever elementar de assistência, imposto à sociedade pelo interesse de uma geração que se vai perdendo, na ociosidade ou no parasitismo.<sup>558</sup>

O agrarismo passava a ser uma saída nacionalista diante da condução individualista do Brasil no pós-abolição e no republicanismo, ao priorizar o liberalismo. Para Torres, o aspecto coletivo foi deixado de lado para privilegiar o grande latifúndio e indústrias que mais atraíam capitalistas do que capitais<sup>559</sup>. Caberia ao Estado garantir um maior equilíbrio na economia a fim de alcançar certa justiça.

A leitura de Pinho endossa que o pensamento agrário de Torres estabelece uma crítica à dualidade entre sertão x litoral, Brasil real x Brasil legal. Para a autora, o ruralismo de Torres compreende “[...] sua crítica à cidade que, acompanhado do sempre presente elogio ao campo, configura uma constante oposição campo x cidade”<sup>560</sup>. Ainda, “[...] significando principalmente uma crítica à civilização e aos excessos da modernidade”<sup>561</sup>.

Desse modo, Torres é o formulador de um pensamento agrarista no país.<sup>562</sup> Novamente pensando a questão do latifúndio, Torres aconselhava a criação de “indústrias agrícolas comuns”. As localidades atenderiam uma grande parcela da população para obter terras nas quais seriam desenvolvidas para a produção e para o comércio.<sup>563</sup> A organização do trabalho e do consumo por meio do acesso à terra contribuiria para o sentimento de pertencimento à pátria e, conseqüentemente, atingiria a finalidade da integração nacional. Em *A organização nacional*, o autor cita um longo excerto do premiê da Austrália do Sul, Sir John Alexander Cockburn (1850–1929), na defesa terra para o bem da nacionalidade: “Se o fazendeiro prospera, toda a população prospera também: o médico recebe seus pagamentos, o pastor tem seu salário elevado, e todo o mundo partilha da prosperidade geral. A lavoura é, assim, a parte da população por cujo bem-estar velamos com mais interesse”<sup>564</sup>.

<sup>558</sup> Ibidem., p. 107.

<sup>559</sup> Ibidem., p. XXXVIII.

<sup>560</sup> PINHO, Silvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres*. op.cit., p. 55.

<sup>561</sup> Ibidem.

<sup>562</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 124.

<sup>563</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 109.

<sup>564</sup> Ibidem., p. XXXIII.

O modelo de sociedade apresentado por Torres, como lembra Oliveira, influenciou as gerações seguintes.<sup>565</sup> Belisário Penna não somente concordava com o diagnóstico de que o latifúndio era o grande problema, como propunha soluções inspiradas em Torres. Do seu ponto de vista, o homem rural deveria ser emancipado do latifúndio por meio do retalhamento das terras em 10 a 20 hectares. Estas terras seriam cedidas tanto à população nacional como aos imigrantes por preços razoáveis.<sup>566</sup> As famílias comporiam núcleos agrícolas saneados em que haveria uma casa rústica higienizada para disponibilizar água potável para todos. Além disso, estes lugares deveriam ter escolas diurnas para crianças e noturnas para adultos. Esta era sua fórmula rural para o que considerava o caminho para o progresso.<sup>567</sup> Além de resolver o problema do êxodo urbano e a preocupação com o consumo interno, tal proposta visava diminuir o poder dos grandes fazendeiros sob a população e a política. Em vista do seu projeto de nação, a medida solucionaria o problema do povoamento, integrando o Brasil em grande parte da sua territorialidade e constituindo um organismo homogêneo.

Penna apenas desenvolvia os pontos que Torres recomendava no nono capítulo de *A organização nacional*. Examinando mais detalhadamente a proposta de Penna, percebe-se, assim como em Torres as seguintes preocupações: 1- retalhamento do latifúndio e divisão com a população produtiva, especialmente para trazê-la para o campo; 2- Repensar o papel do imigrante (colono), convencendo-o do seu papel de integração à pátria; 3- Saneamento e higiene, que embora seja uma preocupação fundamental de Penna, já era anunciada por Torres; 4- Educação como elemento fundamental para o progresso; 5- Afastamento da concepção de industrialismo; 6- Quebra da hegemonia política por meio da terra; 7- A integração nacional. Engloba-se nessa análise o papel fundamental do Estado para a execução desse projeto.

Ademais, o desejo de uma República às pressas, repleta de idealizações inspiradas nos Estados Unidos e na França, acarretou na construção de uma nação sem identidade. Para Penna, a abolição, a Constituição de 1891, o federalismo, o liberalismo e a descentralização do poder gestaram um país anacrônico e desorganizado. Ainda em 1932 escrevia que era preciso repensar a República e, se preciso, recuar 43 anos para “[...] reiniciar a vida nacional sob um regime político-unitário”<sup>568</sup>.

<sup>565</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. op.cit., p. 123.

<sup>566</sup> PENNA, Belisário. *Escravidão e Latifúndio*. 1925, p. 7. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>567</sup> *Ibidem.*, p. 7-8.

<sup>568</sup> PENNA, Belisário. *Bons intuitos não bastam*. 3 de março de 1932, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). Àquela altura, em momentos em que se distanciava do governo Vargas, Penna começava a enfatizar que somente um movimento advindo da própria sociedade poderia modificar a situação política. Isto o

Como fazia recorrentemente, Penna avaliava que a questão moral da classe política prejudicava a execução desses projetos salvacionistas. Para ele, o novo regime foi construído por uma “politicalha prostituidora da República”<sup>569</sup>. Insistia que a consciência sanitária resolveria problemas físicos e morais, na medida em que atuasse tanto nas classes subalternas quanto nas direções políticas. Era o que nomeava de *saneamento cívico*.<sup>570</sup> Evidentemente, enquanto homem público e portador da consciência nacional, Penna acreditava estar imune aos interesses desse grupo político. Sua equação de salvação nacional pode ser expressa da seguinte forma: Consciência Sanitária + Nacionalismo + Centralização = Organicidade nacional.

Como constatou ainda em viagem com Neiva, a classe dirigente apenas buscava impostos e dízimos da população interiorana. Este estado de apatia prejudicava os ideais de unidade nacional, haja vista que o distanciamento da política com a população afastaria o sentimento de pertencimento à nação.<sup>571</sup> A ausência de ligação entre poder público e população teria sido agravada pela República e, sobretudo, pelo federalismo. A geração intelectual da qual Penna pertencia foi buscar na Constituição de 1891 e na descentralização causada pelo federalismo a responsabilidade pela falta de organicidade. Ao mesmo tempo, parte dela foi buscar em Alberto Torres o remédio.

### 3.5. A Constituição de 1891: O federalismo e a descentralização indesejável

Assinalada no Manifesto Republicano de 1870, a descentralização proposta pelo modelo federalista foi uma das principais bandeiras dos republicanos décadas antes da Proclamação e da Constituição de 1891.<sup>572</sup> O período em questão correspondeu a uma etapa de duras críticas à tradição imperial, sobretudo ao depositar suas crenças nos ideais de descentralização e na retomada do pensamento liberal proveniente de décadas anteriores.<sup>573</sup> Entre seus principais expoentes, Tavares Bastos (1839-1875) tomava a palavra para denunciar a centralização excessiva do Estado e mostrava-se entusiasmado com o federalismo. Sua

---

levou para o integralismo, movimento que, para ele, surgia como uma alternativa política vigente, da qual estaria desacreditado.

<sup>569</sup> Expressão utilizada por Belisário Penna em: PENNA, Belisário. *As forças armadas e o povo*. Porto Alegre, outubro de 1930, p. 5. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>570</sup> PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926, p. 16.

<sup>571</sup> NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. op.cit., p. 191.

<sup>572</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 24.

<sup>573</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 166.

confiança no municipalismo era a garantia de autonomia e maior participação política da população.

A preponderância das bandeiras liberais nos últimos trinta anos do Oitocentos foi fundamental para uma reforma de caráter federalista e de críticas ao regime saquarema. Como sugere Angela Alonso, a aglutinação de um movimento político-intelectual que ganhou corpo na década de 1870, composto por uma pluralidade teórica de novos liberais, positivistas ou cientificistas, respondia à marginalização sofrida pela dominância imperial por meio de propostas reformistas de nação.<sup>574</sup> As posições do Manifesto de 1870 reforçavam a ideia de marginalização e endossavam o aspecto anacrônico da Monarquia, debatendo a necessidade de uma reforma no regime. Em vista das teses comteanas, darwinistas e spencerianas, o projeto de Brasil aliado ao progresso era interrompido pela manutenção de uma Monarquia com características feudais.<sup>575</sup> Enquanto os Estados Unidos, a França e até mesmo os países da América Ibérica se emancipavam, a política brasileira insistia em um modelo ultrapassado. O movimento de 1870 não pode ser classificado por um pensamento unitário ou guiado por doutrinas fixas, mas por leituras compartilhadas que conduziam um movimento de contestação ao Império cuja marca era o reformismo por excelência.<sup>576</sup> O sentido reformista tem entre suas características a descentralização do regime, seja no aspecto político administrativo ou tributário.<sup>577</sup> Não à toa a demanda por “livres iniciativas” e a abertura de um liberalismo econômico granjeava maior reivindicação. A distribuição do poder para estados-atores e seus representantes anularia o poder central do senado vitalício e extirparia o Poder Moderador.

O 13 de maio e o esgotamento da Monarquia não representaram a unificação das pautas após a fundação da República. Pelo contrário, houve o acirramento das discussões políticas sobre qual modelo político, econômico e social deveria ser implementado no Brasil. Com o fim do período saquarema era preciso responder a seguinte pergunta: O que fazer? A princípio, ocorreu uma série de rearranjos políticos e implementação de reformas. Embora tais pautas reformistas atuassem como contestadoras da Monarquia, não estavam completamente alinhadas aos projetos da geração de 1870.<sup>578</sup> Quero salientar que, se antes o antagonismo se

---

<sup>574</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. op.cit., p. 162.

<sup>575</sup> Alberto Sales argumentava que da perspectiva da “moderna ciência política” não deveria haver privilégio de religiões, mas a manutenção de um lastro de igualdade. Mais ainda, não deveria ser foro do Estado. Nesse sentido o Brasil andava na contramão da história e da ciência ao financiar e exigir profissão de fé para a ocupação de cargos públicos” (Ibidem., p. 235).

<sup>576</sup> Ibidem., p. 244.

<sup>577</sup> Ibidem., p. 247.

<sup>578</sup> Ibidem., p. 325.

voltava para a Monarquia, agora a cisão ocorria na disputa entre federalistas científicos, liberais republicanos e positivistas. Tais disputas não ocorreram sem negociações e arranjos dentro do próprio núcleo republicano.

O tema do federalismo foi na Constituição de 1891 o grande anseio dos grupos políticos oitocentistas, de modo que na letra da lei uma das preocupações estava em resguardar o pacto republicano-federativo. Prova disso é que o sexto artigo da Constituição permitia a intervenção da federação nos estados, em decorrência da quebra do pacto federativo.<sup>579</sup> Isto porque, como aponta Viscardi, havia o desejo em atribuir aos estados uma fatia considerável de poder.<sup>580</sup> Uma vez que o legislativo ocupava um lugar de destaque entre os três poderes da nova República, os estados que mais lucraram na representação congressional foram São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respectivamente.<sup>581</sup> A descentralização administrativa proposta na carta de 1891 fortaleceu as oligarquias estaduais, principalmente a ala dos cafeicultores, bastante ativa no movimento republicano. Em consequência, o federalismo fiscal reorganizou a distribuição de rendas de impostos e beneficiou as unidades cafeicultoras.<sup>582</sup>

Outro ponto importante abordado por Viscardi no texto constitucional é o Artigo 43, que versava sobre a proibição de reeleição à presidência. Além de evitar a perpetuação na cadeira, “[...] o regime precisaria recriar-se, compondo e recompondo alianças intraoligárquicas, em um jogo que, embora não colocasse risco a hegemonia de seus fundadores, conferia fôlego aos porta vozes da dissidência”<sup>583</sup>. No argumento de Viscardi, a Constituição esteve longe dos idealismos e respondeu à cultura política brasileira. Por exemplo, como aponta a historiadora, dispositivos como o estado de sítio e a intervenção nos estados, que haviam sido pensados para usos excepcionais, eram utilizados com certa frequência. Assim, “O federalismo posto em prática resultou na associação entre os princípios constitucionais estabelecidos em 1891 e as culturas políticas constituídas ao longo do período que antecedeu a implementação da República”.<sup>584</sup> Quando recuperamos o discurso da geração

---

<sup>579</sup> Como aponta Viscardi, quanto menor o estado, maior a possibilidade de intervenção sobre ele. Desse modo: “As sucessões estaduais eram ocasiões propícias para as intervenções. Por meio delas, pôde-se controlar o acesso ao poder por parte das diferentes facções, segundo interesses majoritários” (VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 81).

<sup>580</sup> *Ibidem*.

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 80. Para a autora, “[...] exatamente aquelas províncias que tiveram um movimento republicano mais significativo e de lideranças nacionais de maior projeção” (*Ibidem*).

<sup>582</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>583</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>584</sup> *Ibidem*, p. 126.



desiludida com a República nota-se a frustração de uma Constituição que era “doutrinariamente bela, mas fatalmente voltada ao fracasso imediato”<sup>585</sup>.

Na esteira política do novo regime, com a autonomia dos estados e municípios, arquitetou-se um modelo em que as oligarquias regionais assumiram papel decisivo na condução do Brasil. A inspiração na Constituição dos Estados Unidos possibilitou a emergência de uma nova estrutura de poder. Uma das principais facetas do sistema federalista ganhou contornos na conhecida “política dos estados”, sob a chancela do presidente civil Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913), na qual a federação sustentava a autonomia dos coronéis ou oligarcas regionais, enquanto estes, por sua vez, respaldavam o poder central da União. Se os idealistas do federalismo, como Tavares Bastos, acreditavam que os municípios se fortaleceriam e seriam mais autônomos, não foi o que aconteceu. Os estados-atores passaram a asfixiar os municípios que, por seu turno, passaram a orbitar seguindo os seus interesses.

O que se viu foi uma constante troca de favores que lubrificava a engrenagem da manutenção do poder na política nacional. Por meio de dispositivos como o comitê de credenciais, cuja intenção era produzir reconhecimento dos políticos eleitos e, dessa forma, forjar um mecanismo de controle articulado entre o poder central e suas ramificações estaduais e municipais, a política de Sales construiu um novo patamar de relações políticas na República.<sup>586</sup> Por este caminho, os estados assumiram um papel de destaque, principalmente em relação aos municípios.<sup>587</sup>

Viscardi tem contestado a tese corrente na historiografia de que a política reformista de Sales estabilizou o regime republicano. Para ela, a reforma não foi responsável por esta estabilização e sequer houve tal estabilização.<sup>588</sup> Os governos antecessores a Campos Sales, de Floriano Peixoto (1839-1895) e Prudente de Moraes (1841-1902), foram caracterizados por uma intensa relação conflituosa intraelitista. Enquanto presidente da República, a principal preocupação de Sales era com a questão econômica, cambial e dos déficits públicos que agonizavam as contas nacionais. A entrada de Sales em 1898 ocorreu quando os ânimos começavam a ser apaziguados. O movimento de Canudos (1896-1897) havia sido abatido e a ala jacobina dos republicanos estava fragilizada.<sup>589</sup> Como argumenta a autora, o momento

---

<sup>585</sup> VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 105.

<sup>586</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 92.

<sup>587</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 90.

<sup>588</sup> *Ibidem.*, p. 187.

<sup>589</sup> *Ibidem.*, p. 171.

crucial estava na aliança de Campos Sales com as oligarquias dissidentes a fim de sufocar os florianistas radicais. A reforma empreendida pelo político paulista não resolveu os conflitos intraoligárquicos à medida que as chamadas juntas eleitorais continuavam enviando resultados díspares para o congresso.<sup>590</sup> Prova disso estava na relação do número de deputados não reconhecidos por legislatura, compondo 74 degolas, correspondente a 24,58% do total da Primeira República.<sup>591</sup>

Entusiasta do presidencialismo, republicanismo e federalismo, Sales foi essencial para a autonomia das unidades federativas. O protagonismo dos estados-atores na sua gestão conferiu importância não apenas à organização política dos estados, mas privilegiou uma disputa municipalista ferrenha. Isto porque “[...] o controle sobre as eleições se dava muito mais no âmbito dos municípios e estados do que no Parlamento, antes ou depois da reforma de Campos Sales”<sup>592</sup>. Por consequência há o acirramento das disputas em âmbito municipal e estadual.

A rigor, um dos signos da política na Primeira República foi caracterizado por homens poderosos da elite brasileira ocupando cargos públicos e adeptos de um jogo de cartas marcadas com o objetivo de conservar a perpetuação do poder nos domínios do país. Esta estrutura se fortaleceu com o federalismo, uma vez que a engenharia da reciprocidade entre coronéis locais articulados com intermediários e os governos estaduais e federal alimentavam esse esquema político. Nas palavras de Victor Nunes Leal, o coronelismo consistiu em “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”<sup>593</sup>.

Conforme argumenta Leal, a figura do coronel, um sustentáculo do federalismo, ajuda a explicar a complexidade da organização política da Primeira República e os desdobramentos da descentralização. Isto é, a relação entre o líder de uma localidade e sua população supera a relação anterior de puro mandonismo<sup>594</sup> e significa o seu domínio no mundo privado transposto em representação política. O coronel não exerce apenas o poder privado, agora enfraquecido, mas passa a deter o controle da máquina de governo do seu município. Mesmo em estado de subserviência ao chefe local, a população observava-o como um meio para a resolução dos seus problemas cotidianos. Uma das consequências passou a ser a obediência

---

<sup>590</sup> Ibidem., p. 179.

<sup>591</sup> Ibidem., p. 181. Somente superado pelos governos Hermes da Fonseca (30,23%) e Wenceslau Brás (20,93%).

<sup>592</sup> Ibidem., p. 182.

<sup>593</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 20.

<sup>594</sup> Lido na interpretação de José Murilo de Carvalho, “[...] o mandonismo não é um sistema, mas uma característica da política tradicional” (CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. op.cit., p. 133).

política da população ao coronel. Por parte dos líderes locais, além das contrapartidas, havia uma mobilização para levar a massa eleitora a votar. A fórmula corresponde a uma interação entre coronel e população que resultava em voto.

O federalismo engendrou uma forte disputa eleitoral nos municípios. Por este ponto de vista, Viscardi sugere a investigação de uma relação macroestrutural das lutas travadas entre as oligarquias das localidades municipais. A análise das fraudes eleitorais corresponde a uma possibilidade de identificar o grau de acirramento entre situação e oposição ao expressar a dificuldade de manutenção de poder. Portanto, considerar as eleições no contexto coronelista como resultado pré-determinado é desdenhar das clivagens inter-regionais e da competição das lideranças municipais.<sup>595</sup>

A “política dos coronéis” constituiu o resultado direto do federalismo à brasileira e foi uma estrutura de poder que fez com que os críticos da República apontassem a falência moral da classe dirigente, sobretudo por notar o federalismo entrelaçado ao poder municipal, *habitat* do coronel.<sup>596</sup> O coronelismo era filho do federalismo, com o aparato de um maquinário eleitoral responsável pela relação de cooperação entre a política dos governadores e o poder dos coronéis nas localidades.<sup>597</sup> Assim, o coronelismo, predominantemente na zona rural, favoreceu a manutenção do estado de apatia e abandono da população.

É bem verdade que Penna não tinha a exata dimensão da complexidade de uma rede de propagação de poder ligada do coronel municipal ao presidente da República, como será bem desvendada por Leal. A crítica política realizada por Penna era derivada da sua interpretação da falência moral da República. Do meu ponto de vista, parte dos seus ataques ao federalismo e à oligarquização política, que aparece ainda em 1918 em *Saneamento do Brasil*, estava ligada à leitura de Alberto Torres sobre a falência moral da classe dirigente, que dizia:

A base das nossas organizações partidárias é a política local. Sobre a influência dos corrinhos eleitorais das aldeias ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos, mais fracos na representação dos Estados, dependentes dos interesses locais; ténue, no governo da União, subordinado ao arbítrio e capricho dos governadores.<sup>598</sup>

Na sua obra de 1918, Penna criticava o federalismo e a “maldita” Constituição e afirmava que as soluções para tais problemas estavam na revisão constitucional proposta por

---

<sup>595</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos*. op.cit., p. 120.

<sup>596</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. op.cit., p. 103.

<sup>597</sup> Ibidem. p. 253.

<sup>598</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 14.

Torres.<sup>599</sup> As insatisfações com o modelo federalista criaram desconfortos em uma fatia da intelectualidade, inclusive para cientistas como Neiva e Penna. Ao analisar a perspectiva política de diferentes médicos, entre eles Miguel Pereira e Belisário Penna, Lima e Hochman explicam que “O federalismo teria propiciado, na perspectiva de importantes intelectuais do período, a oligarquização da política, consistindo numa solução artificial e incompatível com o que entendiam ser a realidade brasileira”<sup>600</sup>.

O problema federalista para Penna assume duas frentes interligadas. A primeira diz respeito à Constituição de 1891 e os prejuízos do federalismo para o Brasil. A segunda deságua nas consequências para a saúde pública e o projeto nacionalista de integração nacional. Do seu ponto de vista, o federalismo constituía um processo de retalhamento do Brasil e atendia a demanda da “politicalha” que pretendia dominar pela via eleitoral o país:

E assim; o Brasil, dividido em 21 fazendas, tornou-se a grande propriedade de um sindicato politicalheiro. De quatro em quatro anos um feitor nomeado pelo antecessor, com o simulacro de escolha livre pelos servos da gleba, superintende com poderes absolutos os interesses do sindicato e indica os capatazes das fazendas, pessoas de sua inteira confiança, mantidas enquanto servilmente obedientes ao seu despotismo e convenientemente escravizadores dos servos sob seu imediato domínio.<sup>601</sup>

Além de Torres, este tipo de crítica era endossado pelos autores de *À margem da História da República*. Oliveira Vianna dizia que um governo sem opinião pública era fadado a um “[...] governo de facção, logo, governo de clã; logo, mau governo”<sup>602</sup>. Carneiro Leão, considerando também a opinião pública, mencionava que “São os clientes políticos, quase os únicos concorrentes às eleições nacionais”<sup>603</sup>. Ao mesmo tempo em que se alinhava a geração crítica da República, representada, entre outros, pelos autores dessa coletânea, e ao movimento tenentista, as denúncias de caráter mais político-moral ganhavam maior ênfase nos seus textos.

Penna denunciava o federalismo da Constituição de 1891 que na prática resultou na estrutura coronelista de manutenção de poder e na espoliação da terra e do trabalhador rural brasileiro. A adoção de um modelo liberal por parte do Estado provocou a falência do desenvolvimento agrário e do trabalhador nacional. A confecção da Constituição representava

<sup>599</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 8.

<sup>600</sup> LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*. op.cit., p. 25.

<sup>601</sup> PENNA, Belisário. *O Grande Mal*. S/D, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). Segundo as referências do próprio texto, ele teria sido escrito por volta de 1925.

<sup>602</sup> VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 116.

<sup>603</sup> LEÃO, Antônio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 22.

os anseios daqueles ideólogos crentes no sucesso do liberalismo à americana, aspirantes da emancipação econômica nacional e do sucesso civilizatório. Penna considerava tal lógica um equívoco, singularmente porque o país havia sido dominado pelos grandes latifúndios. O argumento do retrocesso representado pela Constituição de 1891 foi observado em *Saneamento do Brasil*. Na convicção de Penna, “A constituição que nos infelicita há 25 anos é temporã, inadaptável, inexequível e inconveniente aos legítimos interesses do Brasil, e tem sido a causa máxima de todas as calamidades que vamos sucumbindo”<sup>604</sup>.

Em suma, se o Manifesto Republicano de 1870 responsabilizava a Monarquia por todos os males da nação, quarenta anos depois, os críticos do republicanism invertiriam a lógica e culpariam a Constituição de 1891 pela decadência do país. Assim sendo, o texto constitucional era, antes de tudo, antinacionalista. Esta é uma das razões pela qual os autores desiludidos com a República foram buscar na revisão constitucional de Torres uma nova proposta de Brasil que se adequasse ao contexto brasileiro e privilegiasse a unidade. Concordavam com Torres que “A nossa lei fundamental não é uma ‘constituição’; é um estatuto doutrinaria, composto de transplantações jurídicas alheias. Seu grande modelo foi a Constituição dos Estados Unidos”<sup>605</sup>.

Para um homem público que se autoproclamava um raro patriota, a integração nacional era a mola propulsora da nacionalidade brasileira, tanto para a identidade como para a soberania nacional. Para Penna, um Estado forte deveria integrar a nação no sentido geográfico, demográfico e simbólico. A Constituição de 1891, em sua visão, implodia o princípio da unidade ao dividir o Brasil em diversos estados autônomos. Diferentemente das províncias do Império, os novos estados não possuíam o anseio motivador da integração e representavam a rejeição do sentimento de nacionalidade. Com os conchavos dos políticos profissionais, a única preocupação estaria no abuso da autonomia e a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes.

Nesse sentido, Penna avaliava que a ausência de sentimento patriótico estava entrelaçada com o federalismo, transformando o país em divisões “bairristas” ou “regionalistas” individualistas. O Brasil não estava sendo pensado enquanto organismo conectado, mas nos interesses particulares de cada estado. Assim, “No Brasil quase não há mais brasileiros. Há paraenses, cearenses, baianos, mineiros, paulistas, etc. [...] vai desaparecendo a solidariedade nacional, graças à licenciosa autonomia”<sup>606</sup>. Como dito

---

<sup>604</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 63.

<sup>605</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 30.

<sup>606</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 92.

anteriormente, a ideia de uma união em vista de uma solidariedade nacional encontrava guarida no argumento de Torres. O que Penna questiona é de que maneira o país atingiria a organicidade se seus estados eram incomunicáveis entre si?

Ao classificar a Constituição como anacrônica, Penna fez referência ao modelo copiado dos Estados Unidos. Este modelo sofria críticas de intelectuais que discordavam da aplicação direta de princípios liberais ao contexto brasileiro, como era o caso de Oliveira Vianna. Como menciona Luiz Werneck Vianna, a conjuntura antiamericanista levou o jurista Oliveira Vianna a rejeitar a Constituição de 1891 e o modelo ideológico vinculado a ela. Para Werneck Vianna, Oliveira Vianna – assim como Penna, acrescento – se encontrava do lado perdedor em relação à Constituição, porque o modelo empregado era o americanista.<sup>607</sup>

A questão americanista é um conceito chave para Werneck Vianna e para sua interpretação de Oliveira Vianna, de modo que não pretendo sugerir que Penna avalie com a mesma complexidade que seu contemporâneo este debate. O problema do americanismo à brasileira, para Werneck Vianna, foi que nossos americanistas não se comprometeram com a democratização do acesso à terra, consequência que dificultava a remoção do iberismo. Terra e trabalho livre eram questões fundamentais para a via americanista.<sup>608</sup> Como menciona o autor:

O americanismo fica com uma ideia sem lugar, quer porque se confronta com uma história e com instituições sociais que lhe são adversas, quer porque seus sujeitos abdicaram diante da história da sua única possibilidade de realização – a revolução democrática, agrária e popular.<sup>609</sup>

Oliveira Vianna seguiu um caminho inverso, pois “Para ele, o estudo da singularidade brasileira tem como raiz as relações sociais aqui estabelecidas, especialmente as prevaletentes no mundo agrário”.<sup>610</sup> A tentativa de reproduzir a *township* americana ou os burgos feudais, era para Vianna, apenas uma importação de uma forma de organização desfigurada da construção político-social brasileira.<sup>611</sup> Tal singularidade, em sua visão, nos levaria a desenvolver uma expressão própria do que queríamos enquanto institucionalidade política.

No Brasil, a preocupação do Estado deveria estar em frear a exploração dos caudilhos. Ou seja, para Oliveira Vianna, o Estado centralizado constituiria a verdadeira forma de

---

<sup>607</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 179-180.

<sup>608</sup> Ibidem., p. 165.

<sup>609</sup> Ibidem., p. 177.

<sup>610</sup> Ibidem., p. 169.

<sup>611</sup> Ibidem., p. 172.

liberdade ao proteger o indivíduo dos caudilhos territoriais.<sup>612</sup> A mudança desse quadro estaria no fortalecimento de um poder central interessado em pensar o país coletivamente.<sup>613</sup>

A questão da democracia liberal deságua na ideia de liberdade civil do cidadão, a qual, para Oliveira Vianna, não havia sido construída. O conceito de cidadão, diferentemente de uma interpretação de um indivíduo como portador de direitos é, para ele, um ponto que envolve a solidariedade e a “subordinação do indivíduo ao grupo” - um grupo nacional em detrimento dos locais ou do egoísmo individual.<sup>614</sup>

Em *O idealismo da Constituição*, o jurista apresenta interpretações sobre o anacronismo entre a Constituição e a sociedade brasileira, salientando que a política nacional deveria ser distinta do modelo importado dos Estados Unidos. Justificava que não havia ainda no país uma consciência por parte da população sobre uma *opinião do pensamento organizado*, como ocorria na Inglaterra. Para Vianna, um dos traços da nossa psicologia social estaria na forma como escolhemos os governantes e lidamos com a política, nunca como impulso superior de civismo ou pensando no benefício da coletividade.<sup>615</sup> Portanto, era inexistente no Brasil uma *opinião do pensamento* de forma organizada como na Inglaterra - *pressure from without* -, por exemplo, porque a população parecia acreditar na onisciência dos seus representantes. E mesmo que os eleitores, majoritariamente da zona rural, viessem a ter consciência dos seus direitos políticos, não havia a possibilidade de execução por estarem reféns do latifundiário.<sup>616</sup>

A opinião pública era um tema importante para compreender a nossa formação nacional tanto para Vianna, quanto para Alberto Torres. Na obra de Torres a questão da opinião pública esteve presente como crítica à nossa formação intelectual e social:

O regime de opinião depende de um certo grau de cultura e de um grau maior de civismo. Possuímos ilustração em escala mais elevada do que civilização. Ao passo que o nosso povo conta uma imensa massa de analfabetos e, sem incluir os indígenas, de indivíduos ainda em estado, material e moral, de selvageria, o número dos intelectuais é avultado e notável a elevação de seu preparo. Mas, no intelectualismo, a forma erudita e ornamental predomina sobre a forma intensa e raciocinante. Saber muito e dizer bem é o ideal cultivado pela maioria dos que estudam; poucos se preocupam com formar uma filosofia prática e ter opinião sobre os problemas.<sup>617</sup>

---

<sup>612</sup> Ibidem., p. 174.

<sup>613</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 70.

<sup>614</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 182-183.

<sup>615</sup> VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. op.cit., p. 50.

<sup>616</sup> Ibidem., p. 65.

<sup>617</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 44.

Parte dos autores de *À margem da História da República* endossava a ausência de opinião pública no Brasil. Além de Oliveira Vianna, para Carneiro Leão, uma das soluções passava pela educação e pela necessidade das novas gerações em estudar o Brasil.<sup>618</sup>

O tema da opinião pública chamava a atenção de Penna desde *Saneamento do Brasil*. Para ele, não havia entre os brasileiros “[...] opinião pública porque quase toda a gente mais ou menos letrada, constituída de cerca de 15% da população total do país, está direta ou indiretamente subordinada aos baixos interesses da politicagem [...]”<sup>619</sup>. Penna ligava a imoralidade política a ausência de educação da população, razão que prejudicava a existência de uma opinião pública.

Embora a consciência de uma opinião pública seja semelhante nos discursos de Penna e Oliveira Vianna, o caminho para atingi-la apresentava distinções. Isto porque Vianna desacreditava no voto como ferramenta para a democracia e como condição para que a população fosse representada. Eleições e votos não eram os únicos meios para alcançar a democracia, mas sim a opinião organizada.<sup>620</sup> Como expõe Werneck Vianna, Oliveira Vianna não acreditava que o sufrágio universal resultasse na criação de um cidadão, pois a cultura histórica do país levava o indivíduo a crer que seus direitos e bens estavam garantidos por aqueles que os amparam, no caso, o caudilho local.<sup>621</sup> Do outro lado, Penna pensava que o voto secreto seria uma das soluções contra o caudilhismo. Era dever das novas gerações políticas, como o Partido da Mocidade e o Partido Democrático - nos quais Penna se envolveu - convencer a população que o voto secreto era uma questão de saneamento cívico e de esclarecimento da opinião pública.<sup>622</sup> Percebe-se, portanto, que Penna subestimava a relação desenvolvida entre as populações locais e o caudilho, uma vez que, para ele, o voto secreto seria um antídoto importante para a emancipação da população. A tese do voto como alternativa para a “verdadeira política” era rechaçada por Vianna ao discutir o próprio manifesto do Partido Democrático. Vianna considerava o voto secreto uma miragem.<sup>623</sup>

O papel da sociedade consciente, para os dois autores, era o da auto-organização e da solidariedade, com ênfase na questão agrária. Contudo, a política vigente não levava em consideração a realidade nacional e a vida coletiva nas tomadas de decisões. Embora

---

<sup>618</sup> LEÃO, Antônio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. op.cit., p. 22-23.

<sup>619</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 72.

<sup>620</sup> VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Terra de Sol, 1927, p. 86-90.

<sup>621</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 173.

<sup>622</sup> PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926, p. 26.

<sup>623</sup> VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. op.cit., p. 112.



existissem diferenças, considero que a questão agrária seja o ponto de encontro entre o pensamento de Vianna e Penna. A despeito de Torres ser uma influência para ambos, como na questão da difusão da propriedade, é preciso notar que em Oliveira Vianna encontramos um pensamento mais sofisticado, inclusive aportado por outros autores como os franceses Frédéric Le Play e Gustave Le Bon (1841-1931).<sup>624</sup>

Penna e Vianna se encontram na crítica à importação de um modelo estrangeiro sem ponderar a sua aplicação à realidade da população.<sup>625</sup> Por este motivo, Vianna interpretou o americanismo à brasileira como um modelo desconectado das necessidades nacionais.<sup>626</sup> O liberalismo adotado no Brasil tornou-se, então, “essencialmente conservador” nos seus efeitos<sup>627</sup>. Na trama nacional, o bem comum esteve em detrimento dos interesses escusos da política dominante. O agravante permanecia na deformidade entre a realidade agrária, escravista, populacional e política em comparação aos Estados Unidos. Os princípios legais da Constituição de 1891 não haviam emancipado o país para um ideal de democracia com a descentralização. Pelo contrário, fortaleceram o poder dos latifundiários. Estes foram argumentos contestadores do modelo americanista adotado no Brasil. A saída era uma reforma completa do regime.

Contudo, existem diferenças sensíveis na finalidade dessa reforma para Vianna e Penna. Em Vianna, o Estado assumiria um papel importante para atingir a cooperação e a paz social. O Estado, então, seria o grande patriarca cuja função era pacificar a nação.<sup>628</sup> Wanderley Guilherme dos Santos explica que Vianna considerava que o “[...] Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal”<sup>629</sup>. Portanto, os erros históricos do liberalismo aplicado no Brasil poderiam ser corrigidos por um Estado que reorganizasse a sociedade.

---

<sup>624</sup> RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. op.cit., Kindle Version, location 596. É preciso mencionar também a influência do Visconde de Uruguai (CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. op.cit., p. 210).

<sup>625</sup> É importante registrar que não estou buscando uma coerência nos textos desses autores. Afinal, como sustenta José Murilo de Carvalho sobre Oliveira Vianna: “Um tema recorrente em sua obra era a acusação de idealismo, de alienação de marginalismo, de ignorância das elites em relação à realidade nacional, era a denúncia da mania de macaquear ideais e instituições estrangeiras. No entanto, quando ele próprio foi chamado a colaborar na formulação e implementação da política social e sindical, copiou abertamente a legislação estrangeira” (CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. op.cit., p. 218).

<sup>626</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 177.

<sup>627</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 99.

<sup>628</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. op.cit., p. 221.

<sup>629</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 93.

Em Penna o liberalismo é rejeitado completamente. Embora afirme que a sociedade brasileira atual é incompatível com esse sistema, em nenhum momento sugere o liberalismo como um desejo a ser alcançado. Sua crença era na necessidade de um estado centralizado que pudesse exercer a tutela social. Esse seria o desfecho e não uma etapa.

### 3.6. Antiliberalismo e o pensamento autoritário

Após discutir as decepções com a República e as consequências do federalismo, pretendo demonstrar a descrença com um dos principais pilares de sustentação e justificativa da República: o liberalismo.

Na análise de Wanderley Guilherme dos Santos, os liberais brasileiros eram seduzidos pelo que nomeou de *fetichismo institucional*, uma crença na qual ao construir um caminho livre para o funcionamento das instituições, isto é, sem o poder centralizador do Estado ou do monarca, o país poderia seguir o caminho liberal de sucesso, à moda dos Estados Unidos, por exemplo. Um pressuposto smithiniano estaria na concepção de um governo distante do mercado, mas ao mesmo tempo fiscalizando qualquer questão que impedisse o seu funcionamento.<sup>630</sup> Na tradição liberal brasileira, os “liberais doutrinários”<sup>631</sup>, na expressão deste autor, eram representados por intelectuais como Tavares Bastos, Assis Brasil (1857-1938) e Rui Barbosa. Acreditavam que a letra da lei seria suficiente para criar uma instituição forte que garantisse as condições de desenvolvimento do liberalismo.

Por outro lado, o liberalismo e a descentralização do Estado eram considerados para os opositores do regime republicano como os principais responsáveis pela desorganização social, política e econômica. Portanto, a inversão desse processo demandaria duas ações verticais. Em primeiro lugar, a centralização, efetuada com maior poder interventivo da União nos estados, no que talvez tenha sido um dos principais consensos entre os críticos à Primeira República. Em muitos casos esta centralização poderia significar também a aplicação de uma ideologia antiliberal, executada na prática pela mão de um Estado autoritário. Penna alimentava ambas as propostas. Como mencionei anteriormente, suas alusões à Monarquia não representavam o desejo do retorno ao regime, pois acreditava que em um determinado momento a própria Monarquia seria superada naturalmente pela República. Sua lembrança à

<sup>630</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 80.

<sup>631</sup> Souza define da seguinte forma os *liberais doutrinários*: “[...] são, portanto, as sucessivas facções de políticos e de analistas que, desde meados do século XIX, sustentaram a crença de que a reforma político-institucional no Brasil, como em qualquer lugar, seguir-se-ia naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas. [...] Assis Brasil e Rui Barbosa podem, talvez, ser considerados como os mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário, nas primeiras décadas da República, com suas crenças inabaláveis de que boas leis criam boas e eficientes instituições, e que boas instituições garantem a qualidade moral do sistema” (Ibidem., p. 97).

Monarquia devia-se à forma de organização centralizada e fortalecida por um Poder Moderador soberano às províncias.

Na interpretação de Oliveira Vianna, a sociedade brasileira apresentava características de clã e um espírito autoritário, dificultando a aplicação de uma doutrina liberal pura. Portanto, “O Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal”<sup>632</sup>. A classificação realizada por Wanderley dos Santos sobre o pensamento autoritário me interessa. Em síntese, os adeptos do que o autor chama de “autoritarismo instrumental”<sup>633</sup> são classificados como aqueles que creem em um Estado forte para a tomada de decisões e alcançar determinadas metas. Eles também acreditavam que o autoritarismo resultaria posteriormente em uma sociedade liberal, podendo ser descartado como orientação após atingir esta finalidade.<sup>634</sup> É pouco provável que Penna pensasse o autoritarismo e a centralização como medida para alcançar uma sociedade liberal. Ao contrário, lhe interessava o pressuposto de centralização e regulação do Estado na vida social. Esta medida fortaleceria a ação de suas propostas saneadoras e moralizantes. A forma como enxergava D. Pedro II e o paternalismo estatal demonstra, a meu ver, uma profunda crença de que a sociedade somente prosperaria se fosse tutelada por um Estado centralizador e vigilante.

É importante sublinhar as particularidades do pensamento autoritário de Penna para evitar enquadrá-lo em esquemas pré-definidos. Os modelos sugeridos por Santos e por Bolívar Lamounier permitem estabelecer um pano de fundo para melhor compreensão das singularidades do pensamento de Penna e para propor comparações com outros autores. Tendo em mente a complexidade desse debate, este tipo de exercício contribui para melhor posicionar as suas ideias, sejam as discordâncias ou as concordâncias.

Além da ausência de pensar um ponto de chegada liberal como prerrogativa do autoritarismo instrumental, Penna também não fazia coro ao industrialismo. Pelo contrário, sua fiel concepção ao agrarismo e a alternativa da lavoura o colocava no movimento contrário aos anseios da industrialização. O ponto de partida econômico para a sociedade brasileira não

<sup>632</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 93.

<sup>633</sup> Bolívar Lamounier critica a noção de “autoritarismo instrumental”. Segundo Ricupero, para Lamounier “[...] com base num objetivo impreciso – a ‘ordem burguesa’ -, ela apenas incorporaria ‘a auto imagem do próprio pensamento autoritário’, que continuaria uma tradição intelectual brasileira, defensora de que ‘os tecnointelectuais alojados no aparelho de Estado’, grupo que *Os donos do poder* chama de estamento burocrático, ‘constituem uma elite especialíssima, movida por intentos altruístas, por uma visão de grandes horizontes e uma incomparável objetividade. Assim, além do ‘fetichismo institucional’ dos liberais, discutido por Santos, haveria o ‘objetivismo tecnocrático’, praticado por conservadores, pensadores autoritários e pelo próprio autor de *Ordem burguesa e liberalismo político*” (RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. op.cit., Kindle Version, location 401). [Grifos do autor].

<sup>634</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 103.

deveria ser a indústria, mas o campo. Era por meio da agricultura que o Brasil assentaria as bases para uma possível industrialização. A formação do pensamento autoritário de Penna passa por uma seleção de argumentos tanto de Oliveira Vianna como de Alberto Torres. À medida que a regulação da sociedade pelo Estado era uma necessidade, a questão agrária para a organização social era igualmente uma exigência.

O autoritarismo é por definição um regime político preocupado com o controle das liberdades dos sujeitos, uma vez que a imprevisibilidade é uma característica do ser humano.<sup>635</sup> Essa definição de Wanderley dos Santos é desenvolvida por meio da concepção de que o Estado autoritário define por lei punitiva o que antes era escolha individual. O sistema de coerção torna-se prática comum no autoritarismo em vista do controle da imprevisibilidade.<sup>636</sup> Na perspectiva de Penna, este controle era necessário porque o excesso de liberdade prejudicava o projeto de saneamento, cuja intervenção na vida pública e privada era uma exigência. O consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, aparece como demonstrativo do modo pelo qual o autor pensava a necessidade de um método coercitivo por parte do aparato Estatal. Como sustentei no capítulo anterior, Penna considerava o álcool como propagador de doenças e um dos responsáveis pela degeneração da raça. Desse modo, procurou controlar o consumo tanto por meio de taxas e multas financeiras, além de restringir o horário de uso da bebida. Era função do Estado se antecipar contra o “perigo social” – as liberdades dos sujeitos – que prejudicava a ordem coletiva. De maneira mais ampla, Penna avaliava:

Assim foi com a importação do negro e o trabalho escravo; com a desorganização desse trabalho, sem o cuidado prévio de substituí-lo por outra organização que impedisse o desbarato da lavoura; com o regime inadequado, *por excessivamente liberal para o nosso meio atrasadíssimo*, e finalmente *com a política desbragadamente protecionista, para implantação extemporânea de indústrias artificiais e desenvolvimento do urbanismo, num país de imenso território, escassa e esparsamente povoado, ainda no período pastoril e agrícola*, por que passaram todos os demais, que procuramos imitar fora de tempo e de propósito.<sup>637</sup>

Neste quadro está sintetizado o problema liberal para Penna. A busca pela imitação de um modelo constitucional estrangeiro e anacrônico<sup>638</sup> de liberalismo desorganizou a lavoura e

---

<sup>635</sup> Ibidem., p. 122.

<sup>636</sup> Ibidem., p. 123-124.

<sup>637</sup> PENNA, Belisário. *Clama! Clama! Ne Cesses! Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.441, 31 de março de 1932, p. 4. [Grifos meus].

<sup>638</sup> Para Penna, o país não poderia conceber uma estrutura política liberal enquanto sua população fosse ceifada pela fome, analfabetismo, alcoolismo e doenças. De modo que considera o término precoce da Monarquia como um agravamento dessas condições. Para ele, inexistia no Brasil traços históricos de uma sociedade liberal, ou seja, era incoerente haver um Estado de concepção liberal. Ao passo que os países denominados de “alta cultura”

a mão de obra. Ao invés de buscar uma solução para a sua reorganização, o governo preferiu investir em indústrias, deixando a questão agrária à deriva. Este cenário era agravado com a questão moral dos homens públicos que teriam sequestrado o Brasil da população.<sup>639</sup> Assim, uma população abandonada e ignorante precisaria de uma tutela para ser conduzida. Os diagnósticos são semelhantes aos de Torres, bem como as soluções. Torres pensava o governo centralizado como uma fortaleza para cumprir seu papel de agente desenvolvedor dos indivíduos e coordenador da sociedade.<sup>640</sup> O trecho a seguir, do jurista fluminense, resolve a questão para Penna:

Ao Estado cumpre igualar as possibilidades e os meios de trabalho e de propriedade. Só depois desta obra de regeneração de instituições, costumes, tradições e tendências, contrários ao desenvolvimento espontâneo de todas as capacidades pessoais e favoráveis à formação de relações desiguais, se poderá decidir se o individualismo exprime um ideal, nas relações do homem com a sociedade.<sup>641</sup>

A transformação desse cenário ocorreria por meio de um Estado tutelar, que estabeleceria tanto os cuidados com a saúde pública quanto se comprometeria com uma reforma moral dos indivíduos. O Estado autoritário desejado por Penna, além da centralização política, regularia a economia e controlaria a sociedade em vista de uma ordem social, principalmente na saúde pública. Se estava comprovada a ineficácia da *mão invisível* para o sucesso do liberalismo brasileiro, era preciso reorientar as direções a partir da *mão visível do Estado*.

Se a maioria dos problemas do país decorria das escolhas erradas da classe dirigente, quais seriam as soluções preconizadas por Penna para reverter este quadro histórico? A pergunta sugere um posicionamento contrário àquele de caráter liberal e adepto da descentralização. Nesse sentido, o sanitarista brasileiro permanecia na fileira dos intelectuais defensores do Estado enquanto participante e regulador da vida social. O papel do poder público era o de afastar as barreiras em vista do florescimento de uma autêntica sociedade brasileira.<sup>642</sup> A linha de raciocínio é construída por meio do entendimento de que o indivíduo faz parte de um organismo social e cabe ao Estado a sua organização. Ao Estado, o organismo social deve obediência e disciplina. A consciência da obediência e disciplina é alimentada pelo sentimento de pertencimento à nação. O autoritarismo passava a ser uma crença para

---

como os Estados Unidos e a Inglaterra eram condicionados à adoção do liberalismo, no Brasil não havia essa possibilidade.

<sup>639</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 78.

<sup>640</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. op.cit., p. 158.

<sup>641</sup> *Ibidem.*, p. 244.

<sup>642</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 53.

uma nação integrada, uma vez que “É próprio do autoritarismo regular extensamente o cotidiano dos cidadãos”<sup>643</sup>. Em vista da nacionalidade a ser buscada, o aspecto comunitário da sociedade tornava-se uma exigência. Um Estado centralizado, como nos mostra Cristina Fonseca ao visitar as interpretações dos autoritários, “[...] seria o principal ator na transformação de nossa dinâmica política. Este estado deveria atuar sobre os órgãos federativos de modo a neutralizar a interferência dos poderes locais constituídos”<sup>644</sup>. Isto é, o aspecto moral, importantíssimo para Penna, estava nessa concepção de reforma do Estado.<sup>645</sup>

A “Era do Saneamento”, prognosticada por Penna, consistia na mudança de diálogo entre União e os estados. O modelo interventor contribuiria para a integração nacional, em oposição ao bairrismo que resultava o federalismo. O intervencionismo da União criaria um sentimento de unidade e conexão entre os estados. Não à toa cada parceria firmada entre estados e o Departamento Nacional de Saúde Pública era comemorada por Penna como uma vitória da consciência sanitária e da integração nacional. A metáfora utilizada por Penna para definir o papel do Estado na intervenção nacional oferece amostras do sentido tutelar: “A União deveria ser a argola a que se achassem presas as vinte chaves dos edifícios que constituem a nação - os Estados; - deveria ser a superintendente, a tutora, e a responsável pela administração desses edifícios com as suas terras e habitantes”<sup>646</sup>.

Dando um passo adiante, tal crença levou Penna a considerar o Estado autoritário como caminho para o antiliberalismo e para o fortalecimento do poder público. A perspectiva de Bolívar Lamounier sobre a formação autoritária na Primeira República oferece a dimensão do pensamento político comprometido com “[...] um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade”<sup>647</sup>. O cientista político conceituou essa reflexão como *ideologia de Estado*.<sup>648</sup>

Enquanto definição dos intelectuais pertencentes a este grupo, Lamounier caracterizava-os como sujeitos em busca pela escalada no poder burocrático, sentimento altruísta, nacionalismo e instrumentalização científico-sociológica na crítica ao constitucionalismo

<sup>643</sup> Ibidem., p. 122.

<sup>644</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 72.

<sup>645</sup> Penna permaneceu nessa convicção durante a década de 1930: “A sociedade é um organismo, como o do homem, que exige sinergia de trabalho dos seus aparelhos e constante vigilância dos seus órgãos para funcionar com regularidade e proveito” (PENNA, Belisário. *A educação Rural: o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica*. Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, junho de 1931, p. 19).

<sup>646</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 91.

<sup>647</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 384.

<sup>648</sup> Uma vez que não pretendo aprofundar sobre os embates historiográficos em torno desses termos, embora tal discussão também seja importante, recomendo o primeiro capítulo de: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. op.cit.

formal.<sup>649</sup> Ademais, esta é uma matriz ideológica que se opõe, segundo o autor, à concepção de mercado.<sup>650</sup> *A mão visível do Estado*, para Penna, domesticava o mercado e desamarrava ideologicamente a compreensão do liberalismo como projeto econômico-social de nação.

Aliás, não acredito que exista um tipo único de autoritarismo capaz de integrar todo pensamento político dos intelectuais da Primeira República. A fisiologia de uma *ideologia de Estado* como modelo totalizante para identificar teóricos do autoritarismo da Primeira República não pode ser assumida como matriz incontestável de análise, especialmente em relação a Penna. Wanderley dos Santos, nos acalorados debates historiográficos com Lamounier nos anos de 1970, criticava a confusão conceitual da *ideologia de Estado*, entendendo como imprecisa e determinista.<sup>651</sup>

No entanto, no contexto desta tese, penso ser razoável debater o modelo de *ideologia de Estado*. Lamounier esquematiza sua tese com base no pensamento de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, intelectuais ligados ao pensamento autoritário da Primeira República. Para o cientista político, o primeiro item, que caracteriza a *ideologia de Estado* é o *Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de mercado*, definido como a defesa de uma ideologia estatal sobrepondo uma ideologia de mercado. O repúdio ao liberalismo por parte dos autoritários levava-os a partilhar da subordinação do mercado ao Estado, seu natural domesticador.

O segundo item, a *visão orgânico-corporativa da sociedade*, anuncia a formação de uma sociedade de pequenos produtores, na qual a interpretação de Alberto Torres é a referência. Trata-se do foco agrário acima do banco e da indústria. Se para muitos ideólogos do Estado a expansão do industrialismo era central para o desenvolvimento econômico do país, para outros esta não era a solução. A rigor, a discussão permeia a “organização” de uma nação que ainda não existia. Aqui também são enquadradas as compreensões de Gilberto Amado, Oliveira Vianna e Torres.<sup>652</sup> O Estado impulsionaria a almejada organização social.

O *objetivismo tecnocrático* oferece uma crítica ao modelo republicano, bem como uma aproximação a Oliveira Vianna. Seria, por assim dizer, a substituição de uma política ilusória para uma forjada na “realidade nacional” e sabedora dos “reais” problemas nacionais. Os

---

<sup>649</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 384.

<sup>650</sup> *Ibidem.*, p. 385.

<sup>651</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 32-33. Lamounier considerou a definição de Ordem Burguesa de Santos uma “camisa de força” (LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 386).

<sup>652</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 390-391.

diferentes “Brasis” eram colocados frente a frente. Oliveira Vianna se apropria do conceito de engenharia social durkheimiana para operar um novo sentido de diagnóstico da sociedade brasileira e do rompimento de antigos preceitos viciados da política nacional.<sup>653</sup> As Ciências Sociais são convidadas ao debate e legitimam cientificamente uma estrutura autoritária. Em suma, escreve Lamounier sobre os autoritários:

A construção de modelos institucionais não constitui, a rigor, neste sentido, exercício de imaginação política, mas sim aplicação de capacidade técnico-científica. A tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à socioterapia tecnocrática.<sup>654</sup>

A *visão paternalista-autoritária do conflito social* é outra característica que, segundo Lamounier, define os autoritários. Enquanto o mercado percebe o conflito social como constituinte das relações sociais, a *ideologia de Estado* prevê a supressão dos conflitos. Segundo o autor, em vista do diagnóstico da Primeira República, a sociedade brasileira era como uma panela de pressão, ou seja, inofensiva e controlável desde que manipulada com precaução. Por um viés histórico nacional, o país era apresentado como uma sociedade de constantes conflitos sociais. O papel do Estado estaria na mediação entre o Individual *versus* o Coletivo. De quem é a responsabilidade da normatização e tutela social? De que modo o conflito social não prejudicaria uma construção unitária de nação? Caberia ao Estado a responsabilidade pela tomada de ações para o controle do indivíduo em prol da comunidade. Tal ordem pode ser exposta no sentido da autoridade do Estado sobre interesses regionais ou locais, visto que o Estado teria o poder de intervenção específica a fim de garantir a harmonização nacional.

Muito do que Penna escreve parece se encaixar perfeitamente no quadro arquitetado por Lamounier para compreender o pensamento autoritário da Primeira República. Em *Saneamento do Brasil*, explica:

Somos partidários decidido da intervenção do Estado nas questões de higiene, indissolivelmente ligadas a todos os problemas de ordem econômica, política e social.

Não compreendemos autonomias estaduais e municipais em matéria de saúde pública, quando a nação deve ser constituída da solidariedade, da união e da uniformidade de vistas dos Estados, e estes da união e solidariedade dos municípios.

Nesse assunto não pode, nem deve haver simples interesse regional ou local, porque ele é nacional, devendo haver uma só orientação e uma só ação,

---

<sup>653</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. op.cit., p. 170.

<sup>654</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 393.



embora auxiliada pelos estados e municípios, que participarem dos benefícios.<sup>655</sup>

Ao colocar a saúde pública como tema central, Penna não concebe a intervenção do Estado como uma ameaça ao indivíduo, mas ao contrário, era uma ação que o protegia. Essa face protetora garantiria a sobrevivência da sociedade pensada no sentido coletivo e de solidariedade frente aos interesses escusos da politicalha e, em especial, no esforço em domesticar o interesse privado, direcionando-o para o bem público. As elites oligárquicas, consideradas moralmente corrompidas, voltam ao cerne da análise como responsáveis pela desordem social. A ação centralizadora teria o efeito de controlar as elites locais e privilegiar a ordem em contraposição à liberdade e aos interesses privatistas.<sup>656</sup>

Penna, enquanto “sociólogo por convicção”, parte da compreensão do quadro do país “real” para explicar o seu atraso e a ausência de cuidados com a população desassistida pelo poder público. Este pressuposto forja o sentimento de uma política nacional desacreditada, eivada de egoísmos e afastada do seu comprometimento com o Brasil “real”. Vale lembrar que as interpretações sociológicas elaboradas por Penna, ainda que muitas vezes fossem apresentadas em uma linguagem moralizante, estavam calcadas nas análises de Alberto Torres e Oliveira Vianna, não por coincidência dois dos autores mobilizados na discussão teórica de Lamounier. Além disso, Penna também se alinhou e foi politicamente fiel a Francisco Campos durante a sua estadia no Governo Vargas, outro autor trabalhado por Lamounier.

Embora o modelo de *ideologia de Estado* desenvolvido por Lamounier aparentemente esteja se ajustando ao pensamento autoritário de Penna, não há um encaixe perfeito. Penna desenvolveu uma relação recorrente com as instituições partidárias, de modo que seu envolvimento com Partido da Mocidade e o Partido Democrático não permite enquadrá-lo fielmente na perspectiva da *não-organização da “sociedade civil”* e da *não-mobilização*, característica atribuída por Lamounier aos autoritários. Enquanto Oliveira Vianna questionava os partidos por gravitarem em torno de programas e não de pessoas<sup>657</sup>, Penna acreditou na eficácia do discurso da organização partidária e da mobilização das massas quando orquestradas por líderes “verdadeiramente patriotas”. Esta é a razão pela qual se envolveu com partidos antes e depois do golpe de 1930.

Vejam os com mais vagar a relação de Penna com os partidos políticos. Embora envolvido em poucas atividades partidárias, Penna aproximou-se do Partido da Mocidade e do

<sup>655</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 167-168.

<sup>656</sup> BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 247.

<sup>657</sup> VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. op.cit., p. 115-116.

Partido Democrático em meados da década de 1920. Em especial, afinado com as políticas de ordem conservadora dos partidos. Em 26 de fevereiro de 1926, em entrevista ao *Diário da Noite*, expunha: “O meu apelo está sendo atendido nesta grande terra paulista, com a fundação de dois partidos, o da Mocidade e Democrático, cujos programas contém os mesmos ideais orgânicos, o do saneamento físico, moral e político do Brasil”<sup>658</sup>.

No que se refere ao Partido da Mocidade (1925), Penna foi seduzido por sua agenda de regeneração da moralidade cívica, sociedade conservadora, aplicação da higiene, combate ao alcoolismo e voto secreto. Também atuou como conferencista e apoiou publicamente o partido em impressos periódicos desde a sua fundação. Considerava satisfatória a mobilização da juventude brasileira ao despertar para os problemas nacionais e reivindicar uma posição política.<sup>659</sup>

Mesmo acreditando ser o Estado um ordenador da sociedade, Penna não desconsiderava o poder de organização dos seus membros. Aliás, a discussão de um povo saudável fisicamente e moralmente qualificava o brasileiro a pensar enquanto coletividade, inclusive politicamente. Em outras palavras, bastaria o despertar de uma consciência nacional para mobilizar as massas rumo ao seu destino. Para este fim, inicialmente, era preciso recuperá-las do imobilismo, ainda que o primeiro passo coubesse às classes dirigentes. Por este motivo seu discurso era pautado no despertar de uma “consciência nacional”, sendo necessário libertar o brasileiro da “anarquia mental”. Em *Política de Vermes* clamava para os moços de São Paulo tomarem para si a tarefa “grandiosa, humanitária e patriótica” do saneamento físico e moral do Brasil.<sup>660</sup>

Sua participação, inclusive, envolvia trocas de correspondências com a cúpula do partido. Em seu arquivo pessoal duas cartas sobressaem em relação à comunicação. A primeira à cúpula de membros do conselho diretor do Partido da Mocidade, em 4 de novembro de 1925, composta por Eurico Branco Ribeiro (1902-1978), Moacyr Amaral Santos (1902-1983), Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves (1897-1927). A segunda, de 16 de novembro de 1925, dirigida a Plínio Gomes de Mello (1900-1993), fundador e financiador da *Revista Mocidade*<sup>661</sup>, que se amparava em uma vertente nacionalista.<sup>662</sup>

<sup>658</sup> Entrevista de Belisário Penna para o *Diário da Noite*. São Paulo, 23 de outubro de 1926.

<sup>659</sup> PENNA, Belisário. ACORDA MOCIDADE. *Folha da Manhã*. São Paulo, 16 de novembro de 1925.

<sup>660</sup> PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926, p. 17.

<sup>661</sup> Entre os publicistas estavam: Oliveira Vianna, Graça Aranha (1868-1931), Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Vicente Licínio Cardoso, Dario Veloso (1869-1937) (filósofo no Paraná), Ângela Guido, Plínio Salgado, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo (1894-1974) e João Ribeiro (1860-1934). Depoimento de Plínio

Nas duas correspondências<sup>663</sup>, Penna expunha sua visão para os integrantes do Partido da Mocidade e pontuava as aproximações entre suas convicções e as propostas do partido, reafirmando seu discurso político sanitarista e preocupado com a questão moral e agrária do país. Com relação à política nacional, mantinha o argumento de que era preciso repensar o poder político brasileiro, sobretudo na contenção das farsas eleitorais e os problemas acarretados pelo federalismo. Em síntese, dizia:

Bastará ao Partido da Mocidade criar a mentalidade antipoliticalheira, pela repulsa manifesta, em grande escala, aos politicalhões, politicalheiros e politicalhotes, para prestar ao Brasil serviço inestimável e sem igual. Esse seria o ponto de partida de todas as reformas de moralização do regime, inclusive o voto secreto, que só será burlado, entre nós, depois de isolados os caftens da nação, atualmente senhores absolutos de todos os elementos de compressão e de corrupção, de que usam e abusam criminosamente.<sup>664</sup>

Entendo que a aproximação com Plínio de Mello e o Partido da Mocidade deu-se tanto pelo aspecto conservador quanto pela compreensão de nação, que seguia a geração crítica da República da década de 1920. Assim como Penna, Mello seguia as bases das propostas de Alberto Torres e se orientava nas discussões nacionais de Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso.<sup>665</sup>

Embora não tenha disputado o pleito eleitoral, o Partido da Mocidade assumia um papel de transformação do poder político brasileiro a partir de um setor da burguesia paulista insatisfeito com a situação. Sua anexação ao Partido Democrático compreende a junção de

de Mello a Maria Eugenia Boaventura. <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

<sup>662</sup> Plínio de Mello, a partir de 1926, passa a simpatizar com o comunismo e parte para uma guinada à esquerda.

<sup>663</sup> Carta de Belisário Penna a Plínio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC); Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>664</sup> Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925, p. 7. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>665</sup> Em depoimento, Plínio de Mello explica sua orientação naquele período: “O nacionalismo decorria das circunstâncias da época que procurava demonstrar que a realidade brasileira não poderia se circunscrever àquele ufanismo nacionalista predominante em certos círculos políticos. Devia-se encarar nossos problemas com mais objetividade de modo que se pudesse contrapor à política dominante, uma política mais eficiente com realizações capazes de atender às necessidades do povo brasileiro. Por isto é que Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso e o próprio Alberto Torres vinham fazendo críticas severas ao idealismo da antiga constituição, sem correspondência prática na vida política. Pensava-se em formar um grupo de jovens intelectuais que pudessem promover, - inicialmente, uma campanha pelo voto secreto, e pela participação na vida social e política brasileira. E sobretudo, pregavam o serviço civil obrigatório em substituição ao serviço militar. Por exemplo, o estudante, durante o curso, nas férias e mesmo depois de formado, deveria participar da vida social brasileira, através de excursões pelo interior, no sentido de observar e conhecer as condições de vida das populações do interior do país” (Depoimento de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. Cf.: <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 13 de dezembro de 2017).

forças na segunda metade da década de 1920 frente à oligarquia dominante, especialmente a rural.

Para Carone, o Partido Democrático corresponde à união de uma série de dissidências na classe dominante paulista, não mais respondendo unicamente ao Partido Republicano Paulista. As diversas cisões da elite paulista desde a década de 1890 se intensificaram com a criação de movimentos cívicos no século XX como a Liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional, compostos por membros das oligarquias, como Assis Brasil e Júlio de Mesquita Filho (1892-1969).<sup>666</sup> Na década de 1920, aparecem com maior força contestadora a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade - ambos seriam incorporados ao PD, em 1926 -, na qual o voto secreto desempenhava papel relevante como meio de transformação legal. O surgimento do Partido Democrático significou a oposição e ao mesmo tempo a continuidade do Partido Republicano Paulista.<sup>667</sup> Representado, entre outros, por Antônio Conselheiro Prado (1840-1929), o partido acreditava no processo eleitoral como alternativa para a execução de um poder considerado democrático.

O Partido Democrático aliançou com as classes médias de São Paulo e com grupos descontentes do setor agrário.<sup>668</sup> Embora a pauta do PD congregue o voto secreto, a fiscalização dos resultados eleitorais – devido à manipulação eleitoral das oligarquias rurais – e a modernização por meio de reformas do ensino, a classe operária ficou à margem de representação no partido. Isto porque sua representatividade almejava uma parcela da classe dominante e não a totalidade dos trabalhadores. O caráter reformador do partido insere-se na reestruturação do pacto oligárquico e não na sua destituição.<sup>669</sup> Posteriormente, em 1932 o PD iniciou uma aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP), criando a “Chapa Única por São Paulo”, na qual elegeu 17 dos 22 deputados.<sup>670</sup>

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, o PD prometia uma remodelação dos costumes políticos, principalmente diante do descrédito da oligarquia dominante. O partido se colocava como uma renovação política e moralizadora, embora utilizasse de práticas que combatia, como o voto de cabresto. Em síntese, “O Partido Democrático colocava-se exatamente como

---

<sup>666</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. op.cit., p. 398.

<sup>667</sup> Ibidem., p. 399.

<sup>668</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 55.

<sup>669</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 91-92.

<sup>670</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 16.

alternativa intermediária: reformar-se, sem alterações substantivas, a ordem burguesa”.<sup>671</sup> Além da moralização, o PD anunciava sua frustração com a República e prometia recolocar o país no “caminho da virtude”<sup>672</sup>.

De fato, esta agenda se aproximava do que propugnava Penna, que adotava a métrica do voto secreto, medidas de moralização de ordem política e social e uma reforma republicana. Além disso, ponto que considero fundamental é sua predisposição pela ascensão de uma nova elite política - dotada de uma “consciência nacional” - no poder, contestadora da elite que a precedia e afirmadora da vertente no nacionalista sulcada nas críticas dos intelectuais à República fundada em 1889.

Do ponto de vista dos partidos, a figura de Penna era bem-vinda. Após sua prisão no governo Bernardes, bem como sua retórica pública nacionalista, Penna era um “garoto propaganda” relevante para campanhas partidárias que erguiam a bandeira do nacionalismo e da moralidade. Como anotei em capítulos anteriores, seus admiradores o consideravam um exemplo de homem público comprometido com o país, sem interesse na política de carreira e crítico do *status quo* da política dominante republicana. Um discurso que o próprio Penna ressaltava, mesmo estando imerso nas administrações públicas e em pleno diálogo com essa política.

Seu lugar mais efetivo como candidato de um partido, contudo, ocorreu no Partido Democrático do Distrito Federal, provavelmente fundado em 1927<sup>673</sup>. O nome de Penna aparece em um cartaz do Partido Democrático do Distrito Federal como candidato à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Mais uma evidência da sua confiança nas instituições partidárias. Ao seu lado estavam Adolpho Bergamini (1886-1945), Raul Leitão da Cunha, Astolpho Vieira de Rezende (1870-1946), Luiz Carlos de Araújo Pereira, Arthur Cumplido Sant’Anna, Targino Ribeiro, Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida, Justo Rangel Mendes de Moraes (1883-1968) e Domingos José da Silva Cunha.<sup>674</sup> Raul Leitão da Cunha foi o único eleito entre os candidatos.

Minha hipótese é que, após ter saído do governo Vargas, Penna tenha sido seduzido por seu antigo amigo e uma das lideranças do partido, o também médico e sanitarista Leitão

<sup>671</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 117, 1984, p. 80.

<sup>672</sup> *Ibidem.*, p. 73.

<sup>673</sup> Na página 456 de *Os Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (RJ)* há a menção do programa do Partido Democrático do Distrito Federal em 17 de maio de 1927. A ocorrência mais antiga que encontrei a respeito do Partido Democrático do Distrito Federal em impressos periódicos foi em: *O JORNAL*. Partido Democrático do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927, p. 10.

<sup>674</sup> Manifesto do Partido Democrático ao Povo Carioca. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

da Cunha, para figurar como candidato à Constituinte. Em 1934, após diversas comissões, o Partido Democrático do Distrito Federal se funde com o Partido Economista do Brasil.<sup>675</sup> A essa altura Penna estava afastado da movimentação partidária e da vida pública.

A partir da relação entre Penna e os partidos, sugiro que sua perspectiva de partido era semelhante à lógica das Ligas – tal como a Liga Pró-Saneamento do Brasil – que buscava mais mobilizar a sociedade em prol de uma causa, com viés moralizante, do que uma dinâmica de partido político propriamente dito, quando organizações partidárias movidas por causas e interesses específicos e parciais são orientadas para a aquisição do poder.<sup>676</sup> Evidentemente, o apoio de Penna aos partidos ou líderes dependia de como estes compactuavam com o seu projeto de nação. Não raramente percebia em figuras políticas ícones salvacionistas e viabilizadores da sua ideologia político-sanitária. Foi assim com Wencesláu Brás, Washington Luís, Getúlio Vargas e Plínio Salgado.

Por sua vez, Penna estava alinhado ao *elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política*, outra característica dos autoritários segundo Lamounier. Para mudar o *status quo* das oligarquias latifundiárias e despertar a consciência nacional era preciso uma ruptura brusca com o sistema vigente e seu liberalismo malsão. Nesse sentido, o fortalecimento do Estado e o uso de um aparato instrumental cerceador e persuasivo era imperativo para o alcance das idealizações. Esta foi uma das razões pela qual Penna passou a apoiar o movimento tenentista na década de 1920. Mais ainda quando se juntou aos revoltosos de outubro de 1930. Havia um consenso ideológico para estes intelectuais de que o Estado forte era o caminho para atingir o objetivo de um centro político.<sup>677</sup>

Mesmo não considerando adotar a *ideologia de Estado* como molde definitivo para a construção de um Estado autoritário, a discussão permite situar de que modo intelectuais na Primeira República desenvolveram o pensamento autoritário maturado institucionalmente na década de 1930, momento no qual um setor da elite do país tomava de assalto a política nacional e rompia com a República liberal oligárquica, na expressão de Maria Efigênia Resende.<sup>678</sup> Ao mesmo tempo, penso a *ideologia de Estado* como uma fórmula genérica da construção de um pensamento autoritário no entreguerras.

---

<sup>675</sup> *Jornal do Brasil*. A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934, p. 8.

<sup>676</sup> Cf.: WEBER, Max. “Class, status, party”. In: \_\_\_\_\_. *From Max Weber: Essays in Sociology*. London and New York: Routledge, 2009, p. 194-195.

<sup>677</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 404.

<sup>678</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. op.cit., p. 89-120.

A impossibilidade de enquadrar Penna nos tópicos da *não-organização da “sociedade civil”* e da *não-mobilização* política não é apenas incompatível com o modelo de *ideologia de Estado*, mas significa a peculiaridade da construção do seu pensamento. Isto porque Penna jamais abandonou a crença de que a população era uma ferramenta para a mudança social no Brasil, ainda que em geral dirigisse um olhar elitista para as massas. Sua tentativa em centralizar a nação e eleger um Estado tutelar possuía uma razão emancipatória da própria sociedade, ainda que não em direção ao liberalismo. Sendo assim, tendo em mente essa discussão, Penna pode ser tomado como um pensador autoritário.

Todavia, sua discordância com o governo Vargas o fez desembarcar ainda na metade do Governo Provisório que ajudou a edificar. Concomitantemente foi seduzido por ideias integralistas em que a mobilização, a figura do grande líder, a moralização, a vigilância, o conservadorismo e o discurso integracionista pareciam mais efetivas. Penna mantinha suas convicções autoritárias, mas invertia a lógica de ação política ao migrar do projeto de Vargas para o integralismo de Plínio Salgado, como discutirei com mais vagar no capítulo seguinte.

### **3.7. A desilusão com o projeto político de Vargas**

Tratei no segundo capítulo sobre a atuação de Penna como homem público no Governo Provisório, sobretudo no tocante à sua atuação na saúde pública. Doravante, para compreender mais de perto sua desilusão, procuro discutir aspectos políticos da sua participação no governo Vargas.

Ao assumir a direção do DNSP, substituindo Clementino Fraga (1880-1971), realizou poucas alterações no pessoal do departamento, optando por organizar administrativamente e economicamente. Inicialmente montou um grupo de confiança composto pelo Dr. Accacio Pires, diretor dos Serviços Sanitários; Dr. Samuel Uchôa, diretor do Saneamento Rural; Dr. João Pedro de Albuquerque (1874-1934), diretor da Defesa Sanitária Marítima; Dr. Phoncio Serpa, Secretário Geral; Dr. Gustavo Lessa, assistente do diretor geral; Dr. Heitor Pedro de Faria, secretário do saneamento rural. *A Gazeta* contestava o fato de não haver demissões em massa no DNSP. Segundo o periódico, era um equívoco manter a antiga equipe de seu antecessor, uma vez que atuavam como desafetos disfarçados, articulando contra o sucesso da sua gestão.<sup>679</sup>

---

<sup>679</sup> *A Gazeta*. Um homem de boa-fé: O Sr. Belisário Penna acabará sofrendo as consequências de sua generosidade. São Paulo, Ano XXV, n. 7465, 30 de dezembro de 1930, p. 1.

No entanto, a baixa condição orçamentária do seu departamento no novo governo o obrigou a reestruturá-lo. Entre as suas ações de contenção de gastos recolheu dezenas de automóveis e caminhões usados como transporte do pessoal do departamento à garagem. No que diz respeito aos funcionários, entre as demissões de mensalistas e contratados acabou demitindo o filho do antigo diretor Clementino Fraga. A situação gerou um mal-estar com o antigo diretor do DNSP. Em carta endereçada a Penna, Fraga criticava a demissão e considerava uma tentativa de provocação. Penna respondia que a demissão havia sido ao acaso e não intencional. Em sua defesa dizia não saber que Fraga tinha um filho homem e funcionário do departamento. Em contrapartida, justificava a manutenção de seu genro no cargo, mesmo com redução salarial, e que havia impedido a transferência do seu cunhado à Bahia. Finalizava da seguinte forma: “Ninguém, no Departamento, ouviu de mim uma palavra de crítica ou de censura à sua administração, antes faço ressaltar sempre, ali e junto ao Ministro as boas obras realizadas”<sup>680</sup>. A prática de alocar familiares e amigos em cargos do departamento parecia ser algo usual, haja vista que Penna também seria acusado dessa prática.

Durante os anos à frente do departamento sua frustração na condição de homem público apenas aumentou. O golpe de 1930 não solucionou as disputas das oligarquias e nem representou a hegemonia de uma burguesia industrial. O rearranjo político nacional do novo governo não trouxe o Brasil idealizado por Penna. Em síntese, Monteiro Lobato relembra em carta a Renato Kehl a decepção de Penna com os efeitos do movimento de 1930:

Como vai o Dr. Belisário? Lembro-me dele sempre, como o homem que deve ter sofrido a maior decepção deste país. Aquele fogo, aquele ardor sagrado, aquele ímpeto reformador que ele tinha! Que magnífico! Mas a Revolução veio demonstrar-lhe que país que torto nasce, não endireita nem a pau. Quanto mais penso no Brasil, mais me convenço da sabedoria do Maneco Lopes, aquele barbadinho. A receita dele para concertar é a única que me parece eficaz. Sabes qual é? Um terremoto de 15 dias, para afofar a terra; uma chuva de... adubo humano de outros 15 dias, para adubá-la. E começa tudo de novo.  
Perfeito, não?<sup>681</sup>

Se Penna atribuía ao governo Vargas uma nova organização política nacional e a concretização imediata de seu projeto de nação saneada, o resultado foi a decepção. Os primeiros anos do Governo Provisório foram de intensas negociações com a antiga oligarquia e os novos setores empresariais. As facções regionais não deixaram de fazer exigências para tentar manter a influência e dominância nos estados. A gestão de Penna no DNSP foi prejudicada pelas excessivas restrições orçamentárias e impedimentos por parte do governo

<sup>680</sup> Carta de Belisário Penna a Clementino Fraga. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1931, p. 1.

<sup>681</sup> Carta de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, 14 de abril de 1936.



para iniciar um projeto centralizado de grande envergadura. Penna observava a aplicação do seu projeto de nação cada vez mais distante. No interior do Governo Provisório observou, além da ascensão de Gustavo Capanema, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, a incorporação e influência de atores políticos como Olegário Maciel e Artur Bernardes, agentes políticos que passaram a interferir cada vez mais nas decisões do novo governo. Assim, acordos políticos feitos antes da tomada do poder, como as divisões ministeriais entre os estados, foram reavaliados. Com a posse de Vargas, o diplomata e político mineiro Afrânio de Melo Franco (1870-1943) foi empossado do Ministério do Exterior. Artur Bernardes e Olegário Maciel reagiram afirmando o descompromisso com a escolha, exigindo a nomeação dos advogados e políticos Mário Brant (1876-1968) e Francisco Campos. Tal pressão fez com que Vargas empossasse o primeiro na presidência do Banco do Brasil e o segundo no Ministério da Educação e Saúde Pública.<sup>682</sup> A marginalização de parte da oligarquia paulista não representou o fim das negociatas políticas, apenas reorientou novos e antigos atores no tabuleiro da política brasileira.

Penna também presenciou as disputas políticas no interior do Ministério da Educação e Saúde Pública. A demissão de Francisco Campos do MESP, em setembro de 1931, ocorreu por meio de uma queda de braço entre Olegário Maciel e Oswaldo Aranha, ambos disputando poder e influência em Minas Gerais. Mais tarde, presenciou a indicação de Washington Pires como manobra estratégica da política mineira para dominar a pasta. A posse de Pires foi acompanhada de divergências administrativas com Penna, especialmente no caráter da autonomia do DNSP. Penna acusava Pires de que a sua reforma tinha a intenção de criar cargos administrativos para os acordos partidários.<sup>683</sup>

A denúncia pública feita em entrevista ao *Jornal do Brasil* expõe o descrédito e o desânimo com o governo pós-golpe. Embora negasse na entrevista os rumores de que o DNSP tivesse autonomia reduzida com a entrada do novo ministro, afirmava que a saúde pública era um bem coletivo e não deveria ser refém da influência política. Penna sugeria que deveria haver um Ministério da Saúde Pública gerido por um técnico em Saúde Pública, alheio à política e com acesso direto a Getúlio Vargas. Isso evitaria, segundo Penna, palpites de

---

<sup>682</sup> CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974, p. 285.

<sup>683</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 122.

pessoas com interesses políticos e desprovidas de competência técnica<sup>684</sup>. Em resposta direta sobre a burocratização e a restrição de autonomia do DNSP mencionava:

Quando houver semelhante criminoso intenção, confio plenamente no patriotismo e na clarividência do eminente Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo, que impediria o clamoroso atentado contra a obra de estadista, a mais bela, sem dúvida, que se tem realizado, para grandeza do Brasil, e que defenderei com ardor patriótico enquanto me restar algum alento, enquanto não me esfriar no coração o amor que devoto com monumentos da sabedoria patrícia.<sup>685</sup>

A tentativa de pressionar o governo publicamente não provocou efeitos. Dias após a entrevista, Penna solicitou exoneração e desembarcou do Governo Provisório. Roberval Cordeiro de Farias, Inspetor de Fiscalização do Exercício da Medicina e Sinval Augusto Lins, Diretor do Hospital S. Sebastião, colocaram seus cargos à disposição em solidariedade.<sup>686</sup> Os constantes pedidos de exoneração constituíam estratégias comuns durante a trajetória de Penna para preservar sua imagem. Quando acuado ou contrariado politicamente, optava por sair de cena e abandonar o cargo. Era uma forma de manter o seu discurso de comprometimento com a pátria, não apegado a cargos públicos e fiel ao seu projeto de nação.

A saída de Penna da direção do DNSP gerou insatisfação também em setores da imprensa. O jornal *Correio da Manhã*, na semana seguinte à sua saída, indagava os rumos do governo Vargas que havia prometido com a Revolução a regeneração nacional, mas aparentava ter optado pelas antigas práticas políticas. Alegava que a saída de Penna foi uma escolha política ao invés da tradição e da competência profissional que caracterizava o sanitarista brasileiro. A motivação de Penna pela exoneração, considerava o jornal, ainda não havia sido esclarecida verdadeiramente. Sendo assim, salientava que a substituição deveria ser por outro técnico experiente como Gustavo Lessa, João de Barros Barreto (1890-1956) ou Raul de Almeida Magalhães – que acabou sendo o indicado.<sup>687</sup> A mesma linha seguia o carioca *Diário de Notícias* ao perceber a demora do Governo Provisório em indicar um substituto para Penna. Em tom de crítica mencionava que “Não se tratando de um cargo político, parece-nos que se não justifica o abandono de mais um posto de tão alta reponsabilidade ao regime da interinidade inoperante”<sup>688</sup>.

<sup>684</sup> PENNA, Belisário. Defendendo a autonomia do D.N. da Saúde Pública: Seu diretor, Dr. Belisário Penna, solta o primeiro brado de alarme contra o atentado que parece estar sendo preparado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano XLII, n. 268, 10 de novembro de 1932, p. 6.

<sup>685</sup> *Ibidem*.

<sup>686</sup> Carta de Roberval Cordeiro de Farias a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1932. Carta de Sinval Augusto Lins a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1932.

<sup>687</sup> *Correio da Manhã*. A diretoria de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano XXXII, n. 11.648, 25 de novembro de 1932, p. 4.

<sup>688</sup> *Diário de Notícias*. Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano III, n. 894, 7 de dezembro de 1932, p. 3.

Embora a imagem construída de nacionalista gerasse bastante comoção e apoio, Penna não foi uma unanimidade como homem público. Parte da imprensa e setores da sociedade faziam oposição à sua gestão. O episódio da discordância do decreto de exames por média, em sua breve passagem como ministro interino do Ministério de Educação e Saúde Pública, entre setembro a dezembro de 1931, gerou protestos de uma parcela dos estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre e do Colégio D. Pedro II, que exigia a aplicação da medida. Além do descontentamento dos estudantes com a inflexibilidade de Penna, o interventor do Rio Grande do Sul à época, José Antônio Flores da Cunha (1880-1959), revelou publicamente seu aborrecimento com a posição de Penna e aderiu à greve promovida pelos estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre.<sup>689</sup> O próprio ministro Oswaldo Aranha se colocou favorável a medida, isolando cada vez mais a decisão de Penna. Vargas referendou as posições de Oswaldo Aranha e Flores da Cunha. Penna foi vencido politicamente na matéria e pediu dispensa do cargo de ministro interino, substituído por Francisco Campos. Disponível no Fundo Belisário Penna é possível encontrar algumas caricaturas em impressos satirizando a sua saída por conta das médias.

*A Batalha* foi um periódico crítico à gestão e a moralidade de Penna no DNSP. No período pós-1930, à medida que o conflito entre governo vigente e os grupos mineiros se acentuava, o jornal partiu para uma ferrenha oposição. Nesse momento, o impresso pertencia a grupos bernardistas, razão pela qual é possível compreender a oposição ao governo Vargas e a gestão de Penna.<sup>690</sup>

Entre as denúncias, acusavam Penna de aumento de impostos para o fósforo e de ser o responsável por desorganizar os serviços de febre amarela no Rio de Janeiro. Um dos ataques mais expressivos foi classificar, ironicamente, Penna como um “líder feminista”. O jornal protestava que acadêmicos de medicina, que atuavam como vacinadores, foram substituídos por dezoito moças denominadas guardiãs. Destacava o impresso: “Até a velhice respeitável do Dr. Belisário Penna foi contaminada pela intermitente feminista [...]”<sup>691</sup>. No dia seguinte, outra matéria insinuava que as moças eram suas protegidas e carentes de competência para a

---

<sup>689</sup> *O JORNAL*. A greve dos acadêmicos de direito do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 4004, 24 de novembro de 1931.

<sup>690</sup> FGV - Fundação Getúlio Vargas. *Verbetes Primeira República: A Batalha*. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em jan. 2017, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BATALHA,%20A.pdf>.

<sup>691</sup> *A Batalha*. O feminismo na Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 659, 24 de fevereiro de 1932, p. 2.

vacinação.<sup>692</sup> Evidentemente não havia feminismo na reforma de Penna. A ironia estava nas insinuações de nepotismo e apadrinhamento que marcaram as suas gestões.

A questão do apadrinhamento foi motivo de ataques realizados por *O Jornal*, impresso comandado por Assis Chateaubriand (1892-1968). Dessa vez as acusações giravam em torno do paternalismo existente no interior do DNSP. Em setembro de 1932 duas matérias expunham o conflito. O primeiro artigo, com o título “Não abandonou o filhotismo na República Nova: Mais um escândalo da administração Belisário Penna”, acusava Penna de proteger seus afilhados comprometendo, se necessário, os interesses do departamento. Considerava que Penna havia transformado o departamento em sua “posse”. Segundo o periódico havia irregularidades na nomeação de Samuel Uchôa para Inspetor Sanitário Rural do Distrito Federal. Penna teria criado um cargo para favorecer o amigo. *O Jornal* terminava ironizando: “Cuidará o Dr. Belisário Penna, por acaso, em transformar o D.N.S.P. em asilo da velhice desamparada?”<sup>693</sup>.

O segundo texto, “A saúde pública é propriedade do Dr. Belisário? Como o atual diretor do D.N.S.P protege a sua parentela”, considerava a sua gestão nefasta e desastrosa. Avaliava a sua incapacidade técnica como o maior motivo de ruína da obra iniciada por Oswaldo Cruz. *O Jornal* fazia um levantamento histórico sobre os episódios de nepotismo na trajetória de Penna enquanto ocupou cargos da saúde pública. Segundo a matéria, Penna havia colocado seu cunhado Raul Penna na condição de secretário, e seu genro Renato Kehl como inspetor sanitário. Sua filha, Celina Penna, foi contemplada como datilógrafa. Na mesma função de datilografia teria empregado mais duas primas, Antonietta Penna e Gigi Penna. Como escrevente alocou seu primo Américo Diniz Carneiro, enquanto Fuão Oliveira Penna, outro primo de Barbacena, teria sido empossado como microscopista. Na atual gestão do Governo Provisório as acusações prosseguiram. De datilógrafa, promoveu a filha à 3ª oficial, sem concurso. Nomeou o cunhado João Chaves, também sem concurso, à função de Inspetor de Farmácia. Criou um cargo vitalício de secretário geral do DNSP e vencimentos próximos ao do cargo de diretor para Phoncio Serpa, um “filho espiritual”, dizia o jornal. Para secretário do saneamento rural nomeou o compadre Savino Gasparino. Se não bastasse, designou também a mulher de Savino, Dona Isaura Gasparino, ao cargo de professora catedrática do Colégio Wenceslau Brás. Até mesmo no curto espaço que esteve no Ministério da Educação

---

<sup>692</sup> *A Batalha*. O feminismo na Saúde Pública: Como repercutiu na classe a defesa justa e oportuna feita pela A BATALHA contra o ato clamoroso do Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 660, 25 de fevereiro de 1932, p. 3.

<sup>693</sup> *O JORNAL*. Não abandonou o filhotismo na República Nova: Mais um escândalo da administração Belisário Penna. Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4.246, 4 de setembro de 1932, p. 5.

assentou no gabinete um genro de nome Alberto Sattamini, casado com sua filha Maria Penna. Ao final, indagava o jornal: “O Dr. Getúlio Vargas ainda não lançou os olhos sobre tudo isso?”<sup>694</sup>. Esta era uma acusação moralmente grave ao discurso de Penna, visto que denunciava as oligarquias da Primeira República de apaniguar parentes e amigos.<sup>695</sup>

Favoráveis ou contrários à sua administração, a indicação de Pires foi o ponto decisivo para o seu desembarque do Governo Provisório. Mesmo expondo a Vargas a existência de uma incompatibilidade de ideias com Pires, o apelo foi em vão.<sup>696</sup> Pires era a escolha que viabilizava um processo administrativo em transição. Em outras palavras, era a soma de um modelo antigo de autonomia das localidades na saúde pública com um modelo centralizado e intervencionista que foi expandido na gestão de Gustavo Capanema.<sup>697</sup>

O golpe de 1930 foi um episódio crucial para o pensamento autoritário de Penna, uma vez que imaginou a vitória do movimento como o nascimento de uma nova nação. Imaginava ser o fim dos antigos acordos e a execução do seu projeto de nação na saúde pública, dando-lhe toda autonomia. No decorrer do governo percebeu que as continuidades conviveram com as rupturas, enquanto, ironicamente, ele mesmo foi acusado de representar a continuidade de práticas nepotistas e da antiga oligarquia. Penna observou o MESP sendo usado como barganha político-partidária, derrotando de vez o seu projeto de nação com a reforma Washington Pires. Além disso, as reformas ocorreram “sem o seu consentimento”, demonstrando a sua parca influência no jogo político e real poder de decisão na pasta.

Os constantes pedidos de exoneração foram uma forma que encontrou de resolver disputas ou isolamentos políticos. Talvez imaginasse que preservaria a sua imagem e ratificasse o discurso de desapego a cargos públicos. Foi assim nas duas vezes em que se demitiu do DNSP e do cargo de ministro interino do Ministério de Educação e Saúde Pública.

Mesmo Penna afirmando recorrentemente o seu desapego a cargos públicos, a direção do DNSP o seduzia. Constantemente Penna lembrava que era um dos discípulos da obra de Oswaldo Cruz e que possuía a competência para dar continuidade às suas ações. Assim, o DNSP era um caminho para realizar o seu projeto ideológico na saúde pública. Para esta finalidade, a autonomia das suas ações na Diretoria era fundamental. No entanto, se Francisco Campos dialogava e possibilitava esta autonomia, Pires seguia um caminho diferente. Penna

---

<sup>694</sup> *O JORNAL*. A saúde pública é propriedade do Dr. Belisário? Como o atual diretor do D.N.S.P protege a sua parentela. Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4.257, 17 de setembro de 1932, p. 6.

<sup>695</sup> Ainda em *Minas e Rio Grande do Sul*, Penna acusava a elite mineira de favorecimento próprio, especialmente no âmbito eleitoral no qual se distribuíam honrarias e empregos aos cabos eleitorais para a manutenção da antiga ordem política (PENNA, Belisário. *Minas e Rio Grande do Sul*. op.cit., 1918, p. 40).

<sup>696</sup> Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1932.

<sup>697</sup> FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*. op.cit., p. 126.

sabia da importância em ocupar tais cargos para viabilizar o seu projeto de nação, além de demonstrar um profundo desejo em ocupá-los. No governo Vargas aspirava a criação de um Ministério da Saúde Pública, do qual obviamente ele se colocava à disposição para gerir e ampliar os seus poderes intervencionistas.

É preciso destacar a importância dos anos iniciais após o golpe de 1930 como um momento marcado por uma reorganização institucional, negociações partidárias e instabilidade política. O Governo Provisório nasceu em meio ao federalismo da Primeira República e das disputas entre diferentes grupos e regiões. O fortalecimento do poder Executivo foi uma medida gradual que teve seu ápice de organização no Estado Novo. Até 1937 há um processo de construção e negociação do governo visando seu fortalecimento, centralização e abrangência, especialmente demarcados com as reformas de Pires e Capanema.

A fixação de Penna pelo rompimento do modelo político da Primeira República não o permitia compreender as necessidades do arranjo político e da reorganização de um novo pacto federativo.<sup>698</sup> Sua motivação ideológica pretendia colocar imediatamente o seu projeto de nação, pois acreditava que somente por meio da saúde pública o país atingiria seus objetivos. Do ponto de vista do projeto político ideológico da construção da nacionalidade, ambicionado pelo novo governo, era papel do Estado garantir uma saúde pública universalizada. Nesse sentido, Penna respondia positivamente aos anseios do governo varguista. Entretanto, a incapacidade em entender o jogo político abreviou a sua gestão.

Analisando um contexto político mais amplo, outro agravante desencadeado pelo golpe de 1930 foi o rompimento gradual da relação entre militares e governo. Os anos iniciais do Governo Provisório tornou latente o conflito entre tenentes e oligarquias na disputa pelo poder regional e do sistema de interventoria. As tensões no governo eram explícitas, a exemplo da influência do ex-presidente Artur Bernardes, perseguidor dos tenentes em sua presidência, na gestão Vargas. Gradativamente, setores da ala militar foram absorvidos pela burocracia do novo governo enquanto outros romperam com o governo e buscaram um novo caminho de ação política.

Nos anos iniciais da década de 1930 dois movimentos político-sociais passaram a se destacar. À esquerda estava a Aliança Nacional Libertadora, cujo expoente máximo era o Capitão Luís Carlos Prestes (1898-1990). Sua antítese era o Integralismo, que na figura do Chefe Plínio Salgado prometia uma sociedade integral e uma luta anticomunista. Descrente do caráter autoritário varguista e alinhado com o discurso anticomunista, Penna abraçou a

---

<sup>698</sup> Ibidem., p. 262-263.

ideologia integralista e tornou-se um militante da causa. Seu envolvimento com a A.I.B. transformou sua leitura de nação, passando a defender o caráter de mobilização e unidade das massas como proposto por Plínio Salgado.

## CAPÍTULO 4

### O INTEGRALISMO DE BELISÁRIO PENNA

#### 4.1. Fronteiras historiográficas: fascismo italiano e integralismo

O estudo do integralismo demanda uma tomada de posição teórica sobre o seu significado enquanto movimento. Isto porque a historiografia diverge na aplicação do termo “fascista” em sua designação. Ao longo do capítulo demonstro como a participação de Belisário Penna na A.I.B. revela que uma parte de seus membros interpretava o integralismo como um esforço nacional e com pouca preocupação em conectá-lo ao fascismo europeu.

Em que pese a dificuldade em conceituar o fascismo, é necessário assumir uma posição em relação ao termo. Desse modo, empresto a definição de Robert Paxton que entende o fascismo

[...] como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios de unidade, da energia, e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza.<sup>699</sup>

Embora ofereça uma explicação geral sobre o fascismo, Paxton reconhece a necessidade em analisar os movimentos particularizando os seus contextos de formação. Para ele, “De qualquer modo, a cultura difere tão profundamente de um ambiente nacional para outro, e de um período para outro, que é difícil encontrar um programa cultural comum a todos os movimentos fascistas, ou a todos os estágios do fascismo”<sup>700</sup>. Esta é uma questão importante para contrapor as interpretações que simplificam ou generalizam o caráter ideológico do movimento integralista.

Pelo fato da palavra fascismo ser oriunda da Itália de Mussolini, alguns intérpretes do integralismo no Brasil passaram a considerar o fascismo italiano como o detentor do monopólio do termo. Ao buscar mais as aproximações do que as diferenças deram pouca ênfase a outros movimentos fascistas que, independentes do contexto italiano, aglutinavam-se

---

<sup>699</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 358-359.

<sup>700</sup> *Ibidem.*, p. 352.



em outros lugares da Europa.<sup>701</sup> Não tenho por objetivo revisitar esta discussão em termos mais gerais, mas, tendo ela em mente, me restringirei ao modo pelo qual os autores brasileiros envolvidos com o integralismo, especialmente Belisário Penna, pensaram a relação do movimento com o fascismo italiano e as correntes autoritárias em geral.

Em sua viagem à Europa, Plínio Salgado entrou em contato com diversos movimentos de reforma política, desde a renovação política da Turquia, leituras comunistas parisienses, a social democracia alemã e, naturalmente, o fascismo italiano.<sup>702</sup> Em *Como eu vi a Itália* o brasileiro relatou a sua passagem por aquele país e o contato com Benito Mussolini (1883-1945). O texto de 1932, publicado na revista carioca *Hierarchia*, sinalizava o seu deslumbre com um país que conseguiu viabilizar o fascismo. Quando Mussolini pede a Salgado que faça “Justiça à sua Itália”, demonstrava o desejo do nascimento de um novo homem sob os preceitos de uma doutrina integral.<sup>703</sup> Os fascismos europeus exerceram uma influência no que diz respeito à proposta de uma nova política de massas. Não à toa, as edições do periódico *A Offensiva* eram compostas de uma seção que tratava exclusivamente dos movimentos fascistas internacionais, a fim de propagandear o seu sucesso. Era importante sustentar que este era o caminho correto para o futuro das nações.

A primeira entrevista realizada por Héglio Trindade com Plínio Salgado confirma essa diversidade do fascismo europeu para se pensar o Brasil. Trindade perguntou: “O que lhe impressionava no integralismo lusitano?”. Salgado respondeu: “Era justamente o sistema de representação que nós queríamos aqui também; tradicionalidade; a história como fundamento, era isso o que interessava”<sup>704</sup>. Era esse “novo espírito” que parecia seduzir Salgado frente às propostas do comunismo e da democracia liberal. Embora a Itália fascista tenha se tornado um referencial por se consolidar no poder cedo se comparado a outros países europeus, não se pode concluir que os outros movimentos daquele período partiram do mesmo *modus operandi*, sob o perigo de descaracterizar suas especificidades e leituras doutrinárias.

Entre uma vertente de autores que investiga o integralismo tornou-se lugar comum classificá-lo como uma réplica do fascismo italiano. Na historiografia brasileira, as

---

<sup>701</sup> Como eram os oficiais de Gömbö, na Hungria, que negavam a autoridade tradicional, e buscavam substituí-la “[...] por algo mais dinâmico, com raízes no nacionalismo popular e nas paixões xenófobas, expresso em símbolos e mitos tradicionais húngaros” (Ibidem., p. 51).

<sup>702</sup> SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 16.

<sup>703</sup> SALGADO, Plínio. Como eu vi a Itália. *Hierarchia*, Rio de Janeiro, março-abril, 1932, p. 202-205.

<sup>704</sup> TRINDADE, Héglio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 158. Para uma discussão mais aprofundada a respeito da questão lusitana, ver: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

investigações de Héglio Trindade, Hélio Silva e Edgard Carone<sup>705</sup> se caracterizam por esse entendimento. Tal naturalização conceitual contribuiu para que o integralismo fosse automaticamente interpretado por outros pesquisadores com uma importação fascista, minimizando as particularidades e construções ideológicas dos seus provedores nacionais. Não se trata de invalidar a influência que o movimento fascista italiano exerceu sobre a concepção dos teóricos do integralismo, mas notar as particularidades deste movimento enquanto repleto de crenças e ideologias que levavam em consideração a conjuntura nacional em sua esfera política, econômica e social. Por exemplo, como pensar a construção da nacionalidade para o integralismo em um país apinhado de facções oligárquicas e em pleno desenvolvimento de uma política de centralização? Como a ideia de “família-nação” contribuiria para este fim? Qual o peso da reinterpretação do passado brasileiro para a doutrina integralista e seus cultos de unidade? Como a questão da primazia da raça se enquadra na orientação de Plínio Salgado, Gustavo Barroso (1888-1959) ou dos militantes? Todos os militantes possuíam a mesma compreensão a respeito da origem integralista?

É preciso considerar a evolução histórica da sociedade brasileira para compreender o porquê o integralismo ascendeu e quais eram suas respostas para os diferentes problemas nacionais. Argumentando que o fascismo não é um produto de exportação, Paxton menciona que “[...] cada movimento guarda ciumentamente sua receita de renascimento nacional e os líderes fascistas parecem sentir pouco ou nenhum parentesco com seus primos estrangeiros”<sup>706</sup>. Portanto, deve-se perguntar como um movimento de massas como o fascismo responde a uma época de descrença ao Estado Liberal e de discordância às teses marxistas.

O apelo ao fascismo italiano para compreender o fenômeno da mobilização de brasileiros em um movimento de massa na década de 1930 resultou em interpretações apressadas e generalizantes sobre a própria formação identitária do integralismo enquanto

---

<sup>705</sup> Considerando que a obra de Edgard Carone é de 1974, havia poucos estudos sobre o movimento integralista, sendo a referência a obra de Héglio Trindade, cuja tese foi defendida em 1971. Desse modo, Carone menciona a existência de outros movimentos fascistas na década de 1920 que antecederam à A.I.B. No tocante ao movimento liderado por Salgado, o historiador atribui o rótulo de “movimento fascista brasileiro” e ressalta que durante a expansão do movimento, além de demonstrar pompa e espetáculo, eram agressivos como o movimento fascista ou nazista (CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. op.cit., p. 206-207). Remetendo a Trindade, a organização do movimento assumia características do fascismo europeu pela questão do chefe nacional (com poder centralizador, total e permanente), estrutura pré-estatal e os meios de socialização ideológica (Ibidem., p. 220). Por outro lado, o autor menciona as diferenças teóricas da doutrina integralista por suas diferentes lideranças como Salgado, Barroso e Reale. Carone chega a demonstrar, por meio de citações de Plínio Salgado, as razões que diferem o integralismo do fascismo italiano (Ibidem., p. 225-227).

<sup>706</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 44.

movimento e, de certa forma, reduziu a capacidade de investigar o pensamento de suas lideranças levando em consideração uma perspectiva de organização nacional.

O contexto de produção da historiografia sobre o integralismo desvenda parte desse processo de confecção dos discursos. Gilberto Calil menciona de que modo o tratamento historiográfico contribuiu para a ridicularização e diminuição do movimento. O trauma do nazifascismo e a intensa propaganda política e da imprensa contra os integralistas acabaram marginalizando uma leitura do seu processo histórico-nacional. Razão pela qual, como sustenta o autor, intelectuais como Florestan Fernandes (1920-1995) desprestigiavam o tema e o consideravam uma página virada na história brasileira. Ou ainda a interpretação nos livros didáticos que partem do integralismo como puro exotismo e aglutinação de fanáticos.<sup>707</sup> Nesse sentido, muitas das associações entre integralismo e fascismo foram gestadas da intensa propaganda e do aspecto pós-traumático da Segunda Guerra Mundial e sobreviveram na prática historiográfica e na memória coletiva.

Em particular, a investigação de Trindade a respeito do contexto integralista, a discussão política e a análise da estrutura da A.I.B. permitem pensar o impacto que os camisas-verdes representaram na década de 1930 enquanto movimento de massa. No entanto, me preocupa o tratamento conceitual que busca em semelhanças com o fascismo italiano justificar o caráter ideológico e de formação da A.I.B.<sup>708</sup> Entendo que o excessivo olhar comparativo, além de soar muitas vezes anacrônico, limita o significado da leitura de Brasil dos integralistas. Além disso, tratá-lo como cópia engessa as peculiaridades de sua constituição doutrinária. Igualmente, não recuso determinadas aproximações com o fascismo italiano ou o nacional-socialismo alemão, pois uma vez que chegaram ao poder na Itália e na Alemanha, respectivamente, tornaram-se exemplares de sucesso para outros movimentos ao redor do mundo. Na configuração brasileira basta uma análise na bibliografia que discute o pensamento de Gustavo Barroso, Miguel Reale (1910-2006) e Plínio Salgado para concluir que há pluralidade demais para classificar toda a ideologia como réplica do fascismo italiano.

Sendo assim, atribuir ao integralismo um contorno exógeno de fascismo é simplificar a questão. Wanderley Guilherme dos Santos percebeu no trabalho de Trindade uma confusão

---

<sup>707</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra*. op.cit., p. 44.

<sup>708</sup> Um exemplo dessa insistência encontra-se no trabalho de Rosa Maria Feiteiro Cavalari, *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. A autora realiza um conciso estudo sobre os signos do integralismo brasileiro por meio do Arquivo Público de Rio Claro, demonstrando as originalidades da A.I.B. em sua propaganda, ideologia e estrutura. Embora Cavalari não procure realizar uma análise comparativa, sua conclusão destoa dos demais capítulos e busca afirmar que “[...] o fascismo europeu foi, sem dúvidas, crucial na configuração da A.I.B. enquanto movimento político” (CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. 1ª Ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 214).

no tratamento de conceitos como autoritarismo, corporativismo, fascismo e extrema-direita. Por exemplo, Trindade sugere que a predisposição para ação de Plínio Salgado era uma caracterização do seu fascismo. Tal raciocínio implica em aceitar que toda a mobilização socialista na década de 1930, a ação dos tenentes e do PCB seriam entendidas em uma perspectiva de extrema-direita. Para Santos, Trindade ignorava a radicalização de uma crise política, um fenômeno responsável pelo acirramento da participação política.<sup>709</sup>

Na introdução de *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, Trindade salienta que procura definir a natureza da Ação Integralista e testar “[...] a hipótese geral sobre o conteúdo fascista do integralismo *resultante da conjugação entre um modelo de referência externo fascista e condições históricas nacionais favoráveis*”<sup>710</sup>. A dificuldade em não perceber as diferenças entre os modelos foi criticada por Santos à medida em que não há distinções entre ideias liberais, radicais de direita e autoritárias. Desse modo, a análise de Trindade sugere que à exceção da antiga oligarquia dominante, todos os autoritários e antiliberais eram radicais de direita.<sup>711</sup>

Por meio de uma análise marxista, o filósofo José Chasin se opõe ao argumento de Trindade no qual “condições históricas nacionais favoráveis” possibilitaram a emergência de um movimento fascista representado pela A.I.B.<sup>712</sup> Em *O integralismo de Plínio Salgado*, considera o Brasil ainda em estágio de desenvolvimento material rudimentar em relação ao contexto da ascensão do fascismo e não contaminado com o problema urbano-industrial europeu. A ausência dessa contaminação teria resguardado a autenticidade do brasileiro, cabendo ao estado integral guiá-lo rumo ao seu destino vitorioso. Assim, tais condições “favoráveis” não sustentariam a afirmação de Trindade. Segundo Chasin, Plínio Salgado considerava o fascismo um estágio inferior ao integralismo.<sup>713</sup> Além do método marxista, o autor parte da explicação de Salgado sobre o integralismo para ressaltar as particularidades de sua doutrina e negar generalizações defendidas por Trindade.

Esta interpretação de que o capitalismo europeu adotou a fórmula do fascismo para salvar a si mesmo é encarada como “vulgar” por Paxton.<sup>714</sup> Embora acertadamente Chasin busque as peculiaridades ao sublinhar as diferenças nos contextos nacionais, a perspectiva da

<sup>709</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 30.

<sup>710</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 4. [Grifo meu].

<sup>711</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. op.cit., p. 31.

<sup>712</sup> CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. op.cit., p. 616. Se apropriando do filósofo húngaro Georg Lukács, Chasin replica a ideia de que o fascismo é uma forma de capitalismo altamente desenvolvido e o produto de uma época imperialista nunca visto antes (Ibidem., p. 636).

<sup>713</sup> Ibidem., p. 616-617.

<sup>714</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 149.

industrialização tardia é insuficiente para negar o desenvolvimento do fascismo nessas localidades. Isto porque os índices de crescimento econômico atingidos pelos governos fascistas não foram maiores que os da Europa do pós-guerra e da Europa anterior a 1914. Paxton recusa o argumento de que o fascismo seja definido como uma “ditadura desenvolvimentista” que se adequou a países de industrialização tardia.<sup>715</sup> Para ele, essa conclusão não explica o porquê de muitos capitalistas preferirem o autoritarismo ao fascismo. Assim sendo, é igualmente perigoso tomar o estágio do capitalismo como fórmula para classificar o integralismo como fascista ou para negar completamente suas inspirações em modelos europeus.

Portanto, entendo ser necessário particularizar os contextos nacionais em que o fascismo se desenvolveu, especialmente para averiguar o porquê em alguns lugares ele obteve sucesso e em outros não. Como menciona Paxton, para que o fascismo conseguisse prosperar era preciso que “[...] os responsáveis pelos processos decisórios estivessem dispostos a dividir o poder com os fascistas que os desafiavam”<sup>716</sup>. Em outras palavras, era necessário que setores poderosos e influentes na sociedade comprassem o discurso fascista. Essa é a razão pela qual se nota o sucesso do fascismo em locais como Itália e Alemanha e com menor intensidade na França e Inglaterra, por exemplo. No Brasil, o governo Vargas não estava disposto a dividir o poder com os integralistas, de modo que em determinado momento foi obrigado a colocar um limite na A.I.B.

Trindade procurou rebater as críticas sofridas e justificar as aproximações entre fascismo e integralismo na comunicação *A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológico e histórico*, ocorrida em 1982 em virtude do seminário internacional sobre a Revolução de 1930, realizado pelo CPDOC. Se Chasin acusava Trindade de conceber o integralismo como um fenômeno exclusivamente político, Trindade qualificava a análise de Chasin como paradoxal, na medida em que partia de uma perspectiva marxista para demonstrar a natureza não fascista do integralismo. Mais ainda, classificava *O integralismo de Plínio Salgado* como um exemplo de reducionismo ideológico no qual não se estabelecia relações entre o universo ideológico de um movimento radical e sua *práxis* histórica.<sup>717</sup>

Em resposta propôs o que chamou de uma visão “global de ideologia”, na qual era preciso analisar a totalidade do movimento e não apenas os escritos doutrinários. Igualmente,

---

<sup>715</sup> Ibidem., p. 243.

<sup>716</sup> Ibidem.

<sup>717</sup> TRINDADE, Hélió. A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológico e histórico. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980, p. 562.

Chasin acusava Trindade de pinçar fragmentos de escritos doutrinários integralistas para demonstrar a semelhança com o fascismo europeu.<sup>718</sup> Em resumo, a resposta de Trindade pretende confirmar a tese de que não seria possível explicar o integralismo sem considerar a ascensão do fascismo europeu.<sup>719</sup> Para corroborar o seu ponto de vista utilizou o argumento do cientista político Juan Linz<sup>720</sup> no qual o integralismo respondia mais aos problemas derivados de uma crise política do que de uma crise econômica.

Ao recusar a premissa econômica de Chasin, Trindade acaba por admitir as peculiaridades de um movimento à brasileira que não tornava possível que fosse pensado como uma réplica do fascismo italiano. No entanto, Trindade não leva em consideração a extensa discussão a respeito da crítica ao mimetismo que percorre toda a introdução da obra de Chasin.

Presente no evento do CPDOC, Bolívar Lamounier não ficou convencido pela explicação de Trindade e discordou da aplicação de Juan Linz na sua metodologia para justificar o integralismo como cópia fascista. Para ele, a ausência de um discurso econômico dos atores não significava a falta de preocupação com a economia, uma vez que a discussão sobre um poder central e a política prática englobariam as relações macroeconômicas na década de 1930. Depois, menciona que a tese mimética que conferiu posições fascistas a determinados personagens ignora o entendimento do contexto político e cultural e o próprio esforço desses sujeitos em se distinguir do fascismo.<sup>721</sup> De maneira semelhante a Chasin, Lamounier defende que é preciso matizar as posições dos intelectuais para não encampar um discurso único acerca do integralismo. Para esta finalidade utiliza como exemplo o caso de Azevedo Amaral e sua celebração, concomitante, em suas primeiras obras, das figuras de Mussolini e Lenin (1870-1924) como agentes transformadores político-sociais. De modo que a intenção de Azevedo Amaral não era defender o fascismo ou o socialismo, mas enaltecer a figura de um grande líder capaz de centralizar o Estado moderno e gerenciar uma economia de grande envergadura. No entanto, como prossegue Lamounier, quatro ou cinco anos depois o próprio Azevedo Amaral descartava esses personagens por advogarem à mobilização de massas.<sup>722</sup> A referência a Amaral é pedagógica para o cuidado com conclusões no que se

---

<sup>718</sup> CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. op.cit., p. 44.

<sup>719</sup> TRINDADE, Hélió. *Integralismo*. op.cit., p. 4.

<sup>720</sup> Em referência ao texto “O integralismo e o fascismo internacional”, publicado em 1976 na Revista do IFCH/UFRGS, n. V.

<sup>721</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980, p. 552.

<sup>722</sup> *Ibidem.*, p. 554.

refere às filiações teóricas. Uma análise apressada poderia, por exemplo, aproximar Azevedo Amaral da agenda fascista ou socialista.

Esta confusão interpretativa pode ser demonstrada a partir da própria documentação sobre o integralismo de Penna. Em novembro de 1922, Penna encaminhava uma carta ao seu familiar Afonso Penna Junior desabafando sobre a sua saída do DNSP. Em parte do fragmento mencionava a necessidade de o Brasil possuir uma figura como a do italiano Benito Mussolini:

Estou até estimando o que vai passando contra a minha pessoa, porque, liberto das peias de um cargo público de confiança, terei outro desembaraço para intensificar a campanha pelo saneamento moral, complemento indispensável da já feita em prol do saneamento físico. O Brasil está urgentemente necessitado de um Mussolini.<sup>723</sup>

Assim como Azevedo Amaral, Penna não está defendendo o fascismo ao citar Mussolini. O que está em jogo é a imagem de autoridade do primeiro-ministro italiano em face ao descrédito dos homens públicos do Brasil. Um mês antes, o Partido Nacional Fascista de Mussolini consolidara a sua posição na política italiana. Por este ponto de vista havia o desejo de um estadista que fosse capaz de agregar as massas e oferecer um novo rumo ao país frente ao cenário de descrédito político da democracia liberal e do comunismo em ascensão. Em uma conferência em 1923, Penna confirmava a urgência de uma reforma moral na sociedade brasileira:

Somos um fruto que apodrece antes do sazonado. Isso costuma ser o pronúncio de grandes cataclismos sociais, que podem levar-nos até o bolchevismo da Rússia, com a subversão de todos os princípios consagrados até agora, ou ao fascismo da Itália, que seria talvez a nossa redenção moral.<sup>724</sup>

Não há razão para sustentar que sua opção futura pelo integralismo seja fruto da admiração a Mussolini ou ao fascismo italiano. Naquele momento, Mussolini – e depois Hitler – surgia como alternativa de uma nova consciência sobre a nação e a experimentação de uma nova política que recusava a democracia liberal e o comunismo. Quando optou pelo integralismo, Penna enfatizava a sua originalidade e seu caráter nacional e negava qualquer mimetismo com outros movimentos europeus:

O integralismo não é o fascismo italiano, não é o nazismo alemão, nem o salazarismo luso, ou nacionalismo espanhol; não é a cópia nem a imitação de nenhuma organização exótica, porque é simplesmente brasilismo, um

<sup>723</sup> Carta de Belisário Penna a Afonso Penna Junior. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1922.

<sup>724</sup> PENNA, Belisário. *Septicemia Nacional*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, na Cidade de Mococa, a 6 de janeiro de 1923, p. 5.

sistema político fundamentado na moral cristã, acorde com as tradições nacionais e a índole do povo para a formação de um bloco inteiriço, sem regionalismos dissolventes, sem o parasitismo de partidos e influências individuais, com interesses antagônicos e prejudiciais aos da nação.<sup>725</sup>

O fascismo italiano pode explicar a relação de determinados militantes com o integralismo, mas não enquanto classificação ideológica do movimento como um todo. Como argumenta Chasin, o mimetismo poderia aparecer no interior do integralismo de maneira positiva no qual se extraía o que era útil. Ao mesmo tempo funcionava como recurso tático ou até mesmo como negação.<sup>726</sup> Como mencionei no primeiro capítulo, o advogado Joaquim Nogueira Itagyba, ao ver Penna vestindo a camisa-verde do integralismo, classificava o movimento como um “[...] pseudônimo descarado do nazismo ou trabuquismo teutônico”<sup>727</sup>. Por sua vez, Penna se aproximava da leitura integralista de Salgado, recusando os divisionismos raciais e adotando a concepção da revolução espiritual sob o materialismo. Na sua perspectiva, era um movimento que sintetizava os anseios do Brasil enquanto nação.

A discordância sobre a força do mimetismo fica mais explícita quando se observa a adesão de colonos alemães e italianos ao integralismo. Por exemplo, Santa Catarina, um dos redutos da colonização alemã, representava o terceiro maior contingente de integralistas do país. A cidade de Blumenau, nas eleições municipais de 1º de março de 1936, concedeu 70% dos votos aos camisas-verdes.<sup>728</sup> Esses dados podem supor que, pela quantidade de colonos alemães naquele estado, o integralismo apareceu como uma extensão do nazismo ou do nacional-socialismo. Por outro lado, os integralistas justificariam que os colonos aderiam ao integralismo pelo sentimento de pertencimento à nacionalidade brasileira, uma vez que estavam cansados da espoliação e possuíam o desejo de integração e participação da construção do país.<sup>729</sup> Há uma ambiguidade presente na qual ora se atribui a participação dos colonos alemães ao integralismo por razões étnicas de inspiração nazista, ora por questão política relativa à construção da identidade nacional brasileira.

René Gertz destaca que a produção bibliográfica sobre o integralismo surgida ainda em meados da década de 1940 interpretava o integralismo como um segmento do Eixo. Colonos alemães que admiravam o nazismo ou mesmo a retórica defendida por Gustavo

<sup>725</sup> PENNA, Belisário. *Brasilismo*. S/D, p. 9.

<sup>726</sup> CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. op.cit., p. 47.

<sup>727</sup> Carta de Joaquim Nogueira Atagyba a Alberto Diniz. 7 de julho de 1948, p. 58-59.

<sup>728</sup> GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. 1ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 114-115.

<sup>729</sup> *Ibidem.*, p. 115.



Barroso favoreciam tais conclusões.<sup>730</sup> Esse enfoque acabou supervalorizado nos estudos sobre a temática. Há um jogo de forças no qual os rivais do integralismo procuram associá-lo negativamente ao fascismo europeu, enquanto os seus adeptos procuram legitimar a autenticidade do movimento. Esta segunda visão, por exemplo, considera que os teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros percebiam no integralismo uma forma política mais representativa do que os partidos políticos tradicionais. Por outro lado, havia colonos seduzidos pelo integralismo, motivados pela crença de que sua doutrina se aproximava do fascismo italiano ou do nacional-socialismo alemão, considerados vitoriosos nos países aos quais descendiam. Nesse sentido, o estudo de Gertz revela que a questão entre integralismo, colonos e nacionalidade é muito mais complexa que a síntese que expus.

Em 2016, quarenta e dois anos após a publicação da sua tese de doutoramento, Trindade lançou *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. O novo livro revela as entrevistas realizadas pelo autor com militantes, dirigentes e personalidades do integralismo à época da confecção da sua tese. Em outras palavras, a obra possibilita analisar na íntegra o que os seus entrevistados lhe disseram e ampliar as perspectivas interpretativas.

Inicialmente salta aos olhos a preocupação em justificar as semelhanças do integralismo com o fascismo italiano na “Nota Prévia”, quando demonstra o incômodo com parte da historiografia que contesta os excessivos aspectos comparativos do seu estudo. Em um dos subitens da introdução, nomeado de “Mimetismo ou reprodução?”, Trindade reafirma o seu argumento de 1974 no qual a A.I.B. possuía “[...] a combinação de uma organização nacional de massa com os traços analiticamente comparáveis com os do fascismo europeu”<sup>731</sup>. Aliás, Trindade se coloca no intermédio de duas interpretações que avalia estarem em pontos extremos. A primeira percebe os fascismos fora da Itália como imitações fracassadas. A segunda os considera como mero mimetismo ou na condição de movimentos de extrema direita, nacionalista e populista.<sup>732</sup> Como o próprio autor ressalta, o caráter nacionalista não é suficiente para atestar um movimento sem influências externas.<sup>733</sup> Concordo que Trindade não represente radicalmente essas duas interpretações. No entanto, sua perspectiva comparativa parece presa às influências do fascismo europeu para a interpretação da ideologia integralista. Essa insistência comparativa fica evidente na entrevista com Salgado:

---

<sup>730</sup> Entre eles cita Paul Fischauer (1944), Afonso Henriques (1966), Leoncio Basbaum (1965), Afonso Arinos (1965), Hélio Silva (1972) e Edgard Carone (1976) (Ibidem., p. 118-119).

<sup>731</sup> TRINDADE, Héliogio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 50.

<sup>732</sup> Ibidem., p. 44.

<sup>733</sup> Ibidem., p. 12.

Trindade: Então nesse sentido a sua viagem à Europa produziu efeitos políticos na sua formação?

Salgado: Não produziu, porque eu já tinha ideias formadas.

Trindade: Mas, reforçou, ao menos?

Salgado: É um grande engano pensar que alguém me influenciou. Nunca ninguém me influenciou, nem políticos, nem escritores. Eu tenho pensamento próprio. Meus pensamentos são originais e próprios.

Trindade: Sim, isto ninguém nega, mas mesmo que a pessoa tenha pensamentos próprios, ela lê coisas, ela absorve conhecimentos.

Salgado: Ela tira conclusões das realidades observadas, mas nunca deixa que ninguém influa. Mas de alguma forma isso é condicionado pelo espírito da época. O homem não vive trancado dentro de um quarto. O homem vive num mundo.

Trindade: Então é nesse sentido que eu lhe pergunto: a viagem à Europa não foi um estímulo intelectual ao desenvolvimento do seu pensamento pessoal?

Salgado: Estímulo não digo, mas fonte de observação.<sup>734</sup>

A retórica de Salgado pretende enfatizar a originalidade do integralismo, uma vez que se trata de uma entrevista após a Segunda Guerra Mundial, da qual devemos considerar os seus efeitos de negação ao fascismo e ao nazismo<sup>735</sup>. De outro modo correei o risco de tomar o seu depoimento como “verdade dos fatos”<sup>736</sup>. No que diz respeito à minha análise, quero destacar a insistência do entrevistador em busca de uma resposta que o satisfaça. O que Salgado pretende demonstrar a Trindade é que as correlações não foram exclusivas com a Itália fascista, mas com todos os países que enfrentaram problemas como liberalismo e comunismo. Não se trata de ignorar tais influências, mas de relativizar o seu peso no processo de construção do integralismo brasileiro.

Percebe-se o esforço de Trindade em repensar parte da sua tese da década de 1970 e atribuir uma perspectiva menos engessada à explicação do mimetismo fascista italiano. Apesar de propor uma espécie de revisão, nota-se mais uma tentativa de justificar seus antigos argumentos à historiografia do que necessariamente uma reinterpretação. O seu estudo pioneiro de 1974 ocupa um espaço importante na historiografia do integralismo ao possibilitar uma ampliação das análises sobre o tema. Como qualquer leitura precursora existem limites a serem estabelecidos que, com a exposição para a comunidade científica, tendem-se a confirmar ou negar as premissas afirmadas ou mesmo propor novos paradigmas. Sintomaticamente, Trindade faz uma breve revisão historiográfica dos estudos integralistas, citando rapidamente os trabalhos de Chasin e Ricardo Benzaquen de Araújo – do qual menciona apenas o nome –, privilegiando discussões mais densas com autores que estão alinhados à sua perspectiva histórica do integralismo.

<sup>734</sup> Ibidem., p. 187.

<sup>735</sup> As entrevistas foram realizadas entre maio de 1969 a setembro de 1970.

<sup>736</sup> Cf.: GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço*. op.cit., p. 125.

Para Ricardo Benzaquen de Araújo, por exemplo, é ineficaz compreender toda a estrutura do integralismo tomando como ponto de partida apenas a produção intelectual de Salgado.<sup>737</sup> Ao partir da produção intelectual de Salgado, o próprio Trindade tem dificuldades em estabelecer o real peso dos fascismos para a formação da sua doutrina. Ao reproduzir as palavras de Salgado no texto “Nacionalismo e Cooperativismo Internacional”, no periódico *A Razão*, em 1931, diz: “[...] o que há de essencial na doutrina fascista é perfeitamente aceitável, como concepção de Estado (...), entretanto, o que esse regime tem de formal, não pode, de nenhum modo, se aplicar ao caso brasileiro”<sup>738</sup>. Como demonstrarei a seguir, a abordagem teórica da própria liderança integralista não era homogênea. No caso particular de Salgado, a sua concepção do integralismo não estava exclusivamente ligada à sua viagem à Itália fascista, mas também a referenciais do nacionalismo modernistas e do espiritualismo católico.

Desse modo, a leitura de Brasil do chefe integralista é imprescindível para afastar uma ideia engessada de mimetismo e perceber a originalidade da sua doutrina. Razão pela qual a forma como Salgado concebe o integralismo estava atrelada a uma leitura histórica do povo brasileiro que justificaria a concepção de um novo homem orientado por uma formação distante do materialismo.

Na tese de Salgado, o integralismo nutria o desejo de recuperação de um indivíduo originalmente brasileiro não corrompido pelo materialismo. Este autor pretendia mudar o rumo da civilização brasileira que se encontrava em uma vertente ateísta, ligada ao comunismo e ao capitalismo. Para tanto, o espiritualismo era o caminho para conectar os homens à pátria. Em suas palavras, enquanto o materialismo transformava a pátria em mero convencionalismo, o conceito espiritualista abarcava um comprometimento ligado à moral, à família e à tradição.<sup>739</sup> Essa perspectiva, acredito, serviu de imã para atrair atores como Penna.

Outra liderança do movimento integralista, Gustavo Barroso, também partia da leitura da luta entre materialismo e espiritualismo, mas conferindo centralidade à questão racial e antisemita. Como assevera Marcos Chor Maio, “Seu projeto de afirmação nacional exigiria a constituição de um movimento de forte conteúdo mobilizador e de feições totalizadoras que centrasse sua ação no combate aos judeus, origem de todos os males”<sup>740</sup>. Assim, o antijudaísmo de Barroso era relacionado ao poder que este grupo exerceu sobre o mundo.<sup>741</sup>

<sup>737</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. op.cit., p. 21.

<sup>738</sup> SALGADO, 1931 apud TRINDADE, 1979, p. 95.

<sup>739</sup> SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. São Paulo: Editora das Américas, S/D, p. 20-21.

<sup>740</sup> MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky*. op.cit., p. 25.

<sup>741</sup> *Ibidem.*, p. 93.

Os judeus, materialistas por excelência, teriam se recusado historicamente a diluir suas diferenças em prol da totalidade, contaminando a humanidade com valores maléficos como a modernidade, o comunismo e o capitalismo.<sup>742</sup>

Este ponto de vista não era hegemônico dentro da A.I.B., razão pela qual Barroso sofria certo isolamento. Ainda segundo Maio, Plínio Salgado não deixou de estabelecer contatos com a comunidade judaica, e em 1934 prometeu ao rabino Isaías Raffalovich a retirada do tópico judaico das hostes integralistas. Também suspendeu por seis meses a coluna “Judaísmo Internacional”, assinada por Barroso, no jornal *A Offensiva*.<sup>743</sup> No boletim *Monitor Integralista*, consta uma cartilha de perguntas e respostas destinadas à juventude integralista. Uma das perguntas indagava se o integralismo era contra o judeu. O mesmo responde: “O Integralismo não é contra o judeu brasileiro e que se identificou com os destinos do Brasil. O Integralismo combate o judeu internacionalista que quer dominar e destruir a nossa Pátria. Esse judeu é nefasto e não merece a nossa contemplação”<sup>744</sup>. Por sua vez, em seu ingresso na A.I.B., Penna adotou, do mesmo modo, este discurso antijudaísmo ao afirmar que o Brasil estaria “[...] ameaçado de subverter-se na animalidade do torvo judaísmo comunista”<sup>745</sup>.

As várias presenças em periódicos como *A Offensiva* e *Anauê!* confirmam que, embora a posição de Barroso não fosse majoritária, a sua liderança trazia à tona o “problema judaico” para a revolução espiritual no Brasil. Na *Anauê!* de 1934, por exemplo, denunciava que a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política era obra do judaísmo e estava de acordo com os planos protocolares de Sião para adestrar a vida brasileira.<sup>746</sup> Partindo da análise de Robert Levine, Maio afirma que “[...] o antissemitismo era predominantemente uma batalha de ideias, não se constituindo em movimento de massas”<sup>747</sup>. Barroso talvez tenha sido a liderança que mais se aproximou de um alinhamento com movimentos fascistas internacionais.

Miguel Reale também fazia parte da diversidade de linhas ideológicas da A.I.B. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo acreditava em uma forma de integralismo que valorizasse a vocação. O Estado funcionaria como um organizador e integrador das atividades individuais em que as singularidades teriam um papel efetivo na

<sup>742</sup> Ibidem., p. 118-119.

<sup>743</sup> MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 238-239.

<sup>744</sup> *Monitor Integralista*. Cartilha do Pliniano: Seção da juventude integralista (S.N.D.). Ano IV, n. 14, 1936, p. 6.

<sup>745</sup> PENNA, Belisário. Momento Brasileiro. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 84, 1935, p. 1.

<sup>746</sup> BARROSO, Gustavo. A pior das invasões. *Anauê!*, n. 4, outubro de 1935, p. 6.

<sup>747</sup> MAIO, Marcos Chor. *Qual anti-semitismo?* op.cit., p. 238.

sociedade ao invés de serem abolidas. Segundo Araújo, essa lógica estava mais alinhada ao conservadorismo europeu do que ao totalitarismo.<sup>748</sup> Para este autor, quando a maneira de conceber o integralismo é comparada a Salgado e Barroso, diz: “De fato, a maneira pela qual estes dois entendem o integralismo parece estar bastante afastada daquela que é sustentada por Reale, aproximando-se mais do que ele próprio chama de ‘totalitarismo’ ou de ‘Estado totalitário’”<sup>749</sup>. Assim, embora impressionados com os efeitos do fascismo europeu, as concepções integralistas dos brasileiros não consistiam em mero decalque do modelo italiano como única orientação.

Pela breve explanação dos ideólogos do integralismo pretendo sustentar a pouca razoabilidade em buscar em um modelo externo, especialmente por meio do fascismo italiano, um referencial rígido para compreender o *modus operandi* do integralismo. Não se pode negar o sucesso do fascismo italiano quando observamos a tomada de poder na Itália. Entretanto, Paxton salienta que o próprio exemplar italiano não tinha um programa unívoco e claramente definido.<sup>750</sup> Sendo expressão única do seu particular contexto cultural, cada fascismo elaborou uma forma de ver o seu *Volk*, *Razza* ou, em nosso caso, Raça Brasileira. É preciso notar que no entreguerras houve um clamor por uma nova direção que fosse de encontro ao bolchevismo e a um liberalismo que teria apenas funcionado para enriquecer uma pequena parte da população. Paxton define a questão da seguinte forma:

De qualquer modo, não são os temas específicos do nazismo ou do fascismo italiano que definiam a natureza desse fenômeno, e sim a função atribuída a eles. Os fascismos procuram em cada cultura nacional os temas mais capazes de mobilizar um movimento de massas de regeneração, unificação e pureza, dirigindo contra o individualismo e o constitucionalismo liberais e contra a luta de classes de esquerda. Os temas que atraem os fascistas de uma tradição cultural podem parecer simplesmente tolos a uma outra.<sup>751</sup>

---

<sup>748</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In médio virtus*. op.cit., p. 25. Araújo propõe observar o integralismo como movimento totalitário, distanciado das interpretações que o consideravam próximo ao conservadorismo. Isto porque conservadorismo e totalitarismo avaliam o liberalismo como um problema para a sociedade, mas propõem caminhos distintos para a sua resolução. Em especial é no caráter da mobilização que as principais dessemelhanças são percebidas. A proposta totalitária buscava diluir todas as diferenças e particularidades existentes dentro do corpo social. Por sua vez, a conservadora visava uma hierarquização dos costumes, permitindo algumas especificidades e oposições desde que não entrem em confronto com a ordem hegemônica estabelecida (Ibidem., p. 80). Ainda, para Araújo, “[...] a noção de totalitarismo, antes de mais nada, refere-se a uma ideologia que prega a construção de uma ordem mais justa e fraterna através da eliminação de todas as diferenças sociais, num processo que, para homogeneizar a sociedade, exige a participação de todos e que, por isso mesmo, desloca a soberania para o povo, e nunca para o estado” (Ibidem., p. 94).

<sup>749</sup> Ibidem., p. 44.

<sup>750</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 30.

<sup>751</sup> Ibidem., p. 76.

Ademais, a minha leitura do integralismo está alinhada à compreensão de um movimento de massas que forjou uma identidade própria, razão pela qual dou pouca relevância a uma orientação do fascismo italiano. Naquele momento, o avanço do comunismo e a descrença no funcionamento dos governos liberais colocavam na ordem do dia uma outra exigência de mobilização. O fascismo encontra um meio de prosperar à medida que o socialismo se torna insuficiente para conquistar o poder e frustra seus adeptos da classe trabalhadora e intelectual.<sup>752</sup> Era um novo movimento que buscava refundar o homem para a nação frente às decepções anteriores. Pode-se dizer, em suma, que o integralismo tinha vários irmãos ao redor do mundo, mas não era filho de nenhum modelo fascista. Penna seguia essa leitura ao aderir ao integralismo.

#### **4.2. Penna veste a camisa verde**

A adesão de Penna ao integralismo esteve ligada às suas desilusões políticas nos governos da Primeira República e da Era Vargas. Na sua concepção, a Primeira República não alterou a sua relação com o liberalismo e a centralização política avançou pouco. Razão pela qual investiu suas energias no golpe de outubro de 1930. Por sua vez, o regime Vargas progrediu na demanda de um projeto autoritário, mas permaneceu, a seu ver, no antigo vício das negociatas políticas que marcaram o período anterior.

Desse modo, o golpe de 1930 veio acompanhado de um sentimento de frustração por parte de uma geração que percebia a ausência de uma ideologia concreta no novo governo liderado por Vargas. Penna acompanhava parte dessa geração antes mesmo de 1930. Intelectuais como Pontes de Miranda e Licínio Cardoso estavam entre suas referências. Além disso, a geração dos anos trinta teve como influência Alberto Torres e Oliveira Vianna, intelectuais que marcaram o pensamento político de Penna. Em volta do integralismo havia nomes e convicções – em pleno processo de radicalização – que facilitaram o ingresso de Penna no movimento.

Não foi tanto o envolvimento de Penna com o integralismo que determinou suas ideias, antes talvez seja possível dizer que este foi um movimento que reuniu a maioria das bandeiras hasteadas durante a sua trajetória. Entre elas estavam o antiliberalismo, o anticomunismo, a disciplina, a vigilância social, a centralização política e administrativa, o nacionalismo, a religião, o clamor por uma liderança nacional, a reforma moral na política, a unidade nacional, o pensamento de Alberto Torres, entre outras.

---

<sup>752</sup> *Ibidem.*, p. 82.

Como menciona Trindade, a década de 1930 apresentou a ascensão de variadas iniciativas de mobilização, sob a liderança de civis ou militares, em busca de novas formas de atuação política, como a Ação Social Brasileira, Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista e o grupo monarquista Ação Imperial Patrimonista.<sup>753</sup> Estes foram movimentos que antecederam a A.I.B.

O idealizador da Ação Integralista Brasileira foi o político, jornalista e escritor paulista Plínio Salgado. Nascido em 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, atuou inicialmente como jornalista em um jornal local. Posteriormente ingressou como redator no *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista, no qual se filiou e engajou em uma corrente que pretendia a renovação do tradicional partido.<sup>754</sup> Entre outras, suas influências intelectuais eram Farias Brito (1862-1917) e Jackson de Figueiredo (1891-1928). Além disso, o movimento modernista foi decisivo para o seu rompimento com o ideário da Primeira República e para insuflar o seu nacionalismo.<sup>755</sup> Foi nesse momento que se identificou com o movimento Verde-amarelo – que a partir de 1927 seria conhecido como Anta – em conjunto com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo.<sup>756</sup> Tais intelectuais procuravam refletir sobre a valorização dos aspectos particulares da cultura e identidade brasileira. Essa defesa à literatura nacional ficou perceptível no manifesto integralista de outubro de 1932 quando Salgado mencionava que “Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais”.<sup>757</sup> O consumo de uma literatura nacional representada por Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Alberto Torres atuou como ferramenta para uma consciência e “um nacionalismo realista”<sup>758</sup>. Entre sua produção intelectual na década de 1920 destaca-se o romance *O Estrangeiro* (1926) e os ensaios reunidos no volume *Literatura e Política* (1927). Na condição de preceptor do filho de um advogado paulista, parte em 1930 para uma viagem ao Oriente e à Europa, na qual entra em contato com outras visões e movimentos políticos.<sup>759</sup>

A volta ao Brasil foi marcada por duas ações: a sua investida como redator no recém-criado jornal *A Razão* e a criação Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P). Segundo Trindade, “O jornal é o instrumento de difusão de suas ideias e a S.E.P., o centro de reflexão ideológica

<sup>753</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 103.

<sup>754</sup> Ibidem., p. 39-40.

<sup>755</sup> Ibidem., p. 40.

<sup>756</sup> Cf.: ZEM EL-DINE, Lorenna Ribeiro. *A alma e a forma do Brasil*. op.cit.

<sup>757</sup> AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Manifesto 7 de outubro de 1932. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932, p. 3.

<sup>758</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 48.

<sup>759</sup> Ibidem.

de onde vai nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira”<sup>760</sup>. O Integralismo nasceu como uma seção na tentativa de popularizar as ideias empreendidas na S.E.P., mas como organização apareceu oficialmente apenas em outubro de 1932 por meio de um manifesto.<sup>761</sup> Essa é uma questão importante, haja vista que o próprio Plínio Salgado, quando questionado se a decisão de criar A.I.B. era resultado de sua viagem à Europa, afirmou que foi a S.E.P que o levou ao integralismo.<sup>762</sup>

O manifesto foi lido por Plínio Salgado em São Paulo no dia 7 de outubro de 1932. A divisa “Deus, Pátria e Família”, que acompanharia o movimento durante toda a sua existência, aparecia logo de início para justificar seus três pilares fundamentais: a religião baseada no espiritualismo e contra o materialismo, o nacionalismo entendido enquanto uma concepção unitária de povo – respeitando as vocações –, e os valores morais representados na ideia de família.<sup>763</sup> Doravante fundaram uma sede nacional e provincial. Um dos impressos periódicos mais icônicos do integralismo, a revista *Anauê!*, anunciava da seguinte maneira a fundação movimento:

O integralismo nasceu em São Paulo e realizou as suas primeiras reuniões numa salinha apertada da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Subia-se por uma escada estreita, onde só passava uma pessoa de cada vez e, logo no 1º andar, à esquerda, estava a sala de sessões. As suas duas janelas voltavam-se para um panorama do bairro da Liberdade. Quase todos os dias, a salinha enchia. Reuniões solenes nas quais Plínio Salgado falava, iniciando a pregação integralista. Reuniões de operários e chefes de núcleo dos bairros humildes da capital bandeirante. Nessas reuniões Caetano Spinelli era um dos primeiros a chegar e sentava-se na primeira fila, representando o núcleo de Cambuci. Não é possível deixar de recordá-lo neste momento em que focalizamos na lembrança aquelas quatro paredes tão marcadas de recordações e tão emocionantes para os que tiveram a glória de viver os primeiros minutos da grande campanha. A mesa ficava no fundo da sala. Os oradores falavam vibrantes de entusiasmos e de ardor revolucionário. A salinha vibrava como um sismógrafo registrando aquela agitação desordenada. Todos tinham consciência, porém, de que qualquer coisa de muito sério estava nascendo. Primeiras reuniões integralistas! Elas foram as que o Integralismo elegeu como as mais intensamente vividas. Recordando-as, agora, sentimos que muita coisa que hoje constitui o motivo central do nosso espírito, veio de lá, daquelas primeiras horas e embebeu-se da rusticidade ascética daquelas paredes, daquela salinha apertada da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.<sup>764</sup>

---

<sup>760</sup> Ibidem., p. 116.

<sup>761</sup> Ibidem., p. 123.

<sup>762</sup> TRINDADE, Héliogio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 184.

<sup>763</sup> AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. Manifesto 7 de outubro de 1932. São Paulo: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

<sup>764</sup> *Anauê!* Primeiras reuniões integralistas. n. 13, março de 1937, p. 4.



A descrição poética empregada na *Anauê!* deve ser compreendida nos próprios termos da imprensa integralista e da mística que envolvia o movimento. A imprensa tinha um caráter coeso, uniforme e doutrinário justamente para standardizar seus membros em torno da ideologia integralista. O estudo de Rosa Cavallari acerca dos periódicos e livros integralistas demonstra a importância da ação coordenada das informações, em especial para a valoração do militante integralista como um “eleito” ou “escolhido” e o integralismo como o método de “salvação da nação”.<sup>765</sup>

Outro marco decisivo foi o I Congresso Nacional da A.I.B. ocorrido em Vitória, Espírito Santo, no primeiro semestre de 1934. Neste congresso os integralistas definiram suas diretrizes de ação, mobilização nacional, questões estatutárias em relação ao chefe nacional, criação de milícias partidárias, departamentos e orientação em relação à religião, vestuário, comportamento entre integralistas e doutrina.<sup>766</sup> O congresso demarca o sistema burocrático e hierárquico do movimento, como por exemplo, a relação de comunicação entre o Chefe Nacional, o Departamento Nacional, o chefe “provincial” e os chefes locais. Tal estrutura sobreviveu até 1935, quando sofreu alterações no II Congresso Integralista Brasileiro, realizado em Petrópolis.<sup>767</sup>

Considerado um sucesso, o Congresso de Vitória era a materialização da expansão do movimento integralista em nível nacional e a comprovação do irrestrito apoio à liderança de Salgado.<sup>768</sup> O *Correio da Manhã* noticiou suas impressões sobre o evento e como o movimento ganhava forma no cenário político-social brasileiro:

<sup>765</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*. op.cit., p. 140.

<sup>766</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>767</sup> TRINDADE, Hégio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 81. Quando perguntado por Trindade sobre as resoluções do Congresso, um dos dirigentes provinciais presente no evento descreveu da seguinte forma: “Saiu, havia atas, saiu quase que um protocolo do Congresso com toda a estruturação do movimento. Apenas uma coisa, quando nós trouxemos de lá uma estrutura muito simplificada da Milícia Integralista, o Mourão, que tinha terminado o curso de Estado-Maior copiou do Estado-Maior do Exército brasileiro quase igual: 1ª divisão, 2ª divisão, 3ª divisão, sub-seções... Nossa Senhora!” (Ibidem., p. 364). De modo geral, o Congresso denotou o sucesso do desenvolvimento do integralismo.

<sup>768</sup> A edição do *Monitor Integralista* dedicada ao Congresso relata o momento em que Plínio Salgado, publicamente, abnega o cargo de Chefe em prol do movimento. Para os integralistas, essa era a prova maior de descomprometimento com cargos e comprometimento com a causa em si: “Forçado pelo integralismo nacional, submetido à obrigatoriedade imposta pelas delegações de todas as Províncias, Plínio Salgado tornou-se o Chefe de uma maneira sem precedente em nenhuma corrente política, porque é um Chefe que não quer ser chefe e que, portanto, no desempenho das suas funções do seu cargo, não consulta, em hipótese alguma, qualquer interesses de companheiros, nem procurará agradar, conciliar, nem cultivará amabilidades com quem quer que seja” (*Monitor Integralista*. A 1ª sessão solene no teatro Carlos Gomes. Ano II, n. 6, 1934, p. 2).

Durante cinco dias nesta cidade, representantes de todos os Estados do Brasil, de camisa-oliva, entregaram-se à faina de consolidar definitivamente o movimento que os empolga.

Pode-se afirmar que eles são românticos e são sonhadores. Uma coisa, entretanto, é evidente: na perseguição dos seus objetivos têm dado mostras de energia e de rara pertinácia. Tendo um programa bem nítido, bem ousado, põem, na sua difusão, as notas de uma fé inabalável. Em meio ao ceticismo geral, combatem o ceticismo. Vão crescendo devagar, mas crescendo sempre. Hoje seus núcleos espalham-se por todo o país. Há-os no Amazonas. Há-os em Goiás e até no Acre. Pelo que nos informam o Congresso Integralista impressionou pela homogeneidade dos pontos de vista que apaixonaram os rapazes vindos dos mais distantes e diversos pontos do país.<sup>769</sup>

O fragmento acima sugere uma outra questão. A quem seduzia o integralismo? Qual o perfil dos setores de organização do movimento? O que aproxima ou afasta Penna desse recorte? Em que pese o problema de classificação dos seus militantes, assumindo o risco de generalizações, Trindade lança a hipótese de um contingente de categorias socio-profissionais inerente das classes médias urbanas em ascensão.<sup>770</sup>

Tomando como contraste os setores dirigentes do movimento, a saber, a estrutura socioprofissional das direções nacional e regionais da A.I.B., Trindade sustenta que, majoritariamente, os dirigentes provêm das camadas intelectuais da classe média superior, especialmente advindas das profissões liberais. No entanto, quando este autor analisa a Câmara dos Quarenta e a Câmara dos Quatrocentos – conselhos consultivos da A.I.B. – nota-se uma alteração na participação socioprofissional da sua composição.<sup>771</sup> Segundo Trindade, “Esse momento [por volta de 1936] coincide com a fase na qual o movimento se torna menos sindicalista e ‘revolucionário’, procurando se adaptar aos mecanismos de tomada de poder, segundo vias liberais clássicas”.<sup>772</sup> De modo geral, a composição de seus militantes é muito

<sup>769</sup> *Correio da Manhã*. O Congresso Integralista: Os seus trabalhos em Vitória. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 12.043, 7 de março de 1934, p. 5.

<sup>770</sup> O próprio autor trata a classificação com cuidado e explica: “Define-se como ‘classes médias’ no Brasil dos anos 30, duas categorias sociais: a média burguesia dos profissionais liberais e oficiais das Forças Armadas (classe média superior) e a pequena burguesia dos pequenos proprietários urbanos rurais e os burocratas do setor público/privado (classe média inferior)” (TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. op.cit., p. 131). Partindo de pesquisas empíricas recentes, Paxton põe em xeque a concepção de que o recrutamento fascista pertencesse a uma camada social definida, uma vez que seu apoio era múltiplo e seu sucesso estava justamente na sua força em atrair um público mais amplo, abrangendo todas as classes (PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 334).

<sup>771</sup> A estrutura social da Câmara dos Quarenta, segundo Trindade, era composta por 7 membros da burguesia, 24 da média burguesia intelectual e 9 da média burguesia militar (TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. op.cit., p. 133).

<sup>772</sup> TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. op.cit., p. 133. Ainda no que diz respeito à Câmara dos Quarenta e à Câmara dos Quatrocentos: “O caráter elitista do recrutamento da Câmara dos Quarenta sobressai quando comparada com a dos Quatrocentos, na qual cerca de um quarto dos membros origina-se da pequena burguesia (pequenos proprietários urbanos e rurais, funcionários e empregados) e, inclusive, alguns elementos provêm das camadas populares” (Ibidem., p. 134).

diversificada para determinar o monopólio de um único grupo sobre outro. A própria liderança do integralismo tinha essa percepção multiforme. Na primeira edição do boletim *Monitor Integralista*, um dos principais veículos de circulação nacional do integralismo, há uma nota mencionando a criação de uma escola integralista para operários. O impresso acrescenta que “A matrícula já é de 30 alunos, todos adultos e operários”<sup>773</sup>. Portanto, existe uma tentativa em congregar diversos setores da sociedade que estivessem frustrados com a democracia-liberal e o socialismo e aptos à mobilização.

Pertencente à Câmara dos Quarenta e chefe do Departamento de Saúde Pública e Higienização da A.I.B., Penna pode ser alocado na categoria da média burguesia intelectual. O caráter ideológico do movimento atraía para si uma fatia da intelectualidade da década de 1930, notadamente a geração antiliberal. A revista *Hierarchia*, criada em agosto de 1931, foi palco de discussões políticas e sociais de intelectuais que figuraram nas lideranças do integralismo como Hélio Vianna (1908-1972), Olbiano de Mello (1892-1969), Madeira de Freitas (1893-1944), Santiago Dantas (1911-1964) e Sebastião Pagano (1908-1972).<sup>774</sup> Evidentemente nem todos os intelectuais depositavam suas esperanças no integralismo. No Fundo Pessoal de Renato Kehl, por exemplo, uma notícia vinculava o nome do médico eugenista à A.I.B., relatando o seu aceite em participar do movimento. Contudo, embaixo da notícia, Kehl fez um comentário à mão com o seguinte dizer: “Não aceitei. Estou vacinado... para depois ter decepções deste gênero!”<sup>775</sup>.

No que concerne ao recorte etário dos dirigentes e militantes integralistas, Penna estava bem distante do comum. Trindade afirma que a maioria dos dirigentes e militantes locais tinha idade inferior a 25 anos e três quartos dos dirigentes nacionais/regionais tinham menos de 30 anos.<sup>776</sup> Getúlio Vargas, quando recebeu a comitiva de integralistas no Catete em 1937, mencionava que o movimento era conhecido pela quantidade de moços e pelo patriotismo. No entanto, dizia que não era verdade que fosse exclusivamente formado por moços, pois ali havia “[...] homens eminentes capazes de exercer cargos de responsabilidades”, entre eles citou Rocha Vaz (1881-1964), General Vieira Rosa (1898-1988), Gustavo Barroso e Belisário Penna.<sup>777</sup> Quando adere ao integralismo Penna recém completara 67 anos de idade.

<sup>773</sup> *Monitor Integralista*. Inauguração de uma escola integralista para operários. Ano I, n. 1, 1933, p. 2.

<sup>774</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 100-101.

<sup>775</sup> Grupo: Pesquisa. Dossiê: Comunicação de resultados. (recorte avulso, Fundo Renato Kehl, DAD-COC).

<sup>776</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 144.

<sup>777</sup> *A Offensiva*. Os integralistas no Catete. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 514, 1937, p. 5.

Uma controvérsia surge em relação à data de sua adesão ao integralismo. A historiografia atribui a entrada de Penna na A.I.B. em 1932, ou seja, no momento da fundação do movimento. Não encontrei fontes que sustentem essa afirmação. Nesse período Penna ainda estava ligado ao governo Vargas e encaminhava seu pedido de exoneração, consumado apenas no primeiro semestre de 1933. Chamei a atenção ainda, no capítulo três, que o nome de Penna esteve vinculado enquanto candidato do Partido Democrático do Distrito Federal em vista das eleições da Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

Então, quando ocorreu a aproximação de Penna com o integralismo? Segundo a documentação, a sua entrada no integralismo sobreveio apenas no final de 1935, quando publicou um artigo no jornal *Correio da Manhã* - replicado no jornal integralista *A Offensiva* -, explicando as razões de seu ingresso no movimento naquele momento. Antes, porém, é preciso analisar o que aconteceu com Penna entre 1933 a 1935, pois este é um período decisivo para compreender a sua mudança de perspectiva e a imersão na proposta integralista de Plínio Salgado.

Além de pedir a exoneração em 1933, Penna decide se afastar da vida pública. Embora tenha colocado muitas expectativas no governo Vargas, sua desilusão foi significativa a ponto de optar por uma mudança de rumos na política. Fora da cena pública, participou mais ativamente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e retirou-se para um isolamento na zona rural.

Criada em novembro de 1932, a SAAT propunha discutir questões relacionadas ao país tendo como norte as obras de Alberto Torres, consideradas como orientadoras para a organização nacional. Penna foi um dos sócios fundadores da Sociedade. No capítulo anterior sugeri como Torres foi a principal influência política de Penna, de modo que não há surpresas em sua participação na Sociedade. A SAAT possuía um núcleo central na cidade do Rio de Janeiro e diversos outros núcleos em estados e municípios.<sup>778</sup> Em carta direcionada ao recém-criado núcleo de Campos, Penna saudava a fundação e estimava que “Os Torreanos de Campos tenham sempre em mente as magistrais lições do nosso incomparável patrono [...]”<sup>779</sup>.

Penna também esteve presente discursando no núcleo de Campos em 18 de fevereiro de 1933. Essa conferência, de fato, já parece evidenciar a aproximação com o discurso integralista. A retórica é motivada por concepções que tradicionalmente o acompanharam

---

<sup>778</sup> PINHO, Silvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres*. op.cit., p. 175-176.

<sup>779</sup> Carta de Belisário Penna ao núcleo da Sociedade Amigos de Alberto Torres de Campos. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1933.

como o nacionalismo, crítica ao liberalismo e a política nacional, valorização rural, reordenação da moral, organização do trabalhador nacional, saneamento, autoritarismo e centralização. Penna intercalava a sua interpretação com trechos da obra de Torres. Em destaque estava o chamado para a mobilização das massas, uma característica que era íntima à proposta integralista e constitutiva da concepção de Penna:

Tenho fé que em cada município do Brasil deve haver alguns patriotas nessas condições, para criar núcleos, que ligados entre si e à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, constituam força capaz de esclarecer a opinião pública e conquista-la, a fim de que ela exerça pressão vigorosa, de fora para dentro, de forma a forçar os governos a obedecê-la e nos seus imperativos de valorização da terra pelo saneamento; de fortalecimento da família e moralização do lar, pela pequena propriedade, pela colonização, pela educação higiênica, agrícola e profissional; de virilização do homem, pela assistência à mulher e à criança, pelo combate às endemias, ao alcoolismo e à vadiagem, por um sistema de transportes econômicos, de crédito aos lavradores; pela coordenação, enfim, dos elementos imprescindível à eficiência do trabalho.<sup>780</sup>

Torres orientou parte de uma geração intelectual das décadas de 1920 e 1930. No integralismo, em que uma parcela dessa geração se fazia presente, não foi diferente. Torres era referência para Salgado desde o início de 1920 e foi amplamente divulgado na propaganda do integralismo. Em vista do depoimento de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), Silvia Pinho menciona que “Salgado tentou transformar a sociedade numa organização integralista, no que foi impedido pelos outros sócios, permanecendo a SAAT como organização não-partidária”<sup>781</sup>. As orientações de Torres eram compartilhadas tanto pelos integralistas quanto por Penna, razão pela qual a aproximação foi facilitada.

Seu engajamento efetivo na A.I.B. ocorreu em dezembro de 1935, quando anunciava a decisão de voltar à vida pública em nome da gravidade da situação em que o país se encontrava. Assim definia o seu retorno:

Afastado voluntariamente da vida pública dedicado com prazer à labuta rural, não arrefeceu, por isso, o meu patriotismo, acompanhando o vivo interesse o desenrolar das vicissitudes por que vem passando o Brasil. No isolamento do campo, longe do bulício enervante e perturbador da metrópole, do enxame de boatos e de intrigas, tendo como única testemunha a encantadora natureza que nos cerca, penso que com mais segurança e maiores probabilidades de acerto, os acontecimentos.

---

<sup>780</sup> PENNA, Belisário. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 13 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na Fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Campos, 13 de fevereiro de 1933*, p. 9.

<sup>781</sup> PINHO, Silvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres*. op.cit., p. 170. O fato de manter a organização não-partidária, segundo a autora, não significava que ela não tivesse objetivos e engajamento político.

Embora houvesse deliberado eclipsar-me do cenário social, quebro agora, por patriotismo, esse propósito ante o perigo que paira sobre o Brasil, ameaçado de subverter-se na animalidade do torvo judaísmo comunista.<sup>782</sup>

Nas entrevistas realizadas com militantes integralistas, Héglio Trindade constatou que dois terços aderiram ao movimento por motivação anticomunista, especialmente após a criação da Aliança Nacional Libertadora em 1935. Outras razões estavam na simpatia pelo fascismo europeu, no nacionalismo e na oposição ao sistema político vigente.<sup>783</sup> Em enquête realizada com o público feminino da revista *Anauê!*, pode-se notar as adesões devido ao anticomunismo e ao patriotismo. Ao perguntar a razão pela qual a leitora entrou para o integralismo, a Sra. Iracy R. Pardilha afirmava que o “[...] o integralismo é o único movimento capaz de salvar o Brasil do comunismo”. D. Inah G. K. Viard respondia de forma semelhante: “Porque achei que um Movimento que tem por base ‘Deus, Pátria e Família’, reúne a felicidade terrestre sem prejudicar a vida eterna, livrando a nossa querida Pátria das infâmias do comunismo”<sup>784</sup>.

A oposição aos regimes políticos liberais e o nacionalismo eram presentes na trajetória de Penna. No entanto, atribuo maior peso à sua adesão devido ao efeito do comunismo, que teria encontrado na “[...] crise de caráter, assoberbado por tremenda crise financeira, com a economia desmantelada, a instrução educacional desmoralizadíssima, a doença multiforme e generalizada”<sup>785</sup> uma oportunidade para adentrar no Brasil. A data também é sugestiva. Penna adere ao integralismo um mês após a chamada “Intentona Comunista”. Razão pela qual a tentativa de golpe de Estado é lembrada por ele:

São traiçoeiros e tartufos. Fingem-se amigos para, com segurança, matar pelas costas ou no sono. Ainda agora, depois do fracasso da Intentona, multiplicam-se as declarações de partidários ou de evidentes simpatizantes do comunismo, de que a guerra que fazem ao integralismo provêm do seu “amor” à liberal democracia, quando a razão dessa guerra é motivada pelo fato de ser o integralismo a única força nacional civil, para quem as forças armadas nacionais – Exército e marinha, podem apelar com absoluta confiança, a fim de auxiliá-las na debelação definitiva dos inimigos de Deus, da Pátria e da Família.<sup>786</sup>

<sup>782</sup> PENNA, Belisário. Momento Brasileiro. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 84, 1935, p. 1. Em 25 de dezembro de 1932, em palestra na inauguração de uma rádio em Paricatuba, realizada a convite Dr. Carvalho Leal, Penna reafirmava que optou por um isolamento voluntário por dois anos da vida pública e da sociedade, dedicando-se apenas à sua fazenda. (PENNA, Belisário. *Meus caros Patrícios de Paricatuba*. 25 de dezembro de 1935). (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>783</sup> TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. op.cit., p. 152.

<sup>784</sup> *Anauê!* A “Enquete” de “Anauê!” entre as blusas verdes do Brasil. n. 18, agosto de 1937, p. 62. Todas as entrevistas também relatam a questão do patriotismo.

<sup>785</sup> PENNA, Belisário. Momento Brasileiro. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 84, 1935, p. 1.

<sup>786</sup> *Ibidem*.

Para Penna, o integralismo era o movimento capaz de conter a invasão dos judeus comunistas que dominaram a Rússia e tinham o objetivo de dominar o mundo.<sup>787</sup> A camisa-verde tornou-se um agregador para um conjunto de nacionalistas insatisfeitos com os rumos da política nacional e com a expansão do comunismo. Doravante passou a contribuir com o movimento por meio de textos publicados em *A Offensiva*, participava de reuniões e se aproximou de Plínio Salgado. Em resumo, Penna adentrava na militância e passava a propagar a doutrina integralista.

### 4.3. O voto do Chefe: Penna presidente!

Uma vez constatada a adesão efetiva de Penna ao integralismo, ao menos três questões devem ser respondidas. Em primeiro lugar, qual a sua leitura do integralismo e como ela se coadunava em sua trajetória? Depois, como ocorreu a sua ascensão na estrutura organizacional do movimento a ponto de compor a prestigiosa Câmara dos Quarenta? Por fim, qual a sua relação com Plínio Salgado?

No que diz respeito à sua leitura do integralismo, podemos verificá-la a partir da sua produção intelectual na imprensa integralista. Penna concentrou a maior parte dos seus textos no periódico *A Offensiva*. Ao todo constam nove artigos, publicados entre 1935 a 1937, que desenvolvem a sua interpretação integralista de política.

O livro e o jornal constituíram os suportes fundamentais da doutrinação integralista. Rosa Cavallari argumenta que além da questão teórica, os jornais tinham uma função de uniformizar os discursos. Não à toa, uma Secretaria Nacional de Imprensa e Comissões de Imprensa foram criadas para esta finalidade. Os jornais provincianos e nucleares costumavam reproduzir notícias e informações contidas nos principais jornais que circulavam em São Paulo e no Rio de Janeiro.<sup>788</sup> Eram centenas de periódicos distribuídos em pelo menos dezoito estados da federação.

*A Offensiva*, que circulou entre 1934 a 1938, nasceu para propagar a doutrina integralista em nível nacional. Embora sediada do Rio de Janeiro, sua circulação percorria todo o Brasil, possuiu 516 exemplares e pode ser considerado o jornal mais importante do movimento. O próprio Plínio Salgado foi editor em seu ano inaugural. Era um espaço de doutrinação da militância e legitimidade das lideranças, haja vista que os ícones do movimento publicavam recorrentemente em seus números. São vários os textos assinados por

---

<sup>787</sup> Ibidem.

<sup>788</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*. op.cit., p. 79.

Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Madeira de Freitas e Hélio Vianna, por exemplo. Diferentemente do *Monitor Integralista*, que tinha uma diretriz informativa e estrutural do movimento, *A Offensiva* era composta de seções diversas relacionadas ao cinema, contexto internacional, esportes, higiene, sindicatos e sociabilidade. Mesmo com variedades, as seções mantinham o seu caráter doutrinário.

Os preceitos defendidos pelo integralismo, particularmente os de caráter conservador, eram semelhantes ou iguais àqueles que Penna preservava. Assim, diante da frustração com o governo Vargas, o integralismo nascia como uma alternativa reformista e salvadora. Por este ponto de vista, seis palavras se tornam chave para a aproximação de Penna com o integralismo: antiliberalismo, religião, família, nacionalismo, uniformidade e anticomunismo. O lema integralista “Deus, Pátria e Família” é sintomático para compreender os valores que Penna nutriu durante sua trajetória como homem público. Não à toa traduzia os fundamentos do integralismo como “Moral Cristã, a Segurança da Família e a Unidade e Grandeza da Pátria”<sup>789</sup>. A divisa “Deus, Pátria e Família” representava com muito mais propriedade os valores buscados por certos grupos intelectuais, do qual Penna era parte, do que a necessidade de forjar um movimento copiado do estrangeiro. Quero tratar brevemente destes itens para demonstrar de que modo o integralismo converge com as perspectivas de Penna e de parte de uma geração de intelectuais.

O antiliberalismo encontrava guarida na retórica de Penna como sendo, a partir da fundação da República, um dos responsáveis pela desassistência da população, enriquecimento de uma elite política e atraso nacional. Argumento presente desde *Saneamento do Brasil*, o regime republicano teria sido fundado “[...] sobre bases falsas de um liberalismo excessivo e inconveniente, que degenerou na fundação de oligarquias e satrapias dissolventes, incapazes e desonestas, e na mais desbragada anarquia, que chafurdou a nação na falência e na desonra”<sup>790</sup>. Para ele, na década de 1930, a A.I.B. surge como solução para a derrocada das democracias-liberais. Dizia, “A Ação Integralista Brasileira é a antitoxina, que eu previ, desde 1916, no artigo ‘Ferro em Brasa’, um dos capítulos do ‘Saneamento do Brasil’, que se elaboraria no organismo brasileiro para expelir a septicemia demo-liberal [...]”<sup>791</sup>. Penna reconhecia que o excesso de preocupação materialista contribuiu para o desenvolvimento dessas oligarquias. Na sua visão, apenas uma iniciativa espiritualista e descompromissada com o materialismo poderia revitalizar a nação e criar um sentimento de

<sup>789</sup> PENNA, Belisário. Pânico, Rancor e ódio. *A Offensiva*, Ano III, n. 299, 1936, p. 2.

<sup>790</sup> PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. op.cit., p. 78.

<sup>791</sup> PENNA, Belisário. Pânico, Rancor e ódio. *A Offensiva*, Ano III, n. 299, 1936, p. 2.



solidariedade. Vale notar que, segundo Paxton, a descrença na política e a crise do liberalismo favoreceram a ascensão de movimentos com características fascistas:

Os fascismos começavam em quartos de fundo e cresciam até chegar à arena pública com maior facilidade em países onde os governos funcionavam mal ou simplesmente não funcionavam. Um dos lugares-comuns das discussões sobre esse movimento é que ele lucrava com a crise do liberalismo.<sup>792</sup>

A religião também foi um ponto de aproximação de Penna com o integralismo, notadamente pelo seu caráter espiritualista e a prevalência do credo católico - embora exista um recorte protestante no movimento.<sup>793</sup> O catolicismo marca a formação de Penna desde a sua infância e constitui uma das razões para a sua esperança no integralismo: “Do exposto posso responder que sou integralista, porque já o era desde mais de vinte anos; porque creio em Deus e pratico a moral cristã; porque não sou um instintivo e quero o primado do espírito sobre a matéria [...]”<sup>794</sup>.

Uma vez que o materialismo era fruto da derrocada do país, somente uma doutrina espiritualista, que colocasse Deus ao lado dos objetivos do Brasil, poderia oferecer um novo rumo político e social. É nesse momento que a família ganha responsabilidade como edificadora da nova nação. A família representava a ideia de controle, unidade e a designação das funções da mulher socialmente. Era por isso que acreditava que “Urge, a bem da humanidade, um corretivo à loucura da mulher de querer igualar-se ao homem em tudo e por tudo [...]”<sup>795</sup>. Para ele, a partir do momento que a mulher deixava de seguir sua orientação biológica dirigida ao lar, suas ações começavam a comprometer o futuro do país. A mulher tinha um papel específico como mãe na educação dos filhos que, por sua vez, viriam futuramente a compor o organismo nacional. Em artigo ao setor feminino do integralismo, as blusas-verdes, Penna apresentava a sua lógica:

De que depende o vigor, a operosidade e o progresso material e moral de um povo?  
Da fortaleza e vitalidade da célula ou unidade fundamental da sociedade – a Família.  
De que depende a fortaleza e a vitalidade da Família?  
Do lar próprio e higiênico e da ação e vigilância permanente da mulher.<sup>796</sup>

<sup>792</sup> PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. op.cit., p. 135.

<sup>793</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 146.

<sup>794</sup> PENNA, Belisário. *Porque sou integralista*. 29 de junho de 1937, p. 3. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

<sup>795</sup> PENNA, Belisário. A mulher, a Família, o Lar e a Escola. In: *ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO: O Integralismo e a educação*. V.9. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959, p. 43.

<sup>796</sup> *Ibidem.*, p. 46.

Por último, o anticomunismo passou a figurar com maior intensidade em seu discurso a partir da sua entrada no integralismo. Isto porque na década de 1930 se torna muito mais presente a disputa de espaços políticos com este grupo. Após a Revolução de 1917 espalhou-se a propaganda de que o comunismo pretendia expandir suas fronteiras e dominar pelo materialismo de sua doutrina todo o planeta. O integralismo despontou como uma proposta de negação ao materialismo internacional na qual compreendia o comunismo e o capitalismo como seus representantes. Assim, como aponta Araújo, a proposta de Salgado estava em um contexto mais amplo no qual outras nações também se mobilizavam para a defesa nacional, cada qual à sua maneira.<sup>797</sup> Segundo os integralistas, a concepção comunista percebia o homem como peça de uma engrenagem, inserido em uma noção materialista de universo.<sup>798</sup> Os integralistas oferecem um sentido integral ao homem, calcado na solidariedade e na totalidade como forma de ação. Essa totalidade não estaria dispersa, mas organizada para responder a um Estado organizado. O nacionalismo e a uniformidade passam a ser argumentos aglutinadores para negar o comunismo e propor uma perspectiva orgânica de nação. Penna costumava usar a seguinte analogia: “A sociedade é um organismo, como o do homem, que exige completa sinergia no trabalho dos seus aparelhos e constante vigilância dos seus órgãos, para que funcionem regularmente”<sup>799</sup>. O sanitarista brasileiro assumiu esse discurso à medida que a retórica integralista se coadunava com sua visão de vigilância e conservadora da sociedade.

Além disso, após as decepções na política e a restrição de suas ações nos cargos assumidos na máquina do Estado, o integralismo parecia portar uma nova promessa para o desenvolvimento do seu projeto de nação. Agora realizado não por meio do Estado, mas da sociedade. Não a sociedade de indivíduos do liberalismo, mas uma sociedade em mobilização permanente e sob uma doutrina que reordenasse todas as esferas da vida.<sup>800</sup> Tomando por exemplo o alcoolismo, este “demônio da humanidade”, segundo Penna, o integralismo permitiria uma revolução dos costumes e extirparia este mal desde a raiz, a partir da própria sociedade, não mais dependendo das dificuldades e das negociações necessárias para se estabelecer leis antialcoólicas, como a taxaço sobre as bebidas – dificuldades que desagradaram Penna.

Inicialmente, a atividade de Penna no movimento estava ligada à produção intelectual, sobretudo no jornal *A Offensiva*. Este é um indicativo da força do seu nome ao entrar no

<sup>797</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. op.cit., p. 64.

<sup>798</sup> SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. op.cit., p. 26-27.

<sup>799</sup> PENNA, Belisário. Saneamento de Fachada. *A Offensiva*. Ano II, n. 130, 1936, p. 10.

<sup>800</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. op.cit.

integralismo, haja vista que naquele periódico concentravam-se as principais lideranças nacionais.

Não tardou para que Penna fosse convidado a compor um dos quadros de direção. Por meio da resolução n.165, o Chefe do integralismo criou o Supremo Conselho Integralista, a Câmara dos Quarentas e as Cortes do Sigma. Respectivamente, o Supremo Conselho Integralista consistia em um órgão auxiliar para a direção da A.I.B. e possuía dez membros. A Câmara dos Quarenta era representada por cidadãos considerados eminentes na sociedade, com reconhecido valor moral e intelectual no movimento. As Cortes do Sigma eram a expressão máxima do integralismo ocupadas pelo Supremo Conselho Integralista, Câmara dos Quarenta, Secretários Nacionais, Chefes Provinciais, Integralistas especialmente convocados pelo Chefe Nacional.<sup>801</sup> Essa consultoria não substituíam a decisão soberana de Salgado. O *Monitor Integralista* explicava que a criação dessas instâncias se devia à evolução da A.I.B., em que houve a necessidade de “consultar a massa integralista”<sup>802</sup>.

A resolução n.172 indicava os membros da recém-criada Câmara dos Quarenta. Quarenta homens considerados eminentes na sociedade foram selecionados pelos Membros do Supremo Conselho Integralista<sup>803</sup>. Este grupo, quando exigido, tratava de questões acerca da política, propaganda, finanças, cultura e administração. Segundo o seu regulamento, as conclusões das matérias submetidas à Câmara dos Quarenta eram enviadas a Salgado em forma de parecer. Entre os deveres dos seus membros constavam o sigilo dos assuntos tratados e não omitir opiniões, mesmo que contrariassem as do Chefe. Como consta em seu regulamento, as reuniões aconteciam duas vezes por mês com a presença de Salgado.<sup>804</sup> Dentre a lista, o primeiro nome que aparece é o de Penna, classificado profissionalmente como ex-ministro da Educação.<sup>805</sup>

Uma vez que o regulamento orientava para manter as discussões sob sigilo interno, pouca coisa pode ser analisada referente à sua participação no decorrer das reuniões da Câmara dos Quarenta. Em última análise, Penna ganhou maior relevo em vista do plebiscito integralista que ocorreu em 23 de maio de 1937 para a escolha do futuro candidato à presidência da República do movimento.

<sup>801</sup> *Monitor Integralista*. Resoluções da Chefia Nacional. Ano IV, n. 15, 1936, p. 3.

<sup>802</sup> *Monitor Integralista*. A Chefia Nacional da A.I.B. Ano IV, n. 16, 1937, p. 2.

<sup>803</sup> A Resolução n.166 nomeava Gustavo Barroso, Miguel Reale, Everaldo Leite, Madeira de Freitas, Jeovah Motta, Rodolpho Josetti, Belmiro Valverde (substituído por Jayme Regalo Pereira) e Raymundo Padilha. (*Monitor Integralista*. Resoluções da Chefia Nacional. Ano IV, n. 15, 1936, p. 3).

<sup>804</sup> *Monitor Integralista*. Câmara dos Quarenta: Regulamento. Ano IV, n. 16, 1937, p. 11.

<sup>805</sup> *Monitor Integralista*. Resoluções da Chefia Nacional. Ano IV, n. 15, 1936, p. 3. Também fora classificado em outras chamadas como escritor e higienista.

O plebiscito de maio de 1937 foi uma convocação de Plínio Salgado para a escolha do candidato que disputaria a presidência da República daquele ano representando o integralismo. A essa altura o movimento estava focado nos processos eleitorais como forma de alcançar o poder. Embora Salgado fosse reconhecido como o Chefe do movimento e, automaticamente, o candidato óbvio à disputa do pleito, o plebiscito possuía um caráter legitimador da sua autoridade no integralismo frente ao processo eleitoral. Com essa atitude, Salgado procurava reafirmar seu desapego ao poder e insinuava que os integralistas eram livres para escolher qualquer outro representante. Essa estratégia de aclamação da sua liderança foi usada em outras oportunidades, como no Congresso de Vitória. Na resolução n.293, que decretava a convocação do plebiscito, fundamentava esses anseios de legitimação, autoridade do Chefe e obediência sob uma forma de escolha livre:

6- Que o Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira não quer ser chefe de escravos, de inconscientes, de autômatos, e sim chefe de homens absolutamente livres, não só na escolha e aceitação espontânea da disciplina a que se sujeitam para engrandecer a Pátria e garantir liberdades, mas, também, para escolha e proclamação daquele que deve encarnar o princípio sagrado da autoridade.<sup>806</sup>

Desse modo, qualquer integralista poderia concorrer e a votação aconteceria em todas as sedes. Como esperado, o resultado da votação consagrou Salgado como o candidato à presidência da República pelo integralismo com 843.354 votos. Em seguida vieram Gustavo Barroso, com 1.397 votos, e Miguel Reale, com 164. Outras dezenas de integralistas tiveram votos abaixo dos 100. Nessa votação, Penna foi escolhido por 84 integralistas para ser o candidato nas eleições de 1938.<sup>807</sup> Embora sua quantidade de votos seja irrisória se comparada à Salgado, ela significa muito quando pensada em relação a outros integralistas. Penna obteve apenas 80 votos a menos que Miguel Reale, um importante teórico da A.I.B. Estar entre os dez mais votados sinaliza o *status* de respeito que Penna possuía em relação a nomes mais históricos e tradicionais dentro do movimento.

E qual foi o voto de Plínio Salgado no plebiscito? O Chefe Nacional do integralismo votou em Belisário Penna como seu candidato à presidência da República. A opção de Salgado por Penna enuncia tanto o grau de respeito, como a confiança entre ambos. A carta do integralista Ernani de Moraes a Penna enfatiza que o voto de Salgado simbolizava a sua admiração pelo sanitarista. Ernani de Moraes foi incumbido no dia do plebiscito em levar Salgado para o seu local de votação, no Núcleo da Glória. Segundo Moraes, após votar em

---

<sup>806</sup> *Monitor Integralista*. Convocação de Plebiscito para presidente. Ano V, n. 19, 1937, p. 2.

<sup>807</sup> *Monitor Integralista*. Votos do Plebiscito para presidente. Ano V, n. 20, 1937, p. 2.

Penna, Plínio Salgado disse: “Integralistas, votei em Belisário Penna, Brasileiro ilustre, discípulo de Oswaldo Cruz e nosso impoluto companheiro de Movimento”<sup>808</sup>. Na carta mencionava que durante o trajeto de volta Salgado teceu diversos elogios a Penna. Não pretendo supervalorizar a relação entre Penna e Salgado, embora seja importante destacar tais aproximações.

O próximo passo dos integralistas foi comunicar o presidente Getúlio Vargas da escolha do seu candidato. No início de junho, Vargas recebeu uma comitiva da corte do Sigma no Catete e o anúncio da futura candidatura de Salgado aprovada internamente pela militância. A comissão foi constituída por Everaldo Leite, Belisário Penna, Fonseca Hermes, Amaro Lanari (1887-1968), Rocha Vaz, da Câmara dos Quarenta. Além disso, estavam Miguel Reale, Gustavo Barroso e diversos integralistas que ocupavam cargos em províncias ou da Câmara dos Quatrocentos.

Na audiência, Vargas tomou a palavra para proferir que embora nunca tivesse se encontrado com Salgado, era dever do chefe da nação receber uma comitiva como aquela. Disse também que não possuía preferências por um candidato para a sua sucessão, sendo sua maior preocupação garantir o livre exercício dos direitos políticos.<sup>809</sup>

Entre as fontes, há uma *Saudação ao Chefe nacional* escrita por Penna a convite do advogado e vice-presidente da Câmara dos Quarenta, Francisco de Paula Queiroz Ribeiro, em razão da candidatura de Plínio Salgado. Penna seria o intérprete da Câmara dos Quarenta junto a Salgado pela consolidação da sua candidatura como representante dos integralistas. A conferência retrata a sua posição de respeito dentro da Câmara dos Quarenta e sua total imersão na doutrina integralista:

A Câmara dos Quarenta, embora das corporações da AIB talvez a última a congratular-se com a Pátria pelo pesadíssimo e sacramento encargo a que espera submeter o Chefe, venerado e obedecido conscientemente e com particular satisfação por todos os camisas verdes, os verdadeiramente camisas verdes, não é menos ardente no entusiasmo patriótico com que espera a vitória do Brasil, no pleito de 3 de janeiro de 1938.

Enquanto a mim, conto como dos mais felizes da minha larga vida este momento em que me coube a ventura de interpretar os sentimentos da Câmara dos Quarenta.

Sinto-me representado nesse ambiente verde, onde impera profundo sentimento nacionalista, com o firme propósito da unidade e integridade da Pátria de segurança e felicidade da família, numa atmosfera espiritual, dominada por uma força, que se não vê, mas que se sente, porque é a centelha que faz vibrar todas as almas.<sup>810</sup>

<sup>808</sup> Carta de Ernani de Moraes a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1937.

<sup>809</sup> *A Offensiva*. Os integralistas no Catete. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 514, 1937, p. 5.

<sup>810</sup> PENNA, Belisário. Saudação ao Chefe nacional. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Assim como muitos integralistas, Penna nutria uma admiração – quase messiânica – por Salgado. Essa reverência dizia respeito à sua trajetória enquanto jornalista e intelectual e por forjar um movimento de forte cunho doutrinário capaz de catalisar um número diversificado de adeptos. Nas entrevistas que Trindade realizou com as chefias integralistas percebe-se que a admiração nutrida por Salgado era em relação a um líder que inflava as massas e possuía uma oratória convincente. À medida que o integralismo era instrumentalizado ao seu redor, tanto nas deliberações como na questão filosófica, o culto à sua imagem foi sendo fortalecido. Como menciona Trindade, “Sua legitimidade decorre do fato de que ele é a síntese dos anseios de todos os integralistas, o intérprete e o defensor supremo da doutrina”<sup>811</sup>. Para este autor, Salgado era muito mais um doutrinador e agitador político do que necessariamente um homem de ação prática.

Penna procurava destacar as qualidades do Chefe, sustentando que ele era a personificação dos anseios de todos os integralistas e o único capaz de atingir os desejos da nação. De acordo com o sanitarista brasileiro, foi Salgado e sua doutrina os responsáveis por recuperar um sentimento de esperança que havia se perdido após seus vinte anos de trajetória: “Esses sentimentos que pairava no espírito e nos corações dos bons brasileiros, encontram em Plínio Salgado o homem predestinado a condensá-los numa doutrina patriótica, que consubstancia as tradições espirituais e morais do Brasil”<sup>812</sup>. Em síntese, Penna se enquadra no escopo dos militantes que enxergavam em Salgado o redentor capaz de reverberar os desejos da população e realizar uma verdadeira revolução política e social no Brasil.

O artigo “De Oswaldo Cruz a Plínio Salgado”, publicado em *A Offensiva*, elucida o seu nível de devoção. Em virtude dos vinte anos de falecimento de Oswaldo Cruz, o texto procurava salientar a importância de Cruz como um cientista preocupado com o Brasil, para, em seguida, compará-lo com Salgado. Para Penna, ambos eram predestinados a salvar a pátria e alcançaram a obediência e a disciplina de seus seguidores. Do seu ponto de vista, a razão pela qual Cruz e Salgado conseguiram essa disciplina e obediência era fruto do conhecimento da psicologia do povo brasileiro, algo que a democracia-liberal jamais havia entendido. Assim compara:

Oswaldo Cruz foi o criador da consciência sanitária, o percussor da cruzada patriótica de redenção da nossa raça e de reabilitação da nossa terra, cognominado, por isso, Oswaldo Cruz, o Salvador.  
Plínio Salgado é o integralizador da Pátria, o unificador de sentimentos e de aspirações de todos os brasileiros; “é modesto e simples, que nasceu para a

<sup>811</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 165.

<sup>812</sup> PENNA, Belisário. Pânico, Rancor e ódio. *A Offensiva*, Ano III, n. 299, 1936, p. 2.

missão excepcional que nestes dias vai desempenhando”, de Redentor da Pátria.

Os dois se confundem e se completam.

Camisas Verdes! De pé!

À memória de Oswaldo Cruz, o Salvador. Três anauês.

A Plínio Salgado, o Redentor da Pátria. Três anauês.<sup>813</sup>

No fragmento acima pode-se notar que três anauês, a saudação integralista, foram ditos tanto para Cruz quanto para Salgado. O rito oficial do integralismo previa que somente o Chefe Nacional, no caso Plínio Salgado, poderia receber três anauês.<sup>814</sup> Em vista de uma estrutura paraestatal organizada como era o integralismo, na qual o simbolismo e o ritualismo eram fatores decisivos para a sua manutenção, essa questão se torna relevante. Ao atribuir três anauês a Cruz, Penna rompe com um sentido político-ideológico destinado a conduzir o comportamento dos integralistas. A despeito de a intenção ser comparativa, igualando dois homens que representavam a salvação nacional, havia uma questão protocolar a ser obedecida.

Sugiro que mudemos a ordem de reflexão. Para Penna, a valorização a Salgado estava justamente na comparação com Oswaldo Cruz. Como expus durante a tese, Penna teve dois grandes referenciais: Alberto Torres e Oswaldo Cruz. No que diz respeito a Torres, este intelectual estava presente na literatura integralista. Cruz, por sua vez, foi convidado a compor o seu altar integralista a partir dessa comparação. Penna procurava sempre amarrar as suas referências intelectuais para justificar suas posições no presente e estabelecer uma lógica para a sua ação.

A essa altura, os integralistas estavam convictos de que ocorreriam eleições em 1938 e que sua força demonstrada nas ruas elegeria Salgado como próximo presidente do Brasil. No entanto, foram surpreendidos com um golpe de Estado no qual Getúlio Vargas ampliaria seus poderes discricionários e seu governo até 1945.

#### **4.4. Ameaça de morte, saída da vida pública e falecimento**

O Levante Comunista de 1935 foi decisivo para criar um clima conspiratório no qual acreditava-se que os comunistas tomariam de assalto o governo varguista. O integralismo foi beneficiado pelo clima anticomunista em um primeiro instante, uma vez que se apresentava como um instrumento para combater as suas teses. Não raramente, integralistas e comunistas

<sup>813</sup> PENNA, Belisário. De Oswaldo Cruz a Plínio Salgado. *A Offensiva*, Ano IV, n. 443, 1937, p. 9.

<sup>814</sup> Segundo Trindade, quatro anauês eram direcionados a Deus e somente o Chefe Nacional poderia dizê-los. Três anauês eram apenas para o Chefe Nacional. Os dirigentes arquiprovinciais e os chefes provinciais recebiam dois. As autoridades locais e regionais, um anauê (TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 189-190).

entravam em confronto físico ao redor do país, muitas vezes com vítimas fatais. O próprio Penna conferia um peso enorme à luta anticomunista para o seu ingresso no integralismo. Do outro lado, os comunistas brasileiros declararam abertamente guerra ao imperialismo e ao integralismo. Além disso, havia o medo de que os comunistas brasileiros estivessem sob a orientação da Internacional Comunista e planejassem criar um Estado Soviético no Brasil. Na entrevista de Trindade com Plínio Salgado, o medo do comunismo vinha acompanhado das doações financeiras e adesões à A.I.B. Quando perguntado sobre quem doava para o movimento, Salgado respondeu: “Comerciantes, industriais doavam, tinham medo do comunismo”. Ao ser questionado se eram integralistas militantes, completava: “Não. Eram medrosos do comunismo”<sup>815</sup>.

O governo federal respondeu ao levante comunista por meio da instauração de um estado de sítio que vigorou até meados de 1937. Nesse intervalo, setores liberais começavam a exigir maior ação contra os comunistas por parte do Estado.<sup>816</sup> O governo respondeu aumentando a repressão, as perseguições, as prisões e as torturas.

O integralismo estava próximo ao governo e disponibilizava seus militantes para combater os adeptos do comunismo ou marchar para legitimar Vargas. Do ponto de vista da A.I.B. a situação estava controlada para as prometidas eleições de 1938. Vargas afirmava não ter um candidato para a sua sucessão, as adesões ao integralismo cresciam e a esquerda era violentamente reprimida. No entanto, o clima anticomunista foi oportuno para um novo golpe de Estado com a divulgação do Plano Cohen. O plano foi um documento forjado pelo então capitão Olímpio Mourão Filho (1900-1972) no qual supostamente se encontravam as novas estratégias comunistas para a dominação do Estado brasileiro. Encaminhado ao exército, os militares exigiam o decreto de um novo estado de guerra. Segundo Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, a aprovação do novo decreto de estado de guerra teve mais relação com as pressões do exército que ameaçava fechar o congresso do que necessariamente o temor aos supostos planos comunistas.<sup>817</sup> Salgado explicava que o Plano Cohen nada mais era que um estratagem. Ele esclarecia que “Era um estudo de como seria uma revolução comunista, que era para nós mimeografarmos aqui, para darmos aos burgueses lerem, para nos ajudar, porque nós estávamos mal de finanças”<sup>818</sup>.

---

<sup>815</sup> TRINDADE, Héglio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 195.

<sup>816</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 116.

<sup>817</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37*. op.cit., p. 44.

<sup>818</sup> TRINDADE, Héglio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 197.



Esta foi a oportunidade para que Vargas apresentasse uma nova constituição e iniciasse o Estado Novo aumentando seus poderes discricionários, interventor e autoritário. Nesse momento, Vargas articulava o novo golpe com Góis Monteiro, Eurico Dutra (1883-1974), Francisco Campos, Agamenon Magalhães (1893-1952), Filinto Müller (1900-1973), Benedito Valadares (1892-1973) e Negrão de Lima (1901-1981), atores diferentes daqueles que o acompanharam no golpe de 1930.<sup>819</sup>

Se os integralistas estavam animados com o suposto pleito eleitoral, o Estado Novo tratou de frustrá-los. Mais ainda, se antes os integralistas eram usados como peças para combater os comunistas e manter a legitimidade de Vargas, a nova ordem era reprimi-los sob a justificativa de afinidades com os nazifascistas, “[...] com os quais o governo tinha afinidades, mas procurava não se identificar explicitamente”<sup>820</sup>. Na Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas declarou “estado de beligerância” com o Eixo apenas em agosto de 1942.

A promessa de entregar o Ministério da Educação a Salgado nunca se efetivou. Vargas soube manobrar a massa integralista e procurava mantê-la a seu favor, haja vista o apoio dado pelos integralistas para o golpe de 1937. Quando recebeu os integralistas no Catete no episódio do plebiscito integralista, fez questão de enfatizar que “[...] nunca o integralismo conspirou, nunca tentou qualquer movimento contra a ordem, jamais foi pilhado em conspiração no país”<sup>821</sup>. Em meio a uma dura batalha contra os comunistas, e sabedor da vontade de ascensão ao poder dos integralistas, Vargas tinha a consciência que era importante não criar outros inimigos. Ressaltar o aspecto democrático das eleições integralistas era convencê-los da sua própria legitimidade e do apoio do governo varguista. Além de não entregar o prometido Ministério da Educação a Salgado, Vargas também solicitou o fechamento de todos os partidos políticos, incluindo a A.I.B.

Na clandestinidade, as manifestações integralistas eram reprimidas e, seus adeptos, presos. Salgado tentava sem sucesso uma reaproximação com Vargas. Doravante o integralismo passou a conspirar contra o regime Vargas e criar focos de confusão em diversas regiões do país. Embora muitas das manifestações dissessem respeito ao ímpeto integralista em reprovar as atitudes políticas de Vargas, também estava na ordem do dia conspirações mais elaboradas de sabotagem e tentativas de assassinato ao presidente.

Em 11 de março de 1938 ocorreu o primeiro ensaio de tomada de poder. Em resumo, o movimento armado não obteve sucesso, foi rapidamente descaracterizado e a repressão aos

<sup>819</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37*. op.cit., p. 48.

<sup>820</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo*. op.cit., p. 132.

<sup>821</sup> *A Offensiva*. Os integralistas no Catete. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 514, 1937, p. 5.

integralistas acentuou-se. Estariam envolvidos na ação o político Otávio Mangabeira (1886-1960) e o general Euclides Figueiredo (1883-1963), que foram identificados e presos.<sup>822</sup>

A Revolta Integralista de 11 de maio de 1938 foi mais elaborada que a iniciativa de março, mas não menos frustrante. Segundo Calil, havia a participação de integralista com apoio de setores “liberais” interessados em derrubar Vargas.<sup>823</sup> A missão principal foi desferida ao Palácio da Guanabara, estrategicamente selecionado para a data em que esteve de guarda o Tenente Júlio do Nascimento, um dos conspiradores.<sup>824</sup> O objetivo principal era de assassinar Vargas. Simultaneamente aconteceriam ataques ao Coronel Canrobert (1895-1955), ao General Góis Monteiro, a estações de rádios e a prédios governamentais.<sup>825</sup> A falta de planejamento e ausência de muitos adeptos à conspiração tornaram as ações uma segunda catástrofe.

Nesses momentos conspiratórios um nome entraria em destaque: Belmiro Valverde (1884-1963). Formado em medicina, Valverde adere ao integralismo no início de 1933, trabalhou nas finanças e pertenceu ao conselho supremo da A.I.B. Em oposição ferrenha a Vargas passou a articular as conspirações ao governo. Para o chefe “provincial” da Guanabara, Valverde era pouco interessado na doutrina integralista e mais apto à ação direta.<sup>826</sup> Para outro dirigente “nacional”, “O Valverde sempre foi um golpista. Em toda reunião de integralistas, só falava em dinheiro para comprar armas”<sup>827</sup>. Embora Valverde representasse a ala favorável à tomada de poder pela violência, a “[...] maioria dos integralistas acreditava na tomada pacífica do poder, na medida em que o mundo, aos seus olhos, tornava-se fascista”<sup>828</sup>. Nesse sentido, a despeito de acompanhar os resultados da Revolta Integralista, Salgado optava pela reconciliação com Vargas.

Não há registros de que Penna tenha se envolvido com nenhum dos acontecimentos de março ou maio de 1938. No entanto, por ser um homem de confiança de Salgado e pertencer à Câmara dos Quarenta, seu nome foi ligado às tentativas de conspiração. Em face às ameaças de morte a Vargas por personagens como Valverde e Flores da Cunha – forçado a deixar o governo em 1937 após romper com Vargas –, Penna figurou juntamente com outros integralistas como um perigo para o Estado Novo. Penna chegou a receber em outubro de

<sup>822</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *Os integralistas frente ao Estado Novo*. op.cit., p. 71.

<sup>823</sup> *Ibidem.*, p. 73. A participação de Severo Fournier (1908-1946), que não era integralista, é um exemplo.

<sup>824</sup> *Ibidem.*, p. 74.

<sup>825</sup> SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 184-197.

<sup>826</sup> TRINDADE, Hégio. *A tentação fascista no Brasil*. op.cit., p. 357.

<sup>827</sup> *Ibidem.*, p. 281.

<sup>828</sup> TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. op.cit., p. 208.

1938 uma carta assinada pelos Vigilantes da Ordem ameaçando-o e responsabilizando-o por qualquer acontecimento com a vida de Vargas. Reproduzo na íntegra:

Ao Exmo. Sr: Belisário Penna.

Ante a ameaça feita pelos Srs. Belmiro Valverde e Flores da Cunha, os VIGILANTES DA ORDEM, deliberaram responsabilizar V.S. e mais alguns cidadãos por qualquer tentativa de morte na pessoa do Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República.

Fica assim entendido:

1º) A simples notícia de uma tentativa contra a vida do Sr. Presidente, três dos nossos membros, previamente escalados e que agirão isoladamente têm a missão de eliminar V.S. estando para isso ao par de sua vida e de seus passos.

2º) Será inútil qualquer tentativa de evasão que V.S. pense em tomar, pois a nossa organização compreendendo a responsabilidade de uma deliberação de tal natureza tomou todas as providências para ficar acoberto de possíveis imprevistos.

3º) Não se torna necessário o êxito do atentado, mas a simples tentativa os nossos homens têm ordens de agir imediatamente e sem hesitações.

Não temos obrigação de justificar perante V.S. a razão porque os VIGILANTES resolveram se constituir em protetores da ordem sob normas radicais de eliminação. Apenas, queremos frisar, que os nossos processos são os mesmos que os preconizados por V.S.

Este é o primeiro e único aviso que V.S. de nossa parte.

OS VIGILANTES, em outubro de 1938.<sup>829</sup>

Aparentemente, Os Vigilantes da Ordem eram uma milícia cuja função estava em perseguir os opositores e conspiradores do regime varguista. Para tanto, a retórica era combativa e ameaçava eliminar qualquer grupo ou indivíduo que tentasse conspirar contra a vida de Vargas. Às vésperas de completar setenta anos de idade, Penna não parecia disposto às investidas com este objetivo. Pelo contrário, desde o golpe de 1937 e a desintegração da A.I.B. como entidade partidária, não houve mais mobilização de sua parte no integralismo. Uma vez que Penna havia voltado à vida pública justamente por creditar ao integralismo a última esperança para o seu projeto de nação, o golpe de 1937 cimentou qualquer expectativa de sucesso.

Cansado, Penna decidiu definitivamente deixar a vida pública e se aposentar. Terminou seus dias em sua fazenda Santa Bárbara, localizada no município de Sacra Família do Tinguá, no Estado do Rio de Janeiro. Dividia o tempo andando pelas montanhas,

---

<sup>829</sup> Carta dos Vigilantes da Ordem a Belisário Penna. Outubro de 1938. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

trabalhando em uma oficina particular – pintando charretes, por exemplo –, e colhendo verduras.<sup>830</sup> Seu falecimento ocorreu em 4 de novembro de 1939, aos 70 anos.

Após o falecimento, Plínio Salgado encaminhou uma carta à família de Penna prestando suas condolências. Na carta descreve a sua compreensão da trajetória de Penna e sintetizava os motivos de sua admiração, inclusive comparando-o a uma figura paterna:

Toda a preocupação de Belisário Penna foi a de formar a consciência do seu povo: consciência econômica, a consciência sanitária, a consciência política, a consciência moral, e espiritual. As verdades que ele dizia eram tão novas que os homens de sua geração não o compreendiam. Como todos os grandes homens, os seus contemporâneos não eram os que cruzavam com ele nas ruas, mas os que ainda se embalavam nos berços. E ele teve a felicidade de alcançá-los, de conviver com eles. Quando ele andou trabalhando com Oswaldo Cruz, eu era uma criança, aprendendo a cartilha ao colo de minha mãe. Quando ele escreveu aquelas páginas luminosas em que bosquejou os quadros vivos das realidades sociais do Brasil, eu saía do ginásio. Algum tempo depois, convivi com ele em espírito, acompanhei suas campanhas, meditei sobre seus ensinamentos. Vinha dele qualquer coisa de comum com as íntimas estruturas do meu espírito. É que Belisário era um caboclo como eu. Falava nele a voz profunda das montanhas centrais, cujo oxigênio respira largamente quando meu pai me ministrava as primeiras lições de nacionalismo e minha mãe me incutia o sentimento dos deveres morais. Acompanhei-o de longe. Um dia, tive a alegria de conhecê-lo pessoalmente, e em que condições. Saudei nas suas câs, na sua figura comovente, o precursor de um Futuro em nome do qual eu vinha falar. *A nossa amizade tornou-se profunda. Tudo na sua presença tinha para mim o magnetismo de uma presença paterna. Estimei-o como raramente se estima alguém.*<sup>831</sup>

A correspondência foi respondida por sua esposa Maria Chaves, na qual mencionava que a carta de Salgado representava o maior conforto recebido após a morte. Em resposta, a viúva salientava que o exílio de Salgado e a perseguição sofrida ao ideal integralista foram os motivos que mais concorriam para abreviar-lhe a vida.<sup>832</sup> A forma como a esposa de Penna se refere ao integralismo oferece a dimensão do seu envolvimento, especialmente no tratamento de Salgado ainda como “Chefe”. Depois das prisões, ameaças e exílios aos integralistas, Penna se afastou da militância, embora ainda acreditasse na viabilidade da sua doutrina.

<sup>830</sup> PEREIRA, Augusta Salles. *A morte do Dr. Belisário Penna*. Fazenda Santa Bárbara. Dezembro de 1940, p. 2. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC). Augusta Salles Pereira era empregada da fazenda de Penna e acompanhou o exato momento do seu falecimento.

<sup>831</sup> Carta de Plínio Salgado à família Belisário Penna. Lisboa, 25 de novembro de 1939. [Grifo meu].

<sup>832</sup> Carta de Maria Chaves a Plínio Salgado. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1939.

## Considerações finais

A unidade e a identidade nacional foram os temas que mobilizaram a trajetória intelectual e de homem público de Belisário Penna. Tal preocupação começou a ganhar forma quando, em 1904, ingressou como Inspetor Sanitário da Diretoria Geral de Saúde, no Rio de Janeiro. Doravante integrou a equipe de Oswaldo Cruz, um dos seus grandes mestres de formação técnica e intelectual. Pertencente ao instituto de Manguinhos, participou de expedições pelo interior do Brasil ao lado dos cientistas Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Artur Neiva. Nessas viagens averiguou a situação da fauna, flora e, especialmente, da população brasileira. Essa experiência sociológica foi decisiva para o seu diagnóstico de nação, que responsabilizava o poder público pela carência na saúde e pela ausência de integração nacional.

Entendia que o sistema republicano fundado em 1889 aumentou as desigualdades sociais, desarticulou a mão de obra do trabalho e criou um sistema federativo no qual acentuava as diferenças entre as populações dos estados. Para ele, apenas o desenvolvimento de uma consciência nacional seria capaz de reagrupar a população brasileira criando um sentimento de pertencimento à nação. Do seu ponto de vista, as oligarquias republicanas eram as principais responsáveis ao criarem um sistema de governo corrompido, viciado no poder e cuja única preocupação estava no enriquecimento próprio. Mais ainda, a consequência do esquecimento de uma população faminta, doente e afetada pelo alcoolismo resultava na destruição da identidade nacional e comprometia a soberania.

A partir das experiências nas viagens científicas forjou um projeto de consciência sanitária, no qual uma política de saneamento ganhava centralidade. Filiado às obras de Alberto Torres e, mais tarde, à geração intelectual crítica da República, representada por Vicente Licínio Cardoso, Antônio Carneiro Leão, Oliveira Vianna, Olavo Bilac, Renato Maurity Jardim e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, Penna apresentava uma solução considerada nacionalista para reintegrar o país. Argumentava que era responsabilidade do poder público cuidar da saúde da população por meio do combate às endemias, de um adequado sistema de saneamento, do confronto aos diversos vícios, entre outras ações profiláticas. À medida que essas soluções fossem empregadas, de maneira articulada entre os estados e a União, um novo tipo forte e inteligente de brasileiro apareceria substituindo aquele sertanejo esquecido, anêmico e desprovido de patriotismo.

Para que este desejo fosse concretizado era preciso desmistificar algumas crenças que dificultavam o desejo de uma unidade nacional. Uma delas foi a questão racial. Seguindo Alberto Torres, Penna negava que o determinismo racial condenasse a população do país. Uma vez que seu projeto de saneamento pregava uma perspectiva otimista de futuro, era imprescindível romper com a antiga chave interpretativa que justificava o atraso brasileiro por consequência da sua miscigenação racial. A consciência sanitária proposta por Penna absolvía a condição racial e atribuía os problemas do Brasil à esfera política e aos homens públicos. Em perspectiva histórica, constantemente resgatava a figura de D. Pedro II para sustentar que no período monárquico havia prosperidade e igualdade, inclusive para os escravizados. Por outro lado, a implementação do federalismo e do republicanismo dividiram o país de modo que uma parcela da população passou a ser ignorada e culpabilizada por suas origens raciais.

A discussão racial o aproximou da eugenia “preventiva”, cuja proposta reformista se coadunava com a sua compreensão de absolvição da raça. O modelo “preventivo” de eugenia buscava na melhoria do ambiente e no combate aos venenos raciais aprimorar a hereditariedade e trazer à tona um novo modelo de população assistida pelo governo. Desse modo, a adoção de uma concepção neolamarckista foi fundamental para associar o saneamento com a eugenia. Esta perspectiva reformista objetivava transformar tanto as condições físicas e hereditárias quanto contribuir para a construção da nacionalidade.

Durante a investigação foi possível notar o seu desejo em figurar entre os homens públicos. Seus textos que propagandeavam uma solução para os problemas brasileiros a partir da consciência sanitária foram bem recebidos por parte da intelectualidade, principalmente para a parcela desgostosa com os rumos do republicanismo. Basta observar que, à exceção de Artur Bernardes - a quem se opunha -, Penna ocupou cargos em todos os governos a partir de Wenceslau Brás. Durante a sua trajetória como homem público tentou colocar em prática o seu projeto de saneamento, sempre justificando-o como uma necessidade patriótica e unificadora.

Verifiquei sua ascensão como homem público no mesmo contexto em que se inicia no Brasil uma preocupação com medidas centralistas por parte do Estado. A saúde pública tornou-se o carro chefe de medidas intervencionistas. Foi nesse cenário que Penna liderou o Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal e pertenceu ao Departamento Nacional de Saúde Pública, em que seria diretor anos mais tarde.

Ao analisar a trajetória de Penna notei que o seu poder de negociação política era bastante limitado. O sanitarista era identificado pela sua filiação ao Instituto Oswaldo Cruz, o

que lhe permitiu um reconhecimento técnico por parte da intelectualidade e da classe dirigente, sobretudo aquela envolvida com a retórica nacionalista-salvacionista. Ao centralizar seus discursos no saneamento como uma questão de salvação nacional, se alinhava à visão de outros intelectuais nacionalistas, como Monteiro Lobato, que acabavam por simpatizar e propagandear a sua proposta de consciência sanitária.

De fato, uma vez que as políticas públicas caminhavam para uma maior centralização e articulação entre estados e União, o projeto de Penna conquistava mais adeptos. Na sua ótica, a autoridade e a centralização política e administrativa rearranjariam a fragmentação causada pelo federalismo. O discurso autoritário, marca de suas propostas, visava uma constante vigilância social para assegurar a implementação desses projetos e garantir a obediência dos estados e da população.

Se no âmbito discursivo Penna criticava a moralidade da classe política dominante, na prática como homem público circulou em seus governos, sempre justificando sua presença por um viés nacionalista e desapegado a cargos públicos. Buscando cada vez mais centralidade e autoridade apoiou o movimento tenentista e filiou-se ao grupo de Getúlio Vargas, que tomou de assalto o poder em outubro de 1930. As promessas de um governo autoritário, centralizado e com total autonomia para a execução de projetos de saúde pública seduziam Penna. Não à toa, nas semanas seguintes ao golpe, foi nomeado Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e posteriormente ocupou interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931.

A rigor, o seu envolvimento em diversos governos pode aparentar a condição de um homem público influente e articulador na cena política. Essa não foi a minha leitura. Na verdade, sua ligação com o IOC e o discurso nacionalista eram os pilares que sustentavam a sua presença naquele nicho. Embora o discurso contra as oligarquias fosse predominante, Penna frequentava suas gestões e se resguardava na retórica nacionalista. Geralmente, apenas rompia com estas oligarquias quando os seus interesses de autonomia ou centralismo administrativo eram confrontados. Mesmo amparado por um discurso moralizante, sua conduta frequentemente se aproximava à velha ordem política que condenava, especialmente quando apadrinhava parentes e amigos nas administrações públicas.

No prisma político, seja na Primeira República ou no Governo Vargas, as gestões de Penna foram marcadas por limitação em termos de autonomia e recursos. Aliás, sempre que Penna exigia maior autonomia ou investimentos era cerceado de tal modo que a única maneira

que encontrava de protestar era entregando a sua demissão. A despeito de ter seguidores fiéis que o acompanhavam em suas gestões, pouco podia fazer para ampliar a sua autoridade.

Uma das principais propostas da tese esteve em investigar a transição de Penna do governo autoritário de Vargas para o integralismo de Salgado. Sua participação no golpe de 1930 foi acompanhada da promessa de um país centralizado, autoritário e integrado. Por essa razão acreditava que Vargas lhe concederia irrestrita autonomia para implementar o seu projeto de saneamento sem complicações ou limitações. Portanto, nos capítulos dois e três procurei desenvolver de que modo a sua trajetória como homem público e o seu pensamento político o direcionaram a uma concepção autoritária em que o Estado seria um protagonista para a reorganização do país.

Embora Vargas tenha centralizado e exercido um poder autoritário, Penna não obteve toda a independência que pretendia durante o Governo Provisório. Mesmo ocupando interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública, não foi capaz de impor os exames por média ou ganhar a queda de braço com Washington Pires, que reduziu consideravelmente a sua pouca influência no DNSP. Nem o apelo à amizade de Vargas e Oswaldo Aranha foi suficiente para aumentar a sua autonomia. O episódio com Pires é importante para perceber o papel de Penna no governo Vargas. A princípio, às vésperas do golpe de 1930, a figura de Penna, bem como o seu discurso de salvação nacional, eram bem-vindos. Posteriormente, com o avanço do Governo Provisório e sua burocratização, tal discurso passou a incomodar o próprio governo, pois Penna mais exigia do que cedia. Isolado e sem força política, pediu exoneração do cargo de diretor do DNSP – cargo que tinha muito apego.

A decepção com o governo Vargas, sua última esperança de um governo autoritário capaz de implementar o seu ideal de consciência sanitária, o levou ao distanciamento da vida pública no final de 1932. Seu reaparecimento ocorreu apenas em 1935, quando publicou um texto explicando os motivos de sua conversão à Ação Integralista Brasileira. No capítulo quatro investiguei como o integralismo renovou a sua confiança em reestabelecer o seu projeto de nação moralizante e integracionista.

O integralismo reunia diversas pautas que marcaram a trajetória de Penna como o nacionalismo, a integração nacional, a moralização político-social, a família, o espiritualismo, a centralização política, a vigilância e disciplina social, o controle dos vícios, a centralização do Estado, o anticomunismo, entre outras. O movimento representava uma síntese de suas convicções e colocava a população em permanente mobilização.



O problema do alcoolismo, caro para Penna, ajuda a entender a sua aproximação ao integralismo, especialmente pela questão da reforma moral. Se antes o Estado era responsável por tutelar a sociedade, a perspectiva integralista propunha uma mudança moral conduzida pelos seus próprios membros. A compreensão de uma unidade nacional, rígida em sua doutrina, fazia com que o cidadão buscasse se adequar e se normatizar ao coletivo. De certa forma, a doutrina gerava uma “consciência” muito próxima àquela pretendida por Penna. O integralismo propunha uma transformação social de baixo para cima. Nesse sentido, os vícios representavam um desvio do comportamento almejado, devendo ser repellido o consumo destes. Para Penna, o integralismo defendia, assim como ele, uma proposta de consciência nacional a partir de uma doutrina rígida, vigilante e nacionalista.

A compatibilidade com o discurso integralista possibilitou sua ascensão na fisiologia do movimento de forma rápida. Em pouco tempo foi convidado a pertencer à Câmara dos Quarenta, na qual apenas homens considerados eminentes na sociedade, selecionados pela liderança do movimento - e aprovados pelo próprio Chefe Plínio Salgado -, poderiam pertencer.

Com Plínio Salgado também estreitou laços de respeito e admiração. Na documentação analisada foi possível estabelecer a proximidade de Salgado com Penna e sua família. Salgado considerava a trajetória de Penna alinhada às propostas do integralismo e uma inspiração particular. O próprio Chefe do integralismo afirmava que durante a juventude foi leitor de *Saneamento do Brasil* e que a obra impactou na sua interpretação de Brasil. Não por acaso, o voto de Salgado, no plebiscito integralista de 1937, foi em Penna. O plebiscito representava o desejo de cada integralista naquele que deveria disputar as prometidas eleições de 1938 como candidato à presidência pelo partido integralista. O nome de Salgado foi aclamado pela esmagadora maioria. No entanto, diante à constelação de lideranças integralistas presentes no movimento desde 1932, torna-se simbólico o voto do Chefe em Penna.

Com o golpe do Estado Novo em 1937, o sonho integralista da disputa presidencial foi encerrado. O governo Vargas iniciou uma perseguição aos camisas-verdes e suas lideranças foram presas ou exiladas. Penna, assim como outros líderes do movimento, recebia ameaças de morte e acusações de articular conspirações. O novo golpe sucumbiu o integralismo e a vida pública de Penna. Aos 70 anos, mudou-se para a sua fazenda particular no Estado do Rio de Janeiro, na qual veio a falecer em 4 de novembro de 1939.

A trajetória de Belisário Penna permite refletir sobre a relação entre sociedade e Estado. Ao considerar que a República de 1889 não consolidou os ideais prometidos, especialmente em relação à extensão da cidadania, o Estado autoritário aflorou como possibilidade de reforma social. O Estado tutelar, portanto, corrigiria as anomalias do republicanismo e do federalismo. No entanto, o Estado autoritário varguista, em que Penna depositou confiança, não se distanciou das velhas negociatas e nem lhe permitiu ampla autonomia. Embora fosse mais interventor, prevaleceu a noção do Estado como instrumento de dominação entre classes sociais. A A.I.B. nasceu como uma proposta redentora de um Estado, que, ora liberal, ora autoritário, não conseguiu propor um projeto de país adequado para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Dessa forma, em determinado momento, para Penna, o segredo não estaria no Estado, mas nas massas. Somente elas poderiam normatizar e propor um projeto ligado aos reais interesses da nação. A crença em um líder, que estivesse sintonizado com os anseios da população, poderia guiar o Brasil para a redenção almejada.

Este dilema do papel do Estado tem acompanhado a história do Brasil República. Com frequência, somos surpreendidos com propostas e intervenções autoritárias que prometem corrigir suas antigas deformações e propor reformas salvacionistas. A experiência de Penna, em vista da sua rota do autoritarismo varguista para o integralismo, revela a procura por alternativas de forjar uma nova nação. Para esta finalidade, parte da sociedade é convencida de que é preciso atribuir mais autoridade a determinados grupos-salvacionistas. Sempre à espreita está o fascismo que, de quando em quando, estende sua mão às massas com a promessa de guiá-las para um Estado mais justo, orientador e paternalista. Embora a República tenha se apresentado sob a idealização da democracia, nossa histórica relação com o Estado é repleta de concessões das liberdades democráticas e da cidadania.

## Fontes de Pesquisa

### Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Pessoal Belisário Penna – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Arquivo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Biblioteca “Acácio José Santa Rosa” da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Assis.

Biblioteca e Acervo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca.

Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

Biblioteca de Manguinhos – Fiocruz.

Biblioteca FM - Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Fundo Plínio Salgado - Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional.

### Fontes

*A Batalha*. O feminismo na Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 659, 24 de fevereiro de 1932.

*A Batalha*. O feminismo na Saúde Pública: Como repercutiu na classe a defesa justa e oportuna feita pela *A BATALHA* contra o ato clamoroso do Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 660, 25 de fevereiro de 1932.

*A Gazeta*. O ministério da instrução. São Paulo, Ano XXV, n. 7435, 20 de novembro de 1930.

*A Gazeta*. O homem no seu lugar. São Paulo, Ano XXV, n. 7436, 21 de novembro de 1930.

*A Gazeta*. Um homem de boa-fé: O Sr. Belisário Penna acabará sofrendo as consequências de sua generosidade. São Paulo, Ano XXV, n. 7465, 30 de dezembro de 1930.

*A Imprensa*. O Saneamento da Capital do Pará. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 1040, 27 de outubro de 1930.

*A Noite*. Os problemas da regeneração das raças. 3 de junho de 1920. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC).

*A Offensiva*. Os integralistas no Catete. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 514, 1937.

*Almanach de Juiz de Fora*. Editor Olavo Mattoso. Juiz de Fora, Ano IV, 1899.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - 1891 a 1940*.

*Anãue!* A “Enquete” de “Anauê!” entre as blusas verdes do Brasil. n. 18, agosto de 1937.

*Anauê!* Primeiras reuniões integralistas. n. 13, março de 1937.

*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 1, jan-fev. 1931.

*Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano IV, n. 2, mar-abr-mai. 1931.

*Assentamento do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna*. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

BARROS, Roberto de. Prefácio. In: DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Rodrigues & Cia, 1949.

BARROSO, Gustavo. A pior das invasões. *Anauê!*, n. 4, outubro de 1935.

BELLO, José Maria. Um problema nacional. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923.

*Boletim de Eugenia*. Piracicaba, Ano IV, n. 38, abril-junho, 1932.

BRAGA, Abigail. *O Momento*, 1959.

*Brazil-Médico*. Necrologia: Belisário Penna. 18 de novembro de 1939.

CARDOSO, Vicente Licínio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

Carta de Alberto Rangel a Belisário Penna. Paris, 27 de agosto de 1923.

Carta de Almir de Oliveira a Alberto Diniz. 8 de junho de 1948.

Carta de Antônio Gavião-Gonzaga a Belisário Penna. Fortaleza, 19 de setembro de 1921.

Carta de Artur Neiva a Belisário Penna. São Paulo, 19 de novembro de 1930.

Carta de Belisário Penna a Afonso Penna Junior. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1922.

Carta de Belisário Penna a Afonso Penna Junior. 31 de maio de 1925.

Carta de Belisário Penna a Clementino Fraga. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1931.

Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925.

Carta de Belisário Penna a Fred Soper. S/D.

Carta de Belisário Penna a Plínio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925.

Carta de Belisário Penna a Raul Leitão da Cunha. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1923.

Carta de Belisário Penna ao Dr. Bento Bueno. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1925.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Dr. Raul de Almeida Magalhães. 9 de fevereiro de 1933.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1931.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1932.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Wenceslau Brás Pereira Gomes. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1918.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Diretor Geral, do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1921.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. José Maria Whitaker DD. Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1931.

Carta de Belisário Penna ao Exm<sup>o</sup> Snr. Dr. Washington Luiz, D. D. Presidente do Estado de São Paulo. São Paulo, novembro, 1923.

Carta de Belisário Penna ao ministro Oswaldo Aranha. 21 de novembro de 1932.

Carta de Belisário Penna ao núcleo da Sociedade Amigos de Alberto Torres de Campos. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1933.

Carta de Belisário Penna ao Redator da *Officina Sanitária Pan-Americana*. S/D.

Carta de Belisário Penna ao ministro procurador geral, Dr. Pires e Albuquerque. 26 de maio de 1925.

Carta de Carlos B. Gonçalves a Alberto Diniz. 12 de junho de 1948.

Carta de Carlos Henrique Paz Soldán a Belisário Penna. Lima, 31 de janeiro de 1919.

Carta de Carlos Henrique Paz Soldán a Belisário Penna. Lima, 30 de janeiro de 1920.

Carta de Carlos V. A. Machado a Belisário Penna. Juiz de Fora, 12 de novembro de 1930.

Carta de Cícero Ferreira, diretor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte a Belisário Penna. Belo Horizonte, 6 de maio de 1918.

Carta de Ernani de Moraes a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1937.

Carta de Ernestina a Diniz. São Paulo, 13 de julho de 1948.

Carta de Francisco Candido da Gama Junior a Belisário Penna. 18 de novembro de 1930.

Carta de Joaquim Nogueira Atagyba a Alberto Diniz. 7 de julho de 1948.

Carta de Maria Chaves a Plínio Salgado. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1939.

Carta de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, 14 de abril de 1936.

Carta de Pedro Aleixo a Alberto Diniz. 17 de agosto de 1948.

Carta de Plínio Salgado à família Belisário Penna. Lisboa, 25 de novembro de 1939.

Carta de Raul de Almeida Magalhães ao Sr. Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1933.

Carta de Roberto Lira a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1930.

Carta de Roberval Cordeiro de Farias a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1932.

Carta de Sebastião Barroso a Belisário Penna. Bahia, 20 de fevereiro de 1923.

Carta de Sinval Augusto Lins a Belisário Penna. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1932.

Carta do Ministério das Relações Exteriores a Belisário Penna. Convite para a Sessão Internacional de Hygiene. Rio de Janeiro, 20 de março de 1920.

Carta do ministro Pires e Albuquerque ao redator do *Jornal do Comércio*. 30 de maio de 1925.

Carta dos Vigilantes da Ordem a Belisário Penna. Outubro de 1938.

*Correio da Manhã*. A eliminação do brasileiro. Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 6451, 23 de outubro de 1916.

*Correio da Manhã*. A diretoria de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano XXXII, n. 11.648, 25 de novembro de 1932.

*Correio da Manhã*. A revolução e o saneamento. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.374, 10 de janeiro de 1932.

*Correio da Manhã*. O caso dos exames por média: Um manifesto aos estudantes do Brasil e a ação das normalistas. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1931, Ano XXXI, n. 11.340, 2 de dezembro de 1931.

*Correio da Manhã*. O Congresso Integralista: Os seus trabalhos em Vitória. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 12.043, 7 de março de 1934.

*Correio da Manhã*. O que tem feito o Departamento da Saúde Pública no governo revolucionário: O Dr. Belisário Penna expõe aos jornalistas, reunidos em seu gabinete, os melhoramentos e economias conseguidos durante a sua administração. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.463, 23 de abril de 1932.

*Correio da Manhã*. Um homem de fé: Belisário Penna chega hoje ao Rio. Rio de Janeiro, Ano XXX, n. 11.001, 31 de outubro de 1930.

*Correio da Manhã*. Um Patrimônio a Salvar. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.375, 12 de janeiro de 1932.

Decreto: Contem disposições sobre bebidas alcoólicas. Dezembro de 1930. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC).

Decreto nº 13.000, de 1 de maio de 1918.

Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920.

Decreto nº 19.604, de 19 de janeiro de 1931.

Decreto nº 19.605, de 19 de janeiro de 1931.

Decreto nº 19.606, de 19 de janeiro de 1931.

Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931.

Decreto nº 19.855, de 13 de abril de 1931.

Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931.

Decreto nº 21.335, de 29 de abril de 1932.

Decreto nº 22.518, de 8 de março de 1933.

Depoimento de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

*Diário de Notícias*. Saúde Pública. Rio de Janeiro, Ano III, n. 894, 7 de dezembro de 1932.

*Diário da Noite*. A Revolução Triunfante. Rio de Janeiro, Ano II, n. 333, 30 de outubro de 1930.

DINIZ, Alberto. *O dinamismo patrioticamente construtivo de Belisário Pena*: esboço biográfico. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Rodrigues & Cia, 1949.

Entrevista de Belisário Penna para o *Diário da Noite*. São Paulo, 23 de outubro de 1926.

*Gazeta das Clínicas Médicas*. Trabalhos inéditos: A Lepra no Brasil. Ano I. n. I, São Paulo, março de 1926.

GRUPO: Pesquisa. Dossiê: Comunicação de resultados. (recorte avulso, Fundo Renato Kehl, DAD-COC).

JARDIM, Renato. *A escola e o Brasil do futuro*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

*Jornal do Brasil*. Defendendo a autonomia do D. N. da Saúde Pública: Seu diretor, Dr. Belisário Penna, solta o primeiro brado de alarme contra o atentado que parece estar sendo preparado. Rio de Janeiro, Ano XXII, n. 268, 10 de novembro de 1932.

*Jornal do Brasil*. As grandes figuras do momento. Rio de Janeiro, Ano XL, n. 256, 30 de outubro de 1930.

*Jornal do Brasil*. A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934.

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 211, 4 de setembro de 1931.

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 256, 13 de setembro de 1931.

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 222, 17 de setembro de 1931.

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 219, 26 e 27 de outubro de 1931.



*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, Ano 104, n. 288, 3 de dezembro de 1931.

KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

\_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos executados pelo posto de Merity desde a sua fundação a 19 de agosto até 31 de dezembro de 1919. (recorte avulso, Renato Kehl, DAD-COC).

LEÃO, Antônio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LIMA, Augusto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

LIMA, Oliveira. Dois Livros de Sciencia. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923.

LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 7ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. Saneamento do Brasil. *O Estado de S. Paulo*. Ano XLIV, n. 14326, 20 de março de 1918.

*Magazine do Brasil*. Recordando um grande sanitarista. Março de 1953.

Manifesto do Partido Democrático ao Povo Carioca. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Minuta de Raul de Almeida Magalhães ao Exmº. Sr. Ministro Washington Ferreira Pires. 1933.

*Monitor Integralista*. A 1ª sessão solene no teatro Carlos Gomes. Ano II, n. 6, 1934.

*Monitor Integralista*. A Chefia Nacional da A.I.B. Ano IV, n. 16, 1937.

*Monitor Integralista*. Câmara dos Quarenta: Regulamento. Ano IV, n. 16, 1937.

*Monitor Integralista*. Cartilha do Pliniano: Seção da juventude integralista (S.N.D.). Ano IV, n. 14, 1936.

*Monitor Integralista*. Convocação de Plebiscito para presidente. Ano V, n. 19, 1937.

*Monitor Integralista*. Inauguração de uma escola integralista para operários. Ano I, n. 1, 1933.

*Monitor Integralista*. Resoluções da Chefia Nacional. Ano IV, n. 15, 1936.

*Monitor Integralista*. Votos do Plebiscito para presidente. Ano V, n. 20, 1937.

NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999.

NOGUEIRA, José Antônio. O ideal brasileiro desenvolvido na República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

*O Apostolo*. Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 35, 30 de março de 1881.

*O JORNAL*. Partido Democrático do Districto Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927.

*O JORNAL*. A greve dos acadêmicos de direito do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 4004, 24 de novembro de 1931.

*O JORNAL*. A saúde pública é propriedade do Dr. Belisário? Como o atual diretor do D.N.S.P protege a sua parentela. Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4.257, 17 de setembro de 1932.

*O JORNAL*. Não abandonou o filhotismo na República Nova: Mais um escândalo da administração Belisário Penna. Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4.246, 4 de setembro de 1932.

*O Momento*. Belisário Augusto de Oliveira Penna: Grande artífice da educação sanitária do nosso povo - dados biográficos. julho-dezembro, 1959.

*O PAIZ*. Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro, Ano XXXIII, n. 12041, 27 de setembro de 1917.

*O Pharol*. Cumprimentos. Juiz de Fora, Ano XXXVI, n. 129, 30 de novembro de 1901.

*Os Annaes da Assembleia Nacional Constituinte (RJ)*.

PENNA, Belisário. *A controvérsia em torno da doença de Chagas*: Importante depoimento do Dr. Belisário Penna. Rio de Janeiro, dezembro de 1922.

\_\_\_\_\_. *A Era do Saneamento*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Entre Rios, no dia 6 de junho de 1920.

\_\_\_\_\_. *A Escola e a República*. 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *A minha mulher e meus filhos*. 25 de julho 1924. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. A mulher, a Família, o Lar e a Escola. In: *ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO: O Integralismo e a educação*. V.9. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959.

\_\_\_\_\_. ACORDA MOCIDADE. *Folha da Manhã*. São Paulo, 16 de novembro de 1925.

\_\_\_\_\_. *As forças armadas e o povo*. Porto Alegre, outubro de 1930. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Bons intuitos não bastam*. 3 de março de 1932. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Brasilismo*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. Carta aberta: aos meus filhos. Limeira, 22 de julho de 1924. Publicada em *A Capital de São Paulo*, em 27 de julho de 1924. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Clama! Clama! Ne Cesses! Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.441, 31 de março de 1932.

\_\_\_\_\_. *Conferência feita no Partido Democrático: Oswaldo Cruz*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, em junho de 1931: A educação rural - o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica*. 1931.

\_\_\_\_\_. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Ramos, em março de 1918, a convite do "Ramos Club"*. Rio de Janeiro, 1918.

\_\_\_\_\_. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna na Universidade do Paraná, no dia 2 de agosto de 1921*.

\_\_\_\_\_. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 13 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na Fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. Campos, 13 de fevereiro de 1933.

\_\_\_\_\_. *Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no Rio de Janeiro, a 31 de agosto de 1918, a convite da Associação Cristã de Moços*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1918.

\_\_\_\_\_. De Oswaldo Cruz a Plínio Salgado. *A Offensiva*, Ano IV, n. 443, 1937.

\_\_\_\_\_. Defendendo a autonomia do D.N. da Saúde Pública: Seu diretor, Dr. Belisário Penna, solta o primeiro brado de alarme contra o atentado que parece estar sendo preparado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano XLII, n. 268, 10 de novembro de 1932.

\_\_\_\_\_. *Discurso de despedida*. Janeiro de 1923. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado pelo Dr. Belisário Penna, na Academia Nacional de Medicina, por ocasião da posse de membro honorário, em 5 de setembro de 1921*.

\_\_\_\_\_. El problema de la lepra. *La Medicina Argentina*. Buenos Aires, Ano VII, n. 70, março de 1928.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Latifúndio*. 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. Eugenia e Eugenismo. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 10, outubro de 1929.

\_\_\_\_\_. *Ensino da Hygiene*: Conferência Colégio Jacobina. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Exército e Saneamento*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1920.

\_\_\_\_\_. *Exposição: Ao Exm<sup>o</sup> Snr. Presidente da República*. Dezembro de 1922. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Higiene Brasileira*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Lepra latente e seus perigos*. Rio de Janeiro: Caton & Bayer, 1927.

\_\_\_\_\_. *Ligeiras observações sobre os hábitos dos dois mosquitos predominantes do Rio de Janeiro: Stegomya faciatata e culex fatigans*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1906.

\_\_\_\_\_. *Meus caros Patrícios de Paricatuba*. 25 de dezembro de 1935. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Minas e Rio Grande do Sul*. Estado da doença, Estado da saúde. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1918.

\_\_\_\_\_. Momento Brasileiro. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 84, 1935.

\_\_\_\_\_. O Cancro Nacional: Conferência realizada na sociedade nacional de agricultura pelo dr. Belisário Penna. *Hygia*. 22 de julho de 1929.

\_\_\_\_\_. *O Demônio da humanidade*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Baptista, 1922.

- \_\_\_\_\_. *O Grande Mal*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).
- \_\_\_\_\_. *O Prestígio da Verdade*. Conferência realizada em Curitiba, em 30 de julho de 1921.
- \_\_\_\_\_. Pânico, Rancor e ódio. *A Offensiva*, Ano III, n. 299, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Passado, Presente e Futuro do Rio Grande do Sul*. Folhetos impressos – Biblioteca Central da PUCRS. S/D.
- \_\_\_\_\_. Pequenos cuidados higienicos. *Revista do Brasil*. Ano III, n. 33, setembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. Plano de educação higiênica na escola e no lar. *Hygia*. Ano II, n. 2, Porto Alegre, julho de 1928.
- \_\_\_\_\_. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926.
- \_\_\_\_\_. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: *I Conferência Nacional de Educação*: Curitiba, 1927. Organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt. Brasília: INEP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Porque sou integralista*. 29 de junho de 1937. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: KEHL, Renato. *Melhores e Prolonguemos a vida: A valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.
- \_\_\_\_\_. Saneamento de Fachada. *A Offensiva*. Ano II, n. 130, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Saneamento do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923.
- \_\_\_\_\_. Saneamento dos Sertões. *Correio da Manhã*. Ano XVI, n. 6.476, 17 de novembro de 1916.
- \_\_\_\_\_. *Saneamento Rural*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Belo Horizonte, a 1º de maio de 1918, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura. Belo Horizonte, 1º de maio de 1918.

\_\_\_\_\_. *Saudação ao Chefe nacional*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Septicemia Nacional*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, na Cidade de Mococa, a 6 de janeiro de 1923.

\_\_\_\_\_. *Serviço de profilaxia da febre amarela, seção da policia de focos, 3ª Zona*. Relatório do ano de 1905 direcionado a Antônio Pacheco Leão. 1905.

\_\_\_\_\_. *Serviço de Profilaxia Rural no D. Federal*. 1921. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC, S/D).

\_\_\_\_\_. *Serviço de Profilaxia Rural no Distrito Federal e zonas limítrofes do Estado do Rio de Janeiro, desde sua fundação, em junho de 1918 a 31 de outubro de 1920*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Social*: Conferência do Dr. Belisário Penna. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. *Suspensão dos Serviços nos Estados*. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

\_\_\_\_\_. Verdades Oportunas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Ano XXXII, n. 11.556, agosto de 1932.

\_\_\_\_\_. *Tuberculose e Alcoolismo*. Conferência realizada na “Biblioteca Nacional”, pelo Dr. Belisário Penna, no dia 11 de outubro de 1921, a convite da “Cruzada Contra a Tuberculose”. 11 de outubro de 1921.

\_\_\_\_\_. *Valorização do homem e da terra*. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, a 20 de maio de 1922, na cidade de Campo, a convite da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia. 1922.

PENNA, João Fernandes de Oliveira. *Centenário de nascimento de Belisário Penna: síntese biográfica*. 1968. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Relatório de Agentes fiscais ao Sr. Diretor Belisário Penna. 17 de dezembro de 1930. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Relatório do Departamento Nacional de Saúde Pública. 1931. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

*Revista da Semana*. A consagração das Médias. Ano XXXII, n. 51, 5 de dezembro de 1931.

PEREIRA, Augusta Salles. *A morte do Dr. Belisário Penna*. Fazenda Santa Bárbara. Dezembro de 1940. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

SALEEBY, Caleb. *Parenthood and race culture an outline of eugenics*. New York: Moffat, Yard and Company, 1909.

\_\_\_\_\_. *The progress of eugenics*. London, New York, Toronto and Melbourne: Cassell and Company LTD, 1914.

SALGADO, Plínio. Como eu vi a Itália. *Hierarchia*, Rio de Janeiro, março-abril, 1932.

\_\_\_\_\_. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. *O que é o Integralismo*. São Paulo: Editora das Américas, S/D.

SOLDÁN, Carlos Henrique Paz. Da “Riforma Médica”. In: PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1923.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Uma grande jornada científica: A viagem de Neiva e Penna. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Tomo XI, Typ do Diário Oficial, 1919.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

\_\_\_\_\_. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VARGAS, Getúlio. Diário Pessoal de Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/diario-pessoal-de-getulio-vargas>. Acesso em 4 de julho de 2019).

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Terra de Sol, 1927.

\_\_\_\_\_. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Vida Funcional na Saúde Pública do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marli Brito; BENCHIMOL, Jaime Larry; PIRES-ALVES, Fernando Antônio; et.al. (Orgs.). *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do*

Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. *In médio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Editora UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

\_\_\_\_\_. Reforma urbana e Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 231-283.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 183-191.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, pp. 231-269.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. *A divulgação científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924-1932)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. 1ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.



\_\_\_\_\_. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus*, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, 2010, pp. 65-86.

CAMARGO, Aspácia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: A Revolução de 30. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980.* pp. 7-46.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 107-144.

CAPONI, Sandra. *Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada.* 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937).* 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. *A República Velha (evolução política).* 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.* 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* 1ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Prefácio. In: VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004. pp.7-37.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, 1985, pp. 193-210.

\_\_\_\_\_. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos.* 1ª Ed. Campinas: Edicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar e curar:*

ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 249-294.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio; FARIA, Lina. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. 1ª Ed. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco - EDUSF, 2003.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. 1ª Ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 1ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

COELHO, Eduardo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 1ª Ed. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 387-416.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Verbete bibliográfico: Alberto Augusto Diniz. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em jan. 2017,

disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/diniz-alberto-augusto>.

\_\_\_\_\_. Verbetes bibliográfico: Alberto Torres. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em abr. 2017, disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto\\_torres](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres).

\_\_\_\_\_. Verbetes biográfico: Artur Neiva. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em maio. 2019, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>.

\_\_\_\_\_. Verbetes Primeira República: A Batalha. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Fundação Getúlio Vargas: on-line, obtido em jan. 2017, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BATALHA,%20A.pdf>.

FIGUERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix – Revista de história e estudos culturais*. v. 4, n. 3 jul-set. 2007, pp. 1-14.

FILHO, Alberto Venâncio. Introdução. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da História da República*. 3ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. 1ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política organização*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 7-37.

\_\_\_\_\_. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp. 121-127.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

\_\_\_\_\_. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), jul. 1998, pp. 217-235.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora FIOCRUZ/EDUSP, 2009.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 371-404.

\_\_\_\_\_. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. pp. 549-556.

LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”*: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), 1889-1908. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário na Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996. pp. 23-40.

\_\_\_\_\_; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 5 v. 2, 2000. pp. 313-332.

\_\_\_\_\_; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e sua geração na república das letras. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Antropologia brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. pp. 57-86.

\_\_\_\_\_. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

\_\_\_\_\_. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl.1, jul. 2009, pp. 229-248.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A “Rússia Americana”*: A terra no pensamento social brasileiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 39-61.

\_\_\_\_\_. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

\_\_\_\_\_. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 229-256.

\_\_\_\_\_. Raça, Doença e Saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: \_\_\_\_\_; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 51-82.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

MARSON, Adalberto. A trajetória de um republicano (Alberto Torres). *Revista de História*, São Paulo, v. 5, n. 103, 1975, pp. 501-518.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: A Revolução de 30. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. pp. 669-690.

MATOS, Potyguar. Apresentação. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À Margem da História da República*. 2ª Ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. Arquivos de cientistas como fontes para a história das ciências. In : MOLLO, Helena Miranda (Org.). *Biografia e história das ciências: debates com a história da historiografia*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. pp.116-135

\_\_\_\_\_; PIRES-ALVES, Fernando. Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl.1, jul. 2009, pp.139-179.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA, Taiguara de Souza. *Da Família Penna à Casa de Oswaldo Cruz: um estudo etnográfico sobre a construção do Fundo Belisário Penna*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

\_\_\_\_\_. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: A Revolução de 30. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. pp. 505-526.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PAXTON, Robert Owen. *A anatomia do fascismo*. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 302-311.

PINHO, Sílvia Oliveira Camargo. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-215.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 117, 1984, pp. 71-85.

RANGEL, Marcio Ferreira. Costa Lima e a campanha de combate à febre amarela no Rio de Janeiro e no Pará, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saúde*, n. 1. v.1, 2010, pp. 19-26.

REIS, Elisa Maria Pereira. Poder privado e construção de Estado sob a Primeira República. In: BOSCHI, Renato (Org.). *Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991. pp. 43-68.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1994.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 89-120.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

ROMANI, Carlo Maurizio. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? *Verve* (PUCSP), São Paulo, v. 4, n. 4, 2003, pp. 112-130.

SÁ, Dominichi Miranda de. *O Brasil “modelado” na obra de Belisário Penna (1916-1935)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009, pp. 183-203.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. 1ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, dez. 2007, pp.15-50.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Renata Prudêncio. *As ciências de Afrânio Peixoto: higiene, psiquiatria e medicina legal (1892-1935)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Epidemias, Estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX*. *Dynamis*, v. 31, n. 1, 2011, pp. 41-63.

SIMÕES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. [S.l.]: eBookLibris, 2002. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/repensando.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre v. 7, n. 13, jan/jun 2005, pp. 302-323.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV; Editora Fiocruz, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

STOCKING, George W. *Race, Culture and Evolution: Essays in the history of anthropology*. 1ª Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1968.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009, pp. 387-404.

TRINDADE, Hégio. A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológico e histórico. *Seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de*



*História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, setembro de 1980. pp. 557-566.

\_\_\_\_\_. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 1ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 1ª Ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

\_\_\_\_\_. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2017.

WEBER, Max. “Class, status, party”. In: \_\_\_\_\_. *From Max Weber: Essays in Sociology*. London and New York: Routledge, 2009. pp. 194-195.

ZEM EL-DINE, Lorena Ribeiro. *A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verdeamarelo (anos 1920)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.